

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**ESTADO, DEMOCRACIA E SOCIALISMO NO PENSAMENTO COMUNISTA  
BRASILEIRO: O Caso dos Partidos Comunistas (PCB e PC do B)**

**JOSÉ RUBENS PEREIRA DA COSTA**

**RECIFE - PE  
FEVEREIRO / 2009**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ESTADO, DEMOCRACIA E SOCIALISMO NO PENSAMENTO COMUNISTA  
BRASILEIRO: O Caso dos Partidos Comunistas (PCB e PC do B)

JOSÉ RUBENS PEREIRA DA COSTA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, como requisito parcial para a obtenção de título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Michel Zaidan Filho.

RECIFE - PE  
FEVEREIRO / 2009

C837e Costa, José Rubens Pereira da

Estado, Democracia e Socialismo no Pensamento Comunista Brasileiro: o caso dos partidos comunistas: PCB e PC do B. / José Rubens Pereira da Costa. Recife, 2009.

280p.

Orientador: Prof. Drº Michel Zaidan Filho (UFPE)

Banca Examinadora: Prof. Drº Joanildo Burity (FUNDAJ/UFPE), Prof. Drº Marcos Lima (UFPE), Prof. Drº Antônio Paulo Rezende (UFPE) Prof. Drº Délio Mendes (UFRPE).

Tese (doutorado) Programa de Pós Graduação em Ciência Política / Universidade Federal de Pernambuco – PE

1. Ciência Política 2. Comunismo 3. Partidos Comunistas Brasileiros. 4. PCB. 5. PC do B. I. Costa, José Rubens Pereira da. II. Título: Estado, Democracia e Socialismo no Pensamento Comunista Brasileiro.

CDD 320.981

## TERMO DE APROVAÇÃO

JOSÉ RUBENS PEREIRA DA COSTA

ESTADO, DEMOCRACIA E SOCIALISMO NO PENSAMENTO COMUNISTA  
BRASILEIRO: o caso dos partidos comunistas (PCB e PC do B)

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal de Pernambuco, pela seguinte Banca Examinadora:

ORIENTADOR: Prof. Drº Michel Zaidan Filho

Examinador 1: Prof. Drº Michel Zaidan Filho

Examinador 2: Prof. Drº Joanildo Burity

Examinador 3: Prof. Drº Marcos Lima

Examinador 4: Prof. Drº Antônio Paulo Rezende

Examinador 5: Prof. Drº Délio Mendes

RECIFE - PE  
FEVEREIRO / 2009

## AGRADECIMENTOS

Especialmente aos meus pais: Vicente Pereira da Costa e Rosa Maria da Costa que, a despeito de apenas alfabetizados, tiveram uma preocupação especial com a educação dos filhos.

À Francisca com quem dividi muitos momentos de tristezas e alegrias, cujo desprendimento e disponibilidade em ajudar sempre foram marca preponderante.

Ao orientador Prof. Dr. Michel Zaidan Filho pela presteza com a qual sempre me atendeu.

Ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Ciência Política pela contribuição para consolidar minha formação teórica e metodológica.

Aos colegas com quem dividi vários momentos de discussões instigantes e enriquecedoras.

Ao corpo de funcionários do Programa que sempre estava disponível para ajudar a solucionar os problemas: dos mais complexos aos mais comezinhos.

Aos diversos amigos e familiares que sempre me apoiaram nessa empreitada, cujas palavras amigas e compreensão me encorajaram a superar os obstáculos que surgiram.

## SUMÁRIO

	<b>LISTAS DE SIGLAS</b>	
	<b>RESUMO</b>	
	<b>ABSTRACT</b>	
	<b>INTRODUÇÃO</b>	
<b>1</b>	<b>CAPÍTULO 1: OS ESCRITOS DE KARL MARX E FRIEDERICH ENGELS: A PRODUÇÃO TEÓRICA NA ÉPOCA DA PRIMEIRA INTERNACIONAL</b>	<b>28</b>
1.1	HEGEL, MARX E UMA NOVA CONCEPÇÃO DE ESTADO	28
1.1.1	A Re-Configuração do Papel do Estado nas Obras Históricas de Marx	33
1.1.2	Desenvolvimento de uma Teoria Marxista do Estado Capitalista	42
1.2	NORBERTO BOBBIO E A INEXISTÊNCIA DE UMA TEORIA MARXISTA DO ESTADO E DA DEMOCRACIA	49
1.3	GRAMSCI E O EUROCOMUNISMO: EM BUSCA DE UMA TEORIA MARXISTA DA DEMOCRACIA	54
1.3.1	Democracia e Socialismo nos Postulados Eurocomunistas	57
1.4	TENTATIVA DE ELABORAÇÃO DE UMA TEORIA MARXISTA SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS	64
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO 2: O PENSAMENTO MARXISTA NO ÂMBITO DAS INTERNACIONAIS SOCIALISTAS E A FORMAÇÃO DOS PARTIDOS OPERÁRIOS</b>	<b>71</b>
2.1	KARL KAUTSKY, EDUARD BERNSTEIN E A CRÍTICA DE ROSA LUXEMBURG	71
2.2	EDUARD BERNSTEIN E A REVISÃO DO MARXISMO ORTODOXO	74
2.3	O MARXISMO DA TERCEIRA INTERNACIONAL: OS POSTULADOS LENINISTAS E AS PRÁTICAS POLÍTICAS DO STALINISMO	79
2.3.1	As práticas Políticas Stalinistas	83
2.4	LEON TROTSKY E O MARXISMO DA QUARTA INTERNACIONAL	85
2.5	A ORIGEM E O DESENVOLVIMENTO DOS PARTIDOS OPERÁRIOS	88
2.5.1	As propostas dos Partidos Social-Democratas para as Esferas Parlamentar e Sindical	93
2.5.2	As Posições dos Partidos Operários ante as Aspirações do Movimento Feminista	98
2.6	A REVOLUÇÃO RUSSA, A TERCEIRA INTERNACIONAL E A FORMAÇÃO DOS PARTIDOS COMUNISTAS	100
2.7	O MARXISMO NA AMÉRICA LATINA	108
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO 3: A ORIENTAÇÃO POLÍTICA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL: DA FUNDAÇÃO À DECLARAÇÃO DE MARÇO DE 1958</b>	<b>111</b>
3.1	AS VICISSITUDES POLÍTICAS DO PCB: DA FUNDAÇÃO À REVOLUÇÃO DE 1930	111
3.1.1	Da Participação no Parlamento à Experiência da Luta Armada: O PCB e a insurreição de 1935	122
3.1.2	A Orientação Política do PCB entre a Conferência da Mantiqueira e o	131

	Congresso de 1954	
3.1.3	Do IV Congresso em 1954 à Declaração Política de Março de 1958	136
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO 4: A ORIENTAÇÃO POLÍTICA DOS PARTIDOS COMUNISTAS NO BRASIL: DA CISÃO DE 1962 À CONQUISTA DA LEGALIDADE</b>	<b>148</b>
4.1	O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL: DO DEBATE IDEOLÓGICO DE 1960 À CISÃO DE 1962	148
4.1.1	As Vicissitudes da Orientação Política do PCB e do PC do B: do golpe de 1964 à conquista da legalidade	152
4.1.1.1	A Orientação Política do PCB no Período Anterior ao Golpe Militar de 1964	156
4.1.1.2	A Orientação Política do PC do B no Período Anterior ao Golpe Militar de 1964	160
4.1.2.1	A Orientação Política do PCB no Período Posterior ao Golpe Militar de 1964	162
4.1.2.2	A Orientação Política do PC do B no Período Posterior ao Golpe Militar de 1964	168
4.2	A CRISE INTERNA DO PCB NO INÍCIO DOS ANOS 1980	175
4.2.1	A Defesa da Revolução: a posição de Luis Carlos Prestes	178
4.2.2	A Defesa da Democracia: a posição da corrente renovadora	180
4.3	CRISES E SOLUÇÃO DE CRISES: AS CISÕES NO PCB E PC DO B NO INÍCIO DOS ANOS 1980	183
<b>5</b>	<b>CAPÍTULO 5: O PCB E O PC do B DIANTE DOS DESAFIOS IMPOSTOS PELA LEGALIDADE E PELA DERROTA DO SOCIALISMO</b>	<b>187</b>
5.1	OS PARTIDOS COMUNISTAS E A TRANSIÇÃO POLÍTICA NO BRASIL	187
5.1.1	O PCB e a Nova Conjuntura Política	193
5.1.2	O Partido Comunista do Brasil Frente ao Governo Lula	196
5.2	A DERROTA DO SOCIALISMO, O DEBATE IDEOLÓGICO E A RE-VISÃO DE IDEAIS	200
5.2.1	O PC do B e a Tentativa de Elaboração de um Programa Socialista	206
5.2.2	O PCB Diante da Crise do Socialismo	208
5.3	NORBERTO BOBBIO E A CONCEPÇÃO EUROCOMUNISTA DE DEMOCRACIA	210
5.4	O IX CONGRESSO DO PCB E A TESE DA RADICALIDADE DEMOCRÁTICA	215
5.5	O NOVO PCB, O DEBATE DE IDÉIAS E A CONJUNTURA POLÍTICA NACIONAL	221
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>230</b>
	<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>243</b>

## LISTA DE SIGLAS

AFL-CIO – Federação Americana do Trabalho – Congresso das Organizações Industriais  
ALN – Aliança Libertadora Nacional  
ANL – Aliança Nacional Libertadora  
AP - Ação Popular  
APRA - Aliança Popular Revolucionária Americana  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
BOC – Bloco Operário e Camponês  
CE - Comissão Executiva  
CMT - Confederação Mundial do Trabalho  
CNOP - Comissão Nacional de Organização Provisória  
Cominform - Birô Comunista de Informação  
Comintern – Internacional Comunista (Terceira Internacional)  
FDLN - Frente Democrática de Libertação Nacional  
FSM - Federação Sindical Mundial  
JUC - Juventude Universitária Católica  
KPD - Partido Comunista Alemão  
LSI – Internacional Trabalhista e Socialista  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MR-8 - Movimento Revolucionário – 8 de outubro  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
NEP - Nova Política Econômica  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PC – Partido Comunista  
PCA – Partido Comunista Argentino  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PCBR – Partido Comunista Brasileiro-Revolucionário  
PC do B – Partido Comunista do Brasil  
PCC – Partido Comunista Cubano  
PCCh. – Partido Comunista Chinês  
PCF – Partido Comunista Francês  
PCE – Partido Comunista Espanhol  
PCGB – Partido Comunista da Grã-Bretanha

PCI – Partido Comunista Italiano.  
PCP – Partido Comunista Português.  
PCR - Partido Comunista Revolucionário  
PCUS – Partido Comunista da União Soviética  
PD - Partido Democrático  
PDT - Partido Democrático Trabalhista  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
POSDR – Partido Operário Social-democrata Russo  
PPS – Partido Popular Socialista  
PSA - Partido Socialista Argentino  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSD - Partido Social Democrático  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PSI – Partido Socialista Italiano  
PSP – Partido Socialista Português  
PSTC - Partido Socialista dos Trabalhadores do Chile  
PT – Partido dos Trabalhadores.  
PTA – Partido dos Trabalhadores da Albânia  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
SPD – Partido Social-democrata Alemão  
UDN - União Democrática Nacional  
UJC - União da Juventude Comunista  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
USPD – Partido Social-democrata Independente da Alemanha

## RESUMO

Esta tese aborda um tema que vem obtendo ampla difusão nos estudos acadêmicos no âmbito das ciências sociais, ou seja, a relação entre democracia e socialismo a partir das proposições dos partidos comunistas. Visa discutir, portanto, a relação entre o marxismo, na sua versão considerada dogmática o marxismo-leninismo, e as proposições formuladas pelos teóricos da liberal-democracia. Os postulados de Norberto Bobbio serão apresentados como representativos do pensamento liberal-democrático, na medida em que esse teórico foi o instigador do debate com os teóricos comunistas acerca da compatibilidade entre democracia e socialismo, cuja relevância residiu na conformação dos partidos designados como eurocomunistas. Serão apresentados os postulados marxistas sobre Estado, democracia e socialismo e discutida a relação tensa entre os teóricos da democracia representativa e os pensadores socialistas. A discussão iniciará com as formulações de Karl Marx e Friedrich Engels, adentrará nas postulações dos marxistas da Segunda Internacional, cujos principais representantes foram Karl Kautsky, Eduard Bernstein e Rosa Luxemburg, sobretudo, a discussão conhecida na literatura política como *Bernstein-debatte*. Serão discutidos, também, os postulados leninistas que se configuraram como versão específica do marxismo no movimento comunista internacional sobre Estado e democracia. As formulações leninistas corporificaram o cerne do pensamento comunista em torno dos temas aludidos, cujos principais propugnadores foram os partidos organizados a partir da cisão do movimento socialista, ocorrida em virtude do apoio dos partidos social-democratas ao esforço de guerra dos governos europeus na Primeira Guerra Mundial. Após a Revolução Russa de 1917, foi estruturada uma nova organização que visava congregar e disciplinar os partidos oriundos daquela cisão, designada como Comintern ou Internacional Comunista. Será a partir da influência da Revolução Russa e da estruturação do Estado soviético que surgirá no Brasil em 1922 o PCB (Partido Comunista do Brasil). As vicissitudes da orientação política desse partido, serão apresentadas e discutidas desde a sua fundação, entretanto, a ênfase primordial será dada à cisão que originou dois partidos comunistas no Brasil e o impacto da redemocratização na década de 1980 e da derrota do socialismo no final dessa década nas formulações e práticas políticas desses partidos.

Palavras-Chave: Ciência Política. Partidos Comunistas. Democracia. Socialismo.

## ABSTRACT

This thesis discusses a topic that has achieved widespread in academic studies in the social sciences, namely the relationship between democracy and socialism from the propositions of the communist parties. It aims to discuss, therefore, the relationship between Marxism in the version considered the dogmatic Marxism-Leninism, and the propositions made by theorists of liberal democracy. The postulates of Norberto Bobbio will be presented as representing the liberal-democratic thinking, to the extent that this theorist was the instigator of the debate with the communist theorists about the compatibility of democracy and socialism, whose relevance was the conformation of the parties designated as eurocommunists. Will be presented on the premises Marxist state, democracy and socialism and discussed the tense relationship between the theorists of representative democracy and the socialist thinkers. The discussion begins with the formulations of Karl Marx and Friedrich Engels, enter the Marxist postulations of the Second International, whose main representatives were Karl Kautsky, Eduard Bernstein and Rosa Luxemburg, in particular, the discussion in the literature political known as Bernstein-debate. Will be discussed, too, leninists postulates that the setup is as specific version of Marxism in the international communist movement on state and democracy. The formulations leninists embody the core of communist thinking around the themes above, with the main political parties put forward were organized from the breakup of the socialist movement, held under the support of the social-democrats parties of the war effort of European governments in the First World War World. After the Russian Revolution of 1917 was structured a new organization that aimed to unite and discipline the parties hail from that division, known as Comintern, or Communist International. It was from the influence of the Russian Revolution and the structuring of the Soviet state to emerge in Brazil in 1922, the PCB (Communist Party of Brazil). The vicissitudes of the political party, will be presented and discussed since its foundation, however, the primary emphasis will be given to division two parties that led Communists in Brazil and the impact of redemocratization of the 1980s and the defeat of socialism at the end of that decade in formulations and practices policies of these parties.

Key-Words: Political Science. Communists Parties. Democracy. Socialism.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa discutir a relação entre socialismo e democracia no pensamento comunista brasileiro, tendo como parâmetro as formulações dos partidos comunistas no Brasil, respectivamente: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Como esses partidos pautam-se teórica e politicamente, pelos postulados do marxismo-leninismo, este estudo deverá apresentar uma discussão sobre tal teoria, sobretudo, a discussão em torno do Estado e da democracia no âmbito da conquista do poder e da construção de uma sociedade socialista. Perpassará, portanto, pelas proposições dos clássicos da teoria política marxista: Marx, Engels e Lênin.

Além desses teóricos, serão consideradas as contribuições de outros autores marxistas, especialmente, os que atuaram no âmbito da II Internacional e da Internacional Comunista. Além disso, discutirá também, as contribuições de Antonio Gramsci, Palmiro Togliati e os autores designados de eurocomunistas, cujas formulações repercutiram nas idéias e práticas dos partidos aqui estudados.

Os questionamentos de Norberto Bobbio, dirigidos ao Partido Comunista Italiano (PCI), acerca da relação entre socialismo e democracia no pensamento político marxista assumirão também, relevância para o estudo aqui proposto. Além de questionar os postulados marxistas sobre a relação entre democracia e socialismo, Bobbio procura problematizar a compatibilidade entre as proposições socialistas e as formulações da democracia liberal. Os questionamentos de Norberto Bobbio foram apresentados no momento em que o PCI assumia singular importância no cenário político italiano. Essa importância consubstanciava-se em um grande número de militantes e em votações expressivas em sucessivas eleições.

Dentre os debates políticos registrados na Itália na década de 70, ganhou singular relevância o debate ocorrido entre o final de 1975 e o início de 1976. Tal discussão foi suscitada pela publicação de dois artigos do filósofo político Norberto Bobbio, no jornal *mondoperaio*, números 08; 09 e 10, intitulados respectivamente: “Existe uma doutrina marxista do Estado?” e “Quais as alternativas à democracia representativa?”. Esse debate, conforme Bobbio, girou em torno de três temas. O primeiro questionava as razões da inexistência de uma teoria marxista do Estado socialista; o segundo indicava a inexistência de um projeto de democracia da esquerda que pudesse se constituir em alternativa à democracia representativa; o terceiro questionava a compatibilidade entre o projeto de

transformação socialista e a sobrevivência da democracia procedimental, ou seja, um conjunto de regras definindo quem toma decisões e mediante quais procedimentos.

Esta pesquisa assumirá um caráter institucional, na medida em que tratará de instituições formais: os partidos comunistas no Brasil. Ademais porque concebe que esses partidos têm conformação teórica e prática política mediadas por instituições de cunho ideológico, mais precisamente as categorias do marxismo-leninismo, tais como: revolução proletária, ditadura do proletariado, centralismo democrático e internacionalismo proletário. Estas categorias são propícias a determinadas práticas políticas e antídotos contra outras, tornando aparentemente previsíveis o comportamento dos militantes e dirigentes desses partidos.

Desse modo, infere-se que em virtude da premissa do centralismo democrático, os militantes comunistas seguirão sempre as diretrizes emanadas da direção dos partidos comunistas. Contudo, a literatura especializada relata diversos confrontos entre a direção central dos partidos comunistas e dirigentes que discordavam das formulações aprovadas pela maioria da direção. Esses confrontos eram solucionados freqüentemente com o afastamento dos grupos dissidentes.

Os acontecimentos que culminaram na derrota das experiências socialistas na União Soviética, no Leste europeu, na Albânia, influenciaram as proposições teóricas e as práticas políticas dos partidos estudados. Todavia, parece que essa influência foi mediada pela trajetória histórica das instituições estudadas. Percebe-se, assim, que o impacto da derrota do socialismo foi condicionado por essa trajetória histórica, viabilizando mudanças institucionais que parecem ter sido maiores em um dos partidos estudados e menos intensa noutro. Esta pesquisa busca explicar, pois, a profundidade das mudanças surgidas em virtude daquela derrota nesses partidos e como esse impacto foi assimilado por eles.

Diversas tipologias sobre o marxismo têm sido propostas. Dentre estas, destaca-se a elaborada por Wright Mills. De fato, Mills faz uma análise interessante sobre as correntes teóricas no seio do marxismo que, a despeito de problemática, parece útil ao estudioso do marxismo. Nessa análise, divide as interpretações sobre a contribuição teórica de Marx e Engels em quatro vertentes, respectivamente: social-democracia, bolchevismo, estalinismo e marxismo-leninismo. A social-democracia corresponde ao predomínio teórico e político da Segunda Internacional (1889-1914).

Dessa vertente, destaca as contribuições teóricas e políticas de pensadores como Karl Kautsky, Eduard Bernstein e Rosa Luxemburg. Mills concebe o bolchevismo como a vertente teórica consolidada a partir das contribuições de Lênin e Trotsky. O estalinismo,

por sua vez, refere-se às práticas políticas orientadas pela Terceira Internacional (1919-1943) sob a direção incontestada do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). O marxismo-leninismo é considerado por Mills como o movimento iniciado na União Soviética a partir das denúncias de Krushev sobre o culto à personalidade no período de Stálin.

A despeito de considerar útil a tipologia de Mills, apresentarei uma tipologia alternativa que talvez seja didaticamente mais adequada. Na medida em que concebo, por exemplo, que o bolchevismo ganha uma configuração mais conclusiva com as práticas políticas do período de Stálin na direção do Estado Soviético. Desse modo, proponho uma tipologia que, ao que me parece, talvez seja mais adequada para configurar as correntes teóricas que se reivindicam herdeiras legítimas do marxismo clássico. Portanto, a fim de evitar dubiedades quanto à caracterização e a tipologia das diversas correntes teóricas do marxismo, tratarei de subdividi-las conforme a periodização consagrada pela criação das Internacionais socialistas.

A produção teórica correspondente a Primeira Internacional (1864-1876) será considerada conjuntamente com a Liga dos Comunistas fundada por iniciativa de Marx e Engels e com atuação entre 1847 e 1852, cujos textos apresentados serão os de Marx e Engels. Devo antes disso, contudo, abordar concisamente os textos da juventude de Marx, bem como destacar a influência de Hegel nesses escritos. A Segunda Internacional (1889-1914), corresponderá a produção teórica cuja designação ficou consagrada na literatura como marxismo ortodoxo. O principal teórico aqui tratado será Karl Kautsky, ao lado da sua produção, serão apresentados os postulados de Eduard Bernstein e a crítica de Rosa Luxemburg àquelas proposições.

As formulações teóricas configuradoras das práticas políticas da Terceira Internacional (1919-1943), serão consideradas a partir dos postulados leninistas e das interpretações do leninismo elaboradas por Stálin. As proposições teóricas de Leon Trotsky serão apresentadas como uma contribuição original ao marxismo e, simultaneamente, como uma crítica às práticas políticas do Estado soviético sob a direção de Stálin. Essas proposições configuram o marxismo da Quarta Internacional, fundada por Trotsky e seguidores a partir de 1938.

Deixarei de tratar, apesar da sua relevância, das formulações teóricas dos pensadores organizados em torno do movimento designado de austromarxismo, cujos principais protagonistas foram: Otto Bauer, Max Adler, Karl Renner e Rudolf Hilferding. Este grupo de marxistas fundou uma Internacional socialista que se propunha constituir-se

em alternativa capaz de unificar o movimento operário após a cisão que levou à formação da Terceira Internacional. Devo observar que essa periodização, a despeito de útil didaticamente, não corresponde fielmente à realidade teórico-política do desenvolvimento das vertentes marxistas analisadas ao longo desse período, na medida em que o surgimento de uma nova internacional não significava necessariamente a supressão da anterior, pelo contrário, representava uma crise no seio do movimento marxista internacional que resultava na sua cisão. Todavia, os pensadores dessas vertentes continuavam considerando-se herdeiros legítimos dos postulados teóricos de Karl Marx e Friedrich Engels.

A atualidade e a relevância da discussão precedente justificam um estudo no campo da Ciência Política que analise com mais profundidade o tema da democracia e do socialismo, na perspectiva dos partidos referenciados. Esta pesquisa pretende discutir essa temática nos dois partidos que possuem uma singular importância histórica, por se credenciarem como os partidos mais antigos do Brasil, ainda politicamente ativos.

Este estudo, decerto, trará alguma contribuição aos estudos de Ciência Política, pois discutirá a teoria política relacionada às proposições e práticas desses partidos ao se proporem comandar a transformação da sociedade brasileira na direção do socialismo. Ao fazê-lo, buscará observar como esses partidos responderam aos desafios impostos pelas transformações geopolíticas decorrentes da derrota do socialismo, e pelas mudanças políticas no Brasil, surgidas com o processo de redemocratização. O estudo aqui proposto visa, portanto, contribuir nesse sentido, ao possibilitar uma melhor compreensão das questões políticas e teóricas inerentes a essa discussão.

A relevância desta pesquisa atribui-se, ainda, ao fato de que a despeito da derrota de diversas experiências socialistas no mundo contemporâneo, os referidos partidos mantêm-se defendendo essa formação social e caracterizando o capitalismo como um sistema social explorador e injusto. Reveste-se de singular importância, pois, verificar se a proposta desses partidos no sentido da construção de uma sociedade socialista sofreu alterações em virtude do impacto das transformações anteriormente aludidas, ou seja, averiguar, por um lado, se as categorias por eles utilizadas tiveram seu conteúdo modificado, apesar da manutenção da terminologia, ou se, por outro, mantiveram-se irretocáveis, podendo, dessa maneira, serem consideradas teórica e politicamente superadas.

O corte temporal a ser utilizado neste estudo, a despeito de iniciar-se com a fundação do PCB no início dos anos 1920, terá como foco central as mudanças desencadeadas no início dos anos 1960, com a cisão do movimento comunista

internacional e a formação do PC do B, além das mudanças observadas no final dos anos 1980 no mundo socialista, e as empreendidas pelo processo de redemocratização no Brasil. Estas alterações implicaram na ascensão desses partidos à esfera legislativa e executiva no âmbito municipal, estadual e nacional. Os dois partidos estudados possuem poucos representantes nessas esferas. O PCB, em especial, perdeu inúmeros parlamentares para o PPS. O PC do B, apesar de ainda pequeno, assume gradativamente uma maior relevância no cenário político nacional, sobretudo, a partir do governo do presidente Lula.

Dentre os partidos estudados nesta pesquisa apenas o PC do B vem adquirindo, desde a sua legalização em 1985, relativo protagonismo na vida política nacional. Especialmente, após a eleição do presidente Lula, projeto ao qual esse Partido esteve comprometido desde 1989, o PC do B assumiu cargos no governo em diversas esferas, inclusive ministerial. De forma inédita, conseguiu eleger um dos seus deputados para a presidência da Câmara Federal. O PCB reorganizado, por sua vez, passa por situação adversa na medida em que não possui representantes no Legislativo Federal e possui poucos representantes nas demais esferas legislativas. As suas influências no movimento sindical e popular parecem diferentes. Também, nesta esfera o PC do B possui uma inserção bem mais acentuada que a do novo PCB.

Argumento que o legado político e ideológico emanado das formulações tanto do Partido Comunista do Brasil (PC do B), desde a sua reorganização em 1962, quanto do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a partir da realização do seu V Congresso em 1960, contribui para explicar o comportamento de ambos em relação às transformações estruturais ocorridas entre os anos 80 e 90 e às respostas que lhes apresentam em termos de propostas de democracia e socialismo.

Para compreender o uso de conceitos como centralismo democrático e ditadura do proletariado em um novo contexto, cujo uso deles aparenta uma completa dissonância com a nova realidade sócio-política, discutirei como o PCB e o PC do B conceberam e concebem tais conceitos na formulação de uma proposta socialista. Supõe-se que tal proposta supere as injustiças do capitalismo e mantenha o funcionamento democrático da vida social e política. Nesse sentido, deverá caminhar em direção oposta ao que ocorreu com as experiências de socialismo real ao longo do século passado. Dessa forma, a discussão a respeito de democracia e socialismo fundamentará a pesquisa a ser empreendida e constituir-se-á na principal discussão teórica a ser implementada.

As transformações nas condições estruturais impactam as escolhas de dirigentes e militantes desses partidos. Todavia, esse impacto é mediado por instituições que

conformam a vida partidária, tais como: a concepção marxista-leninista de partido, a defesa do internacionalismo proletário, a noção de ditadura do proletariado, dentre outras. Argumento que tais instituições configuram um modo de agir que torna os dirigentes e militantes comunistas refratários às influências de determinadas mudanças estruturais e flexíveis a outras. Diante disso, pode-se indagar: como se explica a reação diferenciada entre o PCB e PC do B aos impactos do processo de redemocratização no Brasil e da derrota do socialismo?

A partir de tais considerações podem ser feitos alguns questionamentos que contribuirão para nortear esta pesquisa: Como esses partidos enfrentaram as discussões acerca de temas como democracia e socialismo? É possível observar modificações nas proposições apresentadas nos documentos publicados a partir dos Congressos realizados nos anos 90, em relação aos congressos anteriores? Quais as alterações principais daí resultantes e qual a sua relevância para a discussão a respeito do socialismo no Brasil? Como esses partidos têm pautado a sua atuação política no âmbito de um regime democrático?

O impacto das alterações ocorridas na esfera internacional a partir dos anos 80 sobre as escolhas políticas e teóricas do PC do B e do PCB, relativas às suas práticas políticas cotidianas e à formulação de princípios, foi mediada, sobretudo, pelo legado político e ideológico dos dirigentes e militantes que atuaram nesses partidos, sobretudo a partir do início dos anos 60. A racionalidade dos militantes e dirigentes dos atores políticos em estudo, talvez tenha influenciado secundariamente essas ações e princípios, tendo em vista que essa racionalidade parece ser condicionada pela trajetória histórica daquelas instituições. Desse modo, pode-se afirmar que: a reação diferenciada do PCB e do PC do B em relação à derrota do socialismo e à redemocratização no Brasil explica-se pela conformação institucional oriunda do legado político e ideológico herdado, pelos dirigentes e militantes que atuavam nesses partidos no final dos anos 1980.

O principal objetivo dessa pesquisa, pois, é tentar explicar a reação diferenciada do PCB e do PC do B ao processo de redemocratização no Brasil e à derrota do socialismo entre 1989 e 1991, observando as prováveis alterações nas concepções de Estado, democracia e socialismo presentes nas proposições desses partidos, entre o início dos anos 80 do século passado e os primeiros anos do século XXI. Além desse objetivo, outros serão perseguidos, tais como: (1) identificar as alterações nas proposições políticas dos dois partidos, referentes à construção de uma sociedade socialista no Brasil, em virtude do impacto da derrota das experiências socialistas, no início dos anos 90; (2) verificar se a

permanência de categorias como: centralismo democrático e ditadura do proletariado implica numa prática política destoante das proposições teórico-políticas desses partidos; (3) verificar em que medida a prática política dos parlamentares comunistas na esfera federal, foi influenciada pela vivência política desses partidos em um regime democrático; (4) verificar como esses partidos justificam teórica e politicamente a postura de apoiar ou se opor ao governo do presidente Lula.

Neste trabalho busco captar, também, os momentos em que a atuação política dos partidos comunistas no Brasil tenha incorporado o viés democrático como parte intrínseca da sua atividade política, seja afirmando ou negando a validade ou a universalidade da democracia representativa. Busco captar ainda, a concepção de revolução socialista esboçada por esses partidos, na medida em que o modelo de socialismo a ser implantado já parece estabelecido como cópia do socialismo soviético ou albanês. Entretanto, esses partidos realçam em vários momentos a necessidade de encontrar um caminho brasileiro para o socialismo, embora pareçam jamais terem perseguido com tenacidade a construção desse caminho.

Não se trata de determinar se as escolhas feitas pelos partidos comunistas, ou mais precisamente pelos seus núcleos dirigentes, tenham sido as mais adequadas às contingências. Mas, ao contrário, verificar que nas várias contingências postas pela conjuntura política, esses partidos tomaram decisões políticas e procuraram implementá-las. Além disso, as defenderam como as mais corretas para aquela conjuntura, ainda que posteriormente as tenham considerado equivocadas, ou seja, esses partidos participaram efetivamente da vida política nacional. Essa participação foi relevante para decisões políticas futuras, ainda quando, em alguns momentos tenham decidido não participar, pregando voto nulo, por exemplo.

Destarte, imunizaram-se ideologicamente com o marxismo-leninismo, embora essa imunização tenha sido mais evidente e efetiva no PC do B, e isso lhes dava a certeza da vitória e constituía o fermento que os fez crescer politicamente, a ponto de exercerem uma influência para além da sua real força numérica. Argumento, portanto, que o marxismo-leninismo se constitui em fator ideológico, que explica a força política demonstrada por esses partidos, sem essa ideologia os partidos comunistas dificilmente conseguiriam exercer a influência que muitos reconhecem. Postulo que na falta de tal ideologia esses partidos atuariam com dubiedade e não teriam a influência política que tiveram ao longo das suas histórias.

O fato do PC do B ter enveredado pela luta armada de resistência ao regime militar e, tentar estabelecer uma continuidade histórica entre a insurreição de 1935 e a luta mais recente, parece ter contribuído para o crescimento do contingente de militantes do partido e para o seu fortalecimento ideológico. Tais fatos contribuíram para cimentar suas fileiras, minimizando os efeitos corrosivos da derrota do socialismo que impactaram fortemente o PCB, praticamente desestruturando-o.

Parece, também, que suas críticas ao “social-imperialismo” soviético e o rompimento com esse modelo de socialismo em 1970, aliado à defesa da Revolução Russa de 1917 a qual teria sido, consoante sua interpretação, tergiversada pelos revisionistas, tiveram efeito semelhante tornando possível uma adaptação menos traumática ao período pós-derrota do socialismo.

Após a anistia de 1979 e o retorno de diversos dirigentes comunistas do exílio tanto o PCB, quanto o PC do B se engajarão nas lutas políticas a fim de derrotar o regime militar. Defenderão a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e eleições diretas para a presidência da República. O Projeto de Emenda Constitucional que propunha eleição direta para presidente foi derrotado. Portanto, os dois partidos participarão da campanha do candidato opositor, Tancredo Neves. Ambos apoiarão, também, o governo Sarney empossado em 1985. A partir de março de 1985 os dois partidos comunistas passarão a ter uma prolongada e inédita vida legal. Os dois partidos serão impactados pela imprevisível derrota do socialismo na URSS no Leste europeu, entretanto, a reação dos dois a essa derrota será bastante diferenciada.

Abordarei no capítulo 01 a discussão empreendida por Marx e Engels sobre o Estado e a democracia. Será considerado que Marx produziu duas concepções de Estado que, embora não sejam antagônicas, são diferenciadas. A primeira, concebe o Estado como um instrumento da classe economicamente dominante. A segunda, concebe o Estado como uma instituição que possui autonomia relativa em relação às classes economicamente dominantes. As proposições de Lênin serão consideradas como emblemáticas da primeira concepção, enquanto, as proposições de Ralph Milliband e Nicos Poulantzas aparecerão como representativas da segunda. Ainda nesse capítulo serão abordados concisamente os questionamentos de Norberto Bobbio acerca da dificuldade de se encontrar uma teoria política marxista sobre o Estado e a democracia.

Dentre os teóricos que tentaram reformular o marxismo a fim de adaptá-lo às peculiaridades dos países ocidentais no século XX, encontram-se Antonio Gramsci e os teóricos eurocomunistas, portanto, a discussão será centrada, também, nos postulados

desses teóricos. As teses eurocomunistas foram formuladas, sobretudo, por militantes comunistas italianos. O eurocomunismo pretendia renovar a teoria política marxista, a fim de torná-la compatível com os princípios da democracia representativa. A configuração da democracia para esses teóricos deveria constituir-se em um amálgama dos institutos da democracia representativa com os da democracia direta. As proposições de Antonio Gramsci, seguidas das formulações de Palmiro Togliatti serão consideradas como precursoras do eurocomunismo. Por fim, serão apresentadas as teses esboçadas por Umberto Cerroni e Pietro Ingrao. Serão consideradas, também, como eurocomunistas as contribuições de Nicos Poulantzas e do dirigente comunista espanhol Santiago Carrilo.

No capítulo 02 discutirei as teses dos teóricos marxistas que atuaram politicamente sob a direção da Internacional Socialista. A discussão principal problematizará o debate travado no interior do Partido Social-democrata Alemão proporcionado pelos escritos de Eduard Bernstein. Em seguida, apresentarei os problemas políticos desencadeados pela adesão dos partidos social-democratas europeus aos governos de seus países na Primeira Guerra Mundial. Esta decisão contrariava a orientação da própria Internacional Socialista. Tais problemas resultaram na estruturação do Comintern ou Internacional Comunista. Lênin e Stalin foram os principais expoentes da Terceira Internacional. Trotsky, foi derrotado na disputa com Stalin pela direção do Estado Soviético, por isso afastou-se das teses designadas por ele de stalinistas e fundou a IV Internacional. Os militantes comunistas que atuaram na IV Internacional, participam do movimento comunista como dissidentes e críticos da construção do socialismo na União Soviética na época de Stalin. A partir do XX Congresso do PCUS voltam a apoiar o Estado soviético, apesar de caracterizá-lo como socialista-burocrático.

Deter-se-á, também, na estruturação dos partidos operários, ou seja, dos partidos socialistas e dos partidos comunistas. Estes últimos foram organizados a partir da cisão ocorrida na Segunda Internacional. No âmbito dessa discussão surgirá o delineamento da concepção leninista de partido revolucionário, cujo modelo ganhará primazia no movimento operário organizado em torno da Terceira Internacional. Esta organização visava organizar os egressos do movimento socialista que romperam com a Internacional Socialista e estruturaram os partidos comunistas após a Primeira Guerra Mundial.

No capítulo 03 será estudada a orientação política do Partido Comunista do Brasil no período que se inicia com a sua fundação em 1922 até a aprovação em 1958 da Declaração Política que implicou em significativas mudanças na orientação política daquele Partido. Tratará, assim, do legado político do velho PCB aos militantes e

dirigentes que atuam nesse Partido no momento em que foi lançado o famoso relatório Krushev, no XX Congresso do PCUS. Questionará as interpretações correntes sobre a prática política do PCB e, simultaneamente, apresentará interpretações consideradas válidas para as ações e formulações políticas do PCB. Sejam as que resultaram na formação de frente ampla ou as que postulavam insurreições. Serão discutidas, portanto, a estruturação do Bloco Operário e Camponês (BOC), da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a tentativa insurrecional de 1935. A linha política flexível do final dos anos 1930 e início dos anos 1940 e a radicalização dos anos 1950 serão problematizadas, assim como, as implicações teóricas e políticas oriundas da Declaração Política de março de 1958.

No capítulo 04 serão discutidas a orientação e a prática políticas do PCB e do PC do B entre o início dos anos 1960 e 1980. A partir de 1962, o movimento comunista no Brasil cindiu-se nos dois partidos aqui estudados. Estes se auto-intitulavam, simultaneamente, como o verdadeiro partido revolucionário da classe operária no Brasil. As práticas políticas e as formulações desses dois partidos refletirão a cisão ocorrida no movimento comunista internacional. Este, após o famoso relatório Krushev se dividirá e jamais será reunificado. Desse modo, os dois partidos assumirão posturas diferenciadas sobre diversos problemas políticos, tais como: o governo de João Goulart e as formas de combate ao regime militar. Apresentarão, também, formulações diferenciadas sobre a revolução brasileira. As práticas políticas desses partidos confluirão para ações comuns, sobretudo, nos anos 1980. Entretanto, eles ainda permanecerão divergindo no que concerne ao caminho da revolução brasileira.

Por fim, o capítulo 05 abordará a especificidade da atuação política dos partidos comunistas no Brasil a partir da derrota do socialismo no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. A partir de 1985, também, o PCB e o PC do B terão um período duradouro de vida legal. Também serão confrontados com as conseqüências da derrota do socialismo na URSS e no Leste europeu. Em virtude disso, as ações desses partidos encontrarão novos desafios e terão que ser criativos nas respostas que darão a fim de enfrentar os problemas oriundos daquela derrota. Acima de tudo, terão que reformular suas propostas de socialismo. A partir de 2003, novos desafios surgirão com a posse do governo Lula, cuja eleição tivera o apoio desses dois partidos. Problema adicional parece ser o fato do presidente Lula militar num partido que disputava influência no movimento sindical e popular com os partidos comunistas. Desse modo, terão que decidir sobre a sua inserção naquele governo, ou seja, se assumiriam cargos na administração federal ou se participariam dos movimentos de oposição ao governo Lula.

Esta pesquisa terá como fundamento um tema que considero central para qualquer discussão efetiva a respeito do socialismo, ou seja, a sua relação com a democracia. Dessa maneira, problematizará o modelo de democracia a ser implementado em uma possível sociedade socialista protagonizada por Partidos Comunistas no Brasil. Parte da premissa de que um programa socialista se funda na coletivização dos meios de produção, na busca da emancipação política, social e ideológica do ser humano e na sua auto-realização, como ser capaz de desenvolver todos os aspectos da sua capacidade conforme os postulados marxistas. Questiona se os militantes dos partidos estudados consideram que isso ainda seja possível, haja vista, que nenhuma das experiências de socialismo ao longo do século passado vislumbrou essas realizações. A disponibilidade de fontes documentais e bibliográficas acerca do objeto a ser estudado e a disposição do pesquisador para empreender este estudo também validam e justificam esta pesquisa.

## 1.1 ALGUMAS PALAVRAS SOBRE METODOLOGIA

O arcabouço teórico-metodológico da pesquisa fundamentar-se-á na teoria institucionalista. Conforme explica Ames (2003), a adoção de um enfoque institucional indica que o pesquisador concebe que as instituições têm vida própria e são mais do que pretendiam seus criadores, ou seja, apesar de serem criadas por indivíduos, as instituições não são meros prolongamentos das intenções dos atores que as criaram. Além desse aspecto caracterizador das instituições, Ames (2003) remete-se ao fato de que o enfoque institucional concebe que as instituições dependem de sua trajetória histórica, ou seja, são *path-dependence*.

Ames refere-se, também, às dificuldades das inovações institucionais. Argumenta que as mudanças institucionais são consideradas de difícil realização em virtude de três aspectos que caracterizam o *status quo* institucional. Primeiro, as instituições podem constituir-se de mecanismos que dificultam a mudança; segundo, os atores beneficiados por determinados arranjos institucionais tendem a resistir à implementação de reformas; terceiro, quando as instituições são consolidadas, os custos exigidos para reformá-las tornam a mudança praticamente inviável. Desse modo, a preservação do *status quo* institucional torna-se preferível, a despeito dos custos advindos dos problemas que decorrem da manutenção dos velhos arranjos institucionais.

Ames (2003) remete-se a Hall e Taylor para apresentar uma tipologia das vertentes neo-institucionalistas. Argumenta que existem quatro abordagens teóricas que se

alinham no campo institucionalista: a teoria organizacional; a teoria dos custos de transação; a escolha racional e o institucionalismo histórico. A teoria organizacional concebe as instituições como atores políticos coletivos, enquanto a teoria dos custos de transação enfatiza os problemas advindos do processo de inovação institucional, englobando entre esses custos a negociação de acordos e o controle do cumprimento dos acordos. Das quatro abordagens neo-institucionalistas apresentadas por Ames, o institucionalismo histórico constituir-se-á na vertente privilegiada desta pesquisa.

Esta pesquisa utilizar-se-á do enfoque neo-institucional, designado de institucionalismo histórico. Conforme Peters (2000), a utilização freqüente do termo neo-institucionalismo possui dois significados. Primeiro significa que existia anteriormente uma abordagem institucionalista e, também, significa que a abordagem atual diferencia-se da anterior. Desse modo, observa Peters, é possível detectar várias características do novo institucionalismo que o diferenciam do velho institucionalismo. Essas características refletem o impacto da revolução behaviorista no âmbito da Ciência Política.\*

Uma das características do neo-institucionalismo refere-se a sua capacidade de explicação. Enquanto a versão anterior do institucionalismo busca descrever as instituições, o novo institucionalismo busca explicá-las e, sobretudo, explicar o comportamento de atores políticos a partir da influência das instituições. Outra característica é que o novo institucionalismo observa o comportamento real das instituições e não apenas os seus aspectos formais, estruturais. A terceira característica ressaltada por Peters é que as análises neo-institucionalistas voltam-se para os resultados das ações institucionais, tanto das instituições governamentais, quanto as de outro tipo de instituição.

Peters (2000), Hall e Taylor (2003) e Thérét (2003) concordam que não existe apenas uma versão do neo-institucionalismo. Peters refere-se à existência de cinco versões neo-institucionalistas, enquanto Hall e Taylor e Bruno Thérét, apresentam três versões do neo-institucionalismo como efetivamente importantes para a Ciência Política: o institucionalismo histórico, o institucionalismo da escolha racional e o institucionalismo sociológico. Apresentam, ainda, um institucionalismo econômico que, segundo Hall e Taylor, confunde-se com o institucionalismo da escolha racional.

Hall e Taylor (2003) apresentam dois problemas fundamentais ao tratar das diversas versões do neo-institucionalismo. O primeiro problema refere-se ao modo como essas versões encaram a relação entre instituições e comportamentos individuais.

---

\* Para uma análise pertinente acerca do impacto do behaviorismo na Ciência Política, confira Almond, 2000.

Argumentam que essa relação é abordada a partir de dois enfoques: um calculador e outro cultural. O enfoque calculador, utilizado pelo institucionalismo da escolha racional, caracteriza-se por enfatizar o caráter instrumental e estratégico do comportamento individual. Para esse enfoque, o papel das instituições limita-se a reduzir a incerteza sobre o comportamento dos demais indivíduos. O enfoque cultural, privilegiado pelo institucionalismo sociológico, ressalta a importância da rotina para um determinado comportamento dos atores políticos. Enfatiza, também, a importância da visão de mundo construída pelos atores políticos para a interpretação das circunstâncias que envolvem a ação.

A posição dos teóricos do institucionalismo histórico, relativa ao entendimento da relação entre instituições e comportamento dos atores políticos, é eclética. Consoante Théret (2003), os teóricos dessa versão do neo-institucionalismo concebem que os atores políticos utilizar-se-iam do cálculo racional fundados em seus interesses e, concomitantemente, sofreriam influência das suas visões de mundo que corresponderiam às suas posições e contextos sociais. Desse modo, os próprios interesses seriam construídos politicamente. Portanto, para os institucionalistas históricos, cálculo e cultura estariam na base da formação de atores coletivos. A ação desses atores dar-se-ia no âmbito de macro-instituições herdadas e fundamentar-se-ia em relações de poder assimétricas.

O segundo problema, abordado por Hall e Taylor, refere-se à maneira como os teóricos das versões neo-institucionalistas vêem o processo de gênese e transformação das instituições. No tratamento desse problema duas questões são postas: (1) as instituições originam-se a fim de solucionar conflitos ou, (2) funcionam para solucionar problemas de coordenação da ação humana. Conforme Théret, a proposição dos institucionalistas históricos é que:

[...] a instituição funciona como uma maneira de regular conflitos inerentes ao desenvolvimento da diferenciação de interesses e à assimetria de poder, o que contrasta com a postura do institucionalismo sociológico e do institucionalismo da escolha racional que a vêem como uma solução para problemas de coordenação.<sup>1</sup>

Conforme Peters, os estudiosos do institucionalismo histórico enfatizam a influência das escolhas institucionais feitas no passado, sobre as escolhas feitas no presente. Desse modo, concebem que uma análise fundada apenas no cálculo racional é

---

<sup>1</sup> Théret, 2003, p. 229.

incapaz de explicar essas escolhas. O pesquisador deve, então, recorrer ao passado para explicar as mudanças políticas do presente.

The argument is that these initial choices (structural as well as normative) will have a pervasive effect on subsequent policy choices. This approach takes the basic tenets of institutionalism and points to the importance of the structural choices made at the inception of a policy. It appears in these arguments that even if subsequent structural changes are made, the initial choices have an enduring impact.<sup>2</sup>

Conforme Hall e Taylor, os teóricos do institucionalismo histórico definem instituições como: “os procedimentos, protocolos, normas e convenções officiosas e oficiais [...] inerentes à estrutura organizacional da comunidade política e da economia política. [...]”<sup>3</sup> Nessa definição são incorporadas como instituições, tanto as regras de uma carta constitucional até as convenções que orientam as relações entre empresas, sindicatos, partidos políticos, etc. Percebe-se, portanto, a existência de um relacionamento interinstitucional, seja entre organizações, ou entre as regras e convenções formuladas por instituições formais. Uma das características do institucionalismo histórico a ser considerada refere-se à assimetria de poder entre as instituições, ou seja, supõe-se que a maior ou menor disponibilidade de recursos, influencia o modo como as instituições impactam o comportamento de determinados atores políticos

Os teóricos do institucionalismo histórico postulam que as causas dos fenômenos sociais dependem da trajetória percorrida, ou seja, são *path dependent*. Dessa forma, asseguram que as forças ativas que produzem um determinado resultado em um lugar, não produzem um resultado idêntico quando em ação em outro local. Como se percebe, essas forças são modificadas conforme as particularidades de cada local, enquanto essas particularidades são forjadas pelo desenvolvimento histórico das instituições.

Conforme Hall e Taylor (2003), inúmeros adeptos dessa vertente institucionalista distinguem, no processo histórico, os períodos de continuidade dos períodos de ruptura. Esses teóricos, também, tendem a apresentar um mundo mais complexo do que o universo das preferências e das instituições; porquanto, consideram que o processo de causalidade é influenciado por diversos outros fatores, sobretudo, o desenvolvimento sócio-econômico e a difusão das idéias.

Destaca-se com singular relevância para esta pesquisa, a discussão empreendida por Ames (2003) sobre os pontos de aproximação e contraposição entre o institucionalismo

---

<sup>2</sup> Peters, 2000, p. 210.

<sup>3</sup> Hall e Taylor, 2003, p. 196.

da escolha racional e o institucionalismo histórico. Conforme este autor, os teóricos da escolha racional que se alinham no campo institucionalista concebem que o comportamento dos atores muda, independentemente dos aspectos culturais, quando ocorrem mudanças nos arranjos institucionais. Isto significa que as preferências estratégicas dos atores são determinadas pelas restrições, imposições e incentivos das regras formais da política.

Ames (2003) observa que existe um aspecto comum entre institucionalismo da escolha racional e o institucionalismo histórico: essas duas abordagens preocupam-se com a maneira como as instituições impactam as estratégias dos atores e com as conseqüências da ação política. Apesar desse aspecto comum, algumas diferenças importantes nessas abordagens são sublinhadas. A primeira diferença diz respeito à importância das instituições na determinação do comportamento dos atores políticos. Para os teóricos da escolha racional, o papel das instituições reside na imposição de restrições às condutas que visam apenas a maximização de interesses.

Os teóricos do institucionalismo histórico, por sua vez, consideram que as hipóteses da escolha racional são demasiadamente limitadas, sugerindo que nem todos os atores políticos são maximizadores de interesses e, os atores que agem assim, não passam todo o tempo maximizando seus interesses, ou seja, os atores obedecem a regras da sociedade e seguem-nas a despeito delas não maximizarem seus interesses pessoais. Tsebelis (1998) relativiza as críticas dos teóricos do institucionalismo histórico aos postulados da escolha racional, arguindo que:

[...] não afirmo que a escolha racional pode explicar qualquer fenômeno e que não há lugar para outras explicações, mas sustento que a escolha racional é uma abordagem para situações em que a identidade e os objetivos dos atores são estabelecidos, e as regras de interação são precisas e conhecidas pelos atores em interação.<sup>4</sup>

Outra distinção entre o institucionalismo histórico e a teoria da escolha racional é a de que, consoante o primeiro, os contextos institucionais é que definem os objetivos dos atores. Portanto, apenas as análises históricas poderiam indicar quais os objetivos que os atores políticos buscam maximizar e porque esses objetivos foram destacados em vez de outros; além disso, consideram que as preferências dos atores são influenciadas não só por instituições, mas, também, por novas idéias e pela ação das lideranças políticas.

---

<sup>4</sup> Tseblis, 1998, p. 45.

Parece, portanto, que os partidos comunistas prestam-se a uma análise institucional, na medida em que, como organizações formais, atuam de forma coesa e disciplinada e seguem teoricamente um conjunto de regras fundadas no marxismo-leninismo. Este conjunto de regras tornou-se instrumento que orienta a ação política de tais partidos, tornando-os inflexíveis quanto a mudanças provocadas por transformações sócio-econômicas, pois proclamam que a principal mudança estrutural é a que levará à construção do socialismo. Desse modo, a ação desses partidos parece validar a afirmação de Barry Ames sobre as dificuldades de se introduzir mudanças institucionais.

## CAPÍTULO 1

### 1 OS ESCRITOS DE KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS: A PRODUÇÃO TEÓRICA NA ÉPOCA DA PRIMEIRA INTERNACIONAL

Abordarei neste capítulo a discussão marxista sobre o Estado e a democracia. A produção de Marx e Engels será apresentada considerando que Marx produziu duas concepções diferenciadas, embora não antagônicas, de Estado. A primeira, postula o papel do Estado como instrumento da classe economicamente dominante. A segunda, suaviza esse elo entre Estado e classe dominante com a tese da autonomia relativa do Estado. O pensamento leninista será apresentado como o principal expoente da primeira concepção, enquanto as proposições de Ralph Milliband e Nicos Poulantzas aparecerão como representativas da segunda. Apresentarei, também, os questionamentos de Norberto Bobbio acerca da dificuldade de se encontrar uma teoria política sobre o Estado e a democracia nos textos marxistas.

Tratarei, também, das teses que foram formuladas, sobretudo, por militantes comunistas italianos, designadas como eurocomunismo. Este movimento pretendia renovar a teoria política marxista, conformando-a com os princípios da democracia representativa, cuja configuração constituir-se-ia em um amálgama dos institutos da democracia representativa com os da democracia direta. As proposições de Antonio Gramsci, seguidas das formulações de Palmiro Togliatti serão consideradas como precursoras do eurocomunismo. Por fim, serão apresentadas as teses esboçadas por Umberto Cerroni, Pietro Ingrao e Nicos Poulantzas, além das contribuições do dirigente comunista espanhol Santiago Carrilo. Concluirei o capítulo com a apresentação da tentativa de se elaborar uma teoria marxista sobre o partido político, empreendida por Umberto Cerroni.

#### 1.1 HEGEL, MARX E UMA NOVA CONCEPÇÃO DE ESTADO

Algumas obras de Marx escritas entre 1843 e 1845 tratam da questão do Estado. Dentre estas destacam-se: (1) *Critique of Hegel's philosophy of right*; (2) *On the jewish question e*, (3) *Towards a critique of Hegel's philosophy of right: introduction*. Nestas obras, o pensamento de Marx encontra-se, sobremaneira, influenciado pelos postulados

hegelianos sobre o Estado e a sociedade civil. As proposições hegelianas podem ser resumidas, ainda que precariamente, como segue.

O Estado constitui-se para Hegel na realização da razão ou do espírito objetivo, que se completara com a estruturação do Estado moderno. Este Estado poderia assumir várias configurações políticas: monarquia eletiva, hereditária ou república. Com o Estado moderno surge uma classe universal que o dirige: a burocracia. A tarefa principal da burocracia era descobrir e realizar os interesses gerais da sociedade civil. A realização desses interesses caberia à sociedade política, ou seja, ao Estado que os realizaria a partir das ações desencadeadas por sua burocracia. Aos interesses gerais da sociedade política se contrapunham os interesses particulares radicados na sociedade civil a qual era concebida por Hegel como a instância na qual predominavam as necessidades individuais. As classes constituintes da sociedade civil eram consideradas por Hegel como grupos de indivíduos que se vinculavam aos diversos ramos de produção. Desse modo, a cada ramo de produção correspondia uma classe determinada, na qual são incluídos tanto os proprietários como os trabalhadores não-proprietários.

A posição de Hegel sobre a natureza política do Estado se relaciona intrinsecamente com a sua concepção da história. Isto significa que, o Estado apresenta-se como a realização do espírito objetivo independente de qualquer ação orquestrada pelos homens. Destarte, desconsidera qualquer possibilidade do Estado originar-se mediante um contrato realizado entre indivíduos livres e iguais, como propugnavam os teóricos contratualistas. A configuração política do Estado, entretanto, concretiza-se a partir da ação humana. Nesse sentido, Hegel saúda o processo de modernização do Estado, cuja significação precípua remete-se à sua emancipação do poder da aristocracia feudal. Esta emancipação poderia ocorrer de duas formas principais: ou por uma revolução vinda de baixo, semelhante à Revolução Francesa; ou por uma revolução vinda do alto, à semelhança da desencadeada na Prússia por Frederico Guilherme III. Portanto, era indiferente para Hegel se o Estado assumia a configuração política de uma monarquia constitucional, hereditária ou de uma república, desde que estivesse livre das injunções da aristocracia feudal<sup>5</sup>

Na sua crítica à filosofia política hegeliana, Marx apropria-se de algumas proposições desse filósofo. Aceita, por exemplo, a separação postulada por Hegel entre sociedade civil e sociedade política ou Estado, sobretudo, o postulado de que na sociedade

---

<sup>5</sup> Para uma melhor compreensão dessa tese cf Losurdo, 1998.

civil predominavam as carências individuais e os interesses particulares. Marx nega, todavia, que o Estado, através da sua burocracia, representasse os interesses gerais da sociedade e que a burocracia fosse uma classe universal. Marx argumenta que a burocracia constituiria seus próprios interesses particulares e que tenderia a ocultá-los perante a sociedade civil.

Conforme McLellan (1974), Marx utilizara-se do método elaborado por Feuerbach na crítica à religião para afirmar que, embora o Estado fosse uma criação do homem em sociedade, aparentava ser algo separado e acima da própria sociedade civil, constituindo-se, portanto, em elemento opressor dessa sociedade. Dessa forma, concebe que não pode haver emancipação humana sem a supressão do Estado, a despeito de ser possível a emancipação política. Desse modo, somente com a supressão do Estado seria instaurada uma verdadeira democracia.

Parece inexistir nos postulados de Marx sobre a sociedade civil nesses primeiros escritos, a idéia de que a sociedade civil (burguesa) estava permeada por contradições de classe, isto é, faltava ao pensamento marxista, a idéia de que além da contradição entre sociedade civil e sociedade política por ele postulada, existiam contradições entre classes no âmbito da própria sociedade civil, a qual era formada por classes sociais com interesses antagônicos e que o Estado se constituía no instrumento para a realização dos interesses das classes econômica e politicamente dominantes.

Essa compreensão de Marx sobre a sociedade civil parece surgir a partir da elaboração do escrito, ao qual, juntamente com Engels, atribuía o estatuto de um acerto de contas com as suas idéias anteriores a “Ideologia alemã”. Com efeito, neste escrito Marx e Engels mostram que a sociedade civil engloba as esferas das relações de produção e de desenvolvimento das forças produtivas, e, portanto as contradições a elas inerentes. Argumentam: “A expressão sociedade civil abrange o conjunto do intercâmbio material dos indivíduos dentro de um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas.”<sup>6</sup> Marx utiliza a expressão sociedade civil em vários de seus escritos, entretanto, abandona paulatinamente o uso dessa expressão substituindo-a pelo termo sociedade, usando-o em contraposição ao conceito de Estado.

Desenvolveu-se no âmbito do marxismo uma intensa discussão a respeito de uma solução de continuidade entre os textos da juventude de Marx e os textos da maturidade. O filósofo francês Louis Althusser propõe que existe uma ruptura epistemológica entre as

---

<sup>6</sup> Marx e Engels. In: Fernandes, 1984, p. 202.

obras da juventude de Marx e as da maturidade. Tal discussão será aqui considerada irrelevante, na medida em que concebo que seja impossível a um pesquisador da estatura de Marx não ser influenciado pelo conhecimento das diversas disciplinas que o interessavam.

Marx estudou além da filosofia: a economia, a história e a política, o que evidentemente o levaria a incorporar esses novos conhecimentos à sua teoria. O que deve ser ressaltado é que no pensamento do jovem Marx já aparecem categorias que somente serão desenvolvidas à luz dos novos conhecimentos apreendidos. É o que ocorre, por exemplo, com a categoria do proletariado como classe universal, o qual substitui, no pensamento de Marx, a burocracia considerada por Hegel como a classe universal. Com efeito, já no escrito "*Towards a critique of Hegel's philosophy of right: introduction*", o proletariado aparece como classe universal. Nesse escrito, também, será definido o papel histórico do proletariado no processo de emancipação humana. A partir desse escrito o proletariado surge, no pensamento de Marx, como a classe verdadeiramente revolucionária, cuja emancipação propiciaria a emancipação da humanidade. Apesar dessa observação, deve-se ressaltar que somente no Manifesto Comunista é atribuída a função que o proletariado historicamente deveria cumprir.

Marx e Engels ressaltaram, ainda no Manifesto Comunista, o papel revolucionário desempenhado pela burguesia, sobretudo, em três aspectos: no estabelecimento da grande indústria; na estruturação de um mercado mundial e na simplificação das relações sociais. Com efeito, para eles a burguesia contribuiu efetivamente para configurar a sociedade com duas grandes classes antagônicas entre si. Concomitantemente, com essas alterações econômicas e sociais, alterou as relações políticas anteriores, ou seja, de classe dominada tornou-se classe dominante. Faz parte, também, das conquistas revolucionárias da burguesia, a concentração da produção e da distribuição, bem como a centralização política e administrativa. Por fim, Marx e Engels argumentam que a burguesia conseguiu com que o Estado moderno se configurasse como um aparelho para gerir os seus negócios comuns.

Marx e Engels concebem, ainda no Manifesto Comunista, que a organização política e institucional é a principal arma para a conquista das reivindicações do proletariado, como exemplo citam a conquista da Lei das Dez Horas na Inglaterra. Observam, também, que a própria burguesia, nas suas lutas políticas, recorre ao proletariado a fim de assegurar a sua vitória. Todavia, ao fazer isso, fornece ao proletariado, os meios indispensáveis para a sua educação política. Portanto, Marx e Engels, ao contrário dos pensadores liberais democratas, não viam o sufrágio universal

como o instrumento por excelência para a educação política da classe operária. Pelo contrário, a própria luta do proletariado a fim de conquistar reformas sociais o levaria à luta política. O sufrágio universal, também, resultaria dessa luta.

Para Marx e Engels a tarefa fundamental dos comunistas, é lutar pela abolição da propriedade privada. Contudo, concebem o capital como uma força social e não individual, portanto, sugerem que se transforme apenas o capital em propriedade coletiva e não os demais tipos individuais de propriedade. Reforçam essa proposição ao observarem que no comunismo não se deve suprimir a apropriação individual do produto social, mas impedir que essa apropriação possibilite a monopolização e a concentração do produto social nas mãos de alguns indivíduos e os capacitem a explorar outros, em virtude de tal monopolização. Observam: “Communism deprives no man of the power to appropriate the products of society; all that it does is to deprive him of the power to subjugate the labour of others by mean of such appropriation.”<sup>7</sup>

No Manifesto Comunista, Marx e Engels reafirmam, também, a validade da proposição antecipada n’A Ideologia Alemã de que as idéias dominantes em uma determinada época histórica são as idéias da classe dominante. Nesse sentido, argumentam que as idéias, noções e concepções mudam historicamente a partir das mudanças nas condições de vida e nas relações sociais entre os homens. Retomam, também, o postulado de que a estrutura econômica é que determina a superestrutura política, jurídica e ideológica. Desse modo, observam que as idéias e o direito burgueses surgem das condições de produção e de apropriação burguesas e que os interesses dessa classe são transformados em lei, contudo, a lei assume a conotação de que representa o interesse de toda a sociedade.

Em virtude dessa situação, na qual o domínio econômico traduz-se em domínio político, postulam que a ascensão do proletariado ao poder, como classe dominante, significa a conquista da democracia e, simultaneamente a violação despótica da propriedade privada burguesa e a centralização da propriedade nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado como classe dominante. Tal ascensão resulta na supressão das classes e do Estado, com o conseqüente surgimento das condições para o livre desenvolvimento de todos. Marx e Engels não antecipam como seria a sociedade socialista. Ao contrário, observam que as medidas que consolidarão o proletariado no poder serão diferenciadas conforme as particularidades nacionais. Todavia, apresentam

---

<sup>7</sup> Marx e Engels. In, McLellan, 1987, p. 233

medidas genéricas que deveriam ser tomadas pelo proletariado nos países de industrialização avançada.

### 1.1.1 A Re-Configuração do Papel do Estado nas Obras Históricas de Marx

Parece claro, portanto, que no Manifesto Comunista de 1848 o Estado é analisado por Marx e Engels como instrumento de dominação de classe. Contudo, nas obras históricas de Marx, notadamente em: “As lutas de classe na França de 1848 a 1850” e no “O dezoito brumário de Luís Bonaparte”, parece surgir uma análise mais sofisticada. Além da reafirmação do Estado como o realizador dos interesses da classe dominante, percebe-se que, ao se considerar as circunstâncias nas quais se desenvolvem as lutas políticas entre classes e as frações e facções de classes, o Estado surge, conforme a análise de Marx, como uma organização que concentra determinados recursos capazes de lhe propiciar capacidade de iniciativa e de decisão que ultrapassa a mera visão do Estado como instrumento de dominação de classe. Poulantzas (1986) parece ter sido o primeiro teórico no âmbito do marxismo a apresentar essa clivagem na concepção marxista do Estado. Com efeito, Poulantzas argumenta que, além da função de reproduzir as relações de dominação de classe, o Estado capitalista possui uma função histórica, a partir da qual se pode realçar a sua relativa autonomia diante das classes sociais e das frações no seio da classe dominante.

Codato e Perissinotto (2001) observam que Marx apresenta em suas análises políticas uma clivagem entre aparelho de Estado e poder de Estado. Desse modo, parece ser a partir dessa distinção e da ênfase dada por Marx ao aparelho de Estado que pensadores marxistas como Gramsci, por exemplo, puderam estabelecer uma diferença entre poder real e poder nominal das classes sociais. Esses teóricos argumentam, partindo da problemática vislumbrada por Marx, que o domínio político de uma fração da classe economicamente dominante depende da sua capacidade de, em determinadas circunstâncias históricas, controlar o setor do aparato estatal que detém o poder real.

Nas análises políticas de Marx, empreendidas nas suas obras históricas, além dessa diferença entre aparelho de Estado e poder de Estado, delineia-se uma sociedade cindida em classes, cuja complexidade social é maior do que a análise apresentada no Manifesto Comunista. Assim é que, em “A luta de classes na França de 1848 a 1850”, Marx observa que após a derrota do proletariado ocorrida em junho de 1848, as frações e facções burguesas puderam disputar ferrenhamente o poder efetivo sem os temores de

qualquer revolta vinda de baixo. Desse modo, conseguiram constituir um Estado cuja configuração política representava, em um momento uma fração da burguesia e, noutro momento a fração, também burguesa, mas adversária daquela.

Consoante a análise de Marx, a derrota do proletariado francês em junho de 1848 ocorreu a partir da aliança entre os republicanos democratas e os republicanos burgueses. Os republicanos democratas não conseguiram nenhum benefício com a sua aliança com a burguesia republicana. Todavia, eram obrigados a apoiar os republicanos burgueses, tendo em vista a oposição tenaz da facção burguesa anti-republicana. Esta era formada por duas alas. A primeira designada de legitimista (partidária da dinastia dos Bourbons) e a segunda designada de orleanista (partidária da dinastia dos Órleans). A visão de Marx de que uma classe economicamente dominante não age politicamente com homogeneidade de interesses, desvela-se com maior nitidez quando da sua análise dos trabalhos da Assembléia Constituinte francesa de 1848. Afirma:

Constituições eram antes elaboradas e proclamadas logo que o processo de revolução social chegava a um ponto de repouso, logo que as relações recém-formadas de classe tinham se consolidado e as facções em luta da classe dominante chegavam a um compromisso que lhes permitia prosseguir na luta entre si e, ao mesmo tempo, excluir dela a esgotada massa popular.<sup>8</sup>

Marx ressalta com especial atenção os embates desencadeados entre os poderes constituídos da República francesa após as eleições de 1849 e a eleição de Luís Bonaparte. De um lado, situa-se o Poder Executivo representado pelo ministério Barrot e o presidente eleito, representantes da burguesia monarquista; do outro lado o Poder Legislativo, representado pelos republicanos democratas (pequena burguesia) e pelos republicanos burgueses. Sugere, portanto, que o Estado está constituído de instituições dotadas de poderes que permitem que uma instituição se sobreponha aos poderes das demais. Observa, então, que a Assembléia Nacional Constituinte detinha o monopólio de poder, contudo, após a promulgação da Constituição e a conseqüente eleição presidencial surge uma dualidade de poderes, a qual somente poderia ser sanada com a primazia política de um dos poderes em confronto em relação ao poder oponente. Com efeito, esse impasse somente é solucionado com o golpe de Estado de Luís Napoleão em 1851.

Torna-se plausível argumentar que assim como a análise de Marx dos acontecimentos históricos na França entre 1848 e 1851, apresenta uma composição da

---

<sup>8</sup> Marx. In: Fernandes, 1984, p. 259.

sociedade civil que supera a dicotomia prevalente no Manifesto Comunista entre burguesia e proletariado, na medida em que enfatiza as lutas políticas desencadeadas no seio da própria burguesia, surge, também, uma visão alternativa à noção do Estado como instrumento da classe dominante. Apesar de Marx manter, ainda nesse escrito, a tese da natureza de classe do Estado, este aparece como uma instituição heterogênea, na qual determinados órgãos do poder estatal, detém efetivo poder, enquanto outros possuem apenas poder nominal. Daí infere-se que as lutas entre as frações e facções burguesas, visavam assegurar para seus segmentos respectivos o controle dos órgãos detentores de poder efetivo.

Pode-se, portanto, concordar com Codato e Perissinoto (2001) quando afirmam que Marx apresenta uma visão de Estado que o considera como instituição com autonomia relativa em relação à classe economicamente dominante – a despeito da sua natureza de classe – cuja autonomia, em determinadas circunstâncias históricas, pode ser bastante significativa. Desse modo, é que se pode conceber que determinados órgãos estatais tenham influência decisiva em circunstâncias históricas peculiares, nas quais podiam atuar contra os interesses específicos ou gerais da classe economicamente dominante, ainda que, a longo prazo, terminem por incrementar os interesses gerais da burguesia, ao assegurar as bases para o desenvolvimento econômico. Este desenvolvimento interessa tanto ao Estado como instituição, quanto à burguesia como classe economicamente dominante, embora esta, momentaneamente, tenha perdido a influência política decisiva.

Marx explica os acontecimentos de dezembro de 1851 – golpe de Luís Bonaparte – a partir dos acontecimentos políticos desencadeados na França entre 1849 e 1851. A crise econômica que se inicia na França nesse mesmo período parece ser considerada irrelevante para aqueles acontecimentos. Esta análise de Marx, portanto, não pode ser em nenhum momento acusada de determinismo econômico. Pode-se afirmar, portanto, que Marx ao utilizar sua teoria de que a estrutura econômica determina a superestrutura jurídico-política, especifica com clareza as circunstâncias históricas em que a sua teoria não se aplica. Marx, ao contrário, aceita a explicação de que as turbulências políticas influenciaram de algum modo na crise econômica, embora ressalte que essa influência não seja determinante para a crise.

Todavia, os pensadores marxistas como Kautsky e Plekhanov, por exemplo, viam no desenvolvimento econômico a chave para a conquista do socialismo mediante uma ação política limitada, tendo em vista a inexorabilidade da transformação socialista da sociedade. Conforme esses teóricos, os trabalhadores seriam capazes de, no momento

exato, perceberem a imperiosidade da substituição do capitalismo pelo socialismo, cabendo ao partido social-democrata indicar que as condições necessárias para essa transformação estavam maduras. Afirma Plekhanov:

A social-democracia considera o desenvolvimento histórico do ponto de vista da necessidade, e suas próprias atividades como um elo necessário na cadeia das condições necessárias que, combinadas, tornam inevitável a vitória do socialismo.<sup>9</sup>

Esses teóricos marxistas parecem desconhecer a utilização coerente da concepção materialista da história feita por Marx e Engels. Com efeito, na obra “Prefácio à crítica da economia política”, Karl Marx explicita com clareza a relevância que atribui às fundações estruturais da sociedade, ou seja, a sua base econômica para a formação da superestrutura jurídica, política e ideológica. Marx assinala que a superestrutura se constitui a partir da base econômica da sociedade. Contudo, parece que na obra referenciada, Marx também atribui uma importância significativa à superestrutura, na medida em que é através dela que os homens adquirem consciência dos conflitos inerentes às relações sociais. Estas relações, que permeiam a base econômica da sociedade, são atravessadas por conflitos cujo conhecimento adequado deles permite, consoante o pensamento de Marx, a transformação da própria base econômica. Deve-se assinalar, também, que para Marx os homens realizam a transformação da base econômica após tomarem conhecimento dos conflitos que minam essa base. Nesse sentido, os homens assumem um papel primaz na transformação da infraestrutura e não assistem passivamente as mudanças que ocorreriam independente das suas vontades, como parece sugerir a priori uma análise apressada da concepção materialista da história. Assevera Marx:

Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim.<sup>10</sup>

Engels, em carta a Joseph Bloch, assevera que, conforme a concepção materialista da história elaborada por ele e Marx, os fatores que, em última instância, determinam a transformação social são a produção e a reprodução da vida material. Observa, que

---

<sup>9</sup> Plekhanov, apud. Przeworski, 1989, p. 14.

<sup>10</sup> Marx, 1978, p. 130

nenhum dos dois afirmou que a base econômica fosse o único fator determinante, mas que os fatores superestruturais também influenciam na transformação social, sendo muitas vezes o fator predominante. Observa ainda, que as transformações sociais resultam dos conflitos entre as vontades individuais. Desse modo, o conjunto dessas vontades constitui um acontecimento histórico. Este acontecimento não corresponde a uma mera soma dessas vontades, mas a uma fusão cujo resultado final nem sempre corresponde ao que os indivíduos planejaram. Ressalta, todavia, que o fato do resultado final ser imprevisto não significa que as vontades individuais sejam irrelevantes, ao contrário, todas elas participam da construção do acontecimento histórico e estão incluídas nele.

Apesar dessas ressalvas, observa que ele e Marx foram os responsáveis pelo desvio cometido pelos que atribuem relevância apenas ao fator econômico na determinação do acontecimento histórico. Argumenta que como ele e Marx sempre estiveram envolvidos em polêmica contra os pensadores que negavam importância ao fator econômico, terminaram não dando a atenção devida aos demais fatores. Contudo, sustenta que sempre que ele e Marx faziam análises históricas os fatores superestruturais eram considerados como fatores que se relacionam com o econômico na transformação social. Engels (1974) remete, por fim, o leitor para as obras dele e de Marx nas quais os fatores superestruturais são tratados como determinantes do acontecimento histórico. Dentre elas ressalta: os capítulos históricos de “O Capital”, “O 18 brumário de Luiz Bonaparte” de Karl Marx, além de “Ludwing Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã” e “Anti-Düring” dele próprio.

Wright Mills (1966) critica os erros cometidos por pensadores marxistas, a partir dos desdobramentos teóricos oriundos da utilização indevida do determinismo econômico, tal como se encontra expresso na concepção materialista da história de Marx. Mills, contudo, relativiza o uso teórico que Marx faz do determinismo econômico, sobretudo, nas suas análises históricas e políticas. Com efeito, Mills referenda a inter-relação sugerida por Engels entre os fatores econômicos e ideológicos na transformação da sociedade. Mills (1966) demonstra que o pensamento de Marx está permeado pelo determinismo econômico, considerado por ele como um dos erros fundamentais desse pensador, tendo em vista as interpenetrações e inter-influências das esferas política, militar e psicológica. Mills parece demonstrar também clareza quanto à relação estabelecida por Marx e Engels entre as condições materiais de produção e a consciência que os homens constroem a partir dessas condições. Argumenta:

We may of course assume with Engels that he allows a degree of free-play among the several factors that interact, and also that he provides a flexible time-schedule in which economic causes do their work. But in the end – and usually the end is not so very far off – economic causes are ‘the basic,’ the ultimate, the general, the innovative causes of historical change.<sup>11</sup>

Em várias passagens de “O Capital”, Marx trata da influência da esfera política sobre a econômica, em especial, no capítulo sobre a legislação fabril inglesa. Neste, reconhece o quanto a interferência do poder político pôde minimizar as dificuldades impostas aos trabalhadores pelas relações sociais capitalistas. Também no capítulo sobre a história da burguesia, Marx assinala a importância da política na formação do modo de produção capitalista, cuja legislação regulava e, posteriormente, ampliava o alcance dos cercamentos, processo fundamental para a formação da classe operária, bem como inviabilizava a sobrevivência dos camponeses expulsos das terras fora do sistema fabril. A expropriação dos camponeses na Inglaterra inicia-se no final do século XV. Nesse período, surge um conjunto de leis com o objetivo de controlar os excessos praticados contra os camponeses. Entretanto, nos séculos XVIII e XIX a legislação facilita e amplia a expropriação camponesa, contribuindo de duas formas para a consolidação das relações sociais capitalistas. Por um lado, contribuía para a acumulação de capital nas mãos de um pequeno grupo de arrendatários rurais. Por outro lado, assegurava o fornecimento de abundante força de trabalho a preços aviltados às nascentes indústrias, contribuindo para a formação da classe operária.

Marx (2004) observa que a regulamentação da jornada de trabalho passou por diversas fases, até determinar claramente o limite máximo de 10 horas de trabalho para todos os trabalhadores adultos indistintamente. Essa legislação resultou de uma luta de dezenas de anos dos trabalhadores ingleses. As leis fabris, a despeito da resistência dos empregadores e das formas encontradas por eles para infringi-las, conseguiram o apoio de amplos setores da sociedade inglesa, a fim de implementá-las. Dessa forma, a resistência do capital à regulamentação da jornada de trabalho tornou-se inócua. Argumenta Marx que os progressos observados na saúde dos trabalhadores, sem redução dos lucros para os patrões, transformaram a implementação dessas leis em um processo inexorável.

Deve-se observar que o fato da legislação fabril, a qual surge mediante as ações e as reações das classes operária e burguesa, favorecer ou prejudicar os trabalhadores não é o que importa na discussão ora estabelecida. A legislação fabril surge em vários momentos

---

<sup>11</sup> Milss, 1966, p. 93

para facilitar a exploração dos trabalhadores, em outros, para remediar os efeitos danosos das jornadas extenuantes a que os trabalhadores eram submetidos. Contudo, o que interessa destacar é que Marx enfatiza como a política, ou seja, a superestrutura pode influenciar a base econômica.

Percebe-se pela exposição de Marx que quando a intervenção política tenta conter a marcha de acontecimentos que parecem inexoráveis, se torna inócua. Como exemplo, pode-se citar as leis que visavam, nos séculos XV e XVI, limitar a amplitude dos cercamentos, as quais alcançaram poucos resultados. Entretanto, quando a legislação adapta-se aos acontecimentos históricos, como aconteceu nos séculos XVIII e XIX, torna-se elemento primordial para a acumulação primitiva de capital e para a formação de um contingente de operários dispostos a vender a sua força de trabalho na indústria. A legislação fabril, ao contrário das leis contra os cercamentos, apesar da resistência dos empresários, consegue impor-se e torna-se elemento importante para favorecer a classe operária, na sua luta a fim de reduzir os efeitos da exploração capitalista. Como se vê, a ação política pode ser inócua ou efetiva, a despeito da ação contrária de determinados grupos sociais, na transformação das relações econômicas.

Marx enfatiza, prioritariamente, os efeitos da ação política ao analisar os eventos históricos que se desenrolaram na França entre 1848 e 1851. Nesse sentido, observa que a configuração política do Estado, parecia acomodar os diversos interesses de classes na sociedade francesa do século XIX. Contudo, essa configuração torna-se limitada demais para sublimar os interesses divergentes no seio da própria burguesia. Assim, é que o partido da ordem, que se mantivera unido durante todo o governo parlamentar, começara a cindir-se nos seus grupos originais, ou seja, entre legitimistas e orleanistas, cada um desses segmentos por sua vez, também, se subdividiria, o que parece ter enfraquecido sobremaneira aquela facção da burguesia. Porém, não pára por aí, uma cisão mais importante refere-se a que ocorre entre o partido da ordem e os segmentos burgueses fora do parlamento representados por eles, ou seja, verifica-se uma cisão entre os representantes eleitos e os setores de classe que os representantes representavam. Marx parece explicar, dessa forma, a autonomização do Estado sob o Império de Luís Bonaparte.

A autonomia relativa do Estado adquire sua forma extrema com a autonomização do Poder Executivo em relação à sociedade e as demais instituições estatais. Marx observa que o bonapartismo constituía-se na única forma de governo possível na França após o golpe de Luís Napoleão, pois, naquela situação histórica a burguesia havia perdido a capacidade de governar mediante as instituições do moderno Estado representativo. A

classe operária, por sua vez, ainda era incapaz de constituir um governo autônomo. De forma semelhante, Engels observa que em determinadas circunstâncias históricas o Estado adquire certa independência frente às classes sociais em luta na sociedade. Entretanto, essa não é a interpretação a respeito do Estado que predominou nos meios marxistas, sobretudo no âmbito dos partidos comunistas formados a partir da Terceira Internacional, a interpretação leninista sobre o Estado prevaleceu incontestemente, apesar dos textos de Marx e Engels permitirem outras interpretações sobre o papel do Estado.

A teoria marxista sobre a origem do Estado foi sistematizada, sobretudo, por Engels, no livro: “The origin of the family, private property and the state”. Nesta obra, a origem do Estado é relatada como resultando de um conjunto de transformações ocorridas no âmbito das primeiras formas de organização das sociedades humanas, designadas de comunidades primitivas. Nestas, não havia propriedade privada, classes sociais ou Estado. A produção social era organizada mediante uma divisão natural do trabalho de acordo com o sexo e a idade. Essas relações sociais de produção permitiram o desenvolvimento das forças produtivas, o qual levou a uma divisão social do trabalho e à produção de excedente.

A apropriação desse excedente modificou-se ao longo do tempo, ou seja, deixou de ser utilizado em cerimônias de socialização e passou a ser apropriado pelas pessoas que assumiam funções especiais dentro da comunidade, sobretudo as religiosas e militares. Inicia-se assim, um processo de diferenciação social e econômica que se completa com o surgimento da propriedade privada. Desse modo, o gado e, posteriormente, a terra, deixam de ser propriedade comunal e tornam-se propriedade privada de alguns membros dessa sociedade.

Estruturam-se, a partir desse momento, classes sociais com interesses antagônicos que passam a se confrontar. Em virtude desse confronto, que pode levar à desagregação da sociedade, estabelece-se uma série de elementos que vão constituir o Estado: corpo militar independente da comunidade; corpo burocrático profissionalizado e chefes políticos com poderes ilimitados. O Estado forma-se, portanto, mediante esse processo, a despeito de aparentar ser um instrumento separado da sociedade e situar-se acima desta, isto é, neutro, de fato torna-se um instrumento de dominação de classe.

O Estado representa, também, o braço repressivo da classe dominante. Este terceiro aspecto do Estado expressa diretamente a discussão aqui travada, ou seja, a relação entre o Estado como aparelho repressivo da burguesia e a democracia. Marx e Engels parecem apresentar duas visões a respeito dessa relação. A primeira, difundida no Manifesto Comunista de 1848, concebe o poder Executivo como um comitê para gerenciar

os negócios comuns da burguesia; simultaneamente viam a expansão da democracia como um mecanismo capaz de refrear o poder do Executivo. Portanto, conforme Carnoy (1988), Marx e Engels percebiam a democracia a partir de duas perspectivas: consideravam-na um engodo, mas lutavam para dar às formas democráticas um novo conteúdo social. Engels, especialmente, enfatiza a possibilidade do proletariado ascender ao poder por meios democráticos.

A despeito da posição acima referenciada, a visão que se tornou dominante no âmbito do movimento comunista internacional foi a visão leninista, a qual enfatiza a noção do Estado como instrumento da classe dominante, como aparelho repressivo da burguesia e as instituições democráticas como um engodo. A estratégia de Lênin (1986) consistia, portanto, em derrubar o aparelho de Estado, mediante a sua conquista e desmantelamento e a assunção do proletariado ao poder.

Percebe-se, desse modo, que o Estado é concebido como um órgão de dominação de classe que tenta conciliar o conflito entre classes sociais com interesses antagônicos. Afirma, porém, que esse conflito é irreconciliável. Portanto, observa Lênin, se esse conflito é irreconciliável, a única alternativa para a liberação da classe oprimida é a destruição do aparelho de poder do Estado, mediante uma revolução violenta. A estratégia leninista desdobra-se, portanto, em duas partes. Primeiro, faz-se necessária a derrubada do Estado burguês e, posteriormente, inicia-se a construção do socialismo, ou seja, da ditadura do proletariado. Lênin parece propor a estruturação de um Estado revolucionário, baseado no conceito de autogoverno dos produtores, ou seja, de democracia operária, a qual se constitui numa democracia ampliada até a participação do povo em todas as instituições sociais, semelhante à experiência vivenciada pela Comuna de Paris.

A afirmação da superioridade do autogoverno dos produtores será sublinhada por Lênin especialmente na sua obra “O Estado e a revolução”. Na interpretação que faz dessa obra de Lênin, Colletti parece referendar o postulado leninista de que o Estado deve ser destruído. Com efeito, para Colletti o que é fundamental na teoria leninista é que a destruição da máquina estatal burguesa se justifica, na medida em que o Estado burguês sobrevive em virtude da separação e da alienação do poder em relação às massas. Portanto, a destruição da máquina estatal burguesa significa a destruição dos obstáculos interpostos por essa ao pleno funcionamento da democracia. Nesse sentido, suprime-se a diferença entre governantes e governados e institui-se o autogoverno dos produtores.

Consoante Colletti (1983), Lênin estabelece o real significado de ditadura do proletariado. Esta difere inteiramente da ditadura de um partido, ao contrário, constitui-se

na configuração política assumida pela Comuna de Paris, ou seja, como o controle democrático do poder político pela maioria da população – o proletariado. Assegura Colletti que a crítica de Lênin ao parlamento configura uma crítica ao caráter antidemocrático do parlamento, cuja antípoda seria a democracia dos soviets, a única que, conforme Colletti mereceria o título de democracia. Somente com essa nova configuração política é que o parlamento deveria ser suprimido. Colletti explica a diferença entre as instituições prevaletentes nas experiências de socialismo real e a concepção leninista da democracia, em virtude da inexistência da revolução socialista mundial. Somente uma revolução em escala mundial tornaria possível o modelo leninista de democracia.

A concepção leninista sobre o Estado e a democracia representativa tornou-se prevaletente no movimento comunista internacional, os partidos comunistas oriundos da cisão ocorrida na II Internacional e a subsequente fundação da Internacional Comunista, aderiram às proposições propugnadas por Lênin e oficializadas no primeiro Congresso da III Internacional em 1919. Mesmo após a cisão no movimento comunista internacional surgida com a divulgação do relatório Krushev, os partidos comunistas, agora cindidos em “revisionistas” e “stalinistas” permaneceram fiéis aos postulados leninistas sobre o Estado e a democracia representativa. Contudo, no âmbito da produção teórica marxista algumas alterações começavam a ocorrer. Estas alterações relacionavam-se com as elaborações teóricas de Antonio Gramsci, mas, também, originavam-se das indicações de Marx e Engels sobre a autonomia do Estado. Neste campo, situam-se as contribuições pioneiras de Nicos Poulantzas e Ralph Miliband, as quais serão apresentadas a seguir. Outros teóricos marxistas que contribuíram com originalidade para uma teoria política marxista foram Claus Offe e Joachim Hirsch. As contribuições desses teóricos, todavia, não serão discutidas nessa pesquisa.

### 1.1.2 Desenvolvimento de uma Teoria Marxista do Estado Capitalista

A partir das indicações de Marx e Engels foi possível a teóricos como Poulantzas e Miliband elaborarem uma teoria marxista do Estado capitalista que incorporasse as diversidades e peculiaridades que o Estado assume na contemporaneidade. A contribuição de Nicos Poulantzas à análise do Estado parece concentrar-se na proposição de uma relação intrínseca entre Estado e luta de classes. Desse modo, discute a natureza das classes sociais, a interferência do Estado para configurar o conflito de classe e o efeito retroativo do conflito de classe sobre a natureza do Estado. Duas obras destacam-se no que se pode

designar de teoria do Estado em Poulantzas. A primeira, “Poder político e classes sociais”, publicada em 1968, assume um viés claramente estruturalista, na medida em que concebe que o Estado molda-se pela estrutura das relações de classe. Na segunda, “O Estado, o poder, o socialismo”, a teoria do Estado em Poulantzas sofre uma inflexão, nela o Estado aparece como uma instância na qual o conflito de classes é pertinente o que leva, conseqüentemente, à contestação do poder político. Nesse sentido, o Estado é configurado tanto pela estrutura de classes inerentes à produção capitalista, quanto pelas lutas no seio do próprio Estado.

Poulantzas (1986) argumenta que o aspecto que distingue o Estado moderno capitalista de outros tipos de Estado, é a ausência de sujeitos considerados conforme o papel que assumem no processo produtivo. Para ele, apenas com o Estado capitalista é que os seres humanos passaram a ser encarados como indivíduos livres e iguais, independente de serem proprietários ou não dos meios de produção. Desse modo, tornou-se possível ao Estado apresentar-se como instrumento de realização do interesse geral da sociedade.

Para desenvolver sua argumentação, Poulantzas busca esclarecer o que significa, nos textos de Marx, a utilização do termo indivíduo-*nu* (*nacktes Individuum*). Observa inicialmente que ao utilizar esse termo, Marx não se refere ao surgimento de agentes de produção como indivíduos no sentido que lhe é atribuído pelos pensadores liberais. Pelo contrário, significa que os agentes de produção aparecem livres dos laços de dependência pessoal instituídos no feudalismo. Essa liberdade dos agentes de produção é considerada por Marx, como a condição histórica do modo de produção capitalista. Outro significado do termo refere-se a “indivíduo-*nu*” considerado como pressuposto teórico desse modo de produção. Simboliza, portanto, a separação do produtor direto em relação aos meios de produção. Essa separação conduz, a partir dos produtores diretos, à coletivização do processo de produção, ou seja, à socialização das forças produtivas. Ao considerar-se essa separação a partir dos proprietários dos meios de produção, verifica-se a concentração do capital.

Poulantzas (1986) postula que a consideração da existência real de indivíduos como sujeitos é o fundamento da problemática da sociedade civil como instância separada do Estado. Nesse sentido, argumenta que o conceito de sociedade civil tal como aparece na teoria marxista do Estado: “[...] constitui uma noção que, negativamente, indica a autonomia específica do político, mas de modo algum um conceito capaz de abranger a

estrutura do econômico, as relações de produção.”<sup>12</sup>. Caberia explicar, portanto, por que essa separação resulta, economicamente, na concentração de capital e socialização do processo produtivo, enquanto jurídico-politicamente, torna os agentes de produção “indivíduos-sujeitos”, deslocados de sua condição de classe.

O Estado apresenta-se, portanto, como representante do “interesse geral”, ou seja, de interesses econômicos concorrenciais e divergentes. Ao assim apresentar-se, o Estado mascara aos agentes o seu caráter de classe. Portanto, a despeito do Estado não se constituir num mero instrumento da classe dominante, possuindo o que Poulantzas designa de autonomia específica do Estado capitalista no que tange às relações de produção sob o capitalismo, possui um caráter de classe. Conforme Poulantzas existe uma autonomia entre as estruturas políticas e econômicas no modo de produção capitalista, a qual:

[...] reflete-se, no campo da luta de classes, em uma autonomia da luta econômica e da luta explícita de classe; isto exprime-se através do efeito de isolamento nas relações sociais econômicas, revestindo o Estado, a seu respeito, uma autonomia específica na medida em que se apresenta como o representante da unidade povo-nação, corpo político estabelecido sobre o isolamento das relações sociais econômicas.<sup>13</sup>

Nesse sentido, a prática política da classe dominante assume duas perspectivas. Primeira, constituir a unidade da classe dominante a partir do isolamento da sua luta econômica e; segunda, constituir os seus interesses políticos como interesses de toda a sociedade. Assevera, portanto, que, caso se considere tal particularidade, é possível estabelecer o caráter do Estado capitalista como um Estado com direção hegemônica de classe. A partir dessas observações, sistematiza o conceito de hegemonia formulado por Gramsci. Todavia, aplica o conceito gramsciano somente na análise das práticas políticas das classes dominantes. Hegemonia em Poulantzas refere-se tanto a constituição dos interesses políticos das classes dominantes como interesse de toda nação, quanto à formação de um bloco no poder constituído por várias classes ou frações de classes politicamente dominantes, dentre as quais uma assume o papel hegemônico, pelo qual concentra a função de representar o interesse geral do povo-nação e, simultaneamente, manter sob controle as classes e frações dominantes.

Dessa forma, chega à conclusão de que o Estado capitalista, constituído com direção hegemônica de classe, representa os interesses políticos das classes dominantes e não diretamente os seus interesses econômicos. Decorre dessa peculiaridade do Estado

---

<sup>12</sup> Poulantzas, 1986, p. 124.

<sup>13</sup> Poulantzas, 1986, p.131.

capitalista a possibilidade desse Estado tomar medidas que contrariem os interesses econômicos das classes dominantes, mas que correspondam, a longo prazo, aos interesses políticos dessas classes. Tais medidas, portanto, são compatíveis com a dominação hegemônica de classe. Daí a conclusão de Poulantzas de que o Estado não é meramente um instrumento de dominação de classe, mas o Estado de uma sociedade dividida em classes.

A teoria de Ralph Miliband sobre o Estado é formulada no escrito denominado “O Estado na sociedade capitalista”, no qual critica os postulados dos teóricos pluralistas como Robert Dahl, utilizando-se dos conceitos formulados por esses pensadores, sobretudo o conceito de pluralidade de elites. Conforme Miliband, este conceito visa negar a existência de uma classe dominante. Todavia, a sua teoria do Estado não se configura apenas como uma crítica aos teóricos pluralistas, pelo contrário, discute vários aspectos pertinentes ao Estado capitalista que extrapolam a mera crítica ao pluralismo.

Com efeito, Miliband (1982) observa, inicialmente, que o Estado não se constitui como objeto com existência própria, mas sim, como a conjunção de diversas instituições que em seu conjunto configuram o que designa de sistema estatal. Ressalta a relevância da discussão acima, ao observar que normalmente se confunde governo com Estado. Argumenta que essa confusão pode acarretar diversos problemas, sobretudo, a idéia ilusória de que a conquista do poder governamental equivaleria à conquista do poder estatal. Propõe, então, que o correto entendimento da natureza do poder estatal exige uma análise acurada, na qual se distinga e se relacione as diversas instituições componentes do sistema estatal.

Após essa observação Miliband empreende uma fundamentada análise do Estado capitalista. Nesta análise, entrelaça as várias partes componentes do Estado e procura elucidar o problema fundamental da teoria marxista, mais precisamente, o referente à concepção do Estado como instrumento da classe dominante. Dessa maneira, formula a proposição de que não há uma correspondência automática entre poder de classe e poder de Estado, ou seja, não há uma relação direta entre o grupo que controla a parte predominante dos meios de produção material e ideológico e o controle do sistema estatal. Portanto, Miliband busca oferecer uma explicação de como é possível conceber o Estado como instrumento da classe dominante.

Miliband (1982) apresenta duas proposições principais que, segundo ele, possibilitam considerar o Estado como instrumento da classe dominante. A primeira, é que a burocracia estatal, nas suas diversas instituições, tende a pertencer às classes que

dominam a sociedade civil. Embora considere que os membros do sistema estatal possam ter uma origem social em grupos que não detêm a parte predominante dos meios de produção, concebe que mediante a educação e o relacionamento estabelecido, tais membros comportam-se como se tivessem nascido no seio da burguesia. A despeito dessa consideração, Miliband argumenta que os governos são freqüentemente induzidos a tomar medidas que não correspondem aos interesses da classe dominante.

A segunda proposição de Miliband é de que a burguesia controla o sistema estatal mediante o seu poder econômico, ou seja, a burguesia é capaz de induzir o Estado a uma determinada ação, através da negativa em investir seu capital em uma área sensível ao objeto do Estado. Contudo, essa condição privilegiada da burguesia de pressionar o Estado não corresponde a uma ação que explique, em todos os casos, as medidas tomadas pelo Estado, ou seja, o Estado pode tomar medidas contrárias aos interesses da burguesia, independente da pressão exercida por essa. Deve-se ressaltar, contudo, que isso não invalida a tese de que a burguesia é detentora de meios privilegiados que a possibilitam influenciar as ações do Estado. A conclusão de Miliband parece ser a de que, embora o Estado possa realizar os interesses da classe dominante não age sob seu comando. Desse modo, ainda que o Estado capitalista seja um Estado burguês deve possuir um significativo grau de autonomia a fim de que possa agir como Estado de classe.

Nicos Poulantzas e Ralph Miliband envolveram-se em um debate teórico que parece ter contribuído significativamente para aprimorar as suas teorias sobre o Estado capitalista. Poulantzas (1982) inicia o debate ao criticar a postura de Miliband de contestar a noção de pluralidade de elites sem rejeitar a teoria das elites, tal como formulada pelos teóricos pluralistas. Observa Poulantzas que Miliband, ao adotar tal procedimento, encontra dificuldades em compreender o Estado e as classes sociais como estruturas objetivas. Portanto, as classes sociais e as frações de classes na teoria de Miliband, parecem redutíveis a relações interpessoais.

Miliband (1982) argumenta que a realidade concreta subjacente à teoria das elites, somente torna-se perceptível se o conceito de elite for utilizado para criticar os que dele fazem apologia. Assegura, então, que existem conceitos nas ciências sociais “burguesas” que podem ser utilizados com fins de crítica pelos pensadores marxistas. Observa por fim, que utiliza o conceito de elite porque esse termo parece mais adequado para sugerir que existem ‘elites’ diversas no seio da classe dominante. Para Miliband, a existência de tais elites é plenamente compatível com a existência de uma classe dominante.

Diversas nuances envolveram a referida polêmica. Uma das mais relevantes parece ser a que Poulantzas (1982) designou de “falso problema do gerencialismo”, para o qual Miliband teria dedicado atenção inadequada. Assevera Poulantzas, que os administradores não constituem uma elite dentre as elites econômicas que compõem a classe dominante como sugere Miliband. Concebe, ao contrário, que os administradores e os representantes do capital não constituem uma fração distinta da classe dominante. Assegura que o problema, tal como proposto por Miliband, incorre no equívoco de camuflar o problema inerente às diferenças e relações entre as frações da classe dominante. Miliband argumenta em sua réplica, que Poulantzas subestima a importância do fenômeno administrativo para a organização interna do processo produtivo sob o capitalismo, cuja relevância fora ressaltada pelo próprio Marx.

Outro tema que envolveu o debate, diz respeito ao tratamento dado por Miliband ao problema da burocracia. Poulantzas assegura que, apesar de correto, Miliband, ao tentar demonstrar que os membros da burocracia se originam tanto na classe economicamente dominante como dela se aproximam em virtude de interesses e afinidades, não consegue explicar plenamente por que a burocracia serve à classe dominante. Para Poulantzas (1982), a burocracia não constitui uma classe, mas uma categoria social distinta, cuja unidade interna deriva do seu intento de realizar o papel objetivo do Estado. Este coincide com os interesses da classe dominante. Argumenta que considerar o problema da burocracia a partir do prisma de Miliband pode induzir na desconsideração da autonomia relativa do Estado. Tal desconsideração é típica dos pensadores marxistas que vêem o Estado apenas como um instrumento da classe dominante.

À crítica de Poulantzas aos seus postulados sobre a burocracia, Miliband retruca que aquele teórico incorreu no erro de atribuir significativa importância às ‘estruturas objetivas’ e ‘relações objetivas’, retomando, inadvertidamente o determinismo que caracteriza as proposições teóricas dos pensadores marxistas da Segunda e da Terceira Internacional. Assevera que Poulantzas, a despeito de criticar o determinismo econômico, professa uma espécie de determinismo estrutural. Argumenta, assim, que a relação da burocracia com o sistema estatal e com a sociedade é bem mais complexa do que o esquema de Poulantzas sugere.

Em uma obra publicada no final da década de 70 do século passado: “O Estado, o poder, o socialismo”, Poulantzas parece corrigir parcialmente o estruturalismo presente em “Poder político e classes sociais”. Com efeito, no escrito publicado em 1978, analisa o Estado a partir das complexas relações de classes subjacentes à sociedade. Argumenta,

assim, que o Estado se constitui no espaço político privilegiado para a luta entre as frações da classe dominante, bem como para a luta de classes. Concebe, desse modo, que o Estado originou-se da luta de classes e é moldado por essa luta. Observa que o Estado deve ser considerado: “[...] como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classes, [...]”<sup>14</sup>

Como se percebe Poulantzas e Miliband introduziram questões inovadoras para a análise do Estado capitalista. Contudo, os críticos do marxismo não consideram que tenham tratado convenientemente do Estado, a ponto que se conceba a existência de uma teoria marxista do Estado. Dentre esses críticos destaca-se Norberto Bobbio. Bobbio (1983) desenvolve duas argumentações na sua crítica à contribuição dos marxistas à teoria política. A primeira, versa sobre a inexistência de uma teoria marxista do Estado. Afirma que o que existe são proposições genéricas e fragmentos que conflitam entre si, o que dificilmente poderia ser considerado como uma teoria do Estado. Na segunda argumentação, Bobbio assevera que a teoria marxista se torna mais problemática, em virtude da inexistência de uma teoria da transição do Estado capitalista para o socialista, ou seja, sobre a configuração política subjacente a essa transição. Duas teses contrapõem-se as argumentações de Bobbio negando a existência de uma teoria marxista do Estado. A primeira, observa que caso se considere as obras de Marx e Engels em conjunto com as de Lênin, encontrar-se-ia uma teoria marxista sobre o Estado, relativamente bem elaborada.

A segunda tese sustenta que, para se alcançar um entendimento preciso da concepção marxista do Estado, deve-se considerar um elo que articula as proposições teóricas sobre o Estado na primeira metade do século XIX, com as obras publicadas na segunda metade daquele século, sobretudo, as obras de análise histórica. A partir dessa articulação poder-se-ia perceber indicações que contribuiriam, significativamente, para a formulação de uma teoria marxista do Estado, ainda que não se encontre uma teoria sobre um tipo específico de Estado, o Estado capitalista, por exemplo. As obras de Poulantzas e Miliband constituem-se nas primeiras tentativas de se elaborar uma teoria marxista bem fundamentada sobre o Estado capitalista.

---

<sup>14</sup> Poulantzas, 1985, p. 147.

## 1.2. NORBERTO BOBBIO E A INEXISTÊNCIA DE UMA TEORIA MARXISTA DO ESTADO E DA DEMOCRACIA

Bobbio (1995) questiona a relação intrínseca, postulada pelos princípios marxistas-leninistas entre Estado e ditadura, argumentando que a identificação entre esses conceitos deve ter sua aceitabilidade verificada historicamente. Observa que devem ser estabelecidos, também, os limites para que se aceite tal identificação. Para Bobbio, a concepção de que todo Estado é uma ditadura de classe obscurece uma questão primaz, ou seja, se o exercício do poder político deve suprimir as liberdades individuais. Nessa discussão, não se questiona a maneira como o poder é adquirido, se mediante a violência revolucionária ou através da disputa eleitoral no âmbito das regras do jogo da democracia liberal-representativa, ou seja, questiona-se apenas o exercício do poder após a sua conquista.

Bobbio, ao propor essa discussão, apresenta dois problemas: primeiro, se os comunistas ascenderem ao poder mediante a luta armada serão capazes de construir instituições que respeitem as liberdades individuais? Segundo, se assumirem gradativamente o poder a partir das disputas eleitorais, manterão ou suprimirão as liberdades individuais? Tais questionamentos surgem da contradição constatada por Bobbio, entre a defesa das instituições da democracia liberal pelo PCI (Partido Comunista Italiano) e a concomitante defesa da União Soviética como um país cujas liberdades seriam maiores do que as das democracias ocidentais. Os comunistas italianos deveriam, portanto, explicar essa aparente contradição.

Bobbio prossegue a sua argumentação, ressaltando que do ponto de vista das relações de classes todos os estados são ditaduras. Todavia, isso não significa que o exercício do poder político seja ditatorial. Desse modo, embora o Estado representativo burguês possa ser considerado uma ditadura sobre o proletariado, observam-se diferenças substanciais quanto ao modo como esse poder é exercido. Nesse sentido, o Estado burguês pode constituir-se numa democracia liberal, numa ditadura militar ou fascista. Parece concluir que qualquer Estado cuja configuração social seja burguesa ou proletária, pode apresentar-se com uma configuração política liberal ou ditatorial, independente do seu caráter de classe.

Desse modo, Bobbio chega ao aspecto central do seu questionamento, ou seja, concebe, à maneira marxista, que o Estado é um conjunto de mecanismos capazes de assegurar o poder a quem o conquiste – para ele independe a forma de aquisição luta

armada ou disputa eleitoral. Mas, concebe também, que os “aparelhos” do Estado liberal-democrático são eficazes para a consecução do objetivo da disputa política, ou seja, a conquista e a manutenção do poder. Portanto, Bobbio argumenta que não se deve suprimir os mecanismos da democracia liberal designando-os de burgueses, pois somente eles são capazes de assegurar a preservação das liberdades individuais.

A essa argumentação de Norberto Bobbio responde Galvano Della Volpe, afirmando que se trata de uma discussão antiga que remonta às objeções de Benjamim Constant ao modelo de democracia rousseauiano. Assevera Della Volpe, que a liberdade igualitária postulada por Rousseau e Marx é superior à liberdade civil, assegurada pelo Estado representativo lockeano, na medida em que é mais universal, isto é, assegura a liberdade a amplos segmentos sociais e não apenas à burguesia. Com efeito, Della Volpe (1980) concebe que a liberdade civil constitui-se na liberdade dos produtores capitalistas que consiste basicamente na liberdade de iniciativa econômica, na garantia da propriedade dos meios de produção e nas liberdades individuais, isto é, a liberdade civil parece ser particular.

Togliatti, também, percebe a democracia representativa como limitada e imperfeita. Assevera, portanto, que essa não pode ser considerada um fetiche ou um modelo que necessariamente deva ser universalizado e tornado um valor do qual não se possa prescindir. Por sua vez, a liberdade propugnada por Rousseau e implícita em Marx, argumenta Della Volpe, é universal, na medida em que: “É exatamente a *liberdade igualitária*, liberdade justa, ou seja, liberdade em função da justiça: e neste sentido uma espécie de *libertas maior*.”<sup>15</sup>

Entretanto, assevera Della Volpe, a liberdade igualitária desenvolvida, a partir dos postulados de Marx, Engels e Lênin, no Estado soviético parece transcender a proposição rousseauiana de liberdade. Della Volpe sustenta essa observação argumentando, que no Estado soviético as liberdades civis, por um lado, assumem um caráter inovador. A liberdade de culto, por exemplo, deixa de sofrer interferências públicas e ganha uma conotação eminentemente privada. Por outro lado, os direitos individuais dos trabalhadores são acompanhados coletivamente pelos sindicatos, sendo decididos mediante os institutos da democracia direta.

Essa parece ser a opinião dos comunistas italianos nos anos 50 do século passado, como se pode perceber pelas formulações de Togliatti sobre as mudanças nas instituições

---

<sup>15</sup> Della Volpe, 1980, p. 88.

políticas da União Soviética a partir de 1956. Com efeito, Em discussão empreendida em 1956 acerca das denúncias tornadas públicas a partir do XX Congresso do PCUS pelo relatório Kruschew, Togliatti considera que as modificações institucionais a serem implementadas na União soviética não implicariam na introdução dos institutos da democracia representativa, pois estes seriam inferiores aos da democracia soviética.

A superioridade da democracia soviética é postulada por Togliatti tendo por fundamento dois fatores: primeiro, porque todas as decisões são tomadas coletivamente, na medida em que estas são tomadas em diversas instâncias que incorporam tanto as unidades produtivas, quanto as grandes assembleias municipais, regionais e nacionais. Segundo, porque cria um elo entre “as células elementares da vida democrática” e o mundo da produção, enquanto a democracia representativa funda-se na separação estanque entre a política e o mundo do trabalho.

Esse debate, realizado durante os anos 50 do século passado, encontrou escassa repercussão nos teóricos marxistas. O contrário ocorreu com os questionamentos lançados por Bobbio a esses teóricos na década de 70. Os teóricos marxistas tentam responder de diversas formas às assertivas de Norberto Bobbio, sobre a inexistência de uma teoria do Estado e da democracia socialistas no âmbito do pensamento marxista. Com efeito, Bobbio (1983) argumenta que falta no pensamento político marxista uma teoria do Estado e da democracia socialistas que se constitua em alternativa às teorias do Estado burguês ou da democracia burguesa.

Colletti (1983) corrobora essa assertiva de Norberto Bobbio e assevera que não há no pensamento de Karl Marx algo que possa ser designado de uma ciência da política. Assinala que o único conceito sugerido por Marx que implica numa relação específica entre governantes e governados é o de ditadura do proletariado. Todavia, assevera Colletti, o conceito de ditadura do proletariado em Marx corresponde a uma forma política transitória, cuja função primordial é garantir a expropriação da propriedade privada dos meios de produção. Tal conceito, portanto, não pode ser utilizado como o ponto de partida para a elaboração de uma teoria marxista da política. Nesse sentido, Colletti concorda com o postulado de Bobbio sobre a inexistência de uma teoria da política e do Estado no pensamento de Marx. O que se poderia consignar como teoria da política em Marx, refere-se ao postulado da extinção do Estado e da política, isto é, da supressão das instâncias que separam governantes e governados.

Colletti indaga-se sobre por que o postulado da superação do capitalismo foi concebido por Marx e Engels e referendado por Lênin, como o fim do Estado e da política.

Colletti sustenta que essa tese se fundamenta na premissa de que a supressão da propriedade privada, com a conseqüente socialização dos meios de produção, originaria uma sociedade com um elevado nível de homogeneidade social, ou seja, sem antagonismos de interesses. Os teóricos marxistas partiam dessa premissa em virtude de considerarem que o fundamento para o antagonismo de interesses e a diferenciação de fins, era a propriedade privada dos meios de produção. Portanto, com a supressão da propriedade privada, constituir-se-ia um interesse coletivo capaz de unificar possíveis interesses divergentes, fazendo desaparecer, então, a tarefa primordial da política, isto é, a mediação de interesses conflitantes.

Em contraste com a percepção de Colletti, Held (1999) observa que o fim da política no pensamento de Karl Marx refere-se à transformação da ação política típica das sociedades liberal-democratas, ou seja, a política como uma instância aparentemente separada da sociedade, utilizada para perpetuar o governo de classes. Desse modo, a ação política deveria transformar-se numa atividade capaz de emancipar o ser humano.

Ao discutir o tema da inexistência de uma teoria sobre a democracia e o Estado socialistas que se constituísse em alternativa à teoria da democracia e do Estado representativo, Bobbio aponta três razões que teriam contribuído para isso, quais sejam: o abuso do princípio de autoridade, o primado do partido e a ilusão da extinção do Estado. Desse modo, faltaria uma discussão séria, no âmbito do marxismo, de temas presentes na Ciência Política contemporânea tais como participação, representação, sistemas eleitorais, etc. Por sua vez, são inúmeros os trabalhos que pretendem apresentar uma teoria do Estado de acordo com Marx e Lênin. Estes estudos pautam-se, na maioria das vezes, apenas em extensas citações desses teóricos. Os estudos empíricos fundamentados no marxismo sobre temas como sistemas eleitorais ou burocracias são bastante reduzidos. Assim, pouco se sabe sobre o funcionamento do aparato burocrático ou sobre os sistemas eleitorais dos países socialistas.

Bobbio considera que a principal contribuição da teoria política marxista fundamentou-se na teoria dos partidos, sobretudo, a partir da discussão do partido-vanguarda empreendida por Lênin. Conforme essa teoria, o partido é o instrumento por excelência para a conquista do poder. Todavia, os marxistas pouco discutem sobre o exercício do poder depois de alcançado esse primeiro objetivo. A primazia do partido na teoria marxista explica-se, consoante Bobbio, em virtude do papel assumido por esse na conquista do poder. Como a conquista e o modo de exercer o poder constitui-se no tema central para qualquer reflexão séria sobre política, pelo menos desde Maquiavel. E, tendo

em vista que, no âmbito do Estado representativo, o método legítimo para a obtenção do poder é a organização dos que o almejam em partidos políticos. O marxismo atribui singular relevância ao partido político, em detrimento de outras instituições políticas.

A terceira razão aludida por Bobbio para as limitações da teoria política marxista, refere-se à premissa da extinção do Estado. Como o marxismo considera que o poder irá perecer e extinguir-se inexoravelmente, parece contraproducente empreender estudos sérios sobre o novo Estado de ditadura do proletariado: sendo este Estado efêmero, o modo como o poder seria exercido mereceria pouca atenção. Desse modo, inexiste uma teoria do Estado socialista, isto é, um estudo das instituições através das quais o poder é exercido. Portanto, se o poder proletário será exercido despótica ou democraticamente, parece não interessar aos pensadores políticos marxistas. Não se sabe, por exemplo, qual o tipo de democracia socialista constitui-se em alternativa viável à democracia representativa “burguesa”, caso o poder num Estado socialista seja exercido democraticamente.

Bobbio (1983) reconhece que a crítica marxista à democracia representativa difere da crítica dos conservadores, na medida em que os marxistas consideram-na pouco democrática, propondo a sua substituição pela democracia direta. Nesse sentido, esse modelo de democracia torna-se o ponto nodal da teoria socialista do Estado. Embora a superação da democracia representativa pela democracia direta seja considerada indiscutível pelos socialistas, o seu conceito de democracia direta parece, consoante Bobbio, pouco esclarecedor. A concepção de democracia que a tradição marxista recupera, é a da revogabilidade dos mandatos. Nesse sentido, o mandato imperativo seria o instrumento viabilizador da democracia direta.

Apesar de Marx não ter elaborado uma teoria coerente do Estado, a posição adotada por Bobbio a respeito da inexistência de uma teoria política marxista parece exagerada. É possível perceber indicações relevantes para uma teoria geral sobre o Estado, embora não exista uma teoria sobre um tipo específico de Estado, nem sobre o modelo de Estado e de democracia na transição do capitalismo para o socialismo. Tais indicações perpassam diversas obras tanto de Karl Marx, quanto de Friedrich Engels e prestaram-se às mais variadas análises sobre o Estado capitalista. As contribuições mais relevantes parecem ser as que resultaram das análises de Antonio Gramsci. Com efeito, as proposições de Gramsci são referenciadas pelos comunistas italianos, como o elo que permitiu ao Partido Comunista Italiano a defesa de uma transição democrática para o socialismo, bem como sustentar a tese de que o socialismo seria construído com a

permanência da democracia representativa e a introdução dos institutos da democracia direta.

### 1.3 GRAMSCI E O EUROCOMUNISMO: EM BUSCA DE UMA TEORIA MARXISTA DA DEMOCRACIA

Percebe-se que nos postulados teóricos de Marx e Engels existe, implicitamente, uma teoria da ação política que será desenvolvida e aplicada por Lênin na revolução socialista de 1917 na Rússia. Contudo, parecia faltar uma teoria marxista da ação política para os países de industrialização avançada no Ocidente. Segundo Carnoy (1999), coube ao teórico marxista italiano Antonio Gramsci formular uma teoria da ação política para esses países. Staccone (1991) observa que a teoria política gramsciana está fundamentada em dois aspectos. O primeiro refere-se à necessidade de um profundo conhecimento da história nacional e o segundo refere-se ao conceito de guerra de posição, contraposto ao de guerra de movimento enfatizado, sobretudo, por Lênin e Trotski.

Gramsci reelabora, a partir dos postulados de Marx e Engels, os conceitos de sociedade civil e hegemonia. Desse modo, enquanto para Marx e Engels a sociedade civil é a estrutura, para Gramsci é o conjunto das relações ideológicas, da vida espiritual e intelectual, ou seja, é a superestrutura. Portanto, é no âmbito da sociedade civil que se consolida a hegemonia burguesa. Nesse sentido, Gramsci observa que a força do capitalismo não reside apenas na violência burguesa, ou seja, no poder coercitivo do Estado. Essa força reside, sobretudo, na assimilação, por parte dos dominados, das idéias e valores burgueses. Ao explicar como a hegemonia é exercida cotidianamente, Gramsci parece assumir o postulado de uma utilização parcimoniosa da força que nunca deveria suplantar o consentimento, mais precisamente, a força deveria estar fundamentada no consentimento. Assim argumenta:

O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram variadamente, sem que a força suplante muito o consenso, ou melhor, procurando obter que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações – os quais, por isso, em determinadas situações, são artificialmente multiplicados.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Gramsci, 1989, p. 116.

A partir das proposições gramscianas, Althusser (1985) formula o conceito de aparelhos ideológicos de Estado e consegue avançar na explicação de como se processa a construção da hegemonia burguesa. Para Althusser, a ideologia tem uma existência material, ou seja, sempre existe em um aparelho, designado de aparelho ideológico de Estado, cuja função traduz-se na complementaridade em relação ao aparelho repressivo de Estado, no processo de reprodução das relações de produção capitalistas.

Althusser (1985) argumenta que o Estado é o instrumento que capacita as classes dominantes a garantirem sua dominação sobre a classe operária. Dessa forma, Althusser retoma a concepção marxista do Estado como o instrumento essencial para a dominação de classe. Entretanto, a originalidade de Althusser reside em ter acrescentado a essa concepção tradicional do marxismo sobre o Estado a noção gramsciana dos aparelhos ideológicos de Estado. O Estado compreende, pois, tanto o aparelho repressivo quanto os aparelhos ideológicos. Seguindo Gramsci Althusser observa que para a classe dominante manter o poder do Estado é imprescindível alcançar a hegemonia nos aparelhos ideológicos. Contudo, é, também, nesses aparelhos que a classe operária tenta construir sua hegemonia. Torna-se possível, portanto, a construção de uma contra ideologia capaz de destruir, nas classes dominadas, a hegemonia ideológica das classes dominantes.

Como intelectual marxista Gramsci assume compromisso com a transformação radical da sociedade. Desse modo, busca elaborar uma estratégia capaz de assegurar à classe operária a superação da hegemonia burguesa e, simultaneamente, a construção de uma hegemonia proletária. Essa estratégia encontrar-se-ia, segundo ele, no nível superestrutural e seria composta de três elementos fundamentais: a crise de hegemonia; o papel assumido pelos intelectuais e, finalmente, a guerra de posição.

Com relação ao primeiro elemento – a crise de hegemonia – Gramsci observa que há períodos na história nos quais as classes sociais se separam de seus partidos políticos, conformando situações de crises de hegemonia. Estas crises podem resultar de diversos fatores. Dentre eles podem-se destacar os atos impopulares dos setores dominantes, bem como uma intensa atividade política das massas. A crise econômica pode, também, gerar uma crise de hegemonia desde que a consciência das massas tenha sido conquistada para a ação revolucionária, isto é, se tiver sido construída a hegemonia proletária antes ou concomitantemente com a conquista do poder político. Portanto, para Gramsci a conquista do Estado pelo proletariado nas sociedades industrializadas do Ocidente não é suficiente para que este se torne classe dominante. Ao contrário, o proletariado deve tornar-se ideologicamente hegemônico antes de conquistar o poder político.

Gramsci chega a essa conclusão, após estudar os episódios das derrotas dos partidos comunistas ocidentais nas suas tentativas de conquistar o poder político mediante revoluções armadas semelhantes à Revolução Soviética de 1917. Além disso, recorre à própria experiência vivida na Itália, quando os fascistas conquistam o apoio da classe operária, derrotando os socialistas e os comunistas. A explicação de Gramsci para essas derrotas remete-o para o conceito de hegemonia e para a importância da sociedade civil como instrumento de sustentação do poder político burguês. Para ele:

No Oriente o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento do caráter nacional.<sup>17</sup>

Dessa forma explicar-se-ia a derrota da esquerda nas várias tentativas de tomar o poder entre 1918-1920 em diversos países ocidentais. Gramsci atribui essa derrota a um fenômeno paradoxal para a teoria política marxista, isto é, o marxismo propugnava que a existência de um capitalismo mais desenvolvido deveria corresponder uma classe operária atuante politicamente. Todavia, ao contrário do que esperavam os partidos comunistas, a classe operária italiana era relativamente numerosa e pouco ativa politicamente. Da preocupação em compreender e superar esse paradoxo é que derivam os conceitos de hegemonia e guerra de posição. A guerra de posição é, conforme Carnoy (1999), a estratégia de Gramsci para solucionar esse paradoxo, através do enfrentamento da hegemonia burguesa.

Deve-se observar que a mudança do conceito de guerra de movimento para guerra de posição a ser aplicada nos países ocidentais, segundo Gramsci, era aceita por Lênin: “Parece-me que Ilich compreendeu que se verificara uma modificação da guerra de manobra, aplicada vitoriosamente no Oriente em 1917, para a guerra de posição, que era a única possível no Ocidente, [...]”<sup>18</sup>. Para Gramsci isso implicava na permanência da democracia representativa. Conforme Staccone (1991), sem uma democracia estável, fundada no Estado de direito, não existiria terreno propício para o livre conflito entre os grupos sociais antagônicos. Este conflito possibilitaria o definhamento de uma hegemonia

---

<sup>17</sup> Gramsci, 1989, p. 75.

<sup>18</sup> Gramsci, 1989, p. 74.

e o surgimento de outra. Portanto, é a partir dos conceitos gramscianos que se constrói a estratégia de conquista do poder pelos partidos comunistas, especialmente, os da Itália e da Espanha que ficou conhecida como eurocomunismo – cuja premissa básica é a conquista do poder político nos marcos da democracia representativa. Esta estratégia influenciou os partidos comunistas em diversos países.

As formulações de Gramsci, elaboradas na prisão, somente poderiam assumir um caráter de proposições teóricas gerais, e não um caráter de programa, a despeito de terem sido fundamentadas na experiência política vivenciada por ele e com base em uma sólida pesquisa histórica sobre a realidade italiana. Caberá a Palmiro Togliatti dar seqüência à elaboração programática do que apenas está implícito no pensamento gramsciano. Desse modo, se a categoria guerra de posição traz apenas implicitamente a tese de que seria travada no âmbito das regras do jogo democrático, as formulações de Togliatti expressarão claramente essa tese. Nesse sentido, a tese do caminho pacífico para o socialismo, mediante a ampliação do método democrático, é expressa como uma possibilidade real nos seus escritos. Esse teórico, após fazer uma sólida análise do contexto sócio-político e econômico italiano, argumenta:

Disso resulta a afirmação de que o método democrático, na luta pelo socialismo e no avanço para ele, adquire hoje uma importância que nem sempre pôde ter no passado. Ou seja: é possível obter determinados e grandes resultados na marcha para o socialismo sem abandonar esse método democrático, seguindo caminhos diversos dos que foram trilhados e eram quase obrigatórios no passado, evitando as rupturas e os ásperos contrastes que foram então necessários.<sup>19</sup>

### 1.3.1 Democracia e Socialismo nos Postulados Eurocomunistas

Togliatti (1980) nega que o caminho italiano para o socialismo possa ser definido aprioristicamente como caminho parlamentar. Argumenta que a via proposta se adapta tanto às conquistas obtidas pela classe operária e o partido comunista, quanto às condições políticas existentes. Estas possibilitariam a luta pelo socialismo no âmbito das instituições da democracia representativa. Afirma desse modo, que, devido a luta dos partidos que se dedicam à causa do socialismo, as condições da vida democrática no pós-Segunda Guerra são diferentes do período anterior a Primeira Guerra Mundial e que, por conseguinte, a concepção de Lênin sobre o caráter ilusório das instituições democráticas estaria superada.

---

<sup>19</sup> Togliatti, 1980, p. 134.

A utilização do parlamento, portanto, seria um dos caminhos para a conquista de amplas reformas estruturais. Seria imprescindível, também, um movimento popular atuante a fim de veicular as reivindicações a serem satisfeitas pelo parlamento. Togliatti parece não desconhecer os obstáculos e as resistências que seriam interpostas à luta pelo socialismo mediante essa via. Contudo, argumenta:

Um movimento que conseguirmos orientar e dirigir no sentido dessas reivindicações e dessas reformas é, certamente, um movimento no sentido do socialismo. Mas é possível nos orientarmos nesse sentido, hoje em nosso país? Achamos que sim, pois existem condições objetivas e subjetivas favoráveis.<sup>20</sup>

A argumentação de Carrilo (1978) em prol da construção do socialismo mediante a utilização dos institutos da democracia representativa, desenvolve-se a partir de dois aspectos: um prático e outro teórico. O aspecto prático reside nas experiências de governos nazi-fascistas, que ascenderam ao poder mediante a via democrática e destruíram as instituições da democracia liberal. Tal vivência teria contribuído, também, para que os comunistas empreendessem uma crítica conseqüente sobre a degeneração totalitária da primeira experiência socialista, sob o stalinismo. O aspecto teórico reside na tentativa de encontrar em Marx e Engels a relação intrínseca entre socialismo e democracia. Ao assim proceder, Carrilo parece omitir que quando Marx e Engels relacionam a conquista do poder político pelo proletariado com a conquista da democracia, não estão se referindo ao modelo de democracia que se tornou predominante nas sociedades capitalistas. Deve-se ressaltar, contudo, que Marx e Engels em nenhum trabalho, antes do escrito de Marx sobre a Comuna de Paris de 1871, delinearam os aspectos fundamentais do seu conceito de democracia.

Parece, portanto, que a visão de Marx e de Engels sobre a democracia coincidia com os postulados dos apologistas da democracia como igualdade política e social e não apenas a igualdade perante a lei, à qual Carrilo se remete no final dos anos 70 do século passado. Parece, portanto, contraproducente recorrer aos escritos de Marx e Engels a fim de justificar teoricamente a via democrática para o socialismo, tendo em vista as diferenças no que tange às situações históricas vivenciadas por Marx e Engels na segunda metade do século XIX e as peculiaridades históricas vivenciadas pelos eurocomunistas no final do século XX. Carrilo certamente não desconhece tais diferenças históricas. Entretanto, ao recorrer a Marx e Engels no intuito de explicar a proposição da via

---

<sup>20</sup> Togliatti, 1980, p. 159.

democrática para o socialismo, Carrilo vê-se na obrigação de justificar o surgimento da expressão ditadura do proletariado nos escritos desses pensadores.

Carrilo (1978) concebe que Marx e Engels utilizam o termo ditadura do proletariado, fundamentados nas condições históricas por eles vividas. Reconhece, também, que num país de industrialização avançada no qual funcione um regime democrático-liberal consolidado, o Estado permanece como a violência organizada de uma classe sobre as outras, na medida em que dispõe de instrumentos capazes de reduzir as liberdades dos que dissentem. Contudo, assevera que é possível aos partidos comunistas dos países desenvolvidos, alcançarem o poder político por meios dos institutos da democracia representativa e iniciarem a transformação socialista da sociedade, ao contrário do ocorria nas condições históricas vividas por Marx, Engels e Lênin. Em tais condições, a ditadura do proletariado constituir-se-ia no único meio do proletariado conquistar e manter o poder político, a fim de iniciar a transformação socialista da sociedade. Argumenta desse modo, que a ditadura do proletariado não é o meio viável para a construção do socialismo nos países de industrialização avançada com regimes democráticos consolidados.

Togliatti parece abordar a discussão acerca do conceito de ditadura do proletariado com maior precisão que Carrilo. Com efeito, Togliatti (1980) argumenta que o conceito de ditadura do proletariado possui três aspectos fundamentais. O primeiro, refere-se à afirmação de que todo Estado, inclusive o dirigido pela classe operária, é uma ditadura. Ressalta, entretanto, que o caráter democrático da ditadura do proletariado reside no exercício do poder em benefício da maioria da população, excluindo-se apenas os interesses das classes outrora exploradoras. A ditadura do proletariado é concebida como a configuração política de um período transitório para uma sociedade sem classes e sem Estado, portanto, pode assumir diversas configurações democráticas, assim como pode, também, possuir um período de duração mais ou menos extenso.

O segundo aspecto assinalado por Togliatti, é que a ditadura do proletariado, conforme Marx, Engels e Lênin não poderia ser construída a partir do aparato estatal burguês. Assevera, todavia, que essa não era a característica original atribuída por Marx e Engels a esse conceito. Estes, somente teriam chegado a essa conclusão após o episódio da comuna de Paris de 1871. Entretanto, será esse, o aspecto sobre o qual incidirá a ênfase leninista. Togliatti afirma que tal aspecto não é mais plausível para as condições políticas do pós-Segunda Guerra, na medida em que as transformações ocorridas em esfera mundial,

tornavam possível a transição para o socialismo, utilizando-se inclusive das instituições da democracia representativa.

Togliatti observa finalmente que as formas de exercício do poder sob o regime de ditadura do proletariado podem ser as mais diversas possíveis, tendo em vista as realidades sócio-culturais e econômicas dos países em que se constrói o socialismo. Portanto, a configuração política da ditadura do proletariado na Rússia, logo após a revolução bolchevique, não seria aplicável a outras situações históricas. Sustenta, também, que as teses de Lênin sobre tal configuração seriam válidas para o Estado soviético, e na situação em que se encontrava logo após a conquista do poder pelos bolcheviques e não para outras situações históricas. Enfatiza, sobretudo, a possibilidade da permanência da pluralidade de partidos que poderiam contribuir para a construção do socialismo.

Deve-se enfatizar, portanto, que a estratégia eurocomunista se considera solidamente fundamentada nas proposições gramscianas, seja a partir dos escritos de Gramsci, seja a partir dos postulados de Togliatti. Pietro Ingrao estabelece com clareza esse ponto de partida. Dessa forma, seguindo as proposições de Gramsci, faz uma acurada análise da realidade sócio-política italiana dos anos 70 e conclui:

Se essas interpretações e motivações da fórmula ‘hegemonia no pluralismo’ são exatas, torna-se claro que a nossa referência atual a Gramsci não é fato filológico, nem rito litúrgico. É o encontro com o momento da investigação teórica mais avançada jamais realizada, após as derrotas proletárias e populares dos anos 20, no movimento operário mundial e particularmente no âmbito das forças que se vinculam à III Internacional.<sup>21</sup>

Colletti (1983) observa, contudo, que não se deve considerar as proposições fragmentárias de Gramsci sobre as diferenças entre guerra de posição e guerra de movimento, ou o conceito de bloco histórico, conjuntamente com as intuições políticas de Togliatti, como uma ciência da política minimamente elaborada. Colletti parece acusar os teóricos do Partido Comunista Italiano de cometerem tal equívoco. Conforme Colletti, os dirigentes do PCI insistentemente atribuem uma linha de continuidade nas formulações do partido sobre democracia e socialismo. Esta continuidade teria como ponto inicial o conceito de hegemonia de Gramsci, passaria pelas proposições apresentadas por Togliatti na “Declaração Programática de 1956” e resultaria na afirmação do elo indissolúvel entre democracia representativa e socialismo. Consoante Colletti, o conceito de democracia

---

<sup>21</sup> Ingrao, 1980, p. 153.

sustentado pelos dirigentes do PCI possui um significado claramente estabelecido, refletindo na defesa do multipartidarismo, na possibilidade das minorias constituírem-se em maiorias e no respeito às liberdades civis e políticas.

Colletti ressalta a correção do postulado democrático dos dirigentes comunistas italianos, questiona, entretanto, a coerência da linha política adotada pelo PCI. Este fundamenta as proposições sobre a democracia e o socialismo nos postulados de Antonio Gramsci. Conforme Colletti, o pensamento de Gramsci permanece contaminado pelo conceito de ditadura do proletariado ao qual acrescenta a necessidade da conquista da hegemonia, ou seja, não há hegemonia sem ditadura, tampouco, é possível a existência da ditadura do proletariado sem a conquista da hegemonia, sobretudo nas sociedades ocidentais. Colletti sustenta, portanto, que é inadequado ressaltar apenas o que existe de continuidade nas formulações políticas do PCI, mascarando-se os elementos de ruptura, especialmente, com as proposições gramscianas. Enfatiza, por fim, que as formulações políticas do PCI, no final dos anos 70, carecem de um mínimo de coerência teórica, constituindo-se numa amálgama incompreensível entre leninismo e social-democracia.

Brandão (2001) observa que as respostas dos marxistas italianos aos questionamentos de Norberto Bobbio não se vincularam a uma tentativa de desqualificar a democracia representativa em si, mas em complementá-la com os institutos da democracia direta. Todavia, atribuem uma relevância maior à democracia direta que às instituições liberal-democratas, enquanto Bobbio percorre o caminho inverso e proclama a primazia da democracia representativa. Poulantzas (1985) parece seguir um caminho semelhante ao dos comunistas italianos para explicitar o que seria a transição democrática para o socialismo, bem como a configuração de um socialismo democrático.

Poulantzas (1985) argumenta que os dois modelos de socialismo implantados no século passado, respectivamente: o modelo social-democrata e o de socialismo real, apesar das diferenças relevantes entre eles, compartilhavam um elemento comum. Ambas as experiências de socialismo pautavam-se no estatismo e na suspeição no que se refere às ações populares. Tenta demonstrar que o “estatismo stalinista”, origina-se de uma dupla desconfiança. A primeira em relação às instituições da democracia representativa, consideradas burguesas; a segunda, na capacidade das massas em constituírem um poder alternativo ao Estado representativo burguês. Desse modo, o partido único, como vanguarda do proletariado, deveria controlar o Estado a fim de realizar o ideal marxista do seu desaparecimento. Assevera Poulantzas que o “estatismo stalinista” estaria contido nas

proposições leninistas, não constituindo, portanto, uma mera deformação dos princípios do leninismo empreendida por Stalin.

Argumenta Poulantzas (1985) que a “social-democracia tradicional” compartilhava com o stalinismo a suspeita em relação às ações populares. Nesse sentido, conforme as proposições social-democratas, o Estado representativo deveria ser ocupado por uma elite de esquerda, capaz de levar o socialismo para as massas. Também para a social-democracia, a relação das massas populares com o Estado constituir-se-ia numa relação de exterioridade, cujo papel dos segmentos populares seria de mera expectativa diante das políticas estatais.

Conforme Poulantzas, Rosa Luxemburg foi a primeira teórica marxista a criticar a revolução russa partindo da defesa simultânea, das liberdades individuais, asseguradas pelas instituições da democracia representativa e da democracia direta, fundada nos conselhos populares ou nos sovietes. Com efeito, Rosa Luxemburg (1991) critica a dissolução da Assembléia Constituinte pelo partido bolchevique e a tentativa desse de fundamentar o poder político apenas nos sovietes. Conforme Luxemburg, a supressão das instituições da democracia representativa resultaria no aniquilamento dos institutos da democracia direta. Assevera:

No lugar dos organismos representativos saídos de eleições populares gerais, Lênin e Trotski puseram os sovietes como a única representação verdadeira das massas operárias. Mas, abafando a vida política em todo o país, a paralisia atinge, também, cada vez mais, a vida nos sovietes. Sem eleições gerais, sem liberdade ilimitada de imprensa e de reunião, sem livre enfrentamento de opiniões, a vida se estiola em qualquer instituição pública, torna-se uma vida aparente na qual a burocracia subsiste como o único elemento ativo.<sup>22</sup>

Poulantzas segue a análise de Luxemburg ao criticar a oposição, presente nos escritos de Lênin, entre democracia representativa, considerada burguesa e a democracia direta fundada nos sovietes. Postula, portanto, que o problema central para a transição democrática para o socialismo seria o de ampliar e modificar as funções das instituições da democracia representativa e de defesa das liberdades individuais e, simultaneamente, introduzir e ampliar as instituições de democracia direta. Afirma: “A via democrática para o socialismo, é um longo processo, no qual a luta das massas populares não visa a criação

---

<sup>22</sup> Luxemburg, 1991, p. 94.

de um duplo poder efetivo, paralelo e exterior ao Estado mas aplica-se às contradições internas do Estado.”<sup>23</sup>

Desse modo, corporificaram-se tanto as formulações que pretenderam vincular o socialismo à democracia, quanto as estratégias políticas visando a conquista do poder político pelos comunistas no âmbito das regras do jogo democrático, denominadas de eurocomunismo, e que tiveram importância política significativa, sobretudo, nos países do sul da Europa.

Como se percebe, as proposições eurocomunistas requerem a reformulação do próprio conceito de partido comunista, o qual, junto como outros atores sociais e políticos, buscaria implementar a construção do socialismo. A concepção leninista de partido é considerada inadequada à tal transição. Essa reformulação conceitual parece iniciar com as formulações de Palmiro Togliatti. Com efeito, no final de 1944 Togliatti publica um artigo na revista *Rinascita*, no qual expõe suas idéias a respeito do novo partido da classe operária, a ser criado em decorrência do término da Segunda Guerra Mundial e a conseqüente derrota do nazi-fascismo. Conforme Togliatti (1980), para esse novo partido deveriam convergir todos que defendiam a causa socialista, configurando um partido único da classe operária. Afirma que essa alternativa é a que melhor se adapta ao movimento operário italiano, a qual surgira das análises dos erros cometidos pelos comunistas desde a fundação do PCI em 1919.

Dentre os erros cometidos, cuja superação não implicava em demérito para os comunistas, Togliatti destaca: o esquematismo ideológico e o sectarismo político. O esquematismo ideológico parece se consubstanciar na premissa de que o partido deveria ser organizado como um grupo de militantes disciplinados e abnegados e, somente após, dever-se-ia pensar em organizar a revolução. Não obstante, Togliatti argumenta que o marxismo-leninismo se constitua no guia ideológico do novo partido operário. Destaca como tarefa imediata desse partido a luta pela democracia, a qual não poderia ser apenas formal, mas substancial, capaz de superar a ilusória liberdade das democracias representativas e gerar desenvolvimento econômico, político e social. O novo partido a ser criado, observa Togliatti (1980), deveria ser simultaneamente um partido de massas e a força dirigente da classe operária na construção da sociedade socialista. Este partido deveria ser capaz de conquistar o apoio das massas tanto através da propaganda e da

---

<sup>23</sup> Poulantzas, 1985, p. 295.

agitação, quanto da atividade política concreta em diversas esferas como a sindical e a governamental, por exemplo.

A organização desse novo partido deveria pautar-se, consoante Togliatti, no conhecimento das aptidões dos quadros e militantes, a fim de que fossem direcionados para as atividades em que pudessem se destacar e desenvolver uma atividade política eficaz para os intentos políticos do partido proletário. Ao conhecimento dos militantes e quadros dever-se-ia acrescentar o conhecimento da história, das condições em que atua e, sobretudo, o conhecimento da classe operária a fim de que o partido consiga se transformar em um partido de vanguarda. Conforme Togliatti a esse novo partido impunha-se novas tarefas, para as quais as respostas do passado não mais serviriam. Portanto, deveriam ser criadas as condições para que os dirigentes e militantes estudassem o marxismo e o leninismo e, simultaneamente, as condições sociais, políticas e econômicas da Itália no intuito de traçar o caminho para o socialismo. Este caminho deveria ser inteiramente original, diverso, portanto, dos caminhos percorridos pelos revolucionários soviéticos. Cada partido comunista deveria estar preparado para traçar um caminho próprio, nacional para o socialismo.

Com se percebe, a proposição de Togliatti para a construção de um novo partido da classe operária situa-se, ainda, no âmbito das proposições marxistas-leninistas, a despeito da proposição desse novo partido assemelhar-se à configuração dos partidos social-democratas que atuavam no âmbito da Segunda Internacional, na medida em que seria um partido com correntes diversas atuando no seu interior. A proposta de Togliatti não vingou e os socialistas e comunistas italianos continuaram atuando em partidos próprios. A proposta de Togliatti, apesar de inovadora, parecia não se desvincular da antiga tradição dos partidos marxistas, nem constituir uma teoria marxista sobre os partidos políticos. A formulação melhor elaborada sobre o novo partido da classe operária talvez seja a de Umberto Cerroni que, a partir dos postulados de Gramsci, tenta elaborar uma teoria marxista sobre os partidos políticos.

#### 1.4 TENTATIVA DE ELABORAÇÃO DE UMA TEORIA MARXISTA SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS

Os estudos sobre os partidos políticos careciam de um ponto de partida melhor estruturado, ou seja, de uma pesquisa que fosse simultaneamente fundamentada em material empírico e numa teoria política consistente. Entretanto, a partir do trabalho de

Duverger publicado em 1951, os estudiosos dos partidos políticos encontraram a primeira tentativa séria de elaboração de uma teoria geral dos partidos políticos. É possível observar, que a partir do estudo de Duverger, os pesquisadores de ciência política podem empreender esforços para formular uma teoria sobre os partidos políticos, fundamentados no referencial teórico metodológico que professam, e ancorados na teoria geral formulada por Duverger. No âmbito do marxismo, a primeira tentativa séria de elaboração de uma teoria do partido político, parece ser a do marxista italiano Umberto Cerroni.

Cerroni (1982) concebe como incorreta a redução do conceito de partido político a simplesmente parte política e, por conseguinte, nega validade à concepção de Schumpeter, que define partido político como um conjunto de indivíduos agindo em comum acordo na disputa pelo poder político. Cerroni assinala que é preciso evidenciar o que diferencia o partido político de qualquer outro agrupamento político. Tal diferença reside na conjugação de uma estrutura organizativa com um programa político bem delineado e articulado. Cerroni observa que esse programa não se constitui num programa particularista, mas universalista, isto é, contém propostas cuja implementação permitiria solucionar os problemas da sociedade no seu conjunto e não apenas os problemas da parte que o partido representa. Assevera Cerroni, que apenas o partido político moderno, cujo protótipo é o partido social-democrático, possui essa singularidade. Também para Eley (2005), o moderno partido de massas, que se constituiu no modelo primaz para a mobilização política entre o final do século XIX e o final do século XX, foi estruturado pelo movimento socialista na segunda metade do século XIX.

Duverger (1987) elabora uma tipologia dos partidos políticos, considerando dois aspectos principais, quais sejam: a origem e a estrutura organizativa dos partidos. Quanto à origem, os caracteriza como partidos de “origem eleitoral e parlamentar” e partidos de origem exterior ao Parlamento ou de “criação externa”. Quanto à estrutura organizativa os classifica como partidos de quadros e de massas. Os partidos de origem externa surgiram através da ação de instituições sociais como os sindicatos. Desse modo, os partidos socialistas parecem ter-se constituído no típico partido de origem extra-parlamentar. Cerroni discorda dessa tipologia ao afirmar que os partidos surgiram para reivindicar a criação dos parlamentos e a adoção do sufrágio universal, embora tenham crescido sob o impacto que essas instituições produziram sobre as organizações partidárias. Nega, portanto, validade à tese de Duverger sobre origem eleitoral e parlamentar dos partidos políticos.

Os partidos de origem externa apresentam, consoante Duverger, uma desconfiança no que tange às atividades eleitorais e parlamentares. Estes partidos, apesar de participarem da luta eleitoral e terem representantes no parlamento, o que demonstra a importância dessas instituições, consideram a luta eleitoral e parlamentar apenas um dentre os aspectos constitutivos da atividade política do partido na busca da realização dos seus objetivos. Dessa forma, Duverger assinala que os partidos de origem externa não atribuem o mesmo valor à luta eleitoral e parlamentar que os partidos que se originam a partir da via eleitoral e parlamentar. O desenvolvimento dos partidos de origem extra-parlamentar resulta, portanto, em certo desinteresse pelo trabalho no parlamento e pelas disputas eleitorais. Esta visão está contida nos programas e estatutos que oficializam a criação dos partidos comunistas, conforme as 21 teses que estabeleceram as condições para a adesão do partido à Terceira Internacional.

Duverger (1987) concebe que a criação eleitoral e parlamentar do partido, parece corresponder a um tipo antigo e a criação externa ao moderno partido político. Assegura que na segunda metade do século XIX os partidos políticos, em sua maioria, foram criados pela via eleitoral e parlamentar. Excetuando-se os partidos originados sob a influência da Igreja ou aqueles oriundos da iniciativa de grupos industriais e financeiros, dos sindicatos ou pela iniciativa de intelectuais, teriam ocorrido poucas intervenções externas na formação dos partidos políticos anterior à formação dos partidos socialistas entre o final do século XIX e o início do século XX.

Duverger parece pouco coerente ao justificar a gênese eleitoral e parlamentar dos partidos políticos. Com efeito, afirma que até 1900 a maioria dos partidos surgiu a partir da iniciativa dos parlamentares. Todavia, ao enumerar as instituições externas ao parlamento que formaram partidos políticos antes daquele período, parece contradizer-se e cita diversos exemplos, cujas exceções aproximam-se fortemente da regra. Cita como exemplo de instituições que foram importantes agentes externos na gênese de partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e os sindicatos patronais, as associações de intelectuais, as igrejas e associações de ex-combatentes. Parece, portanto, enfraquecer a sua tese sobre a origem eleitoral e parlamentar dos partidos. Tal contradição parece reforçar a proposição de Cerroni sobre a inexatidão da tese sobre a origem parlamentar dos partidos políticos.

Conforme Duverger os partidos de criação externa possuem uma estrutura interna mais centralizada do que os partidos originados a partir da via eleitoral e parlamentar. Os partidos de origem externa, também, são mais coesos e disciplinados que os partidos de

origem eleitoral e parlamentar. Os partidos de origem externa dispõem de uma organização preexistente que vinculam todas as suas partes constituintes a uma estrutura centralizada; os de origem parlamentar têm dificuldades em estabelecer laços entre todas as partes constituintes, na medida em que surgem a partir da coexistência de alguns deputados no seio de um mesmo parlamento.

Consoante Duverger, quanto aos princípios organizativos os partidos podem ser classificados em partidos de massas e partidos de quadros. Observa que a principal distinção entre eles, reside no modo como se estruturam. Os partidos de massas não se limitam apenas às funções eleitorais, ou seja, suas atividades extrapolam as campanhas eleitorais. Desse modo, seus organismos estão direcionados para um trabalho permanente, visando à formação política dos seus militantes e o funcionamento sistemático dos seus comitês. A distinção entre partidos de quadros e partidos de massas não reside, portanto, no número de seus membros, mas na maneira como estão estruturados. Duverger associa os partidos de origem parlamentar aos partidos de quadros e os partidos de origem externa ao parlamento, aos partidos de massas. Ressalta, por fim, que os partidos de massas se preocupam com a formação política dos seus militantes e com a participação efetiva destes na vida do partido, inclusive na sua manutenção financeira. Os partidos de quadros, ao contrário:

[...] procuram reunir pessoas ilustres: a qualidade para eles importa mais que a quantidade. Essas pessoas ilustres são procuradas seja por conta de seu prestígio que lhes confere uma influência moral, seja por causa de sua fortuna que lhes permite ajudar a cobrir os gastos das campanhas eleitorais.<sup>24</sup>

Cerroni remete-se a Hume e Gramsci, a fim de assinalar que a relação do partido com o Estado simboliza a relação da parte com o todo. Essa relação, contudo, ocorre de modo especial, na medida em que a parte política opera como um todo, isto é, busca compreender a universalidade dos problemas de coordenação e de gestão da sociedade em que atua. A fim de explicar a asserção de que o partido comporta-se como um Estado Cerroni sustenta que isto:

[...] significa comportar-se como um todo embora sendo uma parte. Significa, concretamente, conseguir dirigir a sociedade sem dispor da força monopolizadora do Estado e, por isto, dirigir sem comandar ou fazer-se obedecer sem recorrer à coação.<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> Duverger, 1987, p. 100.

<sup>25</sup> Cerroni, 1982, p. 26.

Cerroni recorre a Gramsci para assinalar, também, a relação dialética imanente à política entre força e consenso. Esta relação é estabelecida inicialmente por Maquiavel (1982, 2008) como um dos aspectos imprescindíveis da política, sobre o qual não se deveria emitir nenhum juízo de valor, ao contrário, o governante seria bem-sucedido caso conseguisse aliar a inteligência da raposa com a força do leão. A partir dessa alegoria pode-se compreender a relação entre força e consenso, tal como postulada por Gramsci, ao estabelecer a distinção entre dominantes e dirigentes. Um grupo dominante pode-se fazer obedecer porque detém o monopólio da força, entretanto, esse grupo seria um todo que atua como uma parte. Por sua vez um grupo ainda não dominante pode obter o consenso e tornar-se dirigente, constituindo-se numa parte que atua como um todo.

Cerroni (1982) argumenta que a partir da análise gramsciana da dialética entre força e consenso, torna-se possível compreender o elo entre política e economia, ou seja, entre igualdade política e social ou entre democracia e socialismo. A fim de estabelecer esse elo, Cerroni enfatiza que o partido proletário esteve à frente das reivindicações de que o Estado liberal se transformasse no Estado liberal-democrático, ou seja, a luta do partido proletário possibilitara que o Estado passasse de uma gestão fundamentada na força para uma gestão fundamentada, também, no consenso. Resultou dessa conquista um problema candente a ser solucionado pelo partido socialista. Qual seja: ao participar da conquista do elemento de igualdade da democracia representativa, esse partido deve-se questionar sobre a possibilidade da conquista do socialismo tornar-se factível, a partir da manutenção das instituições da democracia representativa que ele ajudou a conquistar. Desse modo, Cerroni tenta justificar seu postulado de que o socialismo deve ser construído democraticamente, mediante o consenso, bem como se configure politicamente respeitando as instituições da democracia representativa.

A tipologia dos partidos políticos proposta por Cerroni, parece ser mais ampla que a de Duverger. Com efeito, assinala que a construção de uma tipologia dos partidos exige que se leve em consideração três aspectos. O primeiro, refere-se às diferenças programáticas entre os partidos; o segundo, refere-se ao desenvolvimento histórico dos partidos políticos e, por fim, deve-se considerar a correlação entre o programa do partido, a sua estrutura organizativa e a história do Estado e da sociedade. Assegura Cerroni, que caso se considere esses aspectos torna-se possível superar o erro de aceitar a existência de um modelo ideal de partido proletário pertinente a todas as situações históricas.

Cerroni sustenta que um modelo de partido pertinente a uma determinada situação histórica, pode-se tornar completamente ineficiente quando transplantado para

outra situação. Cita como exemplo o partido bolchevique, que era organizado por correntes até 1920, com o monolitismo tornando-se regra apenas após o X Congresso desse partido. Observa que o centralismo democrático, fundamento unificador do partido comunista, é compatível com o funcionamento de correntes e frações no seio do partido revolucionário, na medida em que a ausência de frações e correntes não implica em maior unidade política do partido, bem como a presença delas não assegura uma vida interna democrática. Portanto, a decisão entre monolitismo e existência de correntes depende das condições em que o partido atua e não de um modelo aprioristicamente determinado.

De modo semelhante, Cerroni analisa a separação entre quadros e massas dentro dos partidos políticos. Discorda da teoria da burocratização sustentada por Weber (1971), Michels (1982) e Duverger (1987) pela qual a separação entre dirigentes e dirigidos é inerente a toda e qualquer organização política. Argumenta que a separação entre dirigentes e dirigidos resulta de uma cisão radicada na sociedade moderna, a qual o partido não conseguiu superar. O partido político não conseguiu superar tal cisão porque sequer a vê como problema.

Desse modo, como o partido não percebe o problema da separação, inerente à sociedade, entre governantes e governados, não consegue problematizar a separação entre dirigentes e dirigidos no interior do partido. Dentre os principais teóricos marxistas, apenas Gramsci teria se incomodado com essa cisão e questionado se ela deveria durar eternamente. A superação dessa dicotomia somente tornar-se-ia possível a partir de uma relação dinâmica entre organização e programa. Nesse sentido, assegura Cerroni, há e não há uma separação entre quadros e massas, ou seja, o partido revolucionário deve ser simultaneamente parte e vanguarda da classe operária.

O programa universalista do partido político remete-se à concepção de mundo que os militantes e dirigentes do partido professam. Todavia, isso não significa que exista uma separação estanque entre programas de partidos diversos, pelo contrário, os partidos podem partilhar determinados aspectos programáticos independente do caráter revolucionário ou conservador do partido. Pode-se citar como exemplo um partido de viés liberal que defende o liberalismo nas esferas econômica, política e individual. Deve-se assinalar, contudo, que o partido socialista pode se contrapor à concepção liberal em economia e defendê-la nas demais instâncias.

Cerroni observa por fim, a existência de três modelos de partido revolucionário. (1) O leninista, concebido como partido de revolucionários profissionais, pertinente a um país como a Rússia considerado por Lênin como um país capitalista sem um Estado

burguês. (2) O stalinista, concebido como o estado-maior do proletariado, imposto como modelo a todos os partidos comunistas. (3) O modelo gramsciano, que surge da análise histórica da sociedade e da cultura italiana e européia ocidental. O modelo gramsciano de partido, consoante Cerroni, incorpora dois aspectos. O primeiro, a experiência de derrota do proletariado frente ao antagonista burguês considerado por Gramsci, culturalmente superior ao proletariado; segundo, a crítica à tradição política marxista. A partir da análise desses aspectos, Gramsci propôs o modelo de ‘partido filtro’, ou seja, “um partido de massa que produz quadros.”

A discussão a seguir remeter-se-á a origem e ao desenvolvimento dos partidos operários. Estes partidos surgiram a partir da consolidação do movimento operário em reivindicação ao atendimento das suas demandas particulares. Todavia, à medida que se consolidava como movimento social e político independente dos setores pequeno-burgueses e burgueses radicais, os partidos operários objetivavam tornarem-se a alternativa política da classe operária. Por conseguinte, tentavam ser capazes de empreender a transformação da sociedade cindida em classes e fundada na desigualdade econômica, política e social em uma sociedade justa e igualitária. Propunham-se, portanto, constituir-se em parte que representa o todo, consoante o conceito de partido elaborado por Cerroni.

Antes disso, porém, apresentarei os desenvolvimentos da teoria marxista no âmbito desses partidos. Estes, constituíram o que ficou designado como Segunda e Terceira Internacionais. Os teóricos marxistas estudados no seio da Segunda Internacional serão: Karl Kautsky, Eduard Bernstein e Rosa Luxemburg; no seio da Terceira Internacional serão apresentadas as proposições de Lênin e Stálin. Os postulados de Leon Trotsky serão apresentados à parte, ou seja, Trotsky será considerado como o teórico original que fomentou a Quarta Internacional, e como o principal crítico das práticas políticas de Stalin à frente do Estado soviético.

## CAPÍTULO – 2

### 2 O PENSAMENTO MARXISTA NO ÂMBITO DAS INTERNACIONAIS SOCIALISTAS E A FORMAÇÃO DOS PARTIDOS OPERÁRIOS

Neste capítulo discutirei as teses dos teóricos marxistas que atuaram politicamente no âmbito da Segunda Internacional, com relevo para a discussão travada no seio do Partido Social-democrata Alemão conhecido na literatura política com *Bernstein-Debatte*. Na seqüência, serão apresentados os desdobramentos políticos oriundos do alinhamento dos partidos social-democratas europeus aos governos de seus países na Primeira Guerra Mundial, contrariando a orientação da própria Internacional Socialista. Tais desdobramentos originaram a Terceira Internacional ou Internacional Comunista, cujos principais expoentes foram Lênin e Stalin. Trotsky, derrotado na disputa com Stalin pela direção do Estado Soviético, afasta-se das teses designadas por ele de stalinistas e funda a IV Internacional, cujos seguidores participam do movimento comunista internacional como dissidentes e críticos da construção do socialismo na União Soviética até a morte de Stalin. A partir de então, voltam a apoiar o Estado soviético apesar de caracterizá-lo como socialista-burocrático.

Discutirei, também, a formação dos partidos operários tanto dos partidos socialistas designados, geralmente, de social-democratas quanto dos partidos comunistas organizados a partir da cisão ocorrida na Segunda Internacional. Apresentarei, portanto, a estruturação dos partidos operários na Europa e, posteriormente, abordarei a discussão sobre o traslado desse modelo de partido para a América Latina. No âmbito dessa discussão surgirá o delineamento da concepção leninista de partido revolucionário, cujo modelo ganhará primazia no movimento operário organizado em torno da Terceira Internacional. Esta instituição visava organizar os egressos do movimento socialista que romperam com a Internacional Socialista e estruturaram os partidos comunistas após a Primeira Guerra Mundial.

#### 2.1 KARL KAUTSKY, EDUARD BERNSTEIN E A CRÍTICA DE ROSA LUXEMBURG

No final do século XIX e início do século XX, desenvolve-se no interior do Partido Social-democrata Alemão (SPD) um debate teórico que repercutiu de maneira

relevante no movimento socialista europeu. O debate inicia-se com a publicação das teses de Eduard Bernstein propondo uma revisão da teoria marxista a fim de adequá-la à realidade política vivenciada pela social-democracia na Alemanha. Kautsky, um dos principais teóricos da social-democracia alemã, intervém no debate defendendo as teses da “ortodoxia” marxista predominantes na Segunda Internacional. Por fim, apresentando contribuições originais na crítica ao “revisionismo” de Bernstein, participa do debate a jovem intelectual marxista Rosa Luxemburg. Será, portanto, a partir das contribuições desses três protagonistas que discutirei a polêmica em torno do que ficou conhecido, na literatura socialista, como o marxismo da Segunda Internacional.

Ganha realce nesse debate o posicionamento dos partidos socialistas quanto à participação política nas democracias liberais. Com efeito, Kautsky ressalta o importante papel assumido pela democracia representativa e pelas liberdades políticas para a conquista do poder político pelo proletariado. Eleições periódicas constituir-se-iam-se em meio para aferir a real força numérica do proletariado, bem como a de seus inimigos. As reformas políticas, a atuação do proletariado no parlamento e em suas organizações sindicais familiarizaria o proletariado com as funções de governo, com a administração das grandes indústrias e lhes possibilitaria maturidade intelectual. A democracia, portanto, tornar-se-ia indispensável como instrumento de capacitação do proletariado para o cumprimento de sua tarefa principal, ou seja, implementar a revolução social assim que as condições históricas especiais estivessem presentes.

A tese da utilização da democracia representativa como instrumento para aferir a influência do partido social-democrata no seio da sociedade capitalista avançada, é sublinhada inicialmente por Engels em 1895. Este, com a autoridade de amigo e colaborador de Marx na elaboração da teoria da revolução socialista, possibilita reinterpretações contraditórias sobre o papel da violência na revolução proletária. Com efeito, o escrito “Introduction to Karl Marx’s the class struggles in France, 1848 to 1850”, constitui-se no ponto de partida para os postulados revisionistas de Eduard Bernstein. Portanto, uma apresentação concisa desse escrito de Engels, torna-se necessária a fim de iniciar com maior propriedade a discussão sobre o “revisionismo” bernsteiniano. Deve-se ressaltar que tal introdução, ao ser publicada por Bernstein, sofreu relevantes supressões dos trechos que demonstravam a confiança de Engels, ainda em 1895, na via revolucionária para a conquista do poder político pelo proletariado.

Engels (1990) observa que a esperança que Marx e ele nutriram quanto à possibilidade da vitória do proletariado mediante a luta armada no período de 1848-1850 e

em momentos de crise econômica em períodos posteriores, consistia numa análise fundamentada pelos acontecimentos da grande Revolução Francesa de 1789. Todavia, a história demonstrou o erro de ambos, pois a luta do proletariado nos moldes de 1848-50 estava superada, ainda que os dois mantivessem a esperança de que novas crises econômicas desencadeassem novos períodos revolucionários. Ressalta que essas esperanças, também, se mostraram ilusórias, na medida em que as condições nas quais o proletariado devia combater após aquele período eram inteiramente novas.

Desse modo, as formas de luta empreendidas entre 1848 e 1850 e na Comuna de Paris de 1871, estavam completamente superadas. O capitalismo desenvolvera-se em vez de entrar em crise, aumentara significativamente a parcela do proletariado em relação aos camponeses e aos estratos médios, a própria geografia urbana modificara-se significativamente alterando, por conseguinte, os modos de luta do proletariado. Engels (1990) assegura que as condições de combate melhoraram para os combatentes da reação e pioraram para os insurretos. Isto por que, as modificações urbanas com ruas compridas, retas e longas tornavam o combate à insurreição nos moldes de 1848 e 1871, bem mais fácil para a reação.

A nova arma a ser usada pelo partido social-democrata deveria ser, por isso, o sufrágio universal. Este tornara-se uma arma indispensável para o proletariado. Engels concebe que as campanhas eleitorais tornaram-se um meio eficaz para o contato das massas populares com as idéias socialistas, na medida em que o tempo das revoluções feitas por pequenas minorias à frente de massas inconscientes passara. A partir do final do século XIX, as massas proletárias deveriam ter consciência das causas porque estavam lutando e arriscando suas vidas. Somente, desse modo, uma revolução social tornava-se possível. Por isso, o partido social-democrata deveria persistir num trabalho de propaganda e divulgação das idéias socialistas.

Entretanto, Engels não descarta inteiramente a possibilidade futura de novas ações revolucionárias do proletariado, apenas assinala as dificuldades de uma vitória mediante ações armadas desenvolvidas nos moldes dos levantes de classe em períodos anteriores (1848-50 e 1870-71). Aponta, pois, para a necessidade do trabalho de conscientização do proletariado para a luta, na qual a sua vida está em jogo, tal luta deve envolver maiorias conscientes do que estão fazendo e de por que estão lutando. As ações desencadeadas por minorias que carregavam atrás de si multidões inconscientes seriam, então, contraproducentes. Apesar das observações de Engels indicarem que a luta armada continuava um instrumento útil para a conquista do poder político pelo proletariado,

Bernstein empreende uma interpretação diversa e busca, a partir dos postulados de Engels, suprimir a luta armada como meio útil ao proletariado na sua luta pelo poder político.

## 2.2 EDUARD BERNSTEIN E A REVISÃO DO MARXISMO ORTODOXO

Entre 1896 e 1898, Bernstein publica uma série de artigos na qual apresenta os postulados centrais do que ficou conhecido na literatura marxista como revisionismo. Conforme Fetscher (1982) o principal objetivo de Bernstein nos seus postulados teóricos era superar a debilidade do Partido Social-democrata Alemão. Esta debilidade resultava da contradição entre uma proposição teórica revolucionária e uma prática política reformista, isto é, tentava adequar a teoria à práxis da social-democracia. Bernstein julgava que em diversas oportunidades os postulados teóricos revolucionários dificultaram, ou então impediram, conquistas políticas para a social-democracia e para o proletariado e o campesinato alemão.

Bernstein (1966 e 1997) empreende a defesa de uma ação política reformista a partir do questionamento de dois postulados marxistas a respeito da construção da sociedade socialista. O primeiro postulado marxista afirma que o capitalismo deve alcançar um elevado nível de desenvolvimento a fim de propiciar a socialização da produção e da distribuição de bens e serviços. Bernstein questiona esse postulado argumentando que qualquer tentativa para centralizar a gerência de grandes empresas capitalistas nas mãos do Estado de ditadura do proletariado geraria uma série de problemas, na medida em que a gerência centralizada dessas empresas exigiria uma capacidade administrativa que está muito além das condições disponíveis para qualquer governo.

O segundo postulado da teoria marxista refere-se à conquista do poder político pelo proletariado a fim de empreender a construção do socialismo. Esta conquista poderia ocorrer de duas maneiras principais: pela via parlamentar ou pela via revolucionária. As objeções de Bernstein a esse postulado marxista iniciam-se, com a desconsideração da existência de um proletariado com homogeneidade de idéias, de interesses, e capacitado para, através de um movimento contínuo, alcançar o seu objetivo final, ou seja, a sua emancipação social. Chama atenção, portanto, para as diferenças de renda, cultura e idéias no conjunto do proletariado. Em virtude dessas diferenças, a unidade do proletariado mantém-se apenas no que concerne aos seus interesses imediatos, o qual se dividiria quanto à natureza de suas necessidades e interesses, tão logo assumisse o poder.

A partir dessa argumentação sustenta o seu postulado de que o movimento, em consonância com as condições sócio-econômicas e políticas conjunturais, constitui-se em tudo que o proletariado pode almejar, enquanto o objetivo final ou o fim último do socialismo nada significa. Conclui, desse modo, que o partido social-democrata, em sua prática política cotidiana, deixa em segundo plano, o fato iniludível de que:

A theory or declaration of principle which does not allow attention being paid at every stage of development to the actual interests of the working classes, will always be set aside just as all forswearing of reforming detail work and of the support for neighboring middle class parties has again and again been forgotten; and again and again at the congresses of the party will the complaint be heard that here and there in the electoral contest the ultimate aim of socialism has not been put sufficiently in the foreground.<sup>26</sup>

Rosa Luxemburg (1966) percorre toda a argumentação bernsteiniana, pondo em relevo as contradições a ela inerentes, no intuito de desconstruí-la. A tese central do revisionismo é a do abandono do objetivo da conquista do poder político pelo proletariado, em prol de um movimento por reformas a fim de melhorar as condições sociais dos trabalhadores. A construção do socialismo, para Bernstein, viria pela ampliação do controle social e aplicação do princípio da cooperação, e não em virtude de uma crise generalizada do capitalismo.

Rosa Luxemburg concorda que, para a teoria marxista, a conquista do socialismo dar-se-ia a partir de uma crise geral do capitalismo. Entretanto, distingue dois aspectos nessa perspectiva designados por ela de idéia fundamental e forma exterior da perspectiva catastrófica. No que tange à idéia fundamental, afirma que esta consiste na tese de que as contradições internas do capitalismo o tornarão inviável. Concebe que a perspectiva de uma crise generalizada do capitalismo, ou seja, a sua forma exterior, é de importância secundária diante da referida idéia fundamental. A partir dessa observação, alerta para os pilares que conformam o socialismo científico, os quais são:

First, on the growing anarchy of capitalist economy, leading inevitably to its ruin. Second, on the progressive socialization of the process of production, which creates the germs of the future social order. And third, on the increased organization and consciousness of the proletarian class, which constitutes the active factor in the coming revolution.<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> Bernstein, 1966, p. 179-180.

<sup>27</sup> Luxemburg, 1966, p. 193-194.

Luxemburg (1966) sustenta que Bernstein rejeita peremptoriamente o primeiro pilar da base científica do socialismo, na medida em que os meios de adaptação do capitalismo tornam improvável a sua ruína mediante uma crise generalizada. Entretanto, consoante Rosa Luxemburg, Bernstein assegura que a ineficácia da teoria do colapso não suprime o poder de persuasão da doutrina socialista, na medida em que a socialização da produção e da troca permanece e, portanto, cria os germes da sociedade futura. Luxemburg assevera que essa conclusão é falsa, pois, se os “meios de adaptação” citados por Bernstein existem, esses somente se tornam germes da sociedade socialista em sentido teórico e não histórico, torna-se impossível, por isso, a transformação da produção socializada em produção socialista.

Finalmente, o último pilar de sustentação da base científica do socialismo é analisado por Luxemburg, à luz do revisionismo bernsteiniano, isto é, a crescente conscientização do proletariado da necessidade de se superar as contradições do capitalismo mediante a sua supressão. Para Bernstein essa consciência constitui-se num ideal de grande poder de persuasão, em virtude da perfeição que lhe é atribuída, isto é, essa consciência não aparenta ser apenas uma reflexão intelectual sobre as contradições do capitalismo e da inevitabilidade do socialismo. Dessa forma, conforme Rosa Luxemburg, Bernstein introduz uma explicação idealista do socialismo. Este deixa de ser o resultado das contradições crescentes do capitalismo e torna-se um ideal a ser alcançado num futuro que se aproxima das “calendas gregas”.

Kautsky (1966) negava a possibilidade do capitalismo constituir-se de relações sociais equilibradas, ou seja, com menores desigualdades sociais. Nesse sentido, questiona a tese de que um movimento em prol de reformas sociais no âmbito do capitalismo pudesse instaurar o socialismo sem que o proletariado assumisse o poder político. Com efeito, defender tal postura para Kautsky consistia na negação do socialismo e do papel do partido proletário para a sua conquista. Argumenta, nesse sentido, que a diferença entre reforma e revolução não reside na utilização da força, na medida em que ambas podem igualmente utilizar-se de ações violentas. O que difere revolução de reforma é a ascensão ao poder de uma classe social oprimida política e economicamente. Portanto, a conquista do poder político por uma classe social dominada é a característica central da revolução social. Ao fazer tal caracterização, Kautsky observa que a ação revolucionária distingue-se da ação reformista porque esta última limita-se exclusivamente à luta pelas reformas sociais sem ter como fim último a conquista do poder político pela classe dominada.

Kautsky (1966) observa que a democracia assume um papel positivo na formação intelectual, política e organizativa da classe operária, contribuindo, dessa maneira, para acumular recursos nas suas mãos, tornando-a apta para a conquista do poder político e, conseqüentemente, para a revolução social. Concebe que a democracia, também, possibilita a acumulação de meios nas mãos da burguesia que a torna mais capacitada para frear o ímpeto revolucionário do proletariado. Todavia, os capitalistas tornaram-se supérfluos, enquanto o proletariado é uma classe indispensável na tessitura societária. Desse modo, a revolução social torna-se um processo inexorável que nem o desenvolvimento político, nem o econômico podem frear. As reformas políticas e sociais tampouco podem barrar o desencadeamento da revolução social. Com essa argumentação Kautsky questiona os postulados revisionistas de Bernstein e perfila ao lado dos que sustentam que o socialismo deve ser o objetivo final a ser almejado pelo proletariado.

A marcha para a revolução social significava a autonomia do proletariado em relação à classe dominante. Dessa maneira, as reformas deveriam ser obtidas a partir da luta do proletariado e não mediante acordos políticos de natureza meramente parlamentar. Estabelecia-se, assim, as premissas para a conquista do poder político pela social-democracia, as quais consistiam na propaganda, na organização e nas vitórias eleitorais do partido da classe operária. Kautsky assinalava que a principal forma de luta do proletariado a fim de obter conquistas democráticas e evitar ataques da reação, era a greve política de massas. Ao contrário de Bernstein, argumentava que o partido social-democrata deveria ser um instrumento para a superação do capitalismo e não apenas para a realização de reformas sociais nos quadros de tal modo de produção. Observava que o que ocorria nas sociedades européias, no início do século XX, era o fortalecimento do poder estatal em detrimento do proletariado em vez de reformas democráticas que o fortalecesse.

Rosa Luxemburg propõe que o socialismo surgirá em virtude de dois fatores: o primeiro, refere-se às contradições inerentes à sociedade capitalista e; segundo, da consciência do proletariado no que concerne à inevitabilidade da superação de tais contradições mediante uma transformação social. Para ela as relações de produção, sob o capitalismo, aproximam-se continuamente das relações de produção sob o socialismo. Entretanto, as relações jurídicas e políticas na sociedade capitalista constituem-se em entraves significativos para a transformação dessa sociedade numa sociedade socialista. As reformas sociais e a ampliação da democracia burguesa fortalecem esses entraves. Em virtude disso, somente com a conquista do poder político pelo proletariado tornava-se possível a ruptura dos entraves antepostos na construção da sociedade socialista. Considera

um equívoco, portanto, a aspiração à conquista do socialismo a partir da luta cotidiana do proletariado pelas reformas sociais e a ampliação da democracia.

Desse modo, delinea-se, como maior acuidade, a concepção de democracia de Rosa Luxemburg a ser conquistada mediante a greve de massas. A democracia para Luxemburg tem como fundamento de sua configuração político-organizacional, os conselhos de operários e soldados. Pautada nessa concepção de democracia é que desenvolve a sua relação de solidariedade crítica com a Revolução Soviética de 1917. Alinha-se, portanto, aos partidários da democracia conselheira e torna-se adversária da tese de um partido comunista fortemente centralizado, formado por militantes abnegados e rigidamente disciplinados, tal como se constituiu o partido bolchevique.

Para Rosa Luxemburg (1981) a organização, o partido, etc., são formas ‘de mediação entre ser social e consciência’. Dessa forma, os partidos proletários constituem-se em graus de mediação aptos a apropriarem-se das teorias revolucionárias do movimento operário. Neles, as atividades revolucionárias das massas tornam-se conscientes. Nesse sentido, o partido é concebido por Rosa como um processo no qual as organizações e experiências coletivas da classe operária são conscientemente desenvolvidas, mediante a apreensão da dialética materialista, possibilitando, ao proletariado, orientar-se em direção ao objetivo final. Apesar do papel atribuído ao partido proletário não ser tão irrelevante, esse papel fica bastante aquém das funções dos partidos considerados leninistas. Conforme Rosa Luxemburg o papel do partido proletário era de compreender antecipadamente as condições objetivas e subjetivas para o desencadeamento da luta de classes e indicar o caminho correto a ser seguido pelo proletariado na luta pelo socialismo. Dessa maneira, a concepção de Rosa Luxemburg sobre o partido comunista, bem como a sua concepção sobre a democracia e a ditadura do proletariado, parece diferir de forma acentuada das concepções leninistas.

Kautsky (2002) defende explicitamente o caminho parlamentar como a estratégia principal para a construção do socialismo. Essa posição será mantida no confronto de teses entre ditadura e democracia parlamentar como principal via para a construção do socialismo. A defesa consistente da via democrática faz com que Kautsky, a despeito de ter apoiado a revolução Soviética de 1917, condene veementemente a estratégia dos bolcheviques e o tipo de ditadura do proletariado por eles defendida. Para ele, o tipo de ditadura dos bolcheviques constituía-se em uma minoria sustentada pelo aparato policial e burocrático, enquanto a ditadura do proletariado deveria fundamentar-se na ditadura da maioria, conquistada a partir do uso dos instrumentos permitidos pela democracia

representativa. Crítica semelhante será desenvolvida por Martov, o principal crítico da Revolução Bolchevique dentro da Rússia.

Ao contrário de Kautsky, Otto Bauer, considerado por Fernandes (2000) o principal dirigente do austro-marxismo, explicava o caráter ditatorial assumido pelo poder soviético em virtude das condições, sumamente atrasadas, que os bolcheviques tiveram que enfrentar na construção do socialismo. Para Otto Bauer o caminho trilhado pelos russos era inadequado para os países de industrialização avançada, embora fosse necessário nas condições russas. Conforme Bauer: “O processo de transformação da sociedade capitalista em socialista, que está se dando na União Soviética, só estará terminado quando a ditadura, que foi necessária colocar e manter em movimento neste processo, for desmantelada e substituída por uma democracia socialista.”<sup>28</sup>

### 2.3 O MARXISMO DA TERCEIRA INTERNACIONAL: OS POSTULADOS LENINISTAS E AS PRÁTICAS POLÍTICAS DO STALINISMO

O pensamento leninista sobre o Estado e a democracia sob o capitalismo, somente foi sintetizado após a Revolução Russa de 1917. Entretanto, a compreensão dos postulados leninistas sobre tal tema parece exigir uma apresentação ampliada da obra de Lênin. Desse modo, tratarei do pensamento leninista a partir do seu escrito sobre a Revolução Russa de 1905, perpassarei sua análise sobre o fenômeno do imperialismo e o surgimento do oportunismo no seio da social-democracia européia, os seus postulados sobre a Revolução de 1917 e a superioridade da configuração política dos operários e camponeses russos sobre a democracia representativa, concluindo-a com as suas proposições sobre a democracia e o Estado no capitalismo.

Lênin (1965) analisa o caráter da Revolução Russa de 1905 e, concomitantemente, antecipa a tática a ser utilizada pelo proletariado diante daqueles eventos. Inicialmente observa o caráter burguês da revolução de 1905. E, a partir dessa conclusão, discute o posicionamento do proletariado russo, a ser encaminhado pelo partido social-democrata, a fim de obter o máximo de conquistas dos eventos referenciados. Conforme Lênin, a compreensão do caráter burguês da revolução de 1905 na Rússia permite à social-democracia russa assegurar a independência do proletariado no âmbito daquele movimento democrático-burguês. Desse modo, o proletariado deveria participar

---

<sup>28</sup> Bauer, apud Fernandes, 2000, p. 75.

resolutamente da revolução democrático-burguesa, tentando imprimir a ela um ímpeto radical-democrático que o beneficiasse mais do que à própria burguesia. Após a Revolução de fevereiro de 1917, contudo, considera concluída a primeira etapa da Revolução socialista na Rússia e convoca os soviets a assumirem o poder político.

A análise leninista sobre a situação da social-democracia em 1915, empreendida no escrito “La bancarrota de la II Internacional”, parece constituir-se no fundamento para a sua proposição do início das ações revolucionárias do proletariado e dos camponeses russos após a revolução de fevereiro de 1917. Com efeito, no escrito de 1915, Lênin afirmava que a revolução burguesa na Rússia estava longe de ser completada. Todavia, em abril de 1917 considera-a concluída e conclama o proletariado e camponesinato russos a tomarem o poder. Lênin argumenta, que os acontecimentos foram mais rápidos e originais do que a sua teoria da revolução russa postulava. Dessa forma, assevera que os soviets dos representantes dos trabalhadores e soldados, constituíam-se na ditadura democrático-revolucionária do proletariado e do camponesinato, a qual completara, nos primórdios de 1917, a etapa democrático-burguesa da revolução. Todavia, essa originalíssima forma de organização do poder político teria cedido a administração do Estado aos representantes da burguesia. Portanto, a principal tarefa dos bolcheviques era conchamar os soviets a retomar o poder político em suas mãos, e dar início à etapa socialista da revolução russa.

Lênin (1966) enfatiza especialmente, a importância do novo tipo de organização proletária que já estava em gestação em cidades como Petrogrado e Moscou. O qual resultara das experiências da Comuna de Paris de 1871 e da Revolução Russa de 1905. Esse tipo de organização, os “Soviets” deveria ser ampliado para toda a Rússia e, sobretudo, deveria obter um novo caráter, ou seja, deveria configurar-se como um poder popular, constituído por milícias populares comandadas pelos soviets. Estas milícias deveriam ser, também, contrapostas aos órgãos do poder estatal, constituídos de burocracia, polícia e exército permanente separados do povo. Estes órgãos, dirigidos pelo Estado democrático-burguês, deveriam ser suplantados pelo novo tipo de poder popular: os soviets e as milícias populares. Caberia aos bolcheviques, então, a tarefa de ampliar e dar um novo conteúdo a essa original forma de organização do poder político.

Lênin (1966 e 2005) argumentava que a peculiaridade, teoricamente não prevista, da situação política da Rússia em 1917, era a existência de dois centros de poder. O primeiro formado por um governo burguês-democrático; o segundo formado pelos soviets de soldados, proletários e camponeses. Este segundo centro de poder teria se submetido voluntariamente ao primeiro. Contudo, possuía condições reais de tomar o poder em suas

mãos. Isto não significava, conforme as famosas “Teses de Abril”, que a tarefa imediata dos bolcheviques fosse a construção do socialismo, mas a tomada do poder pelos proletários e camponeses guiados pelos bolcheviques, a fim de preparar as bases para a introdução do socialismo. Assevera:

I am profoundly convinced that the Soviets of Workers' and Soldiers' Deputies will develop the independent activity of the *masses* of the people far more quickly and far more effectively than a parliamentary republic, they will decide more effectively, more practically, and correctly what steps can be taken toward socialism, and how.”<sup>29</sup>

Lênin observa que o papel especial que o proletariado russo assumira de iniciar uma revolução que deveria estender-se pela Europa, era conseqüência das condições objetivas criadas pela guerra imperialista. Portanto, são contingências históricas que explicam o papel proeminente do proletariado russo em 1917. Tais “condições objetivas” possibilitariam não só a vitória da revolução proletária na Rússia, mas, também, a sua ampliação para toda a Europa. Lênin analisa essas “condições objetivas”, no escrito a respeito do imperialismo. Neste, apesar de empreender uma discussão eminentemente econômica retira, da sua análise, relevantes conclusões políticas.

Dentre as principais conclusões destacam-se: (1) o imperialismo constitui-se numa fase de predomínio da violência e da reação, cujo desdobramento inevitável seria as guerras entre as nações imperialistas, visando a redivisão do mundo. Isto por que, com o surgimento do capital financeiro e dos trustes, aumentaram as diferenças no que concerne ao desenvolvimento dos diversos países. Introduziram-se, assim, modificações nas relações de força entre as nações desenvolvidas, cuja solução das contradições geradas por essas modificações somente poderia ser encontrada no recurso à violência, tornando inevitáveis as guerras inter-imperialistas; (2) na fase do imperialismo disseminou-se no seio da classe operária a tendência ao oportunismo. Com a expansão econômica dos países imperialistas, e a conseqüente elevação dos lucros monopolistas, tornou-se possível a cooptação de setores da classe operária pela burguesia.

Desse modo, setores importantes da classe operária passam a defender os interesses imperialistas de uma determinada indústria ou nação, contra as demais. Conforme Lênin, isso torna a luta contra o imperialismo inseparável da luta contra o oportunismo; (3) o imperialismo constitui-se na fase final do capitalismo, a esse respeito conclui Lênin: “From all that has been said in the book on the economic nature of

---

<sup>29</sup> Lênin, 1966, p. 243.

capitalism, it follows that we must define it as capitalism in transition, or, more precisely, as moribund capitalism.”<sup>30</sup>

Para Lênin, o oportunismo está intrinsecamente relacionado com o fenômeno, surgido no âmbito do movimento social-democrata europeu, designado por ele de social-chauvinismo. Lênin (1965) busca enfrentar três problemas relacionados ao tema do social-chauvinismo, a fim de obter uma visão mais acurada desse fenômeno. O primeiro problema relaciona-se com a origem do social-chauvinismo; o segundo, refere-se ao fator que assegurava a força que tal fenômeno alcançara nos partidos social-democratas e, por fim, quais as formas mais adequadas para combatê-lo. Inicialmente define o social-chauvinismo como:

[...] la aceptación de la idea de la defensa de la patria en la guerra imperialista actual, la justificación de la alianza de los socialistas con la burguesía y con los gobiernos de ‘sus’ países respectivos en esta guerra, la negativa a propugnar y apoyar las acciones revolucionarias del proletariado contra ‘su’ propia burguesía.<sup>31</sup>

Devido à força obtida pelo oportunismo nos partidos social-democratas, a única maneira de combater e desmascarar tal tendência era romper definitivamente com ela. Dessa maneira, tornava-se impossível a convivência entre uma ala oportunista e outra revolucionária nos partidos proletários europeus. Lênin assevera que com a guerra de 1914 o movimento socialista deveria preparar-se para desencadear ações revolucionárias. Todavia, os designados oportunistas aliaram-se incondicionalmente à burguesia, ou seja, transformaram-se em representantes da burguesia no âmbito dos partidos proletários. Portanto, concluía Lênin, a superação do social-chauvinismo pressupunha a derrota dos partidos social-democratas e a estruturação de organismos revolucionários que atuassem com total independência em relação a tais partidos.

Estes partidos restringiram a sua atuação aos limites permitidos pela democracia representativa, consideravam, portanto, que a disputa política se limitava à ascensão ao poder pelo voto. Tal instrumento asseguraria a construção do socialismo sem nenhuma ação extra-legal. Desse modo, consoante Lênin, o Estado assumiria características distintas das propugnadas pelo marxismo clássico que o concebia como instrumento de dominação de classe. Tal concepção possuía como corolário a tese de que a conquista do poder pelo proletariado dar-se-ia, apenas, mediante a ação revolucionária. Essa tese parece ser uma

---

<sup>30</sup> Lênin, 1966, p. 216.

<sup>31</sup> Lênin, 1965, p. 258-259

conclusão da teoria leninista sobre o Estado e a democracia. Com efeito, para Lênin o Estado nada mais é que um instrumento de dominação de classe.

### 2.3.1 As Práticas Políticas Stalinistas<sup>32</sup>

Stalin parece não se constituir num teórico marxista original. Apesar dessa observação, deve-se ressaltar que divulgou suas idéias a respeito da revolução socialista, da ditadura do proletariado e das funções a serem assumidas pelo partido comunista. Essas idéias constituem-se numa sistematização dos postulados leninistas, aos quais acrescenta a tese da construção do socialismo num só país. Deve-se observar, contudo, que apesar de Stalin defender a tese da construção do socialismo em um só país, parece não ter descartado o caráter internacional do projeto socialista, na medida em que sua proposta implicava, também, luta pelo socialismo nos demais países. Conforme a concepção estaliniana, a vitória do proletariado em um número significativo de países permitiria a formação de um bloco socialista contraposto ao bloco capitalista. Desse modo, parece ser possível aduzir que se deve relativizar o postulado stalinista do socialismo num só país. Com efeito, Stalin parece ter apresentado frequentemente a necessidade da expansão do socialismo para outros países, no intuito de consolidar o socialismo na União Soviética.

The World significance of the October Revolution lies not only in its constituting a greater start made by one country in the work of breaking through the system of imperialism and the creation of the first land of socialism in the ocean of imperialist countries, but likewise in its constituting the first stage in the world revolution and a mighty basis for its further development.<sup>33</sup>

Argumenta que o proletariado, após a conquista e a consolidação do poder em um país, deve colocar como tarefa inadiável a construção do socialismo. Conforme Stalin, a construção do socialismo não significa que o proletariado tenha assegurado uma vitória completa para a sua causa, na medida em que os perigos da restauração do capitalismo são reais e, somente, torna-se possível a consolidação do socialismo no país cujo proletariado foi vitorioso, quando a revolução socialista for vitoriosa em vários outros países, conclui:

[...] It is therefore the essential task of the victorious revolution in on country to develop a support the revolution in others. So the revolution

---

<sup>32</sup> Fernandes (2000) e Lozurdo (2004) questionam a pertinência da utilização do termo stalinismo para se referir às práticas políticas implementadas na União Soviética, no período no qual Stalin foi o seu dirigente incontestado.

<sup>33</sup> Stalin, 1966, p. 300.

in a victorious country ought not to consider itself as a self-contained unit, but as an auxiliary and a means of hastening the victory of the proletariat in others countries.<sup>34</sup>

O conceito de ditadura do proletariado assume nos escritos de Stalin, conotações peculiares que o diferenciam, substancialmente, do conceito utilizado pelos teóricos social-democratas. Apresenta, então, três aspectos que caracterizam a ditadura do proletariado. Primeiro, concebe-a como o próprio conteúdo da revolução proletária, ou seja, a ditadura do proletariado seria o principal instrumento para suprimir as resistências dos exploradores e consolidar as realizações da revolução socialista. O segundo aspecto refere-se a que a ditadura do proletariado não pode surgir a partir da democracia burguesa, como sugeriam os teóricos social-democratas, mas, apenas com a supressão dessa ordem. A ditadura do proletariado torna-se, portanto, um poder revolucionário cujo fundamento é a violência contra a burguesia.

Nesse sentido, o Estado proletário não difere de outros tipos de Estados, os quais sempre assumem a tarefa de suprimir a resistência dos explorados. A diferença fundamental é que enquanto o Estado capitalista significa a ditadura de uma minoria sobre a maioria; o Estado proletário, ao contrário, constitui-se na ditadura da maioria sobre a minoria. O terceiro aspecto caracterizador da ditadura do proletariado apresentado por Stalin, concebe que esta não pode se fundamentar na democracia representativa, mas na democracia direta através dos sovietes, os quais são definidos como organizações amplas, capazes de incorporar todos os trabalhadores nos órgãos dirigentes.

No escrito *foundations of leninism* Stalin tenta rebater a teoria da revolução permanente elaborada por Trotsky. Argumenta que a idéia de revolução permanente, originalmente referenciada por Marx em 1850, teria sido modificada e, por isso, adulterada pelos apologistas russos da teoria da revolução permanente. Consoante Stalin, a teoria da revolução permanente em Marx significava o coroamento da revolução proletária, ou seja, o proletariado após derrubar passo a passo os diversos setores da burguesia estabeleceria o seu próprio poder. Dessa forma, a revolução burguesa seria estendida até a sua transformação na revolução proletária. O proletariado, portanto, deveria utilizar-se da revolução democrática para iniciar imediatamente a revolução socialista.

Observa que originalmente, o marxismo concebia a impossibilidade da vitória da revolução proletária em um único país. Contudo, a partir do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo na sua fase imperialista, cujo resultado imediato, além do crescimento do movimento revolucionário em todo o mundo, era a inevitabilidade das

---

<sup>34</sup> Stalin, 1966, p. 293.

guerras inter-imperialistas. Tornava possível a vitória do socialismo em países individuais. Recorre a Lênin para mostrar que essa possibilidade somente se torna real quando uma crise impede que as classes dominantes permaneçam governando da forma antiga, e as classes dominadas não mais aceitem a forma anterior de dominação. Trotsky (1966) questiona o postulado estaliniano da construção do socialismo num só país.

#### 2.4 LEON TROTSKY E O MARXISMO DA QUARTA INTERNACIONAL

A produção intelectual de Trotsky fundamenta-se na formulação da teoria da revolução permanente e na explicação da lei do desenvolvimento desigual e combinado. Esta lei fora deduzida por Marx e Engels da análise da dialética hegeliana, fora utilizada por Lênin nas explicações sobre a revolução de fevereiro de 1917 na Rússia. Mas, a formulação melhor elaborada dessa lei e sua própria denominação, conforme Novack (1988), fora dada por Trotsky na sua obra “História da Revolução Russa”. Trotsky (1966) observa que países atrasados podem assimilar com relativa rapidez os êxitos intelectuais e materiais dos países adiantados.

Consoante Trotsky, não se observaria uma repetição das fases do desenvolvimento econômico dos países adiantados, nos países atrasados. Entretanto, estes países deveriam possuir capacidade econômica e cultural que os possibilitassem usufruir das conquistas obtidas ao longo do tempo pelos países avançados. O resultado do acesso fácil a tecnologias avançadas teria, nos países atrasados, contradições importantes. Na Rússia, por exemplo, teria implicado no fortalecimento da servidão e do poder absoluto dos czares. A desigualdade é considerada por Trotsky uma lei universal, a partir da qual concebe a lei do desenvolvimento desigual e combinado, cujo significado básico é a junção de formas arcaicas de desenvolvimento com formas contemporâneas. Essa junção permite aos países atrasados, peculiaridades políticas e sociais que não são encontradas nos países avançados.

O conceito de revolução permanente em Trotsky, retomado dos escritos de Marx sobre as revoluções de 1848, assume um caráter bastante original. A revolução permanente parece significar, preliminarmente, uma revolução pela democracia cujas tarefas democráticas – no sentido da democracia liberal representativa – não precisam ser completadas, ou seja, dessa fase dever-se-ia passar imediatamente às medidas socialistas e às lutas contra a reação externa, cujo término ocorreria somente com a supressão da sociedade de classes.

Trotsky (1966) enumera três aspectos que complementam a caracterização preliminar. O primeiro aspecto diz respeito à transição da revolução democrática para a socialista. Ao contrário do que propunham os teóricos da social-democracia, consoante Trotsky, não existiria um período mais ou menos longo durante o qual a consolidação da democracia criaria as bases para a transformação socialista. Ao contrário, para a teoria da revolução permanente existe um elo indissolúvel entre as fases democrática e socialista da revolução.

O segundo aspecto refere-se às tarefas que consolidarão a transformação socialista da sociedade, cujo mecanismo político destaca-se em relação a qualquer outro. Conforme Trotsky nessa fase, os confrontos entre os diversos segmentos sociais são comuns. Desse modo, a sociedade em transformação estará sujeita a uma alternância de períodos com reformas pacíficas e períodos de enfrentamento armado iniciado por grupos internos ou forças estrangeiras. É, portanto, nesse quadro político que as transformações na economia, nos costumes, na ciência, etc., estão constantemente tensionadas, caracterizando o caráter permanente da revolução.

O terceiro aspecto da teoria da revolução permanente é o seu caráter internacionalista. Para Trotsky, a construção do socialismo não pode ocorrer em bases nacionais, ou seja, embora uma revolução socialista inicie-se em uma nação particular, não pode ser completada em tal nação. Portanto, somente com a vitória da revolução socialista em todos os países, sobretudo os de industrialização avançada, seria factível a construção do socialismo. Esse postulado de Trotsky parece conter certo exagero que constitui, para a teoria da revolução permanente, um dilema de difícil solução. Por esse prisma, a revolução socialista parece tornar-se algo distante, na medida em que a vitória do socialismo em um país estaria condicionada à sua vitória em cada um e em todos os países do planeta. A vitória do socialismo, portanto, tornar-se-ia permanentemente adiada, pois conforme Trotsky:

The socialist revolution commences on the national arena, is developed further on the inter-state and finally on the world arena. Thus, the socialist revolution becomes a permanent revolution in a newer and broader sense of the word; it attains completion only in the final victory of the new society on our entire planet.<sup>35</sup>

Ao analisar a formação e a consolidação da burocracia soviética, Trotsky apresenta, com bastante pertinência, várias condições que tornaram possível tal fenômeno

---

<sup>35</sup> Trotsky, 1966, p. 282.

no seio de uma revolução cujo lema principal, consistia na emancipação do proletariado e com ele de toda a sociedade da opressão de classe. Dentre essas condições ressalta o cansaço físico e mental que toda luta revolucionária provoca nos protagonistas, a desmobilização do exército vermelho com seus comandantes assumindo cargos de destaque nas diversas esferas estatais, a derrota das diversas revoluções proletárias iniciadas após a Revolução Russa, etc. Entretanto, parece fixar como condição primordial para a burocratização do poder político soviético a traição de Stalin e da sua facção aos ideais da revolução de outubro.

Ressalta, contudo, que essas condições por si sós não explicam o poder adquirido pela burocracia. Conforme Trotsky, esta surgira a partir da necessidade social de elevar a produtividade do trabalho a fim de superar a escassez de bens de consumo. Todavia, ao conseguir elevar a produtividade social a burocracia tornara-se uma minoria privilegiada, cujos membros absorviam para si próprios parcela significativa do produto social. A burocracia torna-se, assim, causadora e protetora da desigualdade, simultaneamente, conquista uma liberdade de ação ante as massas proletárias e uma elevação significativa da renda de seus membros. Desse modo, não pode permitir nenhum controle das massas proletárias sobre suas atividades.

As idéias formuladas por Leon Trotsky, não alcançaram a projeção política das assumidas pelos partidos designados de stalinistas e revisionistas. Contudo, possibilitaram a formação de vários agrupamentos políticos, os quais, a despeito de não alcançarem a importância política dos outros dois, tiveram o mérito de divulgar as idéias leninistas, conjuntamente com as idéias de Trotsky, e as críticas dirigidas por ele às práticas políticas na União Soviética no período de Stálin e às idéias propugnadas por este. As proposições de Trotsky e seus seguidores da IV Internacional reafirmavam o conceito do Estado como instrumento de dominação de classe e da democracia representativa como um engodo.

Os teóricos seguidores de Trotsky sustentam, pois, os tradicionais postulados marxistas sobre o Estado e a democracia representativa, reafirmam a tese de Trotsky sobre a revolução permanente e, propõem a ditadura do proletariado como o modelo de democracia operária formada por organismos semelhantes aos sovietes russos de 1917, como a configuração política na transição do capitalismo para o socialismo. A ditadura do proletariado, consoante Moreno (2007), passará por duas etapas. A primeira, de transição do capitalismo para o socialismo. A segunda etapa será socialista e de transição para o comunismo. Na etapa comunista realizar-se-ia o ideal marxista da extinção do Estado, na medida em que as classes sociais já estariam extintas.

No movimento comunista internacional predominaram as idéias leninistas e as interpretações delas feitas a partir dos postulados de Stalin. Mesmo após o famoso relatório Krushev, que denunciavam as práticas políticas na União Soviética na época de Stálin, as idéias leninistas eram apresentadas como provas da validade das posições assumidas tanto pelos partidários do designado revisionismo, como dos partidários do denominado stalinismo. As proposições de Lênin sobre o Estado, a democracia representativa e o socialismo, portanto, constituíram-se no fundamento para as teses dos diversos partidos comunistas em esfera mundial.

Tais idéias somente foram abandonadas gradativamente. Inicialmente, Palmiro Togliatti divulga na Itália a “Declaração Programática de 1956”, na qual acena para a transição do capitalismo para o socialismo mediante a via democrática, retomando, embora sem citá-la, a tese difundida por Kautsky como programa para a social-democracia alemã. Contudo, organizativamente os partidos comunistas mantiveram a estrutura verticalizada, pautada no centralismo democrático, tal como difundida por Stalin.

## 2.5 : A ORIGEM E O DESENVOLVIMENTO DOS PARTIDOS OPERÁRIOS

Os estudos sobre os partidos operários que serão utilizados preferencialmente neste item, serão os de Rosemberg (1986), Przeworski (1989) e Eley (2005). Rosemberg e Eley observam que durante os anos 40 do século XIX, diversas insurreições contra o poder monárquico propagaram-se pela Europa. Especialmente nos anos 1848 e 1849 as lutas pela democracia social, cuja agenda incluía a defesa da igualdade social e das liberdades políticas, espalharam-se, a partir da França, por toda Europa Continental. Na França, após a derrota do Império Napoleônico e a restauração da monarquia em 1815, ascende ao poder a dinastia dos Bourbons, a qual perdura até 1830. Uma série de rebeliões populares iniciada em 1830 resulta na deposição dos Bourbons e na sua substituição pela dinastia dos Órleans. Esta, tendo à frente o monarca Luis Felipe, permanece no poder até 1848. Neste ano, os ressentimentos dos trabalhadores, pequenos burgueses e setores burgueses radicais uniram-se para reivindicar o fim da monarquia, a instauração da República e da democracia social. Todavia, o radicalismo da democracia social não conseguiu ser vitorioso em nenhum país europeu, sendo derrotado na França, na Alemanha e demais países da Europa Continental.

O resultado imediato dessas derrotas foi o fim da articulação política entre os radicais burgueses e os representantes da classe operária. Em vez da democracia social tão

almejada surge, em vários países europeus, ainda no século XIX, o sufrágio universal masculino. Consolida-se, portanto, uma democracia liberal bastante limitada. Nos anos 60 do século XIX, formam-se na Alemanha os primeiros partidos burgueses radicais. Na Prússia, o Partido Alemão do Progresso e na Alemanha do sul, o Partido Alemão Popular. Nestes partidos, atuavam tanto os democratas sociais oriundos da burguesia radical que participara das rebeliões de 1848-49, quanto os líderes operários. Contudo, a atuação conjunta entre burgueses radicais, pequenos burgueses e líderes operários, desfez-se rapidamente. Conforme Rosemberg: “Em consequência da separação dos grupos operários com relação ao Partido do Progresso e ao Partido Popular, nasceram depois os dois partidos autônomos social-democratas da Alemanha.”<sup>36</sup>

Por iniciativa de Ferdinand Lassale foi fundado no início dos anos 60 do século XIX, o primeiro partido operário com atuação autônoma em relação à burguesia radical na Alemanha, designado de Associação Operária Alemã. As proposições desse partido remontavam às tradições democráticas de 1848. Nesse sentido, reivindicava o sufrágio universal e lutava para que os operários assumissem o poder político. Conforme Kiernan (2001), Marx e Engels criticavam diversas proposições do partido fundado por Lassale, sobretudo, a proposta de formação de várias cooperativas operárias financiadas pelo Estado e a aliança tática do partido com Bismarck e o consequente ataque à burguesia liberal. Lassale parecia compreender que a unificação alemã ocorreria sob a hegemonia da Prússia e que as lutas operárias induziriam Bismarck a introduzir o sufrágio universal. Rosemberg assinala que as intuições políticas de Lassale foram todas confirmadas.

Em 1866, sob a direção de Wilhelm Liebknecht e August Bebel, foi fundado na Alemanha do Sul o Partido Operário Social-democrático, oriundo da cisão com o Partido Alemão Popular. O novo partido operário distinguia-se do partido de Lassale, sobretudo, por sua posição anti-prussiana. Dessa forma, atacava Bismarck e parecia defender que a unificação alemã fosse dirigida pela Áustria, a partir da qual a luta operária conquistaria o sufrágio universal. As proposições do Partido Operário Social-democrático eram também criticadas por Marx e Engels. A própria denominação social-democrático foi ridicularizada por Engels, embora tenha sido, posteriormente, aceita por ele. Conforme Rosemberg, as insuficiências teóricas e políticas dos programas desses partidos desvelavam as dificuldades que os operários e seus líderes encontravam quando abandonavam o caminho

---

<sup>36</sup> Rosemberg, 1986, p. 163

da democracia revolucionária de 1848. Em 1875, os dois partidos operários da Alemanha se unem e fundam, no Congresso de Gotha, o Partido Social-democrata Alemão (SPD).

Na França, o governo imperial de Luís Napoleão permitiu em 1862 a eleição de uma espécie de representação profissional, a partir dessa eleição os operários que atuavam em organizações moderadas apresentaram a proposta de fundar um partido operário independente. Estes operários denunciaram, também, a oposição de classes entre operários e burgueses. Na Inglaterra os operários, também, romperam com o Partido Liberal e com seus representantes cartistas. Entretanto, não reivindicaram a formação de partidos operários autônomos, ao contrário, privilegiaram a ação sindical voltada para reivindicações específicas em vez de tentarem conquistar cargos parlamentares.

No seio do movimento operário nos anos 60 do século XIX observa-se, ainda, a presença dos anarquistas. Estes, além de repudiar o Estado, desconfiavam de qualquer tentativa de conquistar o socialismo mediante a ação de organizações partidárias. A desconfiança dos anarquistas em relação aos partidos políticos remetia-se à consideração de que os partidos eram estados em miniatura, encerrando um caráter tão autoritário quanto o Estado. Segundo o pensamento anarquista, o fato do partido possuir uma plataforma revolucionária e socialista era inócuo, na medida em que, ao conquistar o poder, dominaria o povo de forma semelhante ao governo anterior.

Conforme Ostergaard (2001), o anarquismo, como doutrina e movimento, rejeita o princípio da autoridade política, assegurando que a sua ausência não inviabiliza a ordem social. De acordo com Rosemberg (1986) e Eley (2005), um movimento anarquista de caráter pacifista, fundamentado nas idéias de Proudhon, alcançou alguma influência entre os operários franceses. Uma corrente anarquista de caráter revolucionário que se fundamentava nas idéias de Bakunin, disseminou-se entre os trabalhadores rurais assalariados da Espanha e da Itália.

Rosemberg (1986), Johnstone (2001) e Eley (2005) observam que a fundação da Primeira Internacional em 1864 decorreu da aproximação e dos esforços espontâneos dos trabalhadores ingleses e franceses. Os sindicalistas ingleses convidaram as associações operárias francesas para uma manifestação em defesa da insurreição polonesa contra o domínio russo. Participaram, também, dessa manifestação alguns delegados das associações operárias italianas. Karl Marx foi convidado como representante dos trabalhadores alemães. Desse modo, por iniciativa dos operários e com pouca participação de Marx e Engels ocorreu a fundação da Primeira Internacional. Apesar da fundação da Primeira Internacional não resultar diretamente da influência de Marx, ele assumiu um

papel decisivo na formulação do seu programa e na sua orientação política mediante a sua participação no Conselho Geral da entidade.

Consoante Eley, os partidos socialistas europeus surgiram em duas fases. Na primeira fase os partidos socialistas foram formados entre o fim da Primeira Internacional em 1876 e o prelúdio da Segunda, concluindo-se com a fundação do partido socialista na Itália em 1892. A segunda fase teria se iniciado com a fundação dos partidos socialistas nos países balcânicos e na Polónia e concluíra-se em 1905 com o término da revolução na Rússia. Os partidos socialistas orientados pelas proposições da Segunda Internacional, constituíram-se na principal força da esquerda na Europa entre a década de 70 do século XIX e o início da Primeira Guerra Mundial.

Na Inglaterra ocorria algo paradoxal para o marxismo, isto é, no país de desenvolvimento capitalista mais avançado e com maior número de proletários existia um dos menores eleitorados socialistas da Europa. Na Inglaterra, o Partido Liberal canalizava as reivindicações dos trabalhadores. Eley sublinha que a prática política dos partidos social-democratas, relacionava-se diretamente com a concepção por eles postulada. Esta concepção variava de acordo com o tratamento dispensado pelas autoridades àqueles partidos, quanto mais repressivo fosse o Estado mais revolucionário era o partido. Na Alemanha, entre 1867 e 1890, negava-se a força eleitoral crescente do partido socialista, este assume uma orientação marxista nos Congressos de Gotha (1875) e de Erfurt (1891). Na Dinamarca, um pacto entre Estado, capital e trabalho propiciou ao partido socialista uma orientação reformista. Assevera Eley:

[...], a capacidade de se identificar positivamente com o Estado existente, como algo suscetível de influência, mudança e até mesmo controle, foi um divisor de água para os partidos europeus. Onde essa capacidade de identificação era forte, mais reformistas eram os partidos que surgiram; onde essa capacidade era fraca, maior o potencial de uma atitude mais revolucionária.<sup>37</sup>

Nos anos 70 do século XIX, o número de aderentes aos partidos voltados para a luta pela emancipação do proletariado era ainda bastante reduzido e sua atuação política era ambígua. Com efeito, antes de 1871 se valorizava as possibilidades do sufrágio universal. Após esse período, ocorreu uma desvalorização desse mecanismo ao se perceber os poucos resultados positivos obtidos pela classe operária, em virtude da ampliação do sufrágio. Desse modo, Rosemberg e Eley assinalam que alguns grupos revolucionários

---

<sup>37</sup> Eley, 2005, p. 97.

recusaram qualquer ação parlamentar, aderiram ao anarquismo e passaram a praticar atentados terroristas por toda Europa. Os partidos social-democratas, pequenos e pouco expressivos eleitoralmente, aferraram-se sempre mais às ações políticas legais e contrapuseram-se às ações daqueles revolucionários, consideradas inconseqüentes. Nesse sentido, os social-democratas começaram a subestimar as ações políticas revolucionárias e a demonstrar um apego singular às ações políticas legais. Rosenberg explica dessa forma as origens do que foi posteriormente designado de reformismo.

Bottomore (2001) observa que a origem do reformismo pode ser encontrada nos seguintes aspectos. O primeiro aspecto reside na necessidade de obter a maioria do eleitorado. A fim de alcançar a maioria, os social-democratas tiveram que recorrer a outros estratos sociais, sobretudo, a classe média, além disso, foram obrigados, em algumas situações, a realizar coalizões políticas com outros partidos. O segundo aspecto reside na primazia dada pelos partidos social-democratas à realização de reformas parciais dentro do capitalismo. Bottomore assinala que a realização de reformas não se contrapõe ao objetivo da transformação socialista, mas, enfatizar exclusivamente as reformas e as disputas eleitorais pode mascarar o objetivo final, ou seja, a conquista do socialismo.

Argumenta que os partidos social-democratas, quando se tornaram partidos de massa, foram obrigados a decidir se participavam das disputas eleitorais, respeitando as regras da democracia representativa e, simultaneamente, poderiam realizar ações extralegais. Entretanto, prevaleceu para esses partidos a tese de utilizar-se da insurreição armada e da greve política de massa apenas para contrapor-se à violência burguesa. Por fim, a separação entre dirigentes e dirigidos e o progressivo aburguesamento dos dirigentes, os conduziu à defesa de políticas reformistas.

O movimento socialista pautou-se, desde o século XIX, de acordo com o argumento de Eley (2005), pela defesa da democracia e, simultaneamente, pela denúncia dos limites da democracia liberal. Com efeito, as exclusões impostas ao exercício da cidadania política durante o século XIX tornavam a prática do voto um direito bastante limitado. Essas exclusões derivavam dos temores dos liberais sobre as conseqüências da incorporação dos trabalhadores no processo político-democrático. Por isso, impunham várias barreiras a esse acesso. São significativos, portanto, os limites à prática democrática denunciados pelos socialistas. Consoante Hobbsbawm, a preocupação dos liberais pode ser expressa na seguinte indagação:

[...] o que aconteceria na política quando as massas populares, ignorantes e brutalizadas, incapazes de entender a elegante e salutar lógica do mercado livre de Adam Smith, controlassem o destino político dos Estados?<sup>38</sup>

A democracia-liberal - independentemente da conquista do sufrágio universal - era considerada por Marx (2002) como incapaz de propiciar a completa emancipação do ser humano, a despeito de assegurar a sua emancipação política. Em virtude do surgimento da democracia liberal se vincular ao fortalecimento da sociedade capitalista, a qual era interpretada por Marx como fundamentada na exploração humana e na injustiça social, a emancipação política era apenas ilusória. Desse modo, conforme o pensamento marxista, não existe sentido em falar de liberdade e igualdade perante a lei, diante de tantas desigualdades econômicas, sociais e políticas.

A posição dos socialistas a respeito da democracia liberal era ambígua. Por um lado, consideravam-na como um véu que mascarava a real situação vivida pela classe operária, na medida em que proporcionava a ilusão de liberdade decorrente da ampliação do sufrágio. Esta ampliação incorporou, ainda no século XIX, os trabalhadores do sexo masculino como cidadãos com direito de participar da vida política de seus países. Por outro lado, percebiam a sua relevância. Conforme Carnoy (1999) e Held (1999), Marx e, especialmente, Engels, saudaram a conquista do sufrágio pelos trabalhadores como uma importante ferramenta para a sua educação política e sua organização, a fim de superar o capitalismo, a exploração de classe e a injustiça social. A conquista do sufrágio universal masculino, conforme Eley (2005), envolveu uma luta tenaz por parte da classe operária, a fim de obter o direito à participação política e de se organizar em partidos com o intuito de conquistar o poder.

### 2.5.1 As propostas dos Partidos Social-Democratas para as Esferas Parlamentar e Sindical

Durante os anos 1890, os programas dos partidos socialistas pareciam eivados de dilemas cujas escolhas exigiam criatividade e maturidade política aos seus dirigentes. Dentre as propostas comuns aos vários partidos socialistas, Rosemberg destaca as seguintes: (1) ampliar a organização sindical dos trabalhadores a fim de empreender a luta econômica; (2) fortalecer organizativamente o partido para empreender a luta política; (3) utilizar o parlamento para veicular as reivindicações da classe operária; (4) fazer

---

<sup>38</sup> Hobbsbawm, 1992. P. 126.

propaganda em prol do sufrágio universal nos países que ainda o negavam à classe operária; e (5) condenar o uso de ações terroristas e de tentativas insurrecionais precipitadas.

Essas propostas asseguravam algum apoio político aos partidos socialistas, inclusive fora dos segmentos operários, mas faltava muito para que os partidos socialistas conseguissem elaborar um programa capaz de contemplar o espectro das reivindicações dos trabalhadores e apresentar soluções claras para os problemas políticos da época. Conforme Rosenberg, diversos problemas permaneciam sem um tratamento político adequado por parte dos partidos socialistas entre o final do século XIX e o início do século XX. Dentre eles destacavam-se: (1) qual o comportamento que a classe operária deveria assumir diante de estratos sociais relevantes como artesãos, camponeses e intelectuais? E, conseqüentemente, como os partidos socialistas deveriam se relacionar com os demais partidos? (2) Deviam fazer alianças como os demais partidos e lutar por reformas parciais? (3) Como os partidos socialistas deviam tratar os problemas econômicos gerais que pareciam não interessar diretamente à classe operária? (4) Por fim, como os partidos socialistas deviam se posicionar frente aos problemas do colonialismo e do imperialismo?

As escolhas que os partidos socialistas tiveram que fazer, parecem proficuamente sintetizadas por Adam Przeworski, que as enumera em três situações dicotômicas. Primeira, conquistar o socialismo mediante o uso das instituições existentes na sociedade capitalista ou considera-las inócuas para o objetivo final. Segunda, a classe revolucionária por excelência era somente o proletariado ou outras classes poderiam contribuir para a conquista do socialismo. Terceira, lutar por reformas no âmbito do capitalismo ou dedicar-se à supressão completa dessa formação social. Przeworski (1989) observa que as respostas apresentadas por Lênin e Rosa Luxemburg, apesar de discrepantes em aspectos essenciais, pareciam a melhor elaboração de um programa político visando a conquista do socialismo. Rosenberg sublinha que as respostas a esses problemas surgiram da visão de mundo que a classe operária elaborara por si própria nas três últimas décadas do século XIX. Os teóricos dos partidos social-democratas, nessa época, limitaram-se em unificar as concepções existentes no seio da classe operária com os princípios econômicos do marxismo. Afirma Rosenberg:

[...], seria totalmente falso e anti-histórico afirmar que Kautsky e seus aliados inventaram os princípios fundamentais da II Internacional; o movimento operário

socialista do período da II Internacional, de 1889 a 1914, é muito mais um produto do desenvolvimento do próprio proletariado europeu.<sup>39</sup>

As propostas políticas da Segunda Internacional pareciam permeadas por ambigüidades e contradições, conforme as observações de Przeworski e Rosemberg. Para este último, o pacifismo propugnado pela II Internacional nas vésperas da I Guerra Mundial impossibilitava uma política internacional realista para os operários. Estes se tornavam impotentes diante dos desafios da política, na medida em que não podiam fazer uma revolução em seus países nem, tampouco, apoiar uma política interna beligerante. O pacifismo da Segunda Internacional teria gerado confusão para o movimento operário e possibilitara aos partidos conservadores a chance de tachar os socialistas de anti-nacionalistas, o que os isolava dos demais estratos populares.

Conforme Rosemberg, apesar do programa da Segunda Internacional partilhar várias propostas com o movimento liberal-democrático, essa não se dispôs a compor uma aliança entre os partidos socialistas e os partidos liberal-democráticos contra o imperialismo. Somente os revisionistas, Bernstein à frente, propuseram que os partidos socialistas abandonassem a fraseologia revolucionária e adotassem uma postura política condizente com a realidade política vivenciada, a fim de obterem reformas que beneficiassem a classe operária. O equívoco dos revisionistas, consoante Rosemberg, residia em não perceberem o real significado do imperialismo, na medida em que: “Acreditavam na possibilidade de um progresso lento e pacífico e não se davam conta de que o imperialismo produziria, necessariamente, as guerras, as revoluções e as mais terríveis contra-revoluções.”<sup>40</sup>

Consoante Rosemberg, a realização de uma aliança entre os partidos social-democratas e liberais era factível, tendo em vista as dificuldades desses em se afirmarem como representantes da burguesia e em virtude dos seus programas incluírem medidas em benefício da classe operária. Assevera Rosemberg, que os liberais contavam, entre 1870 e 1900, com escasso apoio por parte dos segmentos burgueses, os quais, notadamente a grande burguesia, encantaram-se com os lucros auferidos pelo expansionismo econômico e passaram a apoiar as proposições imperialistas. Desse modo, os liberais foram induzidos a aproximarem-se do movimento democrático constituindo, assim, o que ficou designado de movimento democrático-liberal.

---

<sup>39</sup> Rosemberg, 1986, p. 269.

<sup>40</sup> Rosemberg, 1986, p.287.

Com a introdução do sufrágio universal masculino na Alemanha e na Inglaterra e com o avanço da grande indústria, formou-se um contingente significativo de eleitores que deveria ser contemplado pela propaganda dos partidos políticos. A influência dos partidos liberal-democráticos ainda era pequena durante os anos 90 do século XIX. Entretanto, essa influência cresceu em virtude do contato com os setores operários contrários à propaganda imperialista. O programa dos partidos liberal-democráticos incorporava, dentre outras, as seguintes propostas: (1) elevação do bem-estar dos trabalhadores e assistência aos pobres; (2) promoção do livre-comércio; e (3) fim dos privilégios estatais para o grande capital.

Nesse período os partidos socialistas debatiam-se ante a possibilidade de participarem de governos de maioria burguesa, ou voltarem-se, exclusivamente, para os objetivos da revolução socialista. Os socialistas participaram pela primeira vez de um governo de coalizão burguesa na Europa em 1899 na França. Neste ano, o socialista independente Alexandre Millerand assumiu o Ministério do Comércio à frente do qual teria realizado importantes reformas em benefício dos trabalhadores. Apesar das ações positivas em prol dos trabalhadores, Millerand foi criticado por diversos dirigentes socialistas. Edouard Vaillant, remanescente da Comuna de Paris, argumentava que o Estado não se constituía num aparelho neutro, permeável à classe trabalhadora, ao contrário, era uma máquina repressiva formada pelo Exército, polícia e Poder Judiciário. Em tal estrutura era possível à burguesia governar pelo voto enquanto mantinha a dominação ideológica e repressiva. A importância da República, assevera Vaillant, residia em ter possibilitado aos trabalhadores realizarem no campo político a luta de classes.

De acordo com Eley (2005), conformou-se entre o final do século XIX e o início do século XX, dois modelos de política socialista. O primeiro modelo consubstanciava-se na defesa da perspectiva revolucionária para a conquista do socialismo. Nesse modelo, descartava-se a realização de coalizões políticas com os partidos considerados burgueses. A vitória do socialismo seria o resultado inevitável da evolução histórica. A classe operária tornar-se-ia melhor organizada, o capitalismo entraria em crises insuperáveis e o partido socialista obteria a direção do Estado mediante a luta armada ou pela obtenção da maioria inquestionável dos votos dos trabalhadores. Os principais defensores desse modelo eram Kautsky na Alemanha e Guesde e Vaillant na França. Os autores do segundo modelo postulavam resultado idêntico por um caminho alternativo. Priorizavam a participação política numa frente ampla capaz de democratizar a Constituição, além de Bernstein, o principal articulador desse modelo, Jaurès na França, Vandervelde na Bélgica,

Victor Adler na Áustria e Turati na Itália eram apologistas desse modelo fora da Alemanha.

No âmbito da Segunda Internacional observava-se, portanto, a presença de duas correntes principais. A primeira, cujo teórico proeminente era Karl Kautsky, contava sempre com a maioria dos delegados nos congressos da II Internacional. Os revisionistas, cujo teórico principal era Bernstein, jamais conseguiram aprovar suas proposições, apesar de contarem com o apoio dos socialistas franceses liderados por Jaurès. Numa posição de crítica ao radicalismo oficial e ao revisionismo, situava-se uma terceira corrente constituída por Lênin e os socialistas russos sob sua direção, por um contingente diminuto de socialistas alemães que partilhavam as idéias de Rosa Luxemburg e por um pequeno grupo de socialistas holandeses. Conforme Rosemberg, essa se constituía na única corrente que compreendia com correção os problemas políticos vividos no período do imperialismo e, por isso, propugnava que o movimento operário se preparasse para a guerra iminente e para a revolução.

Kautsky era considerado um dos principais teóricos da social-democracia alemã. Para ele, uma das características centrais do Estado moderno é a centralização burocrática sem precedentes na história humana. Isto, em virtude da sua complexidade e da quantidade de problemas que precisa enfrentar, os quais exigem um alto grau de conhecimento técnico para a sua solução, além de uma refinada divisão do trabalho. Caracteriza a classe dominante no capitalismo como exploradora, mas não ociosa, em contraste com a exploração e o ócio vivenciados pelas classes dominantes em períodos anteriores, os capitalistas vivem da exploração do proletariado sem serem exploradores ociosos. Em virtude dos seus afazeres, os capitalistas não assumem diretamente o poder político, ou seja, satisfazem-se em dominar economicamente e deixam que uma camada intermediária assuma o poder político. Apesar disso, os capitalistas dominam o governo em virtude do seu poder econômico.

Sob o capitalismo transformam-se continuamente as formas de produzir, novas maquinarias são freqüentemente introduzidas na produção, no mesmo ritmo em que se eleva a competição entre os capitalistas. Mudanças rápidas verificam-se também em outros campos como a ciência e as artes. A classe social dominada, também, alcança continuamente uma melhor compreensão da sua realidade. Desse modo, tende a criticar a sociedade exploradora na sua totalidade, em vez de limitar suas críticas a tendências ou indivíduos específicos dentro da sociedade capitalista. A revolução social torna-se possível, na medida em que algumas condições históricas se fizerem presentes, cuja

presença somente é verificada em sociedades capitalistas plenamente desenvolvidas, quais sejam:

They presuppose, not simply highly developed class antagonism, but also a great national state rising above all provincial and communal peculiarities, built upon a form of production that operates to level all local peculiarities, a powerful military and bureaucratic state, a science of political economy and a rapid rate of economic progress.<sup>41</sup>

Conforme Kautsky (1966), o desenvolvimento do capitalismo faz crescer simultaneamente o poder do proletariado e da burguesia. Portanto, desse desenvolvimento emergirá a batalha final que se concluirá com a vitória do proletariado. A transição do capitalismo para o socialismo, portanto, deve ser uma tarefa conscientemente desenvolvida pelo proletariado, o qual encontrará forte resistência por parte dos defensores dos interesses burgueses. Dessa forma, esmaecem as ações desencadeadas por multidões inconscientes dirigidas por uma elite iluminada. O aparato burocrático do Estado assume, nesse processo, um duplo e contraditório papel. Por um lado, torna possível ao proletariado iniciar um processo de transformação social rápido, tão logo conquiste o poder político. Por outro, apresenta-se como um instrumento facilitador da manutenção do poder político nas mãos da classe economicamente dominante.

### 2.5.2 As Posições dos Partidos Operários ante as Aspirações do Movimento Feminista

A posição dos socialistas quanto à participação nas instituições da democracia representativa era dicotômica, mas clara. Por sua vez, as proposições socialistas que se referiam a amplitude dos segmentos a participarem da luta política eram ambíguas no que tange às reivindicações do movimento feminista. Essa ambigüidade, conforme Eley, residia na discrepância entre teoria e prática. Teoricamente os partidos socialistas tinham um programa relativamente amplo e claro para as questões femininas. No Congresso de Erfurt em 1891, o Partido Social-democrata Alemão reivindicava a ampliação do sufrágio para as mulheres e a supressão das leis que criavam desvantagens para as mulheres tanto no direito público, quanto no direito civil. Consideravam que as mulheres eram duplamente exploradas, em virtude da exploração capitalista e da dependência econômica e social em relação ao homem.

---

<sup>41</sup> Kautsky, 1966, p,173

A prática política socialista em relação às mulheres foi, ao contrário, muito negativa. A maioria dos socialistas homens considerava que as mulheres eram politicamente conservadoras, atrasadas e submetidas às orientações dos padres. Os militantes homens do Partido Social-democrata Alemão proibiram que as mulheres e filhas participassem das reuniões femininas. As reivindicações exclusivas para as mulheres trabalhadoras não eram prioridade para os sindicatos. Conforme Eley, a proteção da mulher operária exigia a reforma da legislação, sobretudo, no que se refere à jornada de trabalho de oito horas e à igualdade salarial. Os socialistas homens concebiam, em geral, que as mulheres não deveriam está trabalhando e, sim, cuidando da casa.

Assinala Eley que a ambigüidade dos socialistas quanto às reivindicações femininas fora mais acentuada no que tange à questão central da democracia, isto é, o sufrágio. Afirma que nos países onde os trabalhadores do sexo masculino obtiveram o direito ao voto, não reivindicavam a ampliação desse direito para as mulheres. Nos países em que a classe operária não conquistara o direito ao sufrágio, a reivindicação do direito de voto para as mulheres era sintomaticamente esquecida.

Dentre os partidos comunistas o que parece ter elaborado o programa mais consequente no que se refere às políticas de gênero foi o Partido Comunista Alemão (KPD). Conforme Eley, a atuação do KPD junto às mulheres da classe trabalhadora incorporava três perspectivas: cooperativas de consumo; trabalho educacional e mobilizações contra o racionamento e o aumento de preços. Vários protestos contra a elevação dos preços foram realizados pelas mulheres. Tais protestos desencadearam negociações de preços justos com comerciantes e autoridades locais. Além disso, provocaram ações radicalizadas com saques de gêneros alimentícios, roupas e calçados. Geraram, também, confrontos com as forças repressivas.

Com a Revolução Russa de 1917, as mulheres passaram a gozar de cidadania plena no Estado soviético. O fundamento da igualdade era a independência econômica, na medida em que as mulheres obtiveram direito igual ao trabalho. As leis trabalhistas ofereceram proteção adicional e igualdade de salários, além da introdução do casamento civil, do divórcio e da legalização do aborto. A criação dos filhos deixou de ser uma tarefa a ser desincumbida apenas privadamente e tornou-se um dever da coletividade. Conforme Eley, isso poderia radicalizar a sexualidade feminina. Com efeito, Aleksandra Kollontai afirmava que a família nuclear estava historicamente ultrapassada. Todavia, esse radicalismo gerou oposição dentro do próprio aparelho de Estado soviético e as idéias de Kollontai passaram a ser criticadas como irresponsáveis. Desse modo, a defesa da família

nuclear retomou a prioridade e as políticas sociais para as mulheres passaram a promover o maternalismo.

## 2.6 A REVOLUÇÃO RUSSA, A TERCEIRA INTERNACIONAL E A FORMAÇÃO DOS PARTIDOS COMUNISTAS

A Segunda Internacional não concebia o partido socialista como uma unidade de pensamento e ação. Nesse sentido, permitia que em cada país o partido socialista fosse formado pelas diversas tendências constitutivas de um movimento mais amplo, o qual pudesse ser designado de social-democrata. Um exemplo típico de partido da Segunda Internacional era o Partido Social-democrata Alemão. Neste partido conviviam tendências revolucionárias e reformistas de diversos matizes. A formação do partido comunista, ao contrário, assume um caráter unitário e disciplinado que inviabilizava a existência de frações e tendências contrapostas em seu interior. No II Congresso do Comintern (Internacional Comunista) o partido comunista foi definido como a organização compacta da elite da classe operária. Esta concepção está claramente fundamentada no formato organizativo proposto por Lênin para os partidos operários.

Lênin em “O que fazer?”, corrobora a tese de que a classe operária orienta-se com certa espontaneidade para o socialismo. Contudo, assevera que isso não implicava na aceitação de que o proletariado formaria por si só uma consciência socialista. Assinala que a ideologia burguesa influencia com maior intensidade a formação da consciência dos operários do que a socialista. Isto, em virtude daquela ideologia ser mais antiga, melhor elaborada e contar com meios de difusão infinitamente superiores aos da ideologia socialista. Portanto, caberia ao partido socialista a tarefa de levar, ao proletariado, a consciência socialista.

Conforme Lênin (1979), o partido socialista deveria ser organizado a partir de revolucionários profissionais. Entretanto, argumenta que essa proposta correspondia à conjuntura histórica em que os socialistas russos atuavam, isto é, respondia à questão de como organizar um partido clandestino capaz de atuar num Estado autoritário como o russo. A partir de 1904 com o escrito, “Um passo adiante dois passos atrás” reafirma que o partido se constrói de forma descendente, portanto, os organismos inferiores deveriam submeter-se aos superiores. Concebia que a luta de idéias era primordial para o enriquecimento do programa do partido, contudo, deveria circunscrever-se ao âmbito dos

congressos do partido, e deveria prolongar-se apenas se não levasse à cisão e à anarquia nas fileiras partidárias.

Lênin conclama, em 1904, os militantes do partido social-democrata a aprenderem com as massas operárias a disciplina aprendida por elas nas fábricas. Essa mudança de visão acerca do papel a ser desempenhado pela classe operária no pensamento leninista, suscitará críticas às suas proposições elaboradas, sobretudo, por Trotsky e Rosa Luxemburg. Trotsky argumenta, que a mudança de posição de Lênin é incompreensível, na medida em que ele conclamava, em 1902, os intelectuais socialistas a difundirem entre os operários a consciência socialista, agora orientava os revolucionários socialistas a aprenderem com a classe operária o significado da disciplina política. Rosa Luxemburg (1981), além de criticar a proposição leninista de que os intelectuais aprendam com o proletariado a serem politicamente disciplinados, questiona o que designa de ultra-centralismo na concepção leninista de partido. Assevera que a centralização extrema proposta por Lênin, implicaria numa subordinação cega dos diversos órgãos do partido ao seu centro dirigente, o que poderia resultar no enrijecimento da vida política do partido e na falta de criatividade dos seus membros.

Após a revolução russa de 1905, configura-se uma conjuntura de maior liberdade política. Percebe-se, assim, uma clara mudança na concepção de partido formulada por Lênin. Diante da nova situação Lênin insiste na necessidade de se recrutar amplamente novos membros para o partido socialista, sobretudo, nas fileiras da classe operária. Em março de 1905 publica o artigo “Sobre la reorganización del partido”, no qual assinala:

La clandestinidad se desmorona. [...] tomen las nuevas armas, distribúyanlas entre gente nueva, amplíen las bases de apoyo, atraigan a todos los obreros socialdemócratas, incorpórenlos a las filas de las organizaciones del partido, por centenas, por millares.<sup>42</sup>

Assevera nesse escrito, também, que a classe operária é naturalmente socialista e que o trabalho anterior do partido social-democrata já contribuíra, sobremaneira, para transformar a natureza espontaneamente socialista do proletariado numa sólida consciência socialista. Caberia, então, ao partido, ampliar significativamente o número de operários nas suas fileiras, ou seja, a concepção leninista de um partido formado por revolucionários profissionais evolui para a de um partido com ampla base de massa. Contudo, propõe que se mantenha ainda uma estrutura semi-legal funcionando paralelamente à estrutura legal do

---

<sup>42</sup> Lênin, 1965, p. 157.

partido. Propõe, também, que o debate de idéias possa continuar após as decisões congressuais, desde que esse debate não ameace a unidade de ação do partido.

O partido social-democrata na Rússia fragmentou-se em duas facções principais em 1903, designadas de mencheviques e bolcheviques. Os mencheviques, cujos principais expoentes eram Martov e, posteriormente, Plekhanov formavam um agrupamento político semelhante aos partidos social-democráticos europeus. Buscavam organizar a classe operária e esperavam que a burguesia russa desencadeasse a revolução burguesa, à qual os operários deveriam aderir. Os bolcheviques concordavam com os mencheviques na tese de que a revolução russa seria burguesa, contudo, concebiam que a burguesia russa era muito frágil politicamente para constituir-se na força dirigente da revolução. Esta deveria ser desencadeada pelos operários aliados com os camponeses, os quais fundariam um Estado burguês fundado na ditadura democrática dos operários e camponeses. Após a revolução de fevereiro de 1917, os bolcheviques consideraram que já tinha se completado a revolução burguesa na Rússia, cabia à social-democracia desencadear, a partir dos conselhos de operários, soldados e camponeses a revolução proletária e iniciar a construção da sociedade socialista.

Entre fevereiro e março de 1917, verifica-se o colapso da ordem pública na Rússia. O Czar Nicolau II renuncia e surge uma dualidade de poderes. De um lado, o poder legal estabelecido pelo parlamento e que tentava se legitimar mediante a convocação de uma Assembléia Constituinte. Por outro lado, os trabalhadores e soldados amotinados ocuparam a sede do parlamento russo e reivindicavam para si o poder efetivo, ou seja, o poder de mobilizar militarmente a população. Conforme Eley, o governo provisório e os primeiros líderes dos soviets não conseguiram atender aos anseios populares por reforma agrária, igualdade social e paz. Reivindicações que contrariavam os interesses do governo provisório. Nesse momento, ocorre o retorno de Lênin do exílio e o lançamento das famosas “Teses de Abril”, nas quais reivindicava que o poder constituído fosse organizado a partir dos soviets de trabalhadores e soldados e não pela consolidação da república parlamentar.

As teses apresentadas por Lênin foram inicialmente rejeitadas por todos, inclusive pelos bolcheviques. Todavia, após um pertinaz trabalho de persuasão as teses leninistas foram aprovadas no Congresso Bolchevique de toda a Rússia. Para Lênin (2005) a dualidade de poderes era temporária e terminaria com a vitória de um poder sobre o outro. A tarefa principal naquele momento, portanto, era preparar a transferência da soberania para os soviets. Conforme Geltzer (1985), os mencheviques, com Martov à frente,

propunham a democracia representativa e o desenvolvimento capitalista como os fatores capazes de modernizar a Rússia e introduzir os direitos da classe operária. Por isso, esperavam que a revolução burguesa se concretizasse, a fim de assegurar a conquista da democracia e o fortalecimento dos direitos dos trabalhadores.

O papel do partido socialista seria o de salvaguardar essas conquistas e aguardar que o desenvolvimento do capitalismo e o inevitável surgimento das suas crises estruturais, criassem as condições para a revolução proletária. Somente a partir dessa situação é que se deveria preparar a revolução socialista. Os bolcheviques também concordavam com essas proposições. Contudo, aderiram à tese leninista de que a revolução socialista seria vitoriosa no país que se constituísse no elo mais fraco da cadeia imperialista. Portanto, adotaram a proposição de que a revolução proletária poderia ser vitoriosa em países economicamente atrasados como a Rússia.

A teorização de Lênin sobre a revolução socialista em países de capitalismo atrasado, parece ter sido posterior aos eventos da Revolução Russa de 1917. Com efeito, nos anos anteriores à Revolução Russa, a proposta leninista era simplesmente de utilizar-se da crise desencadeada pela guerra para se empreender a revolução proletária. Esta parece ter sido a principal proposta de Lênin na Conferência de Zimmerwald em setembro de 1915. A Conferência de Zimmerwald fora convocada pelos partidos socialistas da Itália e da Suíça e pretendia agrupar todos os socialistas contrários à guerra a fim de lutarem pelas negociações de paz sem anexações ou indenizações.

Contudo, nessa Conferência estruturou-se um grupo que passou a ser chamado de Esquerda de Zimmerwald, cujo protagonista principal era Lênin. Lênin lançou as teses que constituíam seu escrito “La bancarrota de la II Internacional”, e conclamou os socialistas a se utilizarem da guerra para desencadear ações revolucionárias e instaurar um novo tipo de Estado, fundamentado nos princípios da Comuna de Paris. Suas teses foram derrotadas naquela Conferência, mas Lênin conseguiu agregar um grupo de socialistas que o seguiu até a fundação da Terceira Internacional designada, também, de Internacional Comunista ou Comintern, em 1919.

A cisão que se prenunciava no seio da Segunda Internacional, com a decisão dos partidos social-democratas de apoiar os esforços de guerra dos governos nacionais, tornou-se efetiva no final da Primeira Guerra. Os defensores da Segunda Internacional convocaram um congresso para fevereiro de 1919, a fim de a restabelecerem. Os bolcheviques lançaram a Terceira Internacional, argumentando que permanecer no seio da II Internacional significava pactuar com os reformistas e oportunistas.

Conforme Agosti (1985) e Eley (2005), a adesão dos socialistas contrários à orientação da Segunda Internacional, à nova Internacional não foi imediata. Com efeito, parece que a maioria dos partidos comunistas europeus surgiu após o lançamento das 21 condições para a formação do partido comunista em julho de 1920. Um grupo de socialistas que discordavam da orientação de ambas as Internacionais fundou, em fevereiro de 1921, a União Operária Internacional dos Partidos Socialistas, designada de Internacional Dois e Meio, sob a direção dos socialistas austríacos. Todavia, essa Internacional terminou unificando-se com a II Internacional e originou em 1923 a Internacional Trabalhista e Socialista (LSI).

Os partidos comunistas surgiram propugnando uma oposição ferrenha ao Estado burguês e à democracia representativa. Isto implicava na abstenção de participar das eleições parlamentares nos países de democracia representativa. Contudo, essa política não poderia perdurar indefinidamente. Assim, após as insurreições fracassadas na Alemanha e na Itália, ficaram evidentes as ambigüidades de uma oposição sistemática à democracia representativa em contraposição à democracia soviética. Portanto, voltou à agenda política dos partidos comunistas a decisão de participar das eleições e de fazer alianças com os grupos socialistas que não aderiram à Terceira Internacional. Contudo, assevera Eley: Durante a maior parte das décadas de 1920 e 1930, porém, os comunistas só acentuaram as diferenças, empurrando os socialistas de esquerda de volta para os braços da direita socialdemocrata.<sup>43</sup>

Em 1921 o III Congresso da Internacional Comunista reconheceu que surgira um novo período no cenário político europeu. Este período consubstanciava-se na estabilização política, de forma que não se concebia o surgimento de situações revolucionárias em curto prazo. Todavia, essa conjuntura histórica não propiciou a flexibilização organizativa ou política dos partidos comunistas. Desse modo, ainda se relutava em aceitar ações políticas conjuntas com os partidos social-democratas. Conforme Agosti (1985), aceitava-se apenas alianças pela base com os trabalhadores orientados pelos partidos social-democratas, a fim de conquistar o apoio desses operários e desmascarar a inoperância política dos dirigentes socialistas. Ao contrário, a visão dos comunistas sobre os partidos socialistas transformou-se, paulatinamente, na concepção de que esses se constituíam no inimigo principal do movimento operário.

---

<sup>43</sup> Eley, 2005, p. 223.

No âmbito da Terceira Internacional atuava uma corrente que se situava entre os bolcheviques e espartaquistas alemães de um lado, e os sindicalistas revolucionários de outro. Essa corrente, que se designava de comunismo de esquerda, tinha entre seus principais teóricos Anton Pannekoek, Hermann Gorter e Georg Lukács. Conforme Hájek (1985), é possível perceber teoricamente certa homogeneidade de idéias entre seus membros, possibilitando considerá-la uma corrente específica dentro do movimento comunista, todavia, a prática política desse grupo estava permeada de soluções discordantes para vários problemas.

Os comunistas de esquerda recusavam qualquer participação no parlamento e nos sindicatos dirigidos pelos social-democratas. Nesse sentido, contrapunham-se às proposições oriundas da Terceira Internacional. Será contra tais posicionamentos que Lênin dirigirá o escrito “Sobre el infantilismo de la ‘isquierda’ y el espíritu pequeñoburgés”. Nesta obra, assevera que os comunistas eram chamados a combater contra dois adversários: o oportunismo e o social-patriotismo da Segunda Internacional e contra o comunismo de esquerda. Contra as proposições de prática política dos comunistas de esquerda, Lênin propõe o máximo de flexibilidade tática a fim de que os comunistas se tornem capazes de utilizarem todas as formas de luta: legais e ilegais. Ressalta, portanto, que a atuação no parlamento e nos sindicatos reformistas era essencial para orientar o proletariado na conquista do poder político.

Conforme Hájek (1985), os comunistas de esquerda pareciam conseqüentes na crítica que faziam à participação nos parlamentos e sindicatos reformistas – dirigidos pela social-democracia –, entretanto, pareciam inconseqüentes, na medida em que não apresentavam uma alternativa de prática política viável em substituição à participação nessas instâncias.

Após a morte de Lênin em 1924, desencadeou-se uma renhida luta programática e pelo poder entre diversas facções políticas na União Soviética. Essa luta propiciou, mediante uma série de manobras políticas da facção de Stalin, o isolamento e à derrota de Trotsky, Kamenev, Zinoviev e Bukhárin. Resultou dessa luta, também, a consolidação da tese de Stalin da construção do socialismo em um só país. Conforme Eley, a primazia da defesa do socialismo soviético inverteu a estratégia política dos partidos comunistas orientados pela Terceira Internacional. Desse modo, em vez da construção do socialismo na URSS ser vista como dependente da vitória do socialismo em outros países, as conquistas do socialismo soviético passaram a ser vistas como um espelho para a conquista do socialismo em tais países. Dessa forma, a defesa da União Soviética assumia

a prioridade política para todos os partidos comunistas. Tal política, assevera Eley, reduzia a relevância dos demais partidos comunistas e os colocava sob a dependência tática e estratégica das orientações do Comintern.

No IV Congresso da Internacional Comunista em 1922, o princípio do internacionalismo proletário consolidou-se como a defesa da União Soviética. Entretanto, a dependência dos partidos comunistas em relação aos interesses da União Soviética não deve ser explicada apenas pela imposição dos comunistas soviéticos. Com efeito, Eley (2005) busca explicar tal dependência fundamentando-se em dois aspectos que podem ser sumarizados como segue: primeiro, o prestígio dos bolcheviques dificultava, nos anos 1920, a aceitação de argumentos contra eles; segundo, a ascensão dos regimes autoritários nos anos 1920 e 1930 do século passado com a conseqüente ilegalidade dos partidos comunistas, transformaram a União Soviética no recurso psicológico essencial para o enfrentamento da repressão.

No plano organizativo, as diretrizes aprovadas no V Congresso do Comintern em 1924, visavam conformar os partidos comunistas à estrutura organizativa do partido bolchevique. Tal orientação significava intensa centralização hierárquica, rigoroso cumprimento das orientações provenientes do Comintern e assimilação da teoria leninista. Eley assinala que essa orientação não foi meramente uma imposição dos bolcheviques aos partidos comunistas. Os militantes comunistas deveriam estar organizados em células de empresa, em vez de células com base geográfica. Essa exigência visava diferenciar ainda mais os partidos comunistas dos seus antecessores social-democratas. Conforme Hájek (1985), a ênfase nos postulados leninistas a fim de formar militantes comunistas com uma base ideológica sólida, visava diminuir as influências das idéias de Trotsky e Rosa Luxemburg no seio dos partidos comunistas. Desse modo, iniciou-se a disciplinarização dos militantes comunistas designada de bolchevização e os socialistas passaram a se rotulados de social-fascistas.

Dassú (1985) observa que, a despeito da derrota do movimento operário alemão com a ascensão do nazismo, a Internacional Comunista continuou usando o epíteto de social-fascistas para designar os partidos social-democratas. Concebia, também, que a política de colaboração dos socialistas com a burguesia na República de Weimar fora a responsável pela instauração da ditadura nazista. A despeito dessas críticas, a Executiva do Comintern convida, em março de 1933, os partidos comunistas a tentarem realizar um acordo de cúpula com os partidos social-democratas, a fim de combaterem o nazi-fascismo. Apesar dessa aparente flexibilização, a posição oficial do Comintern permanece

claramente contrária aos acordos de cúpula com a social-democracia. A mudança completa no que se refere a essa orientação política somente ocorrerá no VII Congresso da Internacional Comunista em 1935. Dassú discorda das explicações como a de Claudín (1985) de que essa mudança de orientação em favor da formação de frentes amplas, inclusive com setores democráticos da burguesia, fosse o mero atendimento dos interesses da política externa soviética.

A formação das frentes populares entre comunistas e socialistas seguiu dois caminhos. Primeiro, as lideranças nacionais superaram a animosidade mútua, processo iniciado em julho e agosto de 1934 respectivamente na França e na Itália. Conforme Eley a diretriz oficial do Comintern de junho de 1934 acenava para a formação de frentes únicas a partir de pactos firmados entre as lideranças dos dois partidos. Persistia, ainda, a resistência dos dirigentes da Internacional Trabalhista e Socialista (LSI), herdeira da Segunda Internacional, em firmar acordos com os comunistas e no final de 1934 ainda recusava negociar com a Executiva do Comintern. Finalmente, no VII Congresso da Internacional Comunista realizado em julho de 1935, a política de frente ampla foi oficializada e ganhou novos contornos ao fazer uma distinção entre governos democráticos e fascistas.

Nesse sentido, os partidos comunistas eram orientados a fazer alianças com os setores democráticos das classes dominantes. A política de frente ampla consistiu em um reagrupamento defensivo, entretanto, esperava-se que a política de frente ampla possibilitasse a passagem da democracia representativa para um período transitório capaz de consolidar o proletariado no poder. Desse modo, a mudança de orientação do Comintern em favor das frentes populares: ‘era mais que uma tática defensiva temporária, ou mesmo uma estratégia para eventualmente transformar derrota em ofensiva. Era também uma estratégia cuidadosamente estudada para promover o avanço do socialismo.’<sup>44</sup>

Observei ao longo deste capítulo que os partidos operários surgiram a partir de dois movimentos principais. O primeiro, significou a ação espontânea de líderes operários e intelectuais que aderiram às idéias socialistas dos mais diversos matizes. Algumas das idéias socialistas de pensadores contrários às proposições de Marx e Engels tornaram-se mais disseminadas do que a teoria elaborada pelos fundadores do Marxismo. Ferdinand Lassale e Herr Eugen Düring podem ser citados como exemplos de pensadores socialistas

---

<sup>44</sup> Hobsbawm, Apud. Eley, 2005, p. 311.

que tiveram suas idéias mais disseminadas que as idéias daqueles. Todavia, ainda durante o século XIX as proposições marxistas tornaram-se predominantes nos partidos socialistas. O segundo, significou o rompimento empreendido pelos fautores de um determinado tipo de marxismo. Estes denunciavam o que concebiam como a deturpação da teoria marxista pelos partidos operários filiados a Segunda Internacional e fundaram os partidos comunistas. Esses dois movimentos, entretanto, parecem típicos dos partidos socialistas europeus. Deverei verificar, por conseguinte, se os partidos operários na América Latina seguiram caminho idêntico aos seus congêneres europeus ou se um daqueles movimentos predominou sobre o outro.

## 2.7 O MARXISMO NA AMÉRICA LATINA

Löwy (2003) sublinha que o marxismo latino-americano conheceu três períodos históricos. O primeiro, designado de revolucionário, situou-se entre os anos 20 e meados dos anos 30 do século passado, cujo principal expoente teórico foi o peruano José Carlos Mariátegui. Nesse período a revolução era caracterizada como socialista, democrática e anti-imperialista. O segundo, situado entre meados dos anos 30 e o final dos anos 50, foi designado de stalinista. Nesse período caracterizava-se a revolução como constituída por etapas, cuja primeira etapa a ser inicialmente concluída era nacional e democrática. O terceiro período resultou da Revolução Cubana em 1959, nesse período são constituídas diversas correntes radicais que postulam a natureza socialista da revolução e a legitimidade da luta armada para situações históricas específicas. Estas correntes inspiravam-se nas teses e no exemplo heróico de Ernesto Che Guevara.

Três perspectivas teóricas constituíram o que se pode designar de marxismo latino-americano. A primeira buscava analisar as sociedades latino-americanas realçando suas peculiaridades, destarte, essas sociedades possuiriam especificidades que as tornavam diferenciadas de quaisquer outras. Nesse sentido, o excepcionalismo indo-americano resultaria na necessidade de transcender o marxismo considerado, teoricamente, incapaz de captar analiticamente as especificidades dessas formações sociais. A APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana), fundada no México pelo peruano Victor Raúl Haia de la Torre consoante Aricó (1987), Löwy (2003) e Nils (2005) foi a principal veiculadora dessa interpretação.

A APRA constituiu-se como um movimento de caráter continental que conseguiu organizar seções em diversos países da América Latina. Contudo, após os anos 20 do

século passado tornou-se um partido de massa radicado no Peru. Conforme Aricó e Löwy, os teóricos apristas concebiam que a revolução socialista não se constituía no objetivo imediato a ser perseguido nos países da América Latina. Desse modo, os pensadores do movimento aprista postulavam que o socialismo seria possível somente após uma revolução social capaz de transformar política e economicamente as sociedades latino-americanas, emancipando-as da dominação imperialista.

A segunda perspectiva que, consoante Löwy, teria prejudicado sobremaneira o marxismo latino-americano a partir das suas origens foi o eurocentrismo. Os teóricos que partilhavam dessa perspectiva buscavam encontrar na formação social latino-americana as etapas pertinentes ao desenvolvimento social, econômico e político europeu. Desse modo, as análises de Marx e Engels sobre a formação social européia ocidental, eram transplantadas mecanicamente para as análises das realidades social, econômica e política dos países da América Latina. Tal perspectiva, asseveram Aricó e Löwy, resultou no empobrecimento das pesquisas, sobre esses países, fundamentadas no marxismo. Consolidou, também, a versão de que não existiam condições objetivas e subjetivas para se empreender a revolução socialista nos países latino-americanos. Portanto, o objetivo imediato dos partidos comunistas era concretizar a etapa democrática e anti-feudal da revolução na América Latina, a fim de preparar o caminho para a etapa socialista.

A terceira perspectiva, que Löwy concebe como a aplicação criativa do marxismo à realidade da América Latina, teria superado tanto as falsas abstrações sobre a excepcionalidade latino-americana, quanto o universalismo dogmatizado do eurocentrismo. Essa perspectiva funda-se numa posição metodológica que concebe a realidade sócio-econômica dos países da América Latina a partir de uma relação dialética entre o específico e o universal. A maioria dos pensadores que partilhavam essa perspectiva concluiu que a natureza da revolução era socialista. Postulavam essa posição, pensadores como Mariátegui, Ernesto Che Guevara e teóricos de inspiração trotskista.

A maioria deles concebia que a formação sócio-econômica daqueles países era capitalista, a despeito de se completar com formas de produção pré-capitalistas. Mariátegui postulava que na origem indígena dos camponeses radicava práticas coletivistas que os predispunham para a revolução socialista. Afirmava, ainda, que o capitalismo na América Latina caracterizava-se por um subdesenvolvimento congênito, que o tornava incapaz de alcançar o nível de desenvolvimento do capitalismo norte-americano e europeu. Portanto, a dependência política e econômica em relação ao imperialismo somente seria rompida com a revolução socialista.

Conforme Nils Castro (2005), as idéias socialistas foram introduzidas na América Latina em Meados do século XIX. Esteban Echeverria, publicou o livro “Dogma socialista” em 1846. Foi fundado um “Clube Socialista” em 1849 na Colômbia. No Chile, Francisco Bilbao fundou em 1850 a “Sociedade da Igualdade”. O marxismo foi introduzido na América Latina por imigrantes europeus no final do século XIX. Por influência da Segunda Internacional foi fundado em 1895 na Argentina o (PSA) Partido Socialista Argentino, liderado por Juan B. Justo. Teórico considerado por Löwy como moderado e semi-liberal. No Chile, foi fundado em 1912 o (PSTC) Partido Socialista dos Trabalhadores do Chile, por iniciativa do tipógrafo Luis Emilio Recabarren, constituindo uma ala revolucionária do incipiente movimento socialista da América Latina.

Os partidos comunistas parecem ter-se originado na América Latina a partir de duas fontes. Primeiro, a adesão dos partidos socialistas aos postulados leninistas, seja a sua ala revolucionária como na Argentina em 1918, ou como corrente majoritária como no Uruguai em 1920 e no Chile em 1922. A outra fonte originária dos partidos comunistas foi a aceitação dos princípios leninistas por parte de grupos anarquistas e anarco-sindicalistas. Esta fonte parece ser perceptível no México em 1919 e no Brasil em 1922.

## CAPÍTULO – 3

### **3 A ORIENTAÇÃO POLÍTICA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL: DA FUNDAÇÃO À DECLARAÇÃO DE MARÇO DE 1958**

Este capítulo versará sobre a orientação política do Partido Comunista do Brasil no período compreendido entre a sua fundação em 1922, e a aprovação da Declaração Política de março de 1958. Destarte, tratará da trajetória política do PCB, tentando problematizar as diversas interpretações sobre a prática política desse partido ao longo desse período e, simultaneamente, apresentará interpretações que considero válidas para determinados tipos de ação e formulação políticas do PCB. Diversas ações e formulações serão problematizadas, desde as que implicavam na formação de frente ampla, às que fomentavam atitudes insurrecionais.

Perpassará, portanto, pela formação do Bloco Operário e Camponês (BOC) e da Aliança Nacional Libertadora (ANL), assim como pela tentativa insurrecional de 1935. Discutirá a flexibilização do final dos anos 1930 e início dos anos 1940, bem como a radicalização dos anos 1950. Por fim, discutirá as implicações teóricas e políticas da Declaração de março de 1958 e os desdobramentos no campo organizativo impulsionados por sua aprovação.

#### **3.1 AS VICISSITUDES POLÍTICAS DO PCB: DA FUNDAÇÃO À REVOLUÇÃO DE 1930**

Surgiram no Brasil, a partir das influências da Revolução Russa de 1917 e da implantação da primeira experiência duradoura do poder proletário, vários grupos comunistas que darão origem, em 1922, ao Partido Comunista do Brasil (PCB). Conforme Basbaum (1986) e Sodr  (1984), realizou-se nos dias 25,26 e 27 de mar o de 1922, nas cidades do Rio de Janeiro e Niter i, o Congresso de funda o do Partido Comunista do Brasil (PCB). O Congresso de funda o do PCB contou com a participa o de grupos comunistas de algumas cidades representando, consoante Sodr , um contingente de 73 militantes comunistas no Brasil. A funda o do PCB foi assim divulgada pela revista Movimento Comunista, editada pelo Grupo Comunista do Rio de Janeiro, sob a dire o do jornalista Astrogildo Pereira, um dos fundadores do PCB:

Chegado finalmente o dia 25 de março, realizou-se a primeira sessão do Congresso Constituinte do Partido Comunista do Brasil, [...]. Duas sessões se realizaram ainda no dia 26, e duas finais, no dia 27. (1) Estavam representados por delegação direta os Grupos de Pôrto Alegre, de Recife, de São Paulo, de Cruzeiro, de Niterói e do Rio. Não puderam enviar delegados os Grupos de Santos e Juiz de Fora. [...]<sup>45</sup>

O Partido Comunista do Brasil originou-se de uma cisão no movimento anarquista, sob o impacto da Revolução Russa de 1917. A adesão de parte do movimento anarquista às idéias e princípios de organização leninistas, e a sua contribuição para a fundação do PCB não deve causar estranheza, na medida em que essa adesão ocorreu também em diversos países europeus. Esse partido parece ter se constituído na primeira organização política em defesa do socialismo surgida no Brasil com atuação relativamente estável. Os vários agrupamentos socialistas fundados em diversos estados brasileiros jamais passaram de experiências efêmeras. Pode-se argumentar, portanto, que um partido socialista, fundado consoante os princípios da II Internacional, somente se consolidou no Brasil após a redemocratização em 1945. Ao contrário do Partido Comunista do Brasil, portanto, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) terá uma atuação política estável e uma organização e um programa relativamente estruturados, ou seja, consolida-se como partido político moderno segundo os postulados de Cerroni, apenas após a redemocratização em 1945. O Partido Comunista do Brasil parece ter assumido essas características desde o seu II Congresso em 1925.

A participação dos militantes anarquistas na Revolução Russa de 1917 não significou, conforme Bandeira (1967), a adesão ao modelo de Estado constituído, sobretudo, após a dissolução dos soviets. Em virtude da oposição dos anarquistas ao Estado oriundo da Revolução de 1917, os grupos anarquistas foram considerados ilegais em 1919 na Rússia e em 1920 o Exército Vermelho dissolveu o governo da Ucrânia chefiado pelo líder anarquista Makhno. A ambigüidade da participação anarquista na Revolução de 1917 e na construção do Estado soviético estendeu-se por todo o movimento anarquista cindindo-o entre os que permaneceram fiéis aos princípios anarquistas e os que aderiram ao leninismo. A importância e a repercussão da revolução socialista na Rússia contribuíram para o ocaso do movimento anarquista, também, no Brasil.

Os primeiros anos de existência do Partido Comunista do Brasil decorreram com profundas dificuldades organizativas, teóricas, de inserção no meio operário e de compreensão da realidade sócio-política e econômica brasileira. O PCB parece que se

---

<sup>45</sup> Pereira, 1976, p. 66..

limitava a reproduzir, sobretudo, a partir de 1929, as idéias da Internacional Comunista. De acordo com Zaidan (1985, 1988 e 1989), nos primeiros anos de sua existência o PCB elaborava com certa autonomia tanto a análise da realidade brasileira, como a sua linha de atuação política. Dentre os militantes desse partido o primeiro que tentou uma análise marxista da realidade social, política e econômica brasileira foi Octávio Brandão com o seu estudo, “agrarismo e industrialismo”.

Zaidan (1985, 1988 e 1989) argumenta que duas versões se superpõem nas análises sobre a origem do Partido Comunista do Brasil. A primeira ressalta a importância da militância anarquista naquela gênese. A segunda enfatiza a suposta vinculação e subordinação à Internacional Comunista, cujo elo o ligaria desde a origem ao Comintern. Contudo, Zaidan observa que se a primeira visão tornou-se lugar comum apesar de pouco plausível na medida em que a formação teórica dos intelectuais e operários que formaram o PCB, inclusive dos considerados anarquistas, era eclética. A segunda assertiva é interpretada como mais problemática. Argumenta, assim, que a influência da III Internacional sobre a formulação teórica e política do Partido Comunista do Brasil, parece ser pequena entre a fundação do PCB em 1922 e a realização do I Congresso Latino-Americano dos partidos comunistas em 1929.

Del Roio (2007) faz uma análise instigante sobre os primeiros anos do PCB na qual enfatiza que alguns dos aspectos, concebidos como lugar comum na história desse partido devem ser matizados. Primeiro, a influência anarquista sobre a formação do PCB fora menor do que se supunha, na medida em que o maior grupo, dentre os que formaram o PCB radicado no Recife não sofria influência anarquista. Segundo, os militantes comunistas que fundaram o PCB tinham pequena formação teórica marxista, a sua formação teórica era eclética, tendo por base o positivismo e neokantismo. Terceiro, as primeiras formulações do PCB distanciavam-se das proposições da Internacional Comunista, isto é, afirmavam que o aliado preferencial do proletariado na revolução brasileira era a pequena burguesia.

A partir de 1930 estabelece-se que o caráter da revolução brasileira é democrático-burguês. Todavia, como a burguesia brasileira vinculava-se umbilicalmente ao imperialismo e ao latifúndio, não deveria partilhar da aliança que levaria a revolução às últimas conseqüências, somente o proletariado, em aliança com os demais setores populares, seria capaz de fazê-lo. A pequena burguesia deixava de ser o aliado preferencial do proletariado, malgrado continuasse um aliado relevante nos primeiros momentos da revolução.

Outras versões que se destacaram como inovadoras sobre o movimento operário no Brasil e a atuação política do PCB foram as de Edgard de Decca e Ítalo Tronca. Com efeito, a partir dos seus estudos consolidou-se, na análise política e histórica brasileira sobre o papel político desempenhado pelo Partido Comunista, a tese que o questiona a partir da sua suposta contribuição para burocratizar e heteronomizar o movimento operário de viés anarquista que primava pela autonomia política e pela liberdade organizativa em relação ao Estado. O PCB teria contribuído, assim, para engessar um movimento sindical autônomo atrelando-o ao aparelho estatal. Decca (1988) e Tronca (1983) argumentam ainda, que a repressão política e a bolchevização atuaram concomitantemente para derrotar um movimento autônomo, libertário e socialista que trazia perspectivas promissoras para a emancipação da classe operária. Contudo, numa situação pré-revolucionária, o esquematismo político e o dogmatismo ideológico dos comunistas contribuíram, conjuntamente com a repressão policial, para a derrota dos anarquistas no movimento operário.

A tese sumariamente apresentada acima parece atrativa e ter substancial capacidade explicativa. Contudo, nessa perspectiva esquece-se ou mascara-se que os anarquistas e os comunistas sempre foram minoritários no movimento operário brasileiro durante os anos 20 e início dos anos 30 do século passado. Com efeito, consoante Zaidan (1985, 1988 e 1989), os sindicatos reformistas designados de amarelos ligados à igreja católica e/ou ao Estado, eram majoritários no incipiente movimento sindical brasileiro. Dessa forma, creditar à traição dos comunistas a derrota de uma situação supostamente revolucionária parece exercício de *wishful thinking*, na medida em que essa situação inexistia.

Decca (1988) e Tronca (1983), portanto, exageram ao afirmarem que as mobilizações operárias naquele período, poderiam levar a uma convulsão social revolucionária capaz de estruturar um poder operário com condição de se contrapor às elites dirigentes tradicionais. Os acontecimentos no pós-30 teriam servido, portanto, para domesticar o movimento operário e assegurar a adesão das massas proletárias ao projeto das elites. Brandão (1997) argumenta que uma das fontes geradoras da subalternidade da classe operária brasileira ao populismo talvez radique na ilegalidade do Partido Comunista, na medida em que a organização autônoma da classe operária relaciona-se intrinsecamente com a possibilidade de apoiar e eleger candidatos de partidos operários. Ressalta, porém, que tal assertiva limita-se a um pressuposto e nunca a um corolário, sublinhando que o

PCB poderia ter tido uma longa vida legal e, ainda assim, a inserção política da classe operária na política ter sido heterônoma.

Conforme Brandão (1997), o Partido Comunista do Brasil assumiu, quando da sua fundação, o modelo de partido proposto por Martov, cuja discussão no Congresso do Partido Social-democrata Russo de 1903 resultou na cisão entre bolcheviques e mencheviques. Com efeito, pelos estatutos do PCB as únicas condições estabelecidas para a adesão ao partido eram: ter 18 anos, assinar a ficha de filiação e atuar no sindicato da sua categoria, caso existisse. O PCB, portanto, parece se constituir como partido político moderno tal como sugerido por Cerroni apenas a partir do seu II Congresso realizado em 1925. Percebe-se que a partir desse Congresso, o Partido preocupa-se em ampliar a sua estrutura organizativa e em elaborar um programa que orientasse a ação partidária, visando refundar o Estado brasileiro.

O êxito do PCB em se organizar nacionalmente como partido político da classe operária, ainda que sem uma participação eleitoral assegurada institucionalmente, parece corresponder ao modelo de partido adotado – o modelo leninista e ao fracasso das demais experiências de organização política da classe operária. O êxito do modelo leninista de partido parece ter contribuído para a consolidação do partido comunista, também, no Brasil. Pode-se afirmar, portanto, que apesar das suas debilidades, a longevidade do PCB parece demonstrar que sua estruturação foi uma empreitada exitosa.

Conforme Johnstone (1985) existem dois modelos de partido nas proposições leninistas. O primeiro modelo concebe o partido proletário como um agrupamento de revolucionários aguerridos e disciplinados; o segundo modelo acena para um partido composto por um contingente expressivo de operários, aproximando-se do conceito de partido de massa. Este partido deveria possuir um grupo dirigente que se ampliasse constantemente. Todavia, nos dois modelos leninistas de partido, prevalece a concepção de que a principal arma do proletariado é a capacidade de organização. A principal característica desse partido parece ser a de adaptar-se às contingências históricas. Dessa forma, Lênin assevera que o partido deve ter a capacidade de adequar a sua estrutura organizativa às exigências da revolução.

Em comparação ao modelo de partido da Segunda Internacional, os modelos propostos por Lênin parecem superar a visão de que a classe operária chegaria naturalmente ao partido socialista e realizaria inevitavelmente a conquista do socialismo. Para Lênin, a conquista do socialismo é parte de um processo contínuo, no qual os militantes do partido desempenham um papel singular de conscientização da classe

operária, a fim de dirigi-la em direção do socialismo. Lênin propõe, portanto, a intervenção direta do partido na revolução socialista.

Lênin (1979) afirma que a classe operária por si própria realizaria apenas a luta por seus interesses econômicos. Portanto, sem a ação do partido dificilmente assimilaria as idéias socialistas. Esta proposição também era partilhada por Kautsky, mas, parece que neste teórico, ela não implicava numa inserção ativa dos militantes socialistas no processo revolucionário. Lênin não desconsidera a possibilidade dos operários participarem da elaboração das propostas socialistas, ressalta apenas que esses participariam como operários teóricos do socialismo e não meramente como operários, isto é, não era o pertencimento à classe que transformava o operário em teórico socialista, mas a sua participação política no partido. Diversas vezes Lênin ressaltou que a sua proposta de partido contida no “Que Fazer?”, adequava-se apenas às circunstâncias históricas da Rússia em 1902.

Em relação ao nome do PCB, Zaidan (1985) utiliza a denominação “Partido Comunista Brasileiro” para referir-se ao Partido no período entre 1922 e 1929. Todavia, denomina-o Partido Comunista do Brasil quando se refere à atuação do PCB no aludido período, como demonstra a citação a seguir:

“Em face das rebeliões tenentistas, a primeira reação do então Partido Comunista do Brasil será manter a neutralidade, em benefício do trabalho de organização autônoma da classe operária.”<sup>46</sup>

Essa denominação será utilizada, também, em Zaidan (1988 e 1989). Como se percebe, Zaidan valida a denominação de Partido Comunista do Brasil para o período de fundação do PCB. A discussão precedente, apesar de parecer irrelevante, justifica-se em virtude dos acontecimentos que em 1962 levaram à formação do PC do B, reivindicada pelos militantes comunistas que a empreenderam como a reorganização do Partido. Como se observa, a sigla PCB, referia-se ao Partido Comunista do Brasil, cujo nome seria modificado para Partido Comunista Brasileiro apenas em 1961.

Quanto à denominação do PCB em 1922, Astrogildo Pereira refere-se à fundação do Partido Comunista – seção brasileira da Internacional Comunista. Isto poderia indicar que o nome Partido Comunista do Brasil teria sido utilizado posteriormente. Entretanto, Pereira conclui o referido documento exultando “viva o Partido Comunista do Brasil”. Também o documento da III Internacional que indeferiu o pedido de filiação refere-se a

---

<sup>46</sup> Zaidan, 1985, p. 29.

Partido Comunista do Brasil, o que parece justificar o uso dessa designação desde a fundação do Partido em 1922.

A despeito dos problemas vividos, o Partido Comunista procurava dirigir o movimento operário e adquiriu certa importância política, especialmente, no Distrito Federal. Editou entre 03 de janeiro e 11 de agosto de 1927 um jornal diário - “A Nação” -, aproveitando a situação de legalidade criada com o fim do estado de sítio em dezembro de 1926. Contudo, o governo reagiu prontamente: conseguiu aprovar a Lei Aníbal de Toledo, também chamada de “Lei Celerada,” que facilitou a repressão aos comunistas e o fechamento do seu jornal. “A Nação” explica o seu fechamento nos seguintes termos:

Nação comunista apareceu no mesmo momento em que o Partido Comunista do Brasil surgia na vida política do País como partido legal (1) do proletariado, após 5 anos de ilegalidade ou semilegalidade. Órgão do PCB, a vida de A Nação, nestes 7 meses de sua fase comunista, confunde-se com a própria vida do Partido. [...] Jornal feito para as massas, destinando-se a larga repercussão no seio do proletariado nacional, é claro que A Nação comunista só podia viver, como viveu – como órgão legal do Partido Comunista.<sup>47</sup>

Em janeiro de 1927 o Partido Comunista do Brasil propugnava a estruturação de uma frente única com o partido socialista fundado em 1925 no Rio de Janeiro e demais centros políticos proletários. Tal proposta consubstanciou-se no Bloco Operário, a fim de disputar as eleições de 1928. Dentre as propostas apresentadas pelo partido comunista constavam medidas econômicas de enfrentamento com o imperialismo e medidas visando o fortalecimento das instituições políticas democráticas, tais como: Anistia aos presos políticos; voto secreto e obrigatório extensivo às mulheres, soldados e marinheiros. Em 1928 o PCB caracteriza a situação política nacional como propícia à concretização da revolução democrático-burguesa que resultaria na derrota do “agrarismo” e do imperialismo. Esta etapa da revolução parece ter sido caracterizada acertadamente pelo Partido Comunista, como sugere a citação a seguir.

O exame objetivo da situação econômica (sic), política e social do país, no momento presente, faz prever uma conjuntura revolucionária, que poderá resultar da coincidência de vários fatores: 1º) crise econômica conseqüente a uma catástrofe na política do café; 2º) crise financeira ligada à crise econômica e resultando diretamente do fracasso do plano de estabilização monetária artificialmente sustentado por meio de

---

<sup>47</sup> Pereira, 1976, p. 104-105.

empréstimos onerosos; 3º) crise política vinculada ao problema da sucessão presidencial brasileira.<sup>48</sup>

Dois temas comparecem com maior frequência nos programas e resoluções políticas do Partido Comunista do Brasil nos seus primeiros Congressos: o trabalho sindical e a propaganda das idéias socialistas e da Revolução Russa. Nos dois primeiros Congressos do partido não se discute, por exemplo, a questão eleitoral e parlamentar. Contudo, essa situação parece mais o reflexo do desconhecimento da história dos partidos operários europeus, do que uma aversão em participar de eleições e do parlamento. Somente a partir da fundação do Bloco Operário em 1927, designado posteriormente de Bloco Operário e Camponês (BOC), é que o PCB ressalta a importância de participar do jogo político nas esferas do Estado representativo<sup>49</sup>. Em 1928 o PCB elege pelo BOC os militantes Octávio Brandão e Minervino de Oliveira como intendentess municipais no Rio de Janeiro.

O relativo sucesso eleitoral do BOC possibilita ao Partido atribuir uma relevância singular à via eleitoral e parlamentar, em razão disso o PCB teria secundarizado o trabalho revolucionário e a propaganda das idéias socialistas. O III Congresso do partido comunista realizado entre dezembro de 1928 e janeiro de 1929, analisa que a excessiva ênfase eleitoral constituiu-se num desvio direitista. A fim de solucionar tal problema a Resolução Política do Congresso, sinaliza que o partido deveria aparecer publicamente com feição própria e tentar obter a hegemonia política no âmbito do BOC. A questão sindical, entretanto, parece alcançar ainda maior repercussão nas fileiras partidárias. Dessa forma, é que a primeira cisão séria no PCB ocorrida em 1928 envolve controvérsias quanto à questão sindical. Vários militantes operários, influenciados pelo dirigente Joaquim Barbosa, deixam o partido antes do III Congresso.

Em 1928 o PCB edita vários documentos em que analisa a conjuntura política brasileira e a atuação do partido entre 1927 e 1928. Observa que o fim do estado de sítio em dezembro de 1926 e as eleições gerais de fevereiro de 1927 apresentavam novas perspectivas para o PCB. Estas estavam relacionadas à maior facilidade para a divulgação das idéias socialistas e à participação nas disputas eleitorais que se aproximavam. A divulgação das idéias do Partido será feita, principalmente, pelas páginas do jornal “A Nação”, de propriedade do jornalista Leônidas de Rezende e colocado à disposição do

---

<sup>48</sup> Pereira, 1976, p. 141..

<sup>49</sup> Refiro-me a Estado representativo em virtude da dificuldade em caracterizar a estrutura eleitoral e parlamentar no Brasil dos anos vinte do século passado como democracia representativa.

Partido. A participação eleitoral do PCB parece mais problemática em virtude de sua pequena expressão política e numérica. Dessa forma, surge a idéia da formação do Bloco Operário, na medida em que:

Não contando com organização – nem experiência – eleitoral, o Partido Comunista expunha-se a uma derrota segura, caso se apresentasse à luta como tal. Ademais era necessário, de uma parte, atrair certos elementos próximos ao comunismo e, de outra parte, desmascarar alguns indivíduos que pretendiam representar interesses proletários.<sup>50</sup>

Nesse período o Partido enfatiza, também, que o principal aliado do proletariado seria a pequena burguesia revolucionária egressa dos movimentos de 1922 e 1924. A justificação teórica para essa proposição era feita, sobretudo, pela obra “Agrarismo e industrialismo” de Octávio Brandão, o artigo “O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa”, também de Octávio Brandão, sintetiza os pontos principais de sua obra. Brandão (2006) apresenta três teses sobre a realidade social, política e econômica do Brasil naquele período. A primeira tese afirma que em virtude do crescimento industrial originara-se a contradição fundamental da sociedade brasileira, ou seja, a que opunha “o capitalismo agrário semifeudal” e o “capitalismo industrial moderno”. A segunda tese assinala que ao lado da contradição fundamental situa-se o conflito entre o imperialismo inglês, que apoiava internamente o “agrarismo” e o imperialismo americano que apoiava o “industrialismo”.

Essas teses formarão o cerne da Resolução oriunda do II Congresso do PCB realizado em 1925. A terceira tese ressalta que na seqüência das revoltas de 1922 e 1924 viria a terceira, da qual o proletariado deveria participar aliado com a pequena burguesia. Brandão observa que a participação do proletariado na revolução democrática pequeno-burguesa era fundamental para superar a etapa burguesa da revolução e aproximar a revolução socialista.

Assevera ainda Brandão que os proprietários rurais somente poderiam ser derrotados por uma frente única formada pelo proletariado, a pequena burguesia e a burguesia industrial. Ao ajudar os cafeicultores a derrotar o movimento operário em 1919-20, a pequena burguesia perdera um aliado importante para as suas lutas em 1922 e 1924. Por isso, ao enfrentar isolada a aristocracia cafeeira fora derrotada com certa facilidade.

Embora Octávio Brandão ressalte a importância do proletariado aliar-se à pequena burguesia urbana na terceira revolta, na qual esta dirigiria aquele, não parece descurar do

---

<sup>50</sup> Pereira, 1976, p. 110.

papel do proletariado que, guiado pelo Partido Comunista na luta contra a oligarquia agrária, deveria ser preparado para assumir: “a vanguarda de todas as forças revolucionárias na luta contra o feudalismo nacional e o dirigente de todos os oprimidos”<sup>51</sup>. Apesar de secundarizar a participação dos camponeses nessa revolta, sustenta que esses devem ser conquistados para a luta contra a oligarquia agrária, argumenta:

Incluamos em todos os nossos planos e cálculos, o elemento rural e seus correlativos: os vaqueiros, os lavradores pobres, os colonos-servos, os rendeiros, os meeiros e até os pequenos proprietários que não vivam do suor alheio. Empreguemos todos os esforços para conquistar esses elementos, torna-os os aliados dos trabalhadores industriais, ligando-os numa solda indestrutível.<sup>52</sup>

Conforme o estudo de Octávio Brandão, a indústria nacional é, em parte, formada por industriais oriundos do setor agrário. Nesse sentido, assevera Brandão, a contradição entre o “agrarismo” e “industrialismo” não pode ser comparada à contradição entre a burguesia e o proletariado. A partir dessa assertiva de Octávio Brandão, pode-se argumentar que, conforme a sua perspectiva, a contradição entre “agrarismo” e “industrialismo” não parece ser utilizada por ele de maneira esquemática, ou seja, ele sinaliza que esses interesses podiam confluir como de fato confluíram em diversas situações. Apesar dessa análise, o PCB concebe no II Congresso que a tarefa precípua do partido é derrotar a oligarquia agrária. No III Congresso do Partido Comunista do Brasil, contudo, estabelece-se que a principal tarefa do Partido é empreender a luta antiimperialista, ao contrário do postulado no Congresso anterior.

Brandão (2006) considera a adoção do voto secreto, proposta por setores da pequena burguesia, uma medida inócua para solucionar os problemas políticos e sociais brasileiros. Apesar dessa afirmativa de Brandão, o PCB parece ter atribuído, ainda nesse período, certa relevância aos institutos da democracia representativa. Argumento que essa proposição parece razoável quando se percebe que os documentos do PCB nessa época concebem que o programa dos revoltosos tenentistas de 1922 e, sobretudo, o de 1924 possuía um conteúdo democrático-liberal, visando restabelecer as franquias constitucionais asseguradas a partir da implantação de República em 1889, e negadas pelas diversas leis de exceção e pela revisão constitucional empreendida em 1926. O PCB demonstra certa clareza quanto à importância do restabelecimento daquelas franquias ao

---

<sup>51</sup> Brandão, 2006, p. 131.

<sup>52</sup> Brandão, 2006, p.132

assinalar: “Isto significará para os trabalhadores pelo menos, a possibilidade legal de organização e propaganda revolucionária.”<sup>53</sup>

Percebe-se uma alternância nos documentos do PCB em realçar a relevância das franquias constitucionais em alguns momentos e criticá-las como inócuas noutros. Desse modo, é que se pode compreender a avaliação que o partido comunista faz sobre a fundação do Partido Democrático (PD), talvez pelo fato de que Partido Democrático atraiu para as suas fileiras setores da pequena burguesia e dos trabalhadores, concorrendo para limitar a influência do PCB nesses segmentos na cidade de São Paulo. Assinala:

Baseado numa plataforma liberal e democrática, em forma superdemagógica, o P.D. atraiu para suas fileiras e manteve sua influência sobre grandes massas populares da pequena burguesia como da classe operária. Entretanto, sua direção está em mãos da grande burguesia e toda a sua atividade encara a aplicação de soluções pacíficas: a instituição do voto secreto e outras panacéias do mesmo gênero.<sup>54</sup>

O Partido Comunista esforça-se para explicar em fevereiro de 1928 sua postura diante das eleições. Após afirmar que a luta extra-parlamentar é mais relevante que a participação no parlamento, assevera que não se deve desconhecer que a classe operária vota nos candidatos burgueses, em vez de aderir à abstenção eleitoral proposta pelos anarquistas. Nesse sentido, caberia ao partido da classe operária levar a luta de classes para o terreno eleitoral e parlamentar. Tal percepção do PCB sobre a participação na disputa eleitoral parece demonstrar a visão de que a atividade nas instituições representativas deve servir como instrumento para o proletariado alcançar seus objetivos estratégicos. A participação política dos operários no parlamento, portanto:

Será um dos meios de alargar sua luta geral contra os exploradores, criando uma nova frente de combate e preparando com ela novas bases para um mais largo movimento de massas capaz de derrubar definitivamente os seus exploradores e levá-los a definitiva vitória contra os seus inimigos seculares.<sup>55</sup>

Ao analisar, no III Congresso, a experiência do Bloco Operário e Camponês, o Partido a concebe como exitosa, na medida em que despertara os trabalhadores para uma participação política autônoma em relação às classes dominantes. Todavia, alerta para o

---

<sup>53</sup> A política brasileira e a atual situação do Partido (1928). In, Carone. V. 1, 1982, p. 48.

<sup>54</sup> A política brasileira e a atual situação do Partido (1928). In, Carone. V. 1, 1982, p. 53.

<sup>55</sup> Bloco Operário e Camponês – O caráter eleitoral. In, Carone. V. 1, 1982, p. 69.

suposto desvio eleitoralista e a tendência de transformar o BOC no substituto legal do partido. Após essa avaliação o PCB caracteriza o BOC como uma frente única dos trabalhadores sob a hegemonia do Partido Comunista. A fim de superar o suposto desvio eleitoralista e afirmar a fisionomia própria do partido o PCB decide intensificar o trabalho extra-parlamentar.

Em reunião do Comitê Central do Partido em outubro de 1929 consolida-se a tese de que o proletariado aliado às massas camponesas, e não mais à pequena burguesia como setor dirigente, constitui-se na principal força da revolução democrático-burguesa no Brasil. Percebe-se, assim, que se completa a ênfase na classe operária com força dirigente e no partido comunista como núcleo hegemônico da revolução que se aproximava. O postulado de que a revolução se aproximava justificava-se para o Partido em virtude dos seguintes fatores: crise da economia cafeeira e a disputa eleitoral para a presidência da República, a qual opunha a fração liberal e oposicionista da burguesia à fração dominante.

O PCB decide que participará da eleição com candidatos próprios através do BOC e que deveria desmascarar todos os segmentos burgueses incluindo-se entre eles o Partido Democrático. Desse modo, o Partido parece isolar-se politicamente ao evitar aliança como os setores liberais em função do objetivo revolucionário que seria iminente.

### 3.1.1 Da Participação no Parlamento à Experiência da Luta Armada: o PCB e a insurreição de 1935

O isolamento político do Partido inicia-se com a intolerância com possíveis aliados como o vereador Maurício de Lacerda, e com a incompreensão sobre a especificidade do trabalho parlamentar de seus militantes. O Partido corrobora a tese da Internacional Comunista de que existe uma situação revolucionária em esfera mundial, assim, os partidos comunistas deveriam depurar-se dos desvios direitistas a fim de preparar-se para a revolução. Como corolário, o PCB decide exigir dos vereadores comunistas atitudes revolucionárias, criticando-os por submeterem-se ao Regimento da Câmara Municipal no intuito de aprovar projetos de interesse dos trabalhadores. No intuito de evitar esses desvios o Partido propõe que se exerça um controle mais rigoroso sobre os representantes comunistas, desvelando, simultaneamente, o caráter de ditadura de classe das instituições representativas.

O afastamento em relação aos setores pequeno-burgueses, ainda que radicalizados, consolida-se com a crítica ao manifesto de Luís Carlos Prestes propondo a

estruturação da Liga Revolucionária. O Partido caracteriza a atitude revolucionária de Prestes e seguidores como inócua. O isolamento político completa-se ao conceber como falso o caráter revolucionário da Aliança Liberal e ao caracterizar a revolução de 30 como um engodo. Talvez seja plausível argumentar que a crítica, feita pelo PCB, de que a proposta de frente única formulada por Prestes era inconseqüente e das supostas vacilações dos revolucionários pequeno-burgueses substituí, no Brasil, a proposta de frente única pela base e a denúncia do caráter contra-revolucionário das lideranças social-democratas empreendidas pelos partidos comunistas europeus.

Devo ressaltar que o VI Congresso da Terceira Internacional realizado em 1928 ampliou o isolamento dos partidos comunistas em relação aos demais partidos de esquerda e setores democráticos. Nesse Congresso sublinhou-se que o capitalismo entrava em uma nova fase. A primeira fase, consistira em um período de crises revolucionárias entre 1917 e 1923. A segunda fase caracterizava-se pela relativa estabilidade da situação política, o que tornava imprevisível o início de uma nova onda revolucionária. Essa fase iniciara em 1924 e se concluíra em 1928. A nova fase, iniciada em 1928, caracterizava-se pela retomada da crise do capitalismo e pelo retorno de situações revolucionárias. Em virtude de tal análise o Comintern concebia que duas medidas eram essenciais para o êxito dos partidos comunistas: o reforço da disciplina organizativa e a separação completa em relação aos partidos social-democratas.

Pode-se argumentar que aquelas posições se constituíram em sérios erros de avaliação cometidos pelo PCB, e que tais análises indicavam a submissão do PCB às proposições do Comintern. Falta explicar, contudo, como era possível ao partido agir com independência em relação às diretrizes da Internacional Comunista, no momento que esta gozava de imenso prestígio e que o Partido considerava tais diretrizes como plenamente corretas.

Pode-se argüir, também, que o Partido errou em não participar como força coadjuvante da Revolução de 30, fica difícil supor, todavia, que a participação do PCB teria contribuído para assegurar um caráter menos elitista à Revolução de 30. O que se pode criticar efetivamente é que o PCB tenha formado uma frente ampla com setores radicalizados da pequena burguesia e não tenha, simultaneamente, persistido na ênfase da participação da classe operária na luta insurrecional desencadeada em 1935. Esta insurreição foi precedida pela formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e, quando do seu fechamento e da decisão do Partido de desencadear a insurreição, não contou com a participação mais efetiva da classe operária nesse intento.

Torna-se incompreensível, também, que o Partido tenha seguido de forma acrítica as diretrizes da Internacional Comunista no final dos anos vinte e início dos anos 30, e não tenha seguido em 1935 a recomendação de Dimitrov sobre a importância de atrair para as fileiras da frente ampla, a massa camponesa a fim de que a revolução antiimperialista pudesse obter êxito no Brasil. Faltaria comprovar, ainda, que o PCB obteria êxito na tentativa de incorporar as massas camponesas a tal frente. Contudo, permanece inexplicável o Partido não ter atribuído importância devida aos segmentos operários e camponeses na insurreição de 1935. Parece, também, que a explicação de que essa negligência seria corolário do caráter militarista, – limitar a revolução ao desencadeamento de revoltas de unidades militares -, dos tenentes que aderiram à ANL e ao Partido apenas faz retornar o problema ao ponto de origem, explicação que parece insuficiente.

Em dezembro de 1931 o PCB lança através do jornal “A Classe Operária”, um apelo para a formação de uma frente composta de operários, camponeses, soldados e marinheiros, à semelhança dos soviets russos. Denuncia, ainda, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte como mais um instrumento para desviar a classe operária e as massas oprimidas em geral do caminho da revolução. Em agosto de 1934, todavia, o Partido volta ao tema da disputa eleitoral. Assinala que os partidos “feudal-burgueses” tanto no governo, quanto opositores fazem intensa campanha a fim de iludir os trabalhadores. Afirma, ainda, que participam desse engodo contra os trabalhadores tanto os sindicatos reformistas quanto os trotskistas, considerados como agentes dos grupos dominantes atuando junto ao proletariado, disseminando a ilusão em torno da democracia burguesa.

O PCB questiona, também, a idéia de que o parlamento seja um instrumento de atuação legítimo para os trabalhadores. Argumenta, assim, que as instituições representativas se prestam somente para iludir e dominar econômica e politicamente os trabalhadores. Denuncia, por fim, as limitações impostas à participação eleitoral, na medida em que os analfabetos, a maioria da população adulta rural e urbana no Brasil, é excluída do direito ao voto. Assinala que os segmentos operários que participam das disputas eleitorais têm dificuldades imensas para divulgar suas idéias, em virtude dos meios de comunicação pertencerem aos setores economicamente dominantes. Além disso, afirma o Partido, as organizações de luta do proletariado permanecem na ilegalidade a despeito da promulgação da Constituição de 1934. Tal situação desvela, segundo os comunistas brasileiros, o engodo da participação do proletariado no parlamento. Os

argumentos acima utilizados parecem constituir-se em uma reprodução fidedigna das proposições de Lênin nos seus textos sobre o Estado.

Lênin sintetizou sua concepção de Estado em uma conferência proferida no ano de 1919, na qual além de ressaltar a importância dos estudos históricos para a compreensão dos fenômenos sociais, reafirma a posição marxista da origem do Estado a partir da divisão da sociedade em classes e da sua necessária extinção a partir do desaparecimento das classes cujos interesses sejam inconciliáveis. Reafirma, portanto, a proposição marxista sobre a inexistência de aparato coercitivo nas sociedades comunistas primitivas. Nestas, a disciplina era mantida mediante o poder desfrutado pelos mais velhos e frequentemente pelas mulheres, cuja posição social diferia completamente da situação social e política vivida por elas no final do século XIX e início do século XX. Somente quando do surgimento da propriedade privada dos meios de produção e, com a emergência de grupos de pessoas com condições econômicas de explorar as demais é que surgem os conflitos irreconciliáveis na sociedade. Com isso, as formas de poder fundadas nos costumes desaparecem e torna-se necessário um aparato especial de violência capaz de manter a disciplina e a coesão social.

Consoante Lênin (1966), o capitalismo representou um grande avanço para a sociedade humana, quando comparado com as fases anteriores de desenvolvimento social, também, concebe que as configurações políticas assumidas pela sociedade burguesa que proclamam a liberdade de todos perante a lei, são infinitamente superiores às de outras épocas históricas. Isto porque, somente no âmbito dessas formas políticas foram possíveis a organização, o disciplinamento e a conscientização do proletariado, tornando-o capaz de tomar o poder em suas próprias mãos. A república democrática e o sufrágio universal são considerados como elementos importantes para o aprendizado político do proletariado, na medida em que torna possível pela primeira vez, na história da sociedade dividida em classes sociais antagônicas, a supressão dessa sociedade e do Estado.

Lênin (1986) ressalta, entretanto, que o proletariado não pode ter a ilusão de que o Estado burguês possa ser tomado pela via democrática. Ao contrário, deve ser destruído para que o Estado proletário possa ser construído. O postulado leninista decorre da sua visão a respeito da democracia representativa. Para Lênin, o parlamento é usado para mistificar as massas e legitimar a ordem social burguesa, na medida em que a burguesia, além de controlar o parlamento, utiliza-se de todos os mecanismos imagináveis para impedir a conquista do poder pelo proletariado mediante o processo eleitoral. Assim

afirma: “A democracia para uma ínfima minoria, a democracia para os ricos – tal é a democracia da sociedade capitalista.”<sup>56</sup>

A despeito da denúncia acerca dos limites da democracia brasileira, eventos como a derrota da insurreição de 1935 e o golpe de Estado de 1937 fazem o PCB refletir, com maior clareza, sobre o papel dos institutos da democracia representativa. Nesse sentido, questiona a supressão das conquistas mais significativas dos trabalhadores brasileiros contidas na Constituição de 1934 e reivindica: “A instauração de uma verdadeira República democrática baseada na Constituição de 1934, aparada das emendas ulteriores que lhe foram acrescentadas pela reação, libertação de todos os prisioneiros, [...]”<sup>57</sup>.

Aliada à reivindicação pelo retorno às liberdades democráticas asseguradas pela Constituição de 1934, o PCB, através de seus militantes mais conhecidos, começa a fazer uma nova análise do governo Vargas. Nesta, observa que o governo Vargas é composto por duas alas: uma reacionária e fascista e outra constituída por segmentos democráticos. Octávio Brandão cita um artigo do “New York Times”, no qual Oswaldo Aranha, recém nomeado Ministro das Relações Exteriores propõe que os Artigos da Constituição outorgada em 1937, contrários às franquias da democracia representativa sejam revistos. Prestes em 1938, propõe a união do povo brasileiro em torno de um programa que inclua a democracia representativa como um dos objetivos fundamentais a serem perseguidos. Assinala também que, consoante os ensinamentos de Lênin, existem diversos caminhos para o socialismo e que cada país deverá encontrar o próprio caminho. Finalmente, relaciona o desenvolvimento do capitalismo e da democracia com a revolução socialista no Brasil.

É perfeitamente compreensível que o Partido Comunista do Brasil em 1938, na plena vigência da ditadura do Estado Novo, defenda o retorno das liberdades democráticas asseguradas pela Constituição de 1934. Estas foram suprimidas pela Carta outorgada em 1937. O que parece incompreensível, contudo, não é apenas o fato de que quando atuava politicamente na semi-legalidade e dispunha de meios para lançar comunistas aos cargos legislativos, o Partido denunciasse as instituições liberais como instrumentos da ditadura de classe. Mas, que se negasse peremptoriamente a participar das eleições em função do trabalho clandestino e extra-parlamentar, posição que se aproximava dos postulados defendidos pelos comunistas de esquerda criticados por Lênin no livro “Sobre el infantilismo de la ‘isquierda’ y el espíritu pequeñoburgés”. A explicação contida em

---

<sup>56</sup> Lênin, 1986, p. 108.

<sup>57</sup> No Brasil, o ‘estado novo’ de Getúlio Vargas permanece instável (1938). In: Carone. V. 1, 1982, p. 212.

Brandão (1997) de que o Partido Comunista do Brasil sempre oscilou entre democracia e insurreição, parece apenas constatar a aparente ambigüidade sem explicá-la.

Talvez seja válido argumentar que como o Partido Comunista apresentava-se como partido revolucionário da classe operária, cuja finalidade precípua era dirigi-la na conquista do socialismo tornava-se coerente a luta pelo socialismo, também, sob a vigência de regimes democráticos. Na medida em que o PCB considerava o desenvolvimento do capitalismo como uma das premissas para a conquista do socialismo, parece que a consolidação da democracia representativa, configuração política surgida com o desenvolvimento do capitalismo, constituía-se em alternativa possibilitadora desse objetivo.

Nesse sentido, defesa da democracia e a ênfase na insurreição teriam que se equilibrar nas proposições do Partido, ou seja, ainda que o PCB desse realce em uma conjuntura à propugnação da democracia, não deveria perder de vista o objetivo final: a conquista do socialismo mediante a ação revolucionária das massas proletárias e camponesas dirigidas pelo partido. Talvez seja válido não considerar esse dilema como uma ambigüidade como o faz Brandão (1997) e Segatto (1995), mas como a concretização quase que natural da própria essência do partido. Enfatizar os valores democráticos em um momento e noutro a insurreição surge como corolário da própria natureza do Partido.

Nada parece indicar que o Partido tenha duas almas, uma democrática e outra insurrecional ou tenha que optar definitivamente por reforma ou revolução, ou seja, essas duas características são partes intrínsecas da natureza do Partido e parecem está imanescentes na sua própria razão de existir. Por isso, o Partido se considerava bem-sucedido se fosse capaz de fazer suas escolhas conforme as contingências, isto é, se a conjuntura fosse interpretada como propícia à revolução, esta deveria ser a opção correta, caso contrário, a escolha por reformas surgiria como medida mais acertada. Explicar a atuação política do PCB nesses termos significa conceber que, em virtude da sua auto-designação de partido revolucionário da classe operária e das análises da situação histórica vivenciada por ele, é que o Partido decidiria qual a alternativa seria mais promissora para a conquista do socialismo.

Desse modo, a inserção do partido na vida política do País parece oscilar de forma esquizofrênica entre fazer a revolução ou se contentar com reformas. Argumento que essa oscilação parece significar mais o afloramento do que está intrínseco no modo de fazer política do Partido, do que a opção incorreta em um momento e corrigida em outro quando não tem mais o que fazer com a nova opção como sugere Brandão (1997). A análise que

fundamenta o caminho a ser seguido pode ser equivocada ou correta, entretanto, ela depende da capacidade analítica dos atores que dirigem o Partido, das contingências em que a análise é empreendida e da interpretação corrente no movimento comunista internacional sobre a situação da revolução socialista em esfera mundial.

A luta por melhorias nas condições de vida dos trabalhadores (reformas), não está dissociada da luta pelo objetivo final (revolução socialista). A resposta de Rosa Luxemburg no debate sobre o revisionismo de Bernstein serve como parâmetro para nos indicar que no partido comunista os dois objetivos não são excludentes. Tampouco a defesa das liberdades democráticas feita diversas vezes pelo partido comunista está dissociada da possibilidade de insurreição. O fazer política do partido comunista parece comportar e supor essas duas dimensões. Portanto, as teses que supõem uma dicotomia meio esquizofrênica entre reforma e revolução ou democracia e insurreição, como sugerem respectivamente Segatto (1995) e Brandão (1997), parecem possuir pequena capacidade explicativa.

Bernstein (1966 e 1997) indaga-se sobre o caminho mais promissor para o movimento proletário: a reforma legislativa ou a violência revolucionária. Na resposta a tal indagação argumenta que o caminho revolucionário seria eficaz para eliminar obstáculos interpostos por uma minoria privilegiada no caminho do progresso social. Todavia, nas nações cujos direitos da minoria privilegiada não interferissem no progresso social a ação legislativa tornar-se-ia mais profícua. Desse modo, as reformas legislativas que implicassem em conquistas substanciais em termos de direitos políticos e sociais para os trabalhadores, seriam preferíveis a qualquer violência revolucionária.

Para questionar esse postulado bernsteiniano, Luxemburg (1966) argumenta que, sob o ponto de vista da social-democracia, não existe distinção entre a luta pelas reformas sociais e a luta pela revolução social. Essa distinção teria sido incorporada pela primeira vez no âmbito da social-democracia por Bernstein. Este separa indevidamente o meio – luta pelas reformas sociais; do objetivo – luta pela revolução social. Portanto, Bernstein torna indistinguíveis as diferenças existentes entre; de um lado, o movimento social-democrático e de outro a democracia burguesa e o radicalismo burguês. Ressalta, por fim, que o proletariado deverá familiarizar-se com as disputas teóricas a fim de consolidar a luta pela manutenção do movimento social-democrático no caminho da revolução social. Pois, conforme Luxemburg com a aquisição dos princípios teóricos do socialismo pelo proletariado, as tendências pequeno-burguesas e oportunistas perderiam relevância no seio da social-democracia.

O argumento de Brandão (1997) é de que o partido não foi coerente ao tentar desencadear em 1935 a insurreição no Brasil. Parece possível postular o contrário, ou seja, apesar do PCB analisar equivocadamente que existiam condições objetivas e subjetivas para uma revolução armada no Brasil em 1935, agiu com coerência ao tentar desencadear-la tendo em vista a leitura que fazia da conjuntura sócio-econômica e política do País. Essa afirmação parece-me consistente caso se considere válida a postulação de que um partido que se propõe revolucionário, faz uma análise que afirma a existência de condições para empreender a revolução e não a tenta, estaria negando a própria razão de existir, deixaria de ser revolucionário ou de conceber-se como tal. O erro intrínseco à análise e o fracasso da tentativa não a desmerecem por si só.

Deve-se observar que a literatura nacional produzida pelo PCB e a internacional produzida pelo Comintern\*, deixava como alternativas coerentes a um partido que se propõe revolucionário ou, por um lado, tentar a revolução ou, por outro, apesar dessa análise, considerar que não estava preparado suficientemente para empreendê-la. Tal decisão poderia trazer maiores benefícios políticos para o partido, todavia, isso não invalida a tese de que o PCB foi coerente ao tentar fazer a revolução.

As duas experiências desenvolvidas pelo PCB entre o final dos anos 20 e o início dos anos 30, ou seja, o Bloco Operário e Camponês no final dos anos 20 e a Aliança Nacional Libertadora em 1935 parecem de singular importância. Argumento, assim, que elas parecem indicar que o PCB poderia ter outras alternativas que não a insurreição de 35. Com efeito, essas poderiam contribuir para uma ação política capaz de envolver um contingente amplo de segmentos sociais numa luta política institucionalizada, no âmbito de uma ação positiva em benefício da classe operária e dos segmentos populares urbanos e rurais.

Parece aceitável argüir, portanto, que a tática de frente ampla poderia ter sido exequível e com resultados políticos promissores se o Partido tivesse elaborado uma análise da conjuntura sócio-econômica e política que o permitisse se inserir nos movimentos possíveis de constituírem-se em mudanças institucionais significativas. O BOC, por exemplo, talvez se constituísse em ferramenta importante para a participação do PCB na “Revolução de 30”. Contudo, a decisão de encerrar a experiência do BOC e a análise equivocada realizada pelo Partido limitaram o leque de alternativas viáveis para o Partido. Surge como corolário, portanto, o desenlace da insurreição de 1935.

---

\* Para obter uma visão abrangente sobre a literatura produzida pelo Comintern referente ao Brasil em 1935 confira Oliveira (1996).

Dois documentos publicados nesse período parecem emblemáticos para a argumentação aqui desenvolvida: o primeiro é a resolução da primeira Conferência nacional do PCB realizada em julho de 1934, na qual se conclui que o País vivia uma situação revolucionária que se conjugaria com crises revolucionárias em países de diversos continentes. No Brasil, caberia ao Partido Comunista preparar-se para ocupar a vanguarda no desenlace da crise revolucionária e, assim, encaminhar as lutas em direção à revolução operária e camponesa a fim de conquistar o poder e derrotar simultaneamente: “[...] os grandes latifundistas e burgueses nacionais e contra os imperialistas.”<sup>58</sup>

Para a consecução desse objetivo, nenhuma negociação deveria ser feita com a burocracia pública e o governo, considerados, numa clara confusão entre governo e Estado, como instrumentos de exploração da classe dominante. O outro documento é o manifesto de Luís Carlos Prestes de julho de 1935, cujo conteúdo aponta na mesma direção ao afirmar que: “Os trabalhadores de todo o Brasil demonstram, através de suas lutas sucessivas, que já não podem mais suportar e nem querem mais se submeter ao governo em decomposição de Vargas e seus asseclas nos Estados.”<sup>59</sup>

A decisão do PCB valida o que postula o institucionalismo histórico, ou seja, as decisões tomadas no passado impactam as escolhas a serem feitas pelo ator político no presente. As duas decisões tomadas pelo Partido: ter dissolvido o BOC e não ter participado da “Revolução de 30” contribuíram sobremaneira para a trajetória política do PCB que resultou na insurreição de 1935. As duas decisões citadas limitaram o leque de alternativas políticas do Partido e, simultaneamente, com a análise de conjuntura que validava a tese da existência de uma situação revolucionária nos anos 30, parecem encaminhar o PCB para a solução revolucionária da crise. Pode-se argumentar, assim, que o resultado do movimento em si não se constitui num divisor de águas para a inserção da classe operária na política populista, como sugere Brandão (1997). Ao contrário, o momento crucial parece ter sido aquele em que o PCB dissolveu o BOC e se absteve de participar da “Revolução de 30”.

Essas duas decisões estão na base de um tipo de fazer política que resultou na insurreição de 35, cuja derrota parece pouco significativa para explicar, na vida política nacional, o atrelamento da classe operária ao Estado. Fica impossível demonstrar que se o partido não tivesse se envolvido na insurreição de 35 teria alcançado influência suficiente no movimento operário a ponto de conseguir contrapor a influência exercida pelo Estado

---

<sup>58</sup> 1ª Conferência Nacional do P.C.B. (julho de 1934). In: Carone. V. 1, 1982, p. 165.

<sup>59</sup> Manifesto de Luís Carlos Prestes (julho de 1935): In: Carone. V. 1, 1982, p. 173.

getulista. O crescimento do Partido em 1946 parece demonstrar, contudo, que ele poderia exercer uma influência significativa no movimento operário capaz de contrapor a influência getulista, mas, a posterior ilegalidade, talvez seja o elemento que explique melhor a influência que obteve o trabalhismo sobre o movimento operário brasileiro do que a derrota da insurreição de 1935.

Conforme Brandão (1997), com a decisão do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil de desencadear a insurreição de 1935, suprimia-se uma alternativa política que seria mais viável e coerente e poderia trazer melhores dividendos políticos para o Partido. A alternativa suprimida foi a defesa persistente das liberdades democráticas, ou seja, o PCB abstivera-se da defesa coerente da legalidade democrática. Assevera: “Ainda quando tática e instrumental, a democracia do modelo *front populaire* implicava alianças amplas, defesa das liberdades ‘burguesas’, conquista ou manutenção da legalidade democrática, recusa à ruptura anticapitalista.”<sup>60</sup>

Reis (2007) assinala que o Partido Comunista do Brasil sofrera uma derrota histórica em 1935, ao empreender uma revolução que não fora avalizada pela sociedade e que se circunscrevera a ação de vanguarda restrita a grupos militares. Interpreta, também, que a orientação política adotada no intuito de reorganizar o partido, que praticamente desaparecera da cena política nacional após a onda repressiva do Estado Novo getulista, alcançara resultados significativos, na medida em que o partido ressurgiu como uma força política social e eleitoralmente expressiva, conquistando influência em diversos segmentos que iam da classe operária à intelectualidade progressista. Fica difícil explicar, entretanto, como uma derrota militar e política foi seguida de uma vitória. Parece que a lembrança da insurreição de 1935 permaneceu na memória dos setores progressistas da sociedade brasileira, sem a qual se torna difícil entender a expressão política do partido após a redemocratização. Deve-se relativizar, portanto, o aspecto negativo da derrota política e militar de 1935.

### 3.1.2 A orientação Política do PCB entre a Conferência da Mantiqueira e o Congresso de 1954

Com a derrota da insurreição de 1935 o PCB desarticulou-se nacionalmente e somente conseguiu se recompor em 1943, numa nova fase histórica da sociedade brasileira

---

<sup>60</sup> Brandão, 1997, p.145.

caracterizada pela luta pela redemocratização. No início dos anos 40 do século passado, portanto, o PCB ainda encontra-se desarticulado em esfera nacional. Pequenos grupos com pouca articulação entre si atuam na ilegalidade e tentam elaborar uma linha política frente à Segunda Guerra Mundial e ao governo Vargas. A formulação da linha política no que tange à Guerra parece simples, na medida em que o ataque nazista a URSS coloca para todos os militantes comunistas a premência do alinhamento do governo brasileiro ao esforço de guerra contra o nazi-fascismo. Elaborar a orientação política frente ao governo Vargas parece mais problemático.

Estruturam-se, assim, três grupos com orientações distintas quanto a esse tema. O primeiro, formado por militantes que aderem à posição de Fernando de Lacerda, dirigente no início dos anos 30, defende que assim como a Internacional Comunista fora dissolvida, o PCB deveria abdicar de qualquer atuação política ilegal e também fosse dissolvido. O segundo, formado por dirigentes do PCB em São Paulo liderados por Caio Prado Junior e Heitor Ferreira Lima, sustenta a tese de que o esforço de guerra seja complementado pelo combate à extrema direita no Brasil, sobretudo ao governo Vargas. O terceiro grupo, numericamente maior, era constituído por militantes do Rio de Janeiro e da Bahia, sustentava que o esforço de guerra deveria ser fundado no combate ferrenho ao nazi-fascismo, consubstanciado numa política de união nacional, cuja direção caberia ao governo Vargas. Para esse grupo a discussão sobre a democracia no Brasil dar-se-ia após a vitória dos aliados frente ao nazi-fascismo. Essa orientação política será hegemônica na Conferência da Mantiqueira, realizada em 1943.

Os militantes comunistas do Rio de Janeiro tinham estruturado a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) e mantinham sistemático contato com Luís Carlos Prestes. Dessa forma, serão, juntamente com os comunistas que militavam na Bahia, os artífices da reorganização do Partido na Conferência da Mantiqueira. A orientação política do PCB, portanto, considerava plausível toda e qualquer política de conciliação nacional, desde que contribuísse para a defesa da União Soviética e a derrota da Alemanha. Por isso, a pacificação da família brasileira e o esforço de guerra tinham primazia sobre o tema da redemocratização. Em nome da união nacional os comunistas mascararam, inclusive, as contradições de classes.

Após a anistia Prestes pronuncia um discurso no estádio de São Januário, no qual enfatiza o surgimento de uma nova situação política nacional e internacional, oriunda da vitória dos aliados sobre o nazi-fascismo. Esta situação seria propícia a uma coexistência pacífica, a qual perduraria enquanto os Estados Unidos, a Inglaterra e a União Soviética se

mantivessem unidas. Assinala que o Brasil vivia um momento de consolidação democrática iniciado com a declaração de guerra ao nazi-fascismo e com a anistia de 1945. Observa, também, que essa democracia é diferente da democracia contra a qual os comunistas lutaram em anos anteriores. Sustenta, finalmente, que apenas uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana poderia implementar no Brasil as liberdades civis e políticas e os direitos sociais negados aos trabalhadores. Argumenta:

O que queremos é chegar através da união nacional à verdadeira democracia, [...] e votar a Carta Constitucional que almejamos, a Lei fundamental que permita o progresso da pátria e nos assegure, a todos nós, e para sempre, os grandes, sagrados e inalienáveis direitos do homem e do cidadão, a par do direito que todos devemos ter ao trabalho, à saúde, à instrução e cultura, ao bem-estar, assim como ao socorro e ajuda na doença, na invalidez e na velhice.<sup>61</sup>

Todas as resoluções e informes do PCB, além dos discursos pronunciados por Prestes demonstram que o Partido confia plenamente na consolidação democrática no Brasil, no desenvolvimento progressista da economia nacional e na conquista pacífica do bem-estar para as massas trabalhadoras brasileiras. Compreende-se, assim, porque a proposta de união nacional foi re-apresentada diversas vezes pelo Partido tanto para derrotar o nazi-fascismo, quanto para a consolidação da democracia e o desenvolvimento pacífico do país. Parece pouco procedente, por isso, a tese de Brandão (1997) de que o PCB só descobriu o valor da democracia representativa em 1958. O PCB denuncia como manobras golpistas as reivindicações de setores da esquerda, sobretudo os depreciativamente designados de trotskistas e de setores democráticos e liberais, exigindo a saída de Vargas para a eleição da Assembléia Nacional Constituinte.

Nesse sentido, todos os documentos editados pelo Partido entre 1945 e 1948, parecem reafirmar a relevância das instituições democráticas para o progresso da nação e a conquista do bem-estar social para os brasileiros, ou seja, não postulam a instrumentalização dos institutos da democracia representativa. Somente após a cassação do registro eleitoral do partido é que este elabora o Manifesto de 1948, no qual denuncia que as instituições da democracia foram violadas por decisões inconstitucionais respaldadas pelo judiciário.

Reis (2007) assevera que o teste das eleições em janeiro de 1945 não significou a reprovação da política de União Nacional do PCB, tampouco referendou a tese de Weffort

---

<sup>61</sup> Luís Carlos Prestes – União nacional para a democracia e o progresso. In: CARONE, Edgard. 1982. V. 2, p. 38.

(1980) de que os trabalhadores votavam nos comunistas para dirigentes sindicais e em seus opositores para o parlamento. Reis observa que, ao contrário do que ressalta Weffort, a obtenção de quase quinhentos mil votos em pouco mais de cinco milhões de sufrágios, expressava um apoio eleitoral significativo.

Reis observa, também, que os comunistas cometeram um erro crasso ao desconsiderar o conservadorismo das elites brasileiras no processo de cassação do seu registro eleitoral. Todavia, parece que o PCB acreditava com sinceridade na solidez das instituições democráticas oriundas da Constituição promulgada em 1946. Parecia acreditar, também, na coerência jurídica dos juizes do Supremo Tribunal Federal. Considerava, desse modo, desnecessário mobilizar-se em campanhas em favor da legalidade do partido. Empreender tais campanhas, talvez, fosse interpretado como radicalização do cenário político nacional e descrença nas instituições democráticas.

Os comunistas pareciam acreditar seriamente nas instituições democráticas advindas da Constituição de 1946. Esta assertiva parece válida na medida em que, ainda sob ameaça concreta de cassação de registro eleitoral do PCB, nenhuma mobilização extra-parlamentar foi promovida para dificultar a cassação. Além disso, somente com a cassação dos mandatos legislativos dos comunistas nas esferas federal, estaduais e municipais é que o Partido se considera consciente da luta de classes que grassava no País e das contradições que se aprofundavam nas relações internacionais, as quais rompiam a aproximação geopolítica e as relações pacíficas entre os Estados Unidos, a Inglaterra e a União Soviética.

A partir desse momento o Partido Comunista volta a caracterizar a democracia brasileira como instrumento de dominação de classe, que impede a participação dos representantes comunistas nas diversas instâncias legislativas. Ainda no Manifesto de janeiro de 1948, o PCB caracteriza os partidos políticos no Brasil, inclusive o PTB como: grupos heterogêneos que se equivalem na defesa dos interesses da classe dominante. O PCB caracterizou a política desenvolvida por ele entre 1945 e 1947 como desvio direitista. Este desvio teria criado na classe operária, diversas ilusões nas instituições democráticas.

O Partido sublinha em especial como indicadores de seus equívocos políticos: (1) a permanência da proposta de união nacional; (2) a preocupação com a ordem e a tranqüilidade; e (3) a insistência na política de mão estendida ao governo. Nesse sentido, os comunistas teriam pautado a sua atuação política no âmbito das instituições democráticas pela passividade, evitando, por exemplo, criticar as medidas reacionárias dos governos estaduais e federal. O Partido tentou, nesse período, conter a luta dos trabalhadores a fim de efetivar a colaboração operário-patronal. Afirma no Manifesto que, em virtude desse

desvio, os comunistas não foram capazes de denunciar a composição majoritariamente reacionária da Assembléia Nacional Constituinte, nem o caráter retrógrado da Constituição promulgada em 1946. Por isso, o Partido foi incapaz de mobilizar as massas populares em defesa da sua legalidade.

O Partido retoma, também, no Manifesto de 1948, a discussão sobre o seu objetivo estratégico. Volta, assim, a realçar que o avanço das forças reacionárias após a eleição de Dutra, resultava da permanência da base econômica semi-feudal e semi-colonial que, ao se manter intacta constituía-se no principal entrave ao progresso nacional. Ressalta, portanto, a premência de se realizar as tarefas fundamentais capazes de tornar vitoriosa a revolução agrária e antiimperialista. Propõe como instrumento capaz de viabilizar um governo democrático e progressista, a fim de concretizar a revolução agrária e antiimperialista, a estruturação de um bloco de forças democráticas e progressistas. O principal meio para consolidar esse bloco seria a aliança pela base das diversas organizações populares. Contudo, as alianças de cúpula com os partidos e as forças políticas que quisessem perseguir aquele objetivo estratégico não são desconsideradas, apesar de se situarem em um plano secundário em relação a aliança pela base.

A autocrítica do suposto desvio direitista empreendida pelo partido em 1948 foi prudente, na medida em que este indica como instrumento de luta por um governo democrático e progressista capaz de empreender as tarefas da revolução agrária e antiimperialista, a constituição de um bloco de forças populares e progressistas. Todavia, em 1949 o partido faz uma nova análise da situação nacional. Nesta, assinala que os setores oposicionistas da União Democrática Nacional (UDN), bem como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), diferiam dos partidos governistas apenas pelo discurso oposicionista, mediante o qual criticavam o governo Dutra nas questões secundárias e o apoiavam nas questões principais. Essa análise parece contrariar frontalmente o postulado da formação de um bloco popular e progressista, de cuja composição deveria constar pelo menos o PSB e parte do PTB. Também, nessa análise o Partido conclui que a consolidação da democracia subordinar-se-ia à conquista de mudanças profundas na situação econômica e social do País.

O PCB associa a consolidação da democracia representativa à concretização da revolução democrático-burguesa, cuja força dirigente deveria ser o proletariado, através de seu partido. Sustenta, também, que a burguesia nacional é incapaz ou não se dispõe a dirigir a revolução democrático-burguesa, preferindo aliar-se ao grande proprietário rural, a fim de minar as lutas das massas proletárias. Finalmente, propõe a união de todos os democratas e

patriotas no intuito de construir a Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN), cujo programa incluía a defesa de amplas liberdades civis, políticas e sociais. Neste programa, dentre as medidas que realmente eram inexecutáveis constavam: a formação de um exército popular de libertação nacional, mediante a distribuição de armas para o povo e a democratização das forças armadas.

Em agosto de 1950, o Partido Comunista do Brasil lança um manifesto no qual conclama todos os democratas e patriotas, independente de religião e ideologia, a se unirem em torno de um programa que, consoante seus argumentos, seria capaz de configurar uma Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN). O referido programa continha alguns itens que pareciam inviáveis, tais como: a formação de um governo revolucionário em substituição a ditadura de Dutra e a nacionalização dos bancos e empresas industriais e comerciais monopolistas. Apesar desse programa conter itens que, num programa de frente ampla dificilmente seriam aceitos pelos setores a quem era dirigido o manifesto, existiam reivindicações plenamente plausíveis aos setores democratas. Dessa forma, caso não houvesse a tentativa da imposição *in totum* do programa, configurar-se-ia uma conjuntura de debate de idéias que poderia resultar na organização da frente ampla proposta pelo PCB. Dentre os itens do programa constava, por exemplo, a defesa dos direitos civis, políticos e sociais.

### 3.1.3 Do IV Congresso em 1954 à Declaração Política de Março de 1958

No projeto de programa preparatório para o IV Congresso do PCB, divulgado em dezembro de 1953, o Partido caracterizava o governo Vargas como instrumento servil do imperialismo americano. Ressaltava que a causa originária da submissão do governo Vargas ao imperialismo radicava na base social e econômica, formada pelos latifundiários e grandes industriais associados ao imperialismo. O PCB postulava que o governo Vargas representava esses interesses. Nesse sentido, constituir-se-ia em serviçal do imperialismo.

A despeito do PCB considerar que o governo Vargas seria legitimado constitucionalmente na medida em que fora eleito no pleito de 1950, sob a égide, portanto, da Constituição de 1946, não o concebia como governo aceito pela maioria da população na medida em que a legislação eleitoral excluía um contingente significativo de cidadãos da participação política como os analfabetos, por exemplo. Concebe, também, que a Constituição ainda que assegurasse algumas franquias democráticas constituía-se um instrumento de opressão contra o povo. Além disso, enfatiza que os direitos democráticos

contidos na Constituição de 1946 não eram respeitados, o que facilitaria a demagogia e a repressão desencadeadas pelo governo Vargas. Caracteriza o governo Vargas, portanto, como governo de traição nacional.

A solução proposta pelo PCB para a superação dos problemas vivenciados pelos brasileiros é a deposição de Vargas e a formação de um governo democrático de libertação nacional, cujos segmentos sociais que o formariam seriam: o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a burguesia nacional. No governo democrático de libertação nacional proposto pelo PCB, os mandatos dos representantes poderiam ser cassados a qualquer momento pelos eleitores. Parece que a principal distinção institucional entre o governo democrático de libertação nacional propugnado pelo PCB e os governos eleitos sob as regras da Constituição de 1946, era a revogabilidade dos mandatos. Com isso, confirma a assertiva de Norberto Bobbio, de que os comunistas acrescentaram aos institutos da democracia representativa apenas a revogabilidade dos mandatos, com as implicações problemáticas por ele expostas.

Observa Bobbio (1983) que não se pode aceitar aprioristicamente, e sem discussão, a tese da revogabilidade do mandato. Assevera, dever-se-ia discutir, ao menos, sobre quem estaria apto a revogar mandatos. Propõe esse problema ao analisar a frase de Lênin, ‘revogabilidade, a qualquer momento, de todos os funcionários, sem exceção’. Ao responder ao questionamento sobre quem revoga mandatos, Bobbio reformula a questão e indaga: quem detém o poder de revogá-los?. - Se é um pequeno número, a revogabilidade do mandato deve ser proibida, pois neste grupo pequeno (comitê de cidadãos, assembléia estudantil, um conselho operário), o perigo reside na particularidade dos interesses dos representados. Se, ao contrário, é um grande grupo, a coordenação para revogar mandatos deveria ser empreendida por um grupo menor, ou seja, um grupo intermediário entre os eleitores e os representantes.

Reis (2007) observa que algumas proposições do programa do PCB aprovado em 1954, consolidaram-se no imaginário das esquerdas brasileiras, sobretudo, nos momentos de radicalização política, dentre as quais se destacam as teses a seguir: (1) a polarização da sociedade brasileira entre uma elite carcomida e as grandes massas exploradas; (2) a necessidade de se erradicar as forças do atraso, especialmente o latifúndio e o imperialismo a fim de assegurar o desenvolvimento econômico e social do país. A afirmação de Reis valida a proposição de Brandão (1997) e Segatto (1995) de que o PCB adquirira, ao longo da sua história, uma influência política maior que sua importância numérica.

A atuação política do PCB parece ter oscilado, ao longo de vários anos, entre uma ação esquerdista deslocada da realidade social e política nacional, e uma atitude de acomodação, visando ocupar cargos públicos em governos como os de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Essa ambigüidade política é perceptível, sobretudo no que tange ao governo Vargas (1951-1954). Este governo era considerado, em todo esse período, como de traição nacional, como indica a análise feita pelo PCB acerca da assinatura do “Acordo de assistência militar entre o Brasil e os Estados Unidos” em 1952, na qual enfatiza: “A assinatura desse ‘acordo’ mostra, assim, à nação, qual o verdadeiro sentido da política do senhor Vargas e confirma mais uma vez o que a respeito tem dito e repetido o Partido Comunista do Brasil: trata-se de um governo de guerra e de traição nacional, [...]”<sup>62</sup>

Parece contraditório o PCB caracterizar em dezembro de 1953 o governo de Getúlio Vargas como instrumento de dominação do imperialismo e, logo após o seu suicídio considerar que: “O assassinio de Vargas revelou à nação a brutalidade dos métodos norte-americanos de dominação, pôs a nu a violência com que os agentes do Departamento de Estado norte-americano fazem e desfazem governos em nossa terra.”<sup>63</sup> Torna-se evidente que se a morte de Getúlio Vargas interessava ao imperialismo norte-americano, o seu governo não poderia ser caracterizado como de traição nacional.

O Comitê Central do PCB lança um manifesto em 01/09/1954, no qual duas questões parecem obter igual realce. A primeira, é a defesa da nação contra a suposta ingerência do imperialismo norte-americano na política interna dos governos brasileiros. O Partido enfatiza que o governo de Café Filho poderia completar a colonização do Brasil pelos Estados Unidos. A segunda questão, que parece ter relevância equivalente ao nacionalismo, é a defesa das liberdades civis e políticas e dos direitos sociais dos trabalhadores. Como indica a citação a seguir parece não fazer sentido a assertiva de Brandão (1997) de que a questão democrática não esteve presente com a ênfase necessária nos documentos do PCB antes de 1958:

Apelamos a todos para que nos unamos e lutemos em defesa da Constituição, da liberdade de imprensa, da liberdade sindical, pelas reivindicações operárias, camponesas e populares, contra a carestia de vida, pelo congelamento de preços, contra qualquer tentativa no sentido da redução do salário mínimo.<sup>64</sup>

---

<sup>62</sup> Resolução do PC brasileiro, março de 1952, em problemas, n. 39, p. 4-6. Apud: Löwy, 2003, p. 198.

<sup>63</sup> Manifesto do Comitê Central: a ditadura de Café Filho (01/09/1954). In: Carone. V. 2, 1982, p. 120.

<sup>64</sup> Manifesto do Comitê Central: a ditadura de Café Filho (01/09/1954). In: Carone. V. 2, 1982, p. 121.

A partir de 1954 o Partido Comunista do Brasil abandonou a intransigência com possíveis aliados como o PSB e o PTB. Com efeito, conclama os trabalhistas e todas as forças democráticas e patrióticas a se unirem com os comunistas em torno de um programa democrático, a fim de derrotar nas eleições que se aproximavam as forças reacionárias e entreguistas. A proposta de unidade entre comunistas e trabalhistas é explicitada, também, num artigo de Luís Carlos Prestes publicado em 02/10/1954.

Neste artigo, Prestes ressalta que a união entre as duas forças de esquerda com maior penetração no movimento operário brasileiro deveria ocorrer em torno de um programa nacionalista e democrático. Parece que no artigo referido a luta contra o imperialismo norte-americano e a defesa da Constituição e dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, apresentam-se com igual realce.

O PCB assumiu com coerência a defesa da democracia representativa em vários momentos de sua história, contudo, jamais deixou de realçar que, ainda nos momentos de democracia representativa relativamente consolidada - como ocorreu entre 1946 e 1964 - proibiu-se a participação continuada do Partido no jogo político eleitoral com nome e fisionomia próprios. Ao contrário, vários comunistas eleitos por outras legendas foram impedidos de assumir os cargos nas diversas esferas representativas.

Como então defender um regime democrático que continha entre suas regras a proibição do funcionamento legal do Partido, embora o funcionamento semi-legal fosse permitido? Percebe-se que o PCB tinha clareza quanto a importância do funcionamento das instituições da democracia representativa para a sua própria consolidação. Mas, como defendê-la sem críticas ou restrições se esta o excluía da participação eleitoral? Talvez resida nesse dilema a explicação para a primazia, nos programas do Partido, para a questão nacional em vez da democrática. Ao contrário do que sugere Brandão quando explica essa primazia a partir da ambivalência entre democracia e insurreição.

O artigo de Prestes propõe, também, um debate franco sobre o programa do PCB a fim de construir uma plataforma comum, capaz de unificar trabalhistas e comunistas para a disputa das eleições que se aproximavam. Talvez seja plausível argumentar que tal proposta significava um avanço importante no que se refere aos documentos do partido que denunciavam tanto o Partido Trabalhista Brasileiro, quanto o Partido Socialista Brasileiro como forças aliadas aos governos da reação e da submissão do país ao imperialismo norte-americano.

O programa do Partido Comunista do Brasil aprovado no IV Congresso realizado em 1954 caracteriza o Brasil como semi-colônia, ou seja, como país dependente das

potências imperialistas. Estas exerceriam um controle significativo sobre as finanças, a economia e conseguiriam influenciar as decisões políticas do país, mediante o apoio à minoria reacionária formada pelos latifundiários, grandes comerciantes e financistas. Desse modo, o PCB concebe que a sociedade brasileira estava submetida a uma dupla opressão, exercida tanto pelos imperialistas, quanto pelos restos feudais. Em virtude dessa dupla opressão a revolução brasileira somente poderia ser:

[...] uma revolução democrático-popular, de cunho antiimperialista e agrária anti-feudal. É uma revolução contra os imperialistas norte-americanos e contra os restos feudais e tem por objetivo derrocar o regime dos latifundiários e grandes capitalistas.<sup>65</sup>

Deve-se salientar que essa caracterização é idêntica à feita pelo PCB no seu III Congresso realizado em 1929, portanto, vinte e cinco anos após o III Congresso o Partido Comunista continuava caracterizando a sociedade brasileira com a mesma terminologia utilizada nos anos 1920. Parece plausível argumentar, portanto, que a despeito dos avanços do Brasil em direção a uma sociedade capitalista relativamente industrializada o PCB não conseguia elaborar uma análise política que contemplasse as transformações sócio-econômicas ocorridas ao longo desse período.

No intervalo entre os dois congressos referenciados iniciara-se a instalação da indústria pesada no Brasil, cuja realização fora reivindicada pelo próprio Partido. Essa fragilidade teórica parece ser mais séria para a formulação de um programa capaz de incorporar amplas forças políticas em defesa de uma transformação social e econômica radical, mediante uma reforma agrária de amplo alcance, por exemplo, do que a suposta ênfase pouco expressiva dada pelo Partido à questão democrática.

O Partido concebia que a burguesia brasileira era formada por dois grupos com interesse distintos. O primeiro, era constituído pelos grandes empresários, politicamente aliados dos latifundiários e dos imperialistas, sobretudo, dos norte-americanos, numericamente pequeno, porém, muito forte política e economicamente. O segundo grupo era formado pelo restante da burguesia, cujo principal interesse era a defesa da indústria nacional. Esse grupo era designado pelo Partido de burguesia nacional e constituía-se no potencial aliado do proletariado na revolução democrático-burguesa. O PCB caracteriza a burguesia nacional, surgida da industrialização que ocorrera ao longo do século XX, como

---

<sup>65</sup> IV Congresso do P.C.B. In: Carone, v. 2, 1982, p. 128.

politicamente débil, ao contrário do proletariado que o Partido caracteriza como politicamente relevante.

Como resultado da revolução propugnada pelo PCB, originar-se-ia uma singular configuração política do Estado. Este não seria uma ditadura do proletariado, nem uma ditadura burguesa, mas, a ditadura de um amálgama de classes sociais formado pelo proletariado, os camponeses, a pequena-burguesia e a burguesia nacional. Talvez inspirado pelas análises de Marx sobre as lutas de classes na França, o PCB enfatize a incapacidade política da burguesia nacional em concretizar a revolução democrático-burguesa.

Desse modo, o PCB postula que a hegemonia do proletariado em aliança com as massas camponesas seria fundamental para a vitória da revolução. Conformado o regime democrático-popular propugnado pelo Partido, seria possível contar inclusive com investimento privados nacionais e estrangeiros para impulsionar o desenvolvimento econômico no rumo de uma industrialização intensiva. Assevera o Partido que, apesar disso, o setor estatal da produção de caráter socialista, juntamente com o setor de capitalismo de Estado, asseguraria o desenvolvimento do país em direção às aspirações das massas populares e, por fim, ao socialismo.

Gorender (1999) assevera que a orientação política dos comunistas que conclamava os trabalhadores a derrubar o governo Vargas, não foi objeto de autocrítica no IV Congressos do PCB. Neste Congresso teria ocorrido apenas uma pequena alteração substituindo a proposta de derrubada do governo Vargas pela derrubada do atual regime. Tal proposição, segundo Gorender, colocaria para os militantes comunistas a premência de derrubar o governo de Juscelino Kubitschek, para cuja eleição o PCB contribuía. Gorender parece não ter sido imparcial nessa afirmação, na medida em que desconsidera que a proposta oriunda do IV congresso é a substituição do regime de latifundiários e grandes capitalistas por um regime democrático e popular.

O PCB concebia que o governo de Juscelino era constituído por duas alas: uma democrática e nacionalista e outra reacionária e entreguista. Nesse sentido, a orientação política dos comunistas é de fortalecer a ala nacionalista e atacar ferrenhamente a ala entreguista. Argumento que a caracterização do governo de Juscelino Kubitschek, semelhante à caracterização do governo de Getúlio Vargas no final dos anos 1930, parece dispensar ao PCB a aplicação da tese da derrubada do regime de latifundiários e grandes capitalistas.

Conforme Segatto (1995), as alterações políticas, teóricas e organizativas no Partido Comunista do Brasil iniciam em 1954, e culminam na Declaração Política de março

de 1958. Explica que tais alterações resultaram de vários fatores, tais como: (1) o suicídio de Getúlio Vargas e a tentativa das forças conservadoras de impedir a posse de Juscelino Kubitschek; (2) a estabilidade democrática e o relativo desenvolvimento capitalista no Brasil; (3) problemas políticos e organizacionais inerentes ao Partido; e (4) efeitos do XX Congresso do PCUS. Com efeito, o manifesto eleitoral do PCB de 1955 já indica a assimilação de mudanças substanciais em relação à orientação política anterior. Afirma, por exemplo, que a eleição de Juscelino Kubitschek e João Goulart poderia representar uma modificação importante na correlação de forças capaz de gerar uma conjuntura política: “[...], favorável à democracia, à paz, à independência e ao progresso do Brasil.”<sup>66</sup>

Conforme Carvalho (2007) o PCB ao emergir da clandestinidade imposta pelo Estado Novo getulista, preconizava uma política de amplas alianças, tendo como ponto nodal o esforço de guerra. Entretanto, em virtude de não ter feito uma autocrítica da insurreição de 1935, abdicava de tratar de questões cruciais para a democracia. Assevera Carvalho que o PCB, de fato, afastava-se da questão democrática. Talvez a assertiva de Carvalho seja válida para o período de esforço de guerra, possivelmente não o seja para o período de atuação legal do partido, na medida em que o PCB parecia acreditar nas instituições do Estado de direito. Carvalho observa que há uma dissonância entre a linha política dogmática de natureza bolchevique da direção do PCB durante os anos 1950 e a ação política de suas bases que, intuitivamente, e ao contrário do que professava a direção do partido, se inclinavam para uma ação política em frente ampla.

Silva (2005) e Santana e Silva (2007) observam que as bases operárias do PCB não seguiram acriticamente a linha política de conciliação de classes propugnada pelo Partido nos anos 1940. Através da proposta de união nacional a direção do Partido convocava os trabalhadores a “apertarem os cintos”, ao contrário, afirmam os autores referenciados que os militantes operários envolviam-se decisivamente nas greves. Concluem desse modo que o controle da direção sobre os militantes operários era tênue. Com efeito, em outros momentos da trajetória política do PCB os militantes operários desconsideravam a orientação política do partido. A prática política divergente dos militantes operários no que tange à orientação da direção nacional é visível, também, nos anos 1950. Nesse período os dirigentes nacionais atacavam o PTB e o PSB, mas os militantes operários faziam alianças com os trabalhistas e socialistas.

---

<sup>66</sup> Manifesto eleitoral do P.C.B. (agosto de 1955) ). In: Carone, v. 2, 1982, p. 138.

O centralismo democrático parece nunca ter-se constituído num instrumento de controle total sobre a prática política dos militantes comunistas, como parece demonstrar as observações de que as bases operárias atuavam desconsiderando a orientação política da direção, seja por essa apresentar-se como esquerdista ou direitista. Portanto, a despeito do centralismo democrático os militantes comunistas nunca sofreram um controle total sobre suas ações. O próprio debate de idéias parece que se constituía em algo impossível de convivência somente quando tratava-se de deslegitimar a direção, deixando, então, de ser apenas um debate de idéias, transformando-se numa disputa pelo poder. Disputa que parece ser sempre inevitável, quando os que defendem novas idéias as querem dominantes no partido.

Antes da Declaração Política de março de 1958, o Comitê Central do PCB postulava, em abril 1957, que a atividade política dos comunistas deveria concentrar-se na luta pelo fortalecimento da ala nacionalista do governo a fim de implementar medidas nacionalistas e democráticas tanto na política interna, quanto nas relações internacionais. Dentre as propostas apresentadas pelo PCB destacam-se: (1) luta contra a implantação de bases militares americanas no Brasil; (2) defesa das liberdades e dos direitos democráticos; (3) luta pelos interesses dos trabalhadores e dos segmentos populares.

No intuito de assegurar a implementação dessas propostas, o Comitê Central orientava os organismos dirigentes estaduais e municipais e as organizações de base do Partido, a assumirem novas responsabilidades políticas; a realizarem amplas alianças com partidos e setores políticos que aceitassem aliar-se com os comunistas em lutas por reivindicações comuns; e a terem liberdade de iniciativa na aplicação das resoluções do partido. Tais orientações indicavam que a vida interna do Partido inclinava-se para relações mais democráticas entre o Comitê Central, os organismos dirigentes estaduais e municipais e as organizações de base. Esta democratização parecia resultar, claramente, das discussões oriundas da divulgação do Relatório Krushev.

O programa do PCB, sumariamente apresentado acima, a despeito de algumas debilidades teóricas, parece representar um avanço em relação às formulações do partido nos anos 1930, 1940 e início dos anos 1950, período no qual o Partido parecia não conseguir fazer uma análise razoavelmente fundamentada no contexto sócio-político e econômico do país. Exemplo do avanço referenciado parece ser o manifesto eleitoral de agosto de 1955, em que o PCB apóia as candidaturas de Juscelino Kubitschek e João Goulart respectivamente à presidência e vice-presidência da República. Também nesse manifesto, o Partido Comunista faz uma conseqüente defesa da Constituição e das

liberdades democráticas. Argumenta que na ausência da democracia representativa, torna-se mais difícil a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e dos segmentos populares.

Assevera, também, que era premente reunir todas as forças, inclusive os proprietários rurais e grandes empresários, bem como os camponeses e operários a fim de contraporem-se às forças que propugnavam um suposto golpe militar. Assinala que: “Tais forças, unidas poderão isolar e bater as forças do golpe militar, impor a realização de eleições livres e garantir a vitória de seus candidatos nas urnas.”<sup>67</sup> Após as eleições de 1955 e diante das tentativas golpistas dos setores derrotados nas eleições, o Partido reivindica: “lutemos para que sejam plenamente garantidos ao povo os direitos constitucionais! Combatamos vigorosamente quaisquer atentados às liberdades democráticas, de imprensa, de reunião, de associação, de palavra!”<sup>68</sup> Tais formulações parecem um avanço sintomático em relação à disputa eleitoral de 1950, na qual o PCB conclamava, inutilmente, os trabalhadores a anularem seus votos. Tais avanços nas formulações políticas do PCB serão desconsiderados quando das discussões geradas pela divulgação do relatório de Krushev sobre o período em que Stálin dirigiu a União Soviética.

Os avanços aludidos parecem muitos limitados tendo em vista que a maioria dos dirigentes e militantes do Partido considerou a linha política anterior como sectária e dogmática. Dessa maneira, o PCB começa a mudá-la a partir da declaração política de março de 1958. Nesta declaração o Partido mantém a ênfase na necessidade da luta antiimperialista, mediante a formação de uma frente única nacional e democrática que, conforme essa análise, poderia conquistar o poder através das eleições e conformar um governo nacionalista e democrático.

Um governo nacionalista e democrático pode ser conquistado pela frente única nos quadros do regime vigente e aplicar uma política externa de independência e de paz, assegurar o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, tomar medidas em favor do bem-estar das massas, garantir as liberdades democráticas.<sup>69</sup>

Com algum exagero Brandão (1997) ressalta que o PCB, a partir da Declaração de março de 1958, compreende a solidez da sociedade civil; caracteriza corretamente a sociedade política; distingue corretamente Estado, regime e governo; intuitivamente estabelece que as bases de sustentação do Estado são complexas; compreende que diversos

---

<sup>67</sup> Manifesto eleitoral do P.C.B. (agosto de 1955). In: Carone, v. 2, 1982, p. 137.

<sup>68</sup> O golpe de estado de Calos Luz (14.11.1955). In: : Carone, v. 2, 1982, p. 141.

<sup>69</sup> Declaração sobre a política do P.C.B. (março de 1958). In: Carone. V. 2, 1982, p. 191..

interesses estão representados no Estado; percebe sua autonomia relativa; e diferencia governo e classes dominantes. Tal assertiva parece-me exagerada na medida em que postula o ineditismo de proposições já anteriormente feitas pelo Partido. Como exemplo, refiro-me à caracterização do governo Vargas no final dos anos 30, o qual é interpretado como composto por duas alas: uma entreguista e reacionária e outra nacionalista e democrática, caracterização retomada para o governo Juscelino antes da Declaração de 1958.

Parece-me exagerada, também, a afirmação de que o PCB constata a autonomia relativa do Estado. Argumento que a Declaração não possibilita essa inferência. Esta assertiva parece mais prudente, na medida em que o Partido Comunista interpreta a luta pelas reformas estruturais como uma luta de classes, a qual colocaria de um lado os setores nacionalistas de diversas classes e de outro os setores entreguistas, resultaria desse embate a implementação das reformas estruturais. Portanto, as reformas aludidas seriam conquistadas pela vitória dos setores envolvidos na luta por elas e não de uma decisão autônoma do Estado.

A Declaração política de 1958 apresenta algumas mudanças significativas em relação ao programa aprovado no IV Congresso do PCB. A primeira mudança era o reconhecimento do desenvolvimento capitalista no Brasil e a concepção de que o capitalismo brasileiro era essencialmente progressista. Entretanto, como esse desenvolvimento ainda não se completara cabia aos comunistas lutarem por reformas estruturais a fim de que esse desenvolvimento resultasse na revolução nacional e democrática. A mudança mais significativa, contudo, foi a introdução da tese de que a situação internacional e a correlação de forças existentes no país indicavam que a revolução brasileira tornava-se viável mediante o caminho pacífico.

Essa nova orientação política sofrerá forte oposição interna. Diversos dirigentes e militantes do partido contrapõem-se a ela, considerando-a reformista. Posteriormente, esses militantes afirmam que as alterações implementadas a partir do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1956, motivam as medidas adotadas pela direção do PCB e passam a considerá-las como revisão inaceitável dos princípios do marxismo-leninismo.

O PCB adere em 1958 à linha política do PCUS designada pelos dirigentes e militantes que formarão PC do B de revisionista. A partir desse fato, formam-se duas tendências políticas no interior do PCB. Uma, designada de revisionista, será vitoriosa e afastará do Comitê Central vários dirigentes do partido. A outra, auto-designada de

revolucionária, empreenderá a reorganização do Partido Comunista do Brasil em 1962. O PC do B concebe a ascensão de Krushev e a linha política adotada pelo XX Congresso do PCUS como a vitória da contra-revolução sobre o socialismo naquele país, consolidada entre 1956 e 1957.

O Comitê Central do PCB, sobretudo sua Comissão Executiva, foi acusado de atrasar proposadamente os debates sobre as resoluções aprovadas no XX Congresso do PCUS, em especial sobre o relatório secreto de Krushev. As discussões que se seguiram perduraram entre 1956 e 1957 e opuseram, sobretudo, uma corrente designada de renovadora constituída por militantes e dirigentes, inclusive membros do Comitê Central, que formaram um grupo denominado “Sinédrio” e iniciaram, à revelia da Comissão Executiva, a discussão sobre o XX Congresso do PCUS. Este grupo insistia na premência de mudanças substanciais na linha política e na composição do Comitê Central do Partido. A outra corrente, denominada de conservadora, procurava limitar a discussão ao âmbito do Comitê Central e exigia a disciplina dos militantes e dirigentes do Partido.

Nas discussões desenvolvidas entre 1956 e 1957, Agildo Barata publica um artigo intitulado: “Pela renovação e fortalecimento do partido”. Neste artigo, o histórico militante comunista sintetiza as proposições da corrente designada de renovadora, parte das propostas do “Sinédrio” será incorporada à Declaração de março de 1958. Conforme Gorender (1999) um grupo formado por Giocondo Dias, Jacob Gorender, Mário Alves, Alberto Passos Guimarães, dentre outros, foi encarregado da elaboração de uma nova proposta de orientação política para o PCB. Essa proposta foi apresentada numa reunião do Comitê Central e aprovada em março de 1958. Duas proposições da corrente renovadora apresentadas no artigo de Agildo Barata, sintomaticamente as mais criticadas pela corrente conservadora, serão incorporadas à Declaração de 1958, quais sejam: (1) a frente ampla deveria contar com a participação dos latifundiários; (2) a realidade internacional e nacional viabilizaria o caminho pacífico para a revolução brasileira.

Três medidas, tomadas pela maioria do Comitê Central com o apoio de Luís Carlos Prestes, resultaram daquela discussão. A primeira medida foi a expulsão dos principais expoentes da corrente renovadora, inclusive do membro do Comitê Central Agildo Barata. A segunda, consubstanciou-se na crítica ferrenha aos desvios sectários e dogmáticos da direção anterior que culmina na aprovação da Declaração Política de março de 1958. A terceira medida foi o afastamento dos membros do Comitê Central, considerados como os principais responsáveis por aquela orientação política: Diógenes Arruda, Maurício Grabois, João Amazonas, dentre outros.

Conforme Santos e Segatto (2007) três aspectos da política do PCB ampliavam o horizonte político do núcleo dirigente desse partido consolidado a partir de 1958. Primeiro, a análise diferenciada do capitalismo brasileiro em relação ao programa de 1954, impulsionava o PCB à valorização da democracia representativa. Segundo, a proposta de implementação de soluções positivas mediante a formação de amplas frentes pluriclassistas. Terceiro, a via pacífica da revolução brasileira.

No V Congresso do PCB realizado em 1960 a linha política adotada em 1958 será aprovada. Contudo, diversos artigos publicados na imprensa partidária denunciavam que a nova orientação política não se fundamentava numa análise marxista da realidade sócio-econômica e política brasileira, mas, tão-somente numa apologia ao capitalismo. Denunciavam, também, que a orientação política adotada desarmava o Partido para a luta revolucionária, na medida em que concebia o caminho pacífico como o único viável à revolução brasileira. Maurício Grabois, Pedro Pomar e João Amazonas serão os principais opositores da nova orientação política.

## CAPÍTULO - 4

### **4 A ORIENTAÇÃO POLÍTICA DOS PARTIDOS COMUNISTAS NO BRASIL: DA CISÃO EM 1962 À CONQUISTA DA LEGALIDADE**

Este capítulo discutirá a orientação e a prática políticas do PCB e do PC do B entre o início dos anos 1960 e 1980. A partir desse período, o movimento comunista no Brasil contou com dois partidos que se auto-intitulavam o verdadeiro representante da classe operária brasileira. As proposições desses dois partidos refletem as confrontações ocorridas no seio do movimento comunista internacional, que após as denúncias de Krushev no XX Congresso do PCUS se cindirá e jamais será reunificado. Refletindo discordâncias sobre proposições e práticas políticas, os dois partidos assumirão posturas diferenciadas sobre o governo de João Goulart e sobre o combate ao regime militar instaurado em 1964, bem como apresentarão teses divergentes sobre a revolução brasileira. Todavia, como veremos nesse capítulo ao longo dos anos 1970 e 1980, as práticas políticas desses partidos aproximar-se-ão embora eles ainda permaneçam enfrentando-se no que se refere ao caminho da revolução brasileira.

#### **4.1 O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL: DO DEBATE IDEOLÓGICO DE 1960 À CISÃO DE 1962**

Os debates sobre a orientação política do PCB foram encerrados com as decisões tomadas em 1958. Entretanto, retornaram após a convocação do V Congresso em 1960. Maurício Grabois publica o artigo “Duas concepções duas orientações políticas”. Neste, reconhece que a Declaração de 1958 conseguiu detectar alguns erros na orientação política oriunda do Programa de 1954. Observa, contudo, que os debates desencadeados a partir dos acontecimentos do XX Congresso do PCUS facilitaram a proliferação de idéias revisionistas, cujos principais divulgadores eram militantes e dirigentes do Partido que atuavam na UJC (União da Juventude Comunista), nos jornais e revistas e na Comissão Nacional de Finanças do PCB. Os propagadores dessas idéias, consoante Grabois, foram desmascarados e expulsos, no entanto, algumas teses por eles defendidas foram assimiladas e tornaram-se predominantes no Partido.

Grabois (2004) assinala que a Declaração de 1958 possuía vários méritos. Dentre os quais destaca: (1) reconheceu o desenvolvimento capitalista no Brasil com o

conseqüente fortalecimento da burguesia nacional; (2) enfatizou a necessidade da utilização dos meios legais de atuação política; (3) evidenciou que o movimento nacionalista constituía-se no embrião da frente única antiimperialista; (4) ressaltou que os comunistas deveriam ser mais tolerantes com os aliados; e, por fim, rompeu com a concepção de que o caminho brasileiro para a revolução teria que ser, exclusivamente, a luta armada.

Segundo Santos e Segatto (2007) a despeito da Declaração de março de 1958 trazer inovações relevantes à orientação política do PCB permaneceu, ainda, no campo do marxismo-leninismo, ideologia compartilhada pelas diversas tendências pecebistas. Este aspecto, consoante esses autores, inibiu a renovação radical da linha política do PCB. As observações de Maurício Grabois nos debates que antecederam o V Congresso em 1960 sobre os pontos positivos da Declaração, parecem validar a assertiva de Santos e Segatto, tendo em vista que os militantes que romperam com o PCB e “reorganizaram” o Partido Comunista do Brasil não iriam indicar aspectos positivos da nova orientação política se esta tivesse rompido completamente com o marxismo-leninismo. Esta doutrina é reivindicada pelos fundadores do PC do B como o principal instrumento ideológico à ação política dos comunistas.

Apesar de realçar todos esses méritos da Declaração de 1958, Grabois (2000 e 2004) assinala que a declaração defende uma orientação política oportunista de direita, na medida em que exagera a relevância do desenvolvimento capitalista no Brasil e orienta-se exclusivamente nele. Pomar (1980) ressaltava que, embora, deva-se reconhecer o caráter progressista do capitalismo não se deve exagerá-lo. Grabois e Pomar afirmam que a Declaração, ao se fundar no exagero do caráter progressista do desenvolvimento capitalista, concebe a burguesia nacional como uma força política conseqüente, capaz de defender, coerente e tenazmente, os interesses nacionais. Nesse sentido, a Declaração exagera a profundidade da contradição entre a burguesia nacional de um lado, e os imperialistas e latifundiários de outro, desconhecendo que aquela poderia fazer acordos com esses.

Grabois critica com veemência a inclusão dos latifundiários e de setores burgueses ligados aos interesses imperialistas rivais do imperialismo norte-americano na frente única nacionalista. Reconhece que esses setores podem participar de ações comuns contra os imperialistas norte-americanos apenas por objetivos limitados, mas, nunca participar da revolução nacional e democrática. Argumenta, também, que é inconcebível colocar na frente única antiimperialista tanto os latifundiários, quanto os camponeses como

o faziam a declaração e as teses para o V Congresso do PCB. Sobretudo, porque as teses enfatizavam que o interesse dos camponeses era: ‘liquidar uma estrutura agrária retrógrada que tem apoio na exploração imperialista’.<sup>70</sup> Assevera que a declaração subestimava a participação da pequena burguesia e dos camponeses na frente única antiimperialista.

Critica, sobretudo, a tese da Declaração que concebe a democratização como um processo permanente na vida política nacional. Assinala: “algumas liberdades existentes, fruto da continuada e árdua luta do povo, são de tal forma generalizadas e exaltadas na Declaração, que se tem a impressão que o Brasil vive numa autêntica democracia.”<sup>71</sup> Questiona, por fim, a tese do caminho pacífico para a revolução brasileira, argumentando que, na prática, a Declaração o concebe como o único caminho. Desse modo, assevera, fica sem sentido a advertência de que no caso dos inimigos utilizarem-se da violência deve-se vislumbrar a utilização de um caminho não pacífico.

Sales (2007<sup>a</sup> e 2007<sup>b</sup>) parece desconhecer ou considerar pouco relevantes os debates que antecederam o V Congresso do PCB, ao afirmar que, em meses posteriores a esse Congresso a linha política do Partido Comunista do Brasil adotada em 1958, ainda não tinha sido questionada em profundidade. A análise dos debates realizados durante o V Congresso do PCB, parece mostrar o contrário, ou seja, as críticas à orientação política da Declaração Política de março de 1958 foram de intensa complexidade e profundidade ideológica.

A Resolução política aprovada no V Congresso retoma com pequenas alterações, quiçá resultantes das críticas antes referenciadas, as teses fundamentais da Declaração Política de 1958. Reafirma o caráter progressista do desenvolvimento capitalista no Brasil, a despeito dos questionamentos de Grabois e Pomar de que esse desenvolvimento era feito em associação com o capital imperialista. Ressalta que, embora esse desenvolvimento seja adaptável à dependência ao imperialismo e à manutenção da grande propriedade fundiária, tornava-se possível um outro curso de desenvolvimento capitalista mediante a introdução das reformas estruturais. Reafirma que o desenvolvimento econômico resulta no fortalecimento da democracia e viabiliza tanto a libertação nacional da dominação imperialista, quanto o fim do monopólio da terra mediante a utilização dos meios legais de luta.

---

<sup>70</sup> Grabois, 1960. In: Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: (documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000), 2000, p. 14.

<sup>71</sup> Grabois, 1960. In: Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: (documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000), 2000, p. 16.

A democratização parece, para o PCB, um processo irreversível que alcançava quase toda a sociedade e instituições estatais. Enfatiza a Resolução:

[...], ainda que o processo eleitoral esteja submetido a restrições antidemocráticas, as massas conseguem influir na composição do Poder Legislativo e obter a aprovação de reivindicações populares e de medidas antiimperialistas. Essa tendência à democratização se reflete, igualmente, nas forças armadas, embora estas continuem a ser órgãos de repressão a serviço do Estado. Particularmente no seio do Exército desenvolve-se uma importante corrente nacionalista, que participa ativamente da luta antiimperialista e possui tendências democráticas. O Poder Judiciário não tem ficado à margem desse processo de democratização.<sup>72</sup>

A Resolução contempla, também, algumas críticas dos militantes e dirigentes que se opuseram à Declaração de 1958. Com efeito, ao contrário desta, a Resolução não inclui os latifundiários como possíveis aliados na revolução nacional e democrática. Concebe, assim, que as forças antiimperialistas e anti-feudais são constituídas pela classe operária, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional. Dentre essas classes, o proletariado representado pelo seu partido deveria assumir o papel dirigente. Conforme a Resolução as lutas desencadeadas pelas forças antiimperialistas e anti-feudais possibilitariam a conquista de um governo nacional e democrático.

A Resolução Política do V Congresso do PCB incorporou parte substancial das críticas dos dirigentes e militantes que se opunham às propostas contidas na Declaração de 1958 e nas teses para o V Congresso. Torna-se inevitável, portanto, a indagação: por que, a despeito do programa resultante do V Congresso incorporar parte das críticas dos opositores, não foi possível evitar a cisão que levou à formação do PC do B? A resposta, talvez, resida na manutenção da tese do caminho pacífico para a revolução brasileira e na mudança da denominação do partido em 1961.

Com efeito, os comunistas que formarão o PC do B reconheciam que a Resolução considerava a possibilidade de uma solução não pacífica em caso dos inimigos externos e internos recorrerem à violência a fim de impedir as transformações por meios pacíficos. Ressalvavam, entretanto, que tal assertiva carecia de qualquer sentido, uma vez que a Resolução fundamentava-se, inteiramente, na possibilidade real do caminho pacífico, tornando-o, portanto, o único caminho viável para a revolução brasileira.

---

<sup>72</sup> Resolução Política da Convenção Nacional dos comunistas (agosto de 1960). In: Carone. Vol. 2, 1982, p. 214.

Gorender, em artigo publicado na revista Estudos Sociais em 1960, ressalta que um dos pontos fundamentais da Resolução Política do V Congresso, é enfatizar o caminho pacífico para a revolução brasileira, sem dispensar a utilização da luta armada em caso de violência contra-revolucionária. Todavia, ao voltar ao tema em “Combate nas trevas”, observa que o caminho pacífico da revolução brasileira era uma tese completamente ilusória, na medida em que a burguesia nacional já era a classe dominante e vinculada ao imperialismo. Desse modo, faz uma auto-crítica extemporânea na medida em que foi um dos artífices e um dos principais defensores do caminho pacífico da revolução brasileira. Reconhece, também, que a ressalva contida na Resolução de que a utilização da violência contra-revolucionária exigiria a utilização de um caminho não pacífico, constituía-se numa afirmação ritualística. Desse modo, parece dar razão a Grabois quando afirmava que o caminho pacífico era o único seriamente considerado pelo PCB.

#### 4.1.1 As Vicissitudes da Orientação Política do PCB e do PC do B: do golpe militar de 1964 à conquista da legalidade

Apesar dessas discussões acirradas, as duas correntes ainda conviviam no seio do mesmo partido. Entretanto, o marco para a decisão de reorganizar o PC do B será a publicação em 1961, pelo órgão oficial do PCB, o jornal Novos Rumos, de um novo programa e estatuto a serem registrados junto à justiça eleitoral. Os dirigentes que discordam do novo programa e do novo estatuto alegam que estes documentos não foram apresentados durante o V Congresso do PCB. Portanto, eram ilegítimos, uma vez que não tinham sido discutidos, nem aprovados nesse Congresso. Entre as propostas incluídas no novo programa e estatuto constavam: a mudança do nome do PCB para Partido Comunista Brasileiro e a exclusão das referências ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário. Todas essas alterações foram consideradas inaceitáveis pelos dirigentes e militantes que formarão o PC do B.

Sales (2007<sup>a</sup> e 2007<sup>b</sup>) parece indicar que a disputa pelo poder no âmbito do PCB teria sido o principal motivo para a cisão que formou o PC do B. Contudo, embora a luta pelo poder não deva ser desconsiderada como um dos elementos que motivaram a cisão, deve-se considerar que o confronto ideológico e a contraposição entre formas de luta que levariam o proletariado ao poder, parecem mais relevantes. Caso a luta pelo poder ocupasse o destaque que sugere Sales, a cisão teria ocorrido logo após o V Congresso em 1960 que retirou das posições de direção os militantes que formaram o PC do B. Todavia, a

cisão somente ocorreu após a publicização dos novos programa e estatutos e da mudança do nome do partido que, segundo os militantes que formaram o PC do B, feriam as decisões do próprio Congresso de 1960.

Os militantes e dirigentes que se opõem à orientação dita reformista encaminham uma carta intitulada “Carta dos 100” ao Comitê Central do PCB, na qual os dirigentes e militantes, da auto-designada tendência revolucionária, criticavam a nova orientação política da direção do partido, tida como desvio de direita. O Comitê Central do PCB responde com a expulsão de diversos signatários da carta, dentre eles Pedro Pomar, Ângelo Arroio, Carlos Daniele, João Amazonas, Maurício Grabois, etc. Estes convocam uma conferência extraordinária que, em fevereiro de 1962, “reorganiza” o Partido Comunista do Brasil.

O manifesto-programa do Partido Comunista do Brasil, formulado na Conferência Nacional Extraordinária, que em 1962 deu origem ao PC do B, afasta-se das proposições do PCB aprovadas no V Congresso desse partido em 1960. Os dois partidos coincidem na definição de que os principais inimigos do povo brasileiro são o imperialismo norte-americano, o latifúndio e os empresários nacionais ligados a esses dois setores. Entretanto, discordam sobre as formas de luta que possibilitarão a sua derrota e sobre o tipo de governo que empreenderá a supressão dessas forças. O PC do B propõe um governo popular revolucionário, construído a partir de diversas formas de luta, inclusive a revolução. O PCB, ao contrário, propõe um governo nacional e democrático, conquistado mediante a disputa eleitoral nos marcos da legalidade constitucional.

Sales (2007<sup>a</sup> e 2007<sup>b</sup>) argumenta que o PC do B não defendeu a luta armada imediatamente após a reorganização. Afirma Sales: “Em seu *manifesto-programa*, o PC do B fala em ‘ações por conquistas parciais’, ‘campanhas eleitorais’ e de ‘luta decidida e enérgica’ contra a ditadura, [...]”<sup>73</sup> A citação literal referida por Sales é:

As ações por conquistas parciais contribuem para reforçar a organização e a unidade do povo. As campanhas eleitorais são importantes formas de atividade política [...]. Mas só a luta decidida e enérgica, as ações revolucionárias de envergadura, darão o poder ao povo.<sup>74</sup>

---

<sup>73</sup> Sales, 2007<sup>b</sup>, p. 171.

<sup>74</sup> Partido Comunista do Brasil Manifesto-Programa, mimeo, p. 18-19. Confira também: Manifesto-Programa. In: Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro – documentos do PC do Brasil, 2000, p. 40-41.

É difícil não interpretar tal formulação como uma postulação da luta armada e da violência revolucionária. A interpretação de Sales parece, portanto, desprovida de sentido. O trecho citado por Sales refere-se à conquista do “governo popular revolucionário” e não ao enfrentamento da ditadura militar, que foi instalada somente em 1964, enquanto o Manifesto-Programa do PC do B foi aprovado na Conferência Extraordinária de 1962.

O PC do B denuncia os limites da democracia nos marcos da Constituição de 1946. Enfatiza, dessa maneira, que as eleições não passam de um expediente ilusório para legitimar a preservação do poder nas mãos dos setores mais atrasados da nação e a denunciam como incapaz de promover qualquer mudança significativa no regime político existente. Pois, qualquer ação popular exigindo mudanças substanciais na estrutura sócio-econômica é respondida com a repressão violenta por parte dos setores econômica e politicamente dominantes. O PCB, por sua vez, apresenta em vários momentos, a proposição de que a democracia no Brasil permitiria a formação de um governo nacional e democrático, a fim de superar os entraves para o desenvolvimento soberano da nação.

Na situação actual do País, um governo nacionalista e democrático pode ser formado como consequência da pressão das massas trabalhadoras e populares e das correntes anti-imperialistas e democráticas no sentido de mudar a política e a composição do governo, fortalecendo e ampliando o sector nacionalista nele existente. Pode ser formado também através da mobilização das massas para alcançar a vitória dos candidatos nacionalistas e democráticos nos pleitos eleitorais.<sup>75</sup>

Ao surgir, em 1962, em face do rompimento com o PCB, o Partido Comunista do Brasil assume uma postura política diametralmente oposta àquele partido em relação ao governo brasileiro. Enquanto o PCB aproxima-se do governo Goulart, tentando, conforme Basbaum (1983), instruir esse governo, acreditando que chegaria ao poder por via pacífica, buscando ocupar cargos e posições na máquina do Estado, o PC do Brasil alia-se a Brizola e tenta organizar mobilizações populares de caráter preferencialmente político. Afirma Basbaum sobre a tática do PC do B:

Sua tática era diferente: dirigir-se às massas, levanta-las, fazê-las exigir do governo cada vez mais, cada vez novas reivindicações, mais políticas que econômicas, o que seria justo se Jango não tivesse tão claramente ameaçado pela direita.<sup>76</sup>

---

<sup>75</sup> Resolução política do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro-1960. In: PCB: vinte anos de política – 1958-1979: documentos, 1980, p. 59-60.

<sup>76</sup> Basbaum, 1983, p. 90.

Conforme Sales (2007<sup>a</sup> e 2007<sup>b</sup>), o radicalismo do PC do B no período anterior ao golpe militar era de tal ordem que: “[...] não diferenciava Goulart dos generais que preparavam o golpe. Assim, mesmo denunciando os preparativos golpistas, jamais empenharia suas forças na defesa do governo.”<sup>77</sup> Entretanto, assevera Sales a opção pela violência revolucionária somente ficará explícita no documento “O golpe militar de 64 e seus ensinamentos”, enquanto no manifesto-programa aparecem apenas eufemismos para referir-se à violência revolucionária. Nesse documento, a frente única propugnada no Manifesto-Programa transforma-se numa frente ampla, passível de incluir até filiados à União Democrática Nacional (UDN).

Após o golpe militar de 1964, o PC do B faz uma inflexão nas suas proposições políticas. Postula, desse modo, a formação de um governo nacional e democrático como alternativa ao regime militar. Contudo, a forma de luta preponderante para a derrota dos militares e a conquista desse poder, seria a luta revolucionária no campo, complementada pelas mobilizações populares nas grandes cidades. Enquanto isso, o PCB postula que a mobilização das massas urbanas complementada por reivindicações específicas dos camponeses é que possibilitaria a derrota do regime militar e a instauração do governo nacional e democrático.

Gorender (1999) critica a formulação da tática política do PC do B aprovada na resolução política da VI<sup>a</sup> Conferência de 1966. Assevera que o referido documento padece de uma dualidade tático-estratégica, na medida em que estabelece na primeira parte do documento que o partido luta por um governo democrático, representativo das forças patrióticas e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana. Conforme Gorender, a saída eleitoral é explícita nessa parte do documento, malgrado o documento refira-se à derrubada do regime militar. A segunda parte do documento, refere-se à luta popular revolucionária a fim de derrotar o regime militar e concluir a etapa democrático-burguesa da revolução. Consoante Gorender, tal formulação significa uma “justaposição de táticas diametralmente opostas”<sup>78</sup>. Consoante Gorender, o dualismo da orientação política do PC do B somente teria sido rompido em 1969, a partir do documento “Guerra Popular Caminho da Luta Armada no Brasil”.

Entre o final dos anos 60 e o início dos 70 do século passado, período de maior repressão política durante o regime militar, o PC do B organizou um movimento armado no campo que ficou conhecido como guerrilha do Araguaia. Durante e após essa ação

---

<sup>77</sup> Sales, 2007<sup>a</sup>, p. 83.

<sup>78</sup> Gorender, 1999, p. 117.

armada, segundo Löwi (2003), de inspiração maoísta, inúmeros militantes e dirigentes foram mortos, ficando o partido com uma atuação política bastante prejudicada. Somente com a incorporação da Ação Popular (AP) em 1972, organização surgida a partir da JUC (Juventude Universitária Católica), é que o PC do B alcançou alguma influência política, sobretudo, no movimento estudantil, em âmbito nacional.

#### 4.1.1.1 A Orientação Política do PCB no Período Anterior ao Golpe Militar de 1964

O PCB ao analisar a vitória de Jânio Quadros nas eleições de 1960 argumenta que, embora o governo de Jânio Quadros fosse constituído por setores reacionários e entreguistas, não seria capaz de alterar o curso da história que se encaminhava para a vitória das forças nacionalistas e democráticas. Observa, por fim, que a luta para constituir um governo nacional e democrático era inseparável das lutas por “soluções positivas”. A posse de João Goulart confirmava, consoante o PCB, que a conjuntura política favorecia os segmentos nacionais e democráticos e isolava os setores reacionários que se constituíam em um pequeno grupo tanto nas forças armadas quanto na sociedade.

Parece que a ênfase triunfalista caracterizará as análises do PCB até as vésperas do golpe militar de 1964. Esta, já é perceptível na leitura que os comunistas faziam da conjuntura política desde 1961. A visão de uma vitória iminente crescerá com a posse de João Goulart, que foi concebida como uma vitória dos segmentos progressistas e uma “derrota esmagadora” dos reacionários e entreguistas. Ao lado do viés triunfalista de suas análises consolida-se uma tática que parecia confusa, na medida em que, concomitantemente, os comunistas apóiam o governo Goulart e o submetem a uma constante pressão em favor das reformas. Contudo, essa tática, apesar de passível de gerar confusão, parece bem fundamentada no programa aprovado no V Congresso do Partido em 1960. Isto parece transparecer com nitidez nos escritos do PCB.

[...] é necessário utilizar os choques entre os dois setores das classes dominantes e realizar uma justa política de frente única com a burguesia ligada aos interesses nacionais. [...], as forças mais firmes da frente única – principalmente a classe operária – devem, no processo da própria luta travada contra o imperialismo e seus agentes, denunciar e combater as concessões que o setor da burguesia representado pelo Presidente Goulart faz às forças pró-imperialistas e reacionárias.<sup>79</sup>

---

<sup>79</sup> Resolução política dos comunistas (dezembro de 1962). In: Carone. V. 02, 1982, p. 255

Segatto (1995) argumenta que o PCB concebia o desenvolvimento capitalista no Brasil como intrinsecamente progressista, sobretudo o capitalismo de Estado, constituindo-se, assim, em obstáculo à dominação imperialista no Brasil. Diante dessa caracterização, surge como corolário a configuração supostamente progressista do Estado brasileiro. A partir dessa caracterização do Estado o PCB o privilegiará como o *locus* por excelência para a formação e consolidação da frente única. Ao assim proceder, o Partido irá mascarar a natureza inerentemente autoritária da configuração estatal erigida com a Constituição de 1946 e justificará o desprezo do PCB em relação às instituições da democracia representativa, em especial o parlamento. Com tal análise, assevera Segatto, o Partido se aproximará do Executivo e tentará, a partir dele, constituir a frente única.

No período anterior ao golpe militar de 1964 o PCB parecia ter certeza da correção da sua orientação política. Considerava, ainda, que as proposições aventadas nela seriam plenamente realizadas num período de tempo relativamente curto. Tal certeza, talvez resultasse das grandes mobilizações populares ocorridas tanto para assegurar a posse de João Goulart, quanto em apoio às reformas de base. Essas mobilizações seriam capazes de suprimir os óbices às reformas de base e forçar o governo Jango a implementá-las.

O PCB assumia, assim, uma postura ufanista que destoava da realidade política vivenciada naquele momento, a qual se fundava na preparação para o desfecho golpista seja das forças que apoiavam o governo Jango ou das forças reacionárias e conservadoras. Apesar da iminência de um golpe das forças reacionárias o PCB, conforme Gorender (1999), não se preparou para a atuação política na ilegalidade, não alertou os setores populares para a defesa da legalidade e, tampouco, aventou a possibilidade de se defender da violência contra-revolucionária por caminho não pacífico.

Ao contrário, parecia supor que apenas as mobilizações populares seriam capazes de desencorajar os golpistas de direita e impor as reformas estruturais. Caso a direita tentasse o golpe militar, os setores democráticos e nacionalistas das forças armadas a derrotaria militarmente. Portanto, nada precisava ser feito para resistir por caminho não pacífico ao golpe, contrariando o que era expresso no Programa aprovado em 1960. Parece, desse modo, dar inteira razão aos militantes e dirigentes comunistas que criticavam a Declaração Política de 1958 e o programa de 1960 de idealizarem um caminho róseo e sem atropelos para a revolução brasileira.

O PCB tinha uma dupla confiança as quais se mostraram exageradas. A primeira, na mobilização popular para a conquista das reformas estruturais. A segunda, na ação dos setores nacionalistas e democráticos das forças armadas para debelar qualquer tentativa de

golpe. Portanto, não se preparou, nem aos seus aliados para a luta por meios não pacíficos, caso esses se tornassem inevitáveis. Parece ter desperdiçado, assim, a oportunidade de tentar fazer a revolução quando parecia existir uma situação pré-revolucionária.

Conforme Gorender (1999), o PCB pegou em armas no momento errado e deixou de fazê-lo no momento em que a luta armada parecia viável. Pode-se afirmar, desse modo, que caiu no expectativismo de que o seu programa se auto-realizaria a partir da liderança de Goulart. Prestes afirmava, às vésperas do golpe militar de 1964, que o presidente João Goulart se conscientizara que deveria assumir a liderança da revolução nacional e democrática.

Segatto (1995) afirma que o PCB, no período anterior ao golpe, atuou politicamente de forma sectária e dogmática contrariando a orientação política do V Congresso. No entanto, a atuação política dos comunistas parece ter sido conduzida mais pelo triunfalismo do que pelo esquerdismo. Argumento que tal assertiva parece plausível a partir da seguinte constatação: o PCB avaliava que a conjuntura política confirmava a correção da sua linha política e, em virtude disso, procurava mediante as mobilizações populares levar às últimas conseqüências a implementação das reformas estruturais.

Para tanto, questionava as soluções de compromisso e de conciliação do governo Jango com os setores reacionários e entreguistas que, dentro e fora do governo, tentavam impedir a implantação das reformas de base propugnada pelo PTB, as quais coincidiam com o programa de soluções positivas do PCB.

Talvez se explique, assim, os ataques sistemáticos que o Partido Comunista Brasileiro dirigia ao governo Jango. No momento em que o Partido considerou que João Goulart seria o líder da revolução democrático-burguesa os ataques cessaram e o PCB passou a apoiar inteiramente as medidas anunciadas pelo governo. Desse modo, parece que o PCB agia em conformidade com o programa de 1960, quando pressionava o governo para implementar o programa de soluções positivas que impulsionaria a revolução nacional e democrática. Deve-se observar que o programa de 1960 considerava as mobilizações populares como o instrumento fundamental da revolução.

Os ataques do PCB ao governo Jango eram ácidos. Isto acontecia por que o Partido considerava que, a despeito do passado progressista de João Goulart e do apoio que dera à sua posse, aquele permanecia insensível aos apelos dos comunistas a fim de que pusesse em prática o conjunto de soluções positivas apresentado pelo Partido. Desse modo, radicalizava nas manifestações populares e criticava veementemente o governo Jango, na medida em que este discursava em favor das reformas propugnadas pelo PTB, que

coincidiavam com as propostas dos comunistas, mas não se empenhava seriamente no sentido de implementá-las.

O argumento que enfatiza a não-aplicação do programa de 1960 parece não se aplicar à atuação política do PCB no período anterior ao golpe. Ao contrário, a não aplicação do programa provavelmente consubstanciou-se na falta de preparação a fim de encaminhar a luta pela revolução nacional e democrática por meios não pacíficos, como propugnava o Programa, embora o caminho pacífico fosse o preferido. Pode-se argumentar, portanto, que, ao não atentar para a aplicação da tese que indicava a possibilidade de um caminho não pacífico, o PCB descurava do programa de 1960. Permitia, assim, aos comunistas que formaram o PC do B reputarem como verdadeira a denúncia que faziam de que a ressalva ao caminho pacífico carecia de qualquer substância prática.

Talvez a tese acima esboçada torne-se plausível quando se observa que o PCB cumpria a tese do programa que propugnava a mobilização popular como instrumento para incrementar as reformas estruturais. Apesar do PCB superestimar a capacidade do movimento popular naquele momento, isso não implicava na subestimação da tese do caminho pacífico para a revolução, na medida em que essa tese não afastava a possibilidade das mobilizações populares, ao contrário, as pressupunha. Ao superestimar a capacidade das mobilizações populares, o PCB ficou na expectativa de que apenas elas ensejariam que os representantes da burguesia nacional implementassem as reformas aludidas e, simultaneamente, derrotariam as forças reacionárias e entreguistas. Em certo sentido, o PCB considerava que as forças reacionárias foram irremediavelmente derrotadas a partir da posse de João Goulart e do plebiscito que restabeleceu o presidencialismo.

Dessa forma, a atuação política do PCB visava fazer avançar as forças conciliadoras e vacilantes da burguesia nacional para o campo da revolução nacional e democrática. Como as análises do Partido concebiam a iminência da vitória, carecia de sentido a aceitação do retorno, mediante a via eleitoral, dos setores do PSD (Partido Social Democrático), através de uma nova eleição de Juscelino Kubitschek, vistos como mais conservadores e vacilantes do que o governo Goulart. Portanto, quando setores do próprio governo vislumbravam uma saída extra-constitucional para assegurar um novo mandato a João Goulart, não fazia sentido o PCB apegar-se à saída constitucional quando o próprio governo preferia o caminho oposto.

A crítica que se pode endereçar ao PCB é a de não ter se preparado e de não ter alertado os setores do governo que propunham essa alternativa para a luta por meios não

pacíficos. A saída “extra-constitucional” significava reformar a Constituição a fim de permitir a reeleição de João Goulart, a qual permanecia no âmbito do caminho pacífico. Essa mudança certamente poderia ser interpretada como casuística, mas não como inconstitucional, como parece interpretar Segatto (1995).

#### 4.1.2 A Orientação Política do PC do B no Período Anterior ao Golpe Militar de 1964

Os signatários da “Carta dos 100” observam que os estatutos do PCB no seu artigo 32, vedavam ao Comitê Central o direito de fazer as modificações que empreendera, ou seja, modificar o nome do Partido, re-elaborar o programa e re-escrever os estatutos. Estas atribuições eram exclusivas dos seus Congressos. Afirmava o artigo 32 dos estatutos do PCB: “[...] as decisões do Congresso são obrigatórias para todo o Partido e não podem ser revogadas, no todo ou em parte, senão por outro Congresso [...]”,<sup>80</sup>.

Asseveram, também, que a mudança do nome era irrelevante para a obtenção do registro eleitoral e significava a formação de um novo partido com um programa menos avançado do que os programas do PTB e do PSB partidos, respectivamente, da burguesia nacional e da pequena burguesia.

Dessa forma, solicitavam ao Comitê Central que revogasse as decisões tomadas ou convocasse um Congresso Extraordinário a fim de decidir sobre as mudanças referenciadas. Como nenhuma dessas medidas foi tomada, reuniram-se numa Conferência Extraordinária e formaram o PC do B.

O manifesto-programa aprovado na Conferência Extraordinária que estruturou o PC do B, mantendo a denominação: Partido Comunista do Brasil, ressaltava que os principais problemas que afetavam a sociedade brasileira eram: a dominação imperialista; a monopolização crescente da propriedade fundiária e a concentração de riquezas nas mãos de um pequeno grupo de grandes capitalistas associados ao imperialismo e aos latifundiários. Observa, também, que ocorreu um relativo desenvolvimento capitalista no Brasil, com a introdução de indústrias de bens de produção e bens de consumo duráveis.

Todavia, esse desenvolvimento econômico, além de elevar a penetração do capital imperialista no país e manter inalterada a estrutura agrária, acentuou as desigualdades sociais e regionais. Tal estrutura refletia-se na superestrutura jurídica e política. Assim, as

---

<sup>80</sup> Carta dos 100. In: Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000, 2000. P. 23-24.

instituições estatais serviam aos interesses dos grupos referenciados e se voltavam para limitar as lutas dos operários e camponeses contra a exploração vigente.

Verificava, ainda, que havia uma aparente democratização da vida política nacional, mediante a qual os governos podiam apresentar-se como governo de todo o povo. Contudo, as eleições não conseguiam exprimir a vontade da maioria, tendo em vista que o direito de voto era restrito e as eleições eram decididas mediante grandes inversões de recursos. A própria Constituição de 1946 assegurava, sobretudo, os interesses dos exploradores. Assegurava, também, que o regime em funcionamento impedia a realização de quaisquer reformas. Estas, embora fossem prementes, não poderiam ser realizadas por um governo eleito nos marcos institucionais oriundos da Constituição vigente.

Dever-se-ia, então, instaurar um novo regime que representasse os interesses dos operários, dos camponeses, da pequena burguesia urbana, dos pequenos e médios empresários e demais setores progressistas. Para isso, se tornava um imperativo afastar do poder os representantes do imperialismo, do latifúndio e dos monopólios e estruturar-se um governo popular revolucionário.

Em agosto de 1964 a Comissão Executiva do PC do B faz uma análise sobre o golpe militar, na qual reconhece que sob o governo Goulart havia uma relativa liberdade política; os movimentos sindical e popular se expressavam mediante diversas formas de luta e reivindicavam reformas, as quais o governo de João Goulart acenava com a possibilidade de implementá-las. Consumado o golpe militar a repressão abatera-se violentamente sobre os sindicatos e demais movimentos populares.

Dentre as lições a serem tiradas do golpe militar, a Comissão Executiva do PC do B realça a falência da tese do caminho pacífico da revolução brasileira. Assevera que tal caminho seria desejável, no entanto, tornava-se inviável em virtude da violência contra-revolucionária do imperialismo, do latifúndio e dos monopólios e seus representantes nas forças armadas.

Outra lição a ser tirada do golpe militar de 1964, segundo a CE do PC do B, era que a burguesia nacional e os seus apêndices na classe operária, o Partido Comunista Brasileiro e os sindicatos orientados pelo PTB, eram incapazes de completar a revolução nacional e democrática. Ao justificar essa assertiva, a Comissão Executiva assinala que aqueles setores dirigiram uma frente ampla nacionalista e democrática e, mediante uma orientação incorreta, facilitaram a derrota das forças populares, nacionalistas e democráticas. Desse modo, a burguesia nacional-reformista liderada pelo presidente João Goulart não tinha condições, nem intenção, de liderar a revolução brasileira.

Talvez seja válido indicar que o PC do B, ao interpretar que ocorreu um relativo desenvolvimento capitalista no Brasil, volta-se para compreender como se comporta os setores da burguesia oriundos dele, respectivamente, a burguesia monopolista, a burguesia nacional-reformista e a burguesia nacional-radical. Nesse sentido, parece indicar que o setor mais radical da burguesia nacional, cujo representante típico era Leonel Brizola, poderia assumir esse papel. No entanto, a direção da luta revolucionária deveria caber, sobretudo, ao proletariado em aliança com os camponeses, através do seu partido de vanguarda. Conforme o PC do B a burguesia nacional-reformista:

Quer solucionar os problemas cruciais da nação, gradativamente, por intermédio das reformas, sem romper inteiramente com o imperialismo e o latifúndio. A direção de Goulart expressava com bastante nitidez esse caráter dúplice da burguesia. Toda sua política revelava a vã tentativa de conciliar os interesses nacionais com a dominação dos monopólios norte-americanos e com a manutenção do atual sistema de propriedade da terra.<sup>81</sup>

Ressalta que a orientação do PC do B revelou-se inteiramente correta, apesar do Partido não possuir influência capaz de contrabalançar a orientação pacifista do PCB. Enfatiza, também, que cometeu alguns desvios sectários que prejudicaram sensivelmente a sua influência política. Dentre os principais desvios destaca: (1) descaso com o trabalho nas organizações sindicais reformistas; (2) pouco contacto com as correntes democráticas e nacionalistas; e, (3) exagero nos ataques ao governo Goulart. Ainda no documento, “O golpe de 1964 e seus ensinamentos”, a CE do Comitê Central do PC do B denuncia que o regime militar suprimiu diversos princípios democráticos da Constituição de 1946. Apesar dessa supressão, pretendia aparentar que o regime democrático ainda estava em funcionamento. Dentre os princípios suprimidos destaca o sufrágio universal, direto e secreto para a escolha do presidente da República, governadores e dos prefeitos das capitais.

#### 4.1.2.1 A Orientação Política do PCB no Período Posterior ao Golpe Militar de 1964

No VI Congresso do PCB em 1967 foi feita uma avaliação na qual se ponderava que a orientação política do V Congresso do Partido, não fora aplicada corretamente no período que antecedeu o golpe militar de 1964. Apesar de todo o debate político e

---

<sup>81</sup> O golpe de 1964 e seus ensinamentos. In: Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000, 2000. P. 69.

ideológico que precedera o V Congresso e que resultara na aprovação da linha política esboçada com a Declaração de março de 1958, o PCB não persistira no combate às tendências sectárias e dogmáticas que permaneceram nas fileiras partidárias. Em virtude disso, não fizera a aplicação coerente daquela orientação, ao contrário, afastara-se dela. Este afastamento teria ocorrido, sobretudo, após a posse de João Goulart na presidência da República.

O Partido não entendera que o governo Goulart teria que ser um governo de compromisso com as forças reacionárias. Dirigira, erroneamente, os ataques contra o governo no momento em que setores da frente única nacionalista chegavam ao poder e tomavam medidas políticas positivas, como o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética e a tolerância com as mobilizações populares. O abandono da linha política do V Congresso completara-se, quando: “[...], ao invés de continuar acumulando forças, procurávamos precipitar os acontecimentos e exigíamos das forças aliadas ações que não correspondiam à correlação de forças no momento.”<sup>82</sup>

O PCB compreendia que aliada à orientação esquerdista existia, também, tendências oportunistas de direita. Conforme as discussões travadas no VI Congresso, as posições direitistas do Partido vislumbravam-se nos seguintes aspectos: (1) ilusões quanto ao papel a ser desempenhado pela burguesia nacional e o dispositivo militar; (2) o Partido não se preparara, tampouco preparara as massas para as formas de luta não pacífica, transformando o caminho pacífico num processo revolucionário sem choques ou conflitos; (3) espontaneísmo na construção do partido e liberalismo nas normas que deveriam reger a organização partidária; (4) limitar a atividade de massas apenas às organizações sindicais. Interpreta, entretanto, que os desvios direitistas não ocasionaram os erros cometidos na aplicação da linha política do V Congresso. Dessa maneira, acrescenta:

No fundamental, os erros que cometemos na aplicação da linha política do V Congresso decorreram de uma posição subjetivista, da pressa pequeno-burguesa e do golpismo, que nos levaram a crer na vitória fácil e imediata, a contribuir, com nossa atividade política, para precipitar os acontecimentos, sem que existissem condições que pudessem assegurar a vitória da classe operária e das forças nacionalistas e democráticas.<sup>83</sup>

Considero válido argumentar que, ao contrário do que postula o próprio PCB e as análises políticas sobre aquele período, a atuação desse partido não foi esquerdista. Em vez

---

<sup>82</sup> VI Congresso do P.C.B. (dezembro de 1967). In: Carone. V. 03, 1982, p.51.

<sup>83</sup> VI Congresso do P.C.B. (dezembro de 1967). In: Carone. V. 03, 1982, p.54.

disso, parece ter sido coerente ao lutar pelas reformas estruturais, na medida em que se tornava pouco plausível a revolução nacional e democrática mediante o caminho pacífico sem as reformas aludidas. Foi coerente, também, em combater a política de conciliação do governo Jango com as forças reacionárias e entreguistas. A permanência dessas forças no governo dificultaria, sobretudo, a consolidação do processo revolucionário. O erro mais sério do PCB parece ter sido o de não se preparar, não organizar os segmentos populares que seguiam suas orientações para a luta por caminho não pacífico e, tampouco, alertar os setores nacionalistas que apoiavam o governo para a inevitabilidade da resistência armada em caso de golpe militar.

Conforme Gorender (1999) após o golpe militar, muitos militantes comunistas foram às sedes do partido em busca de orientação e eram induzidos à passividade. O Comitê Central do PCB aguardava o pronunciamento do comandante do II Exército, general Amaury Krueel que, segundo dizia, iria pôr fim ao levante militar. O general se pronunciou favoravelmente ao golpe.

O trágico da situação política do PCB no período posterior ao golpe militar de 1964, é que os dois principais formuladores da Declaração de 1958 e defensores tenazes da orientação aprovada no V Congresso: Jacob Gorender e Mário Alves foram expulsos do Partido, acusados de ações fracionistas. Gorender passou a defender que a tese do caminho pacífico para a revolução brasileira era uma proposição completamente equivocada e, juntamente com Mário Alves, formará o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). A impossibilidade do caminho pacífico para a revolução brasileira explicar-se-ia, consoante Gorender, por que à burguesia nacional não interessava participar da revolução nacional e democrática. A despeito dessa conclusão de dois dos principais formuladores da Declaração Política de março de 1958, o PCB reafirma no VI Congresso a correção da linha política aprovada em 58. Essa decisão valida o postulado do institucionalismo histórico sobre as dificuldades em se empreender mudanças institucionais.

A resolução política aprovada no VI Congresso compreende, ainda, que o regime militar era transitório e que, mediante a mobilização popular, seria possível derrotá-lo num tempo relativamente curto. Nesse sentido, o Partido deveria priorizar as suas ligações com as massas populares a fim de conquistá-las para ações unitárias contra a ditadura militar. Sustenta, ainda, que aventar a luta armada como única forma de luta para derrotar o regime militar implicava em isolar-se das massas populares e tornar-se impotente para derrotar a ditadura. Essa análise mostrou-se correta no que tange à crítica das ações armadas contra o

regime militar como inconseqüentes, entretanto, mostrou-se equivocada quanto ao prognóstico da transitoriedade do regime militar.

A Resolução política de 1967 propõe, também, que no enfrentamento ao regime militar dever-se-ia combinar formas legais de luta com formas ilegais. Portanto, os comunistas deveriam estar preparados e preparar as massas, além de alertar os demais setores da frente anti-ditatorial para essa possibilidade. Essa discussão parece extemporânea, o significado dela parece radicar na tentativa do PCB em se redimir dos equívocos cometidos no período anterior ao golpe quando não se preparou para aquela eventualidade.

A preparação sugerida parecia impraticável num momento em que o Partido criticava as ações de enfrentamento armado com o regime militar, o qual se consolidava cada vez mais. Com efeito, embora heróicas, nenhuma das tentativas de enfrentamento armado à ditadura militar foi bem-sucedida. Após a derrota das guerrilhas urbana e rural, o regime militar se consolida com a retomada do crescimento econômico, processo conhecido como “milagre brasileiro”. Somente com a crise econômica iniciada em 1973, e com a eleição do general Ernesto Geisel em 1974 é que se inicia a liberalização do regime.

Os momentos de crescimento vivenciados pelo PCB no início dos anos 60, decorrentes da sua atuação em favor das reformas estruturais; seguido da crise que o assolou em virtude do despreparo para enfrentar o golpe militar de 1964, tornaram sua atuação política problemática. Desse modo, ao contrapor-se à luta armada como forma precípua de enfrentamento ao regime militar, perderá inúmeros militantes e dirigentes para as organizações que proliferam naqueles anos a fim de desencadear a luta armada. Além de Jacob Gorender e Mário Alves que, conjuntamente com Apolônio de Carvalho, formarão o PCB. Carlos Marighella abandonará o partido e fundará a Aliança Libertadora Nacional (ALN) e iniciará a guerrilha urbana no Brasil.

Assim, inconformados com a orientação política do partido, vários militantes abandonaram as fileiras do PCB. Estes, entrarão para o PC do B ou formarão outras organizações de guerrilha urbana como o Movimento Revolucionário – 8 de outubro (MR-8), em homenagem a data da morte de Che Ghevara. Após a derrota da guerrilha urbana, muitos dos militantes que abandonaram o partido retornarão às suas fileiras. Este retorno foi analisado pelo PCB como a demonstração da correção da linha política aprovada no VI Congresso em 1967.

A derrota dos diversos grupos que preconizavam a inevitabilidade da luta armada para derrotar o regime militar e, o conseqüente regresso de vários militantes que deixaram

o partido a fim de aderir a essa luta, será interpretado doravante como a prova da correção da linha política do PCB. A certeza da correção da sua linha política e a fragmentação de todos os grupos que enveredaram pela luta armada é tão significativa que parece o tornar autoconfiante. Explica-se, assim, a alusão que faz em 1972 aos membros do Comitê Central, expulsos em 1967 acusados de atividades fracionistas.

Além dessa alusão, faz referência ao Partido Comunista do Brasil único partido originado de cisões do PCB que não adentrou às ações armadas urbanas, interpretando-as, também, como aventureirismo. Como primeira organização que se desligou daquele partido criticando a tese do caminho pacífico, o PC do B organizou no final dos anos 60 e início dos anos 70 a experiência de guerrilha rural, designada de “guerrilha do Araguaia”. A derrota, também dessa ação guerrilheira, faz com que o Partido Comunista Brasileiro afirme num documento de maio de 1972: “Como se sabe, os ‘maoistas’ procuraram dividir o nosso partido e apoiaram os fracionistas na organização de um pretense ‘Partido Comunista do Brasil’, que por seu aberto anti-sovietismo foi repudiado pelos trabalhadores e hoje nada representa”.<sup>84</sup>

O Partido Comunista Brasileiro parece evitar o uso da expressão marxismo-leninismo, substituindo-a muitas vezes apenas pela expressão leninismo, talvez por associar aquela expressão ao stalinismo, criticado no relatório Krushev. Em 1971 um editorial do jornal Voz Operária observa que tanto o Comitê Central quanto a sua Comissão Executiva deveriam se capacitar para realizar um trabalho de direção de estilo leninista. Em 1973, o PCB refere-se à política leninista de coexistência pacífica. O uso parcimonioso da expressão marxismo-leninismo, comum nas análises do partido anteriores a 1958, talvez se vincule, também, à tentativa de conciliar a convivência de teses conflitantes no interior do partido.

Os conflitos no âmbito do Comitê Central do PCB somente irão aflorar no final dos anos 1970. Prestes parece ser o dirigente do PCB que mais se refere ao termo marxismo-leninismo. Em 1971 faz uma análise da atuação política do Partido em que se remete à necessidade de se aprender com as experiências de construção do socialismo em outros países, sem a transposição mecânica dessas experiências para a realidade brasileira. Assinala que:

[...], como marxistas-leninistas, internacionalistas, portanto, não podemos deixar de estudar com proveito as experiências da classe operária e demais forças revolucionárias em todo o mundo. [...]. Mas,

---

<sup>84</sup> A luta revolucionária dos comunistas brasileiros (maio de 1972). In: Carone, v. 03, 1982, p. 133.

como advertia Lenine, é indispensável na aplicação dos princípios fundamentais do comunismo, tomar em consideração as particularidades específicas de cada nação.”<sup>85</sup>

Na resolução de organização de dezembro de 1975 o Comitê Central do PCB assinala que a superação dos erros e debilidades do partido tem como premissas o conhecimento da sua história, além da de outros partidos comunistas e o estudo constante do marxismo-leninismo. Em agosto de 1977, Prestes endereça uma carta ao partido na qual já se vislumbra, com certa sutileza, algumas críticas que somente se agudizaram com o retorno do Comitê Central em 1979. Nessa carta, Prestes sugere que o Partido Comunista Brasileiro assumira com o discernimento necessário, os erros por ele cometidos cujas conseqüências facilitaram a vitória do inimigo em 1964 e os golpes desfechados contra o partido em 1974 e 1975.

A Comissão Executiva do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro interpreta em 1978 a proposta do regime militar de re-instaurar o pluripartidarismo como errônea. Observa que a sua implementação dividiria a oposição e facilitaria a vitória do partido governista. Apesar disso, assevera que o PCB sempre foi favorável ao pluripartidarismo como condição essencial ao exercício da democracia no Brasil. Entretanto, a CE não pára nessa interpretação, concebe que o pluripartidarismo é, também no Brasil, o caminho primaz para a construção do socialismo. Reafirma, portanto, a tese da transição por meios democráticos ao socialismo, preconizada desde a Declaração de março de 1958.

Numa entrevista concedida ao Jornal do Brasil em fevereiro de 1980, três membros do Comitê Central do PCB – Giocondo Dias, Salomão Malina e Hércules Corrêa – apresentaram as tese centrais do Partido Comunista Brasileiro e as controvérsias deles com Luís Carlos Prestes. Enquanto Prestes sustentava que os comunistas deveriam estar preparados para adotar a luta armada caso as condições fossem favoráveis, os dirigentes referenciados insistiam que a luta armada não deveria constituir-se em questão de princípios para o PCB. Argumentam, também, que não vêem plausibilidade na tese da luta armada para a construção do socialismo no Brasil, seja naquele momento ou num futuro previsível.

Discordam, ainda, da proposta feita por Prestes da estruturação de uma frente de esquerda para combater o regime militar. Outra proposição de Prestes, a da convocação da

---

<sup>85</sup> Prestes, Luís C. Aspectos da luta contra o subjetivismo no 49º aniversário do P.C.B. (março de 1971). In: Carone, v. 03, 1982, p. 110.

Assembléia Constituinte apenas com o fim do regime militar parece diferente da proposição dos demais dirigentes do PCB. Para estes, os requisitos que deveriam preceder a convocação da Assembléia Constituinte eram: “[...] anistia ampla, geral e irrestrita; liberdade de organização partidária para todas as correntes políticas; revogação de todas as leis que impedem a livre manifestação do pensamento.”<sup>86</sup>

Assinalam, também, que o movimento de liberalização do PCB originava-se de impulsos inerentes ao partido. Asseguram que o contato com os partidos comunistas europeus contribuíra apenas para ampliar os seus conhecimentos. Portanto, as mudanças que ocorriam no PCB não eram mera cópia do que se passava com os partidos congêneres na Europa. Em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em abril de 1981, Giocondo Dias assegura que o PCB luta pelo socialismo e pelo estabelecimento da sociedade comunista. Adverte, ainda que, como seguidores do marxismo, os comunistas sabem que não há modelos a serem seguidos para a construção da sociedade sem classes.

Assim, serão as peculiaridades históricas e culturais da sociedade brasileira que definirão os traços desta nova sociedade. Reafirma que a sua conquista deverá respeitar os marcos da democracia representativa, da qual os comunistas não possuem uma visão meramente tática, ao contrário, consideram-na a via privilegiada para a nova sociedade, ou seja, esta deverá ser pluralista e democrática.

#### 4.1.2.2 A Orientação Política do PC do B no Período Posterior ao Golpe Militar de 1964

Na VI Conferência do PC do B realizada em 1966, a primeira após a Conferência Extraordinária que fizera a alegada reorganização do partido, definiu-se que a derrota do regime militar exigia a formação de uma ampla união dos democratas, patriotas e progressistas. Nesse sentido, o partido reivindicava a formação de um governo provisório, a fim de convocar uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana. Nesta Conferência, o partido aprova uma Resolução com o título: “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”. Argumenta que os militares pretendiam tornar permanente o regime originado com o golpe de 1964. Assevera que os setores democráticos e populares demonstravam tenacidade no enfrentamento ao regime militar, na medida em que os estudantes promoviam passeatas e entravam em choque com

---

<sup>86</sup> Jornal do Brasil, 03-02-1980. In: Carone, v 03, 1982, 260-261.

as forças repressivas e as correntes democráticas dos antigos partidos políticos se uniam para combater os militares no poder.

Verifica, também, que as forças que apoiaram o golpe estavam divididas. Dessa forma, personagens importantes na vida política nacional como Carlos Lacerda, Ademar de Barros e Magalhães Pinto, dentre outros, divergiam publicamente da orientação política e econômica do regime militar. Todavia, a despeito de fazerem oposição ao regime militar e, assim, contribuírem para a sua derrota, assinala a Resolução da VI Conferência do PC do B, o interesse deles não era a estruturação de um regime democrático e de governos sensíveis aos interesses nacionais. As divergências entre os setores golpistas recrudesciam em virtude, também, da sucessão presidencial e da escolha dos governadores. Conclui: “A conjuntura nacional é extremamente instável. Podem advir golpes militares, novas medidas de perseguição a patriotas e adversários do governo e conflitos de maior profundidade, mesmo armados.”<sup>87</sup>

Na Resolução da VI Conferência, o PC do B assevera que a única forma de resolver a crise que grassava no Brasil era a revolução, entretanto, realça que, dadas as condições políticas pós-golpe militar, a tarefa imediata era unir as forças democráticas e patrióticas para o enfrentamento com o regime militar a fim de que as liberdades democráticas fossem restabelecidas. Dever-se-ia, também, instaurar um regime capaz de empreender transformações progressistas no país. Para isso, fazia-se necessário criar um movimento popular de dimensões amplas a fim de que apoiado na frente única de democratas e patriotas, dificultar a implantação de políticas anti-nacionais e derrotar o regime militar.

Todas as formas de luta deveriam ser empregadas para a consecução desse objetivo, inclusive a formação de grupos armados de autodefesa. No entanto, os atos aventureiros que contribuíssem para isolar os revolucionários do movimento popular deveriam ser evitados porque facilitariam as perseguições das forças reacionárias aos revolucionários. Essa análise guarda alguma relação com a feita pelo PCB, na medida em que concebe que as lutas de massas derrotariam o regime militar, mas, ao incorporar a preparação para enfrentamentos armados com as forças reacionárias mostra-se diametralmente oposta às proposições do Partido Comunista Brasileiro.

As proposições da VI Conferência são essencialmente táticas, ou seja, não discutem sobre os instrumentos para a revolução nacional e democrática, e sim a luta para

---

<sup>87</sup> União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista. In: Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000, 2000. P. 101.

a derrota do regime militar e a reconquista das liberdades democráticas. Todavia, o PC do B parece não descuidar da sua estratégia, assim, publica em 1968 um documento designado de: “Alguns problemas ideológicos da revolução na América Latina”. Neste, discute as diferentes teorias sobre a revolução nesse Continente e reafirma o caráter nacional e democrático da revolução. Observa que existe uma teoria autenticamente marxista fundamentada no marxismo revolucionário de Marx, Engels, Lênin, Stálin e Mao Tstung e uma teoria revisionista e falsamente revolucionária, fundamentada nos postulados de Kautsky, Bernstein, Kruschew e Togliatti. Nesse sentido, o documento do partido Comunista do Brasil procura vincular o que designa de revisionismo contemporâneo com o oportunismo e o revisionismo combatido por Lênin e Rosa Luxemburg entre o final do século XIX e o início do século XX. Interpreta como falsas, também, as teorias de esquerda fundamentadas nos postulados de Fidel Castro, Che Guevara e Trotsky.

O designado revisionismo teria iniciado com as teses Bernstein no final do século XIX. Com efeito, Bernstein (1966; 1997) desenvolve duas argumentações que, segundo ele, demonstram a inadequação das proposições marxistas para orientar a ação política da social-democracia alemã no final do século XIX e início do século XX. A primeira desqualifica a tese da pauperização crescente do proletariado. A segunda questiona a validade do postulado da redução do número de capitalistas, em virtude da concentração e da monopolização da produção e circulação de mercadorias. Essas duas argumentações visam estabelecer que o objetivo final do proletariado, o qual consiste na sua ascensão ao poder político, nada tem de significado especial, enquanto a sua luta cotidiana em prol de reformas políticas e sociais é tudo que a classe operária pode aspirar. Isto por que, a crise geral do capitalismo não ocorrera, ao contrário, o capitalismo mostrava uma vitalidade não prevista por Marx e Engels. As proposições revisionistas teriam sido retomadas, conforme o PC do B, a partir do XX Congresso do PCUS.

Assinala o documento acima referenciado, que existiam duas situações sócio-econômicas contrastantes no Brasil e demais países da América Latina. A primeira, das grandes cidades e metrópoles, nas quais os setores populares vivenciavam diversos sacrifícios, ainda assim, possuíam acesso a alguns serviços essenciais que minoravam sua condição de excluídos sociais como saúde, educação e alguma assistência social. A segunda, do interior, onde a população habitava em pequenos vilarejos e cidades e era desprovida de qualquer atenção, proliferando a miséria extrema ao lado da opulência de alguns latifundiários, em geral, absenteístas. Existia, também, uma revolta surda contra tal situação.

Desse modo, assevera que o interior constituía-se no terreno essencial para o desencadeamento da revolução nacional e democrática, cujo evoluir deveria contar, também, com mobilizações de massas nas grandes cidades e metrópoles, confluindo ambas para a derrota do imperialismo, do latifúndio e da burguesia monopolista.

Apesar da revolução na América Latina, no documento sobre os problemas ideológicos da revolução nesse continente, ser caracterizada como nacional e democrática, constituía-se numa revolução de novo tipo, cuja perspectiva central era a transição ao socialismo. Assim, deveria ser dirigida pelo proletariado em aliança com os camponeses. Estas eram as classes verdadeiramente revolucionárias das sociedades latino-americanas. Assevera:

Postular o socialismo como tarefa da atual etapa da revolução é entrar o avanço do processo revolucionário porque restringe grandemente o campo das forças revolucionárias e facilita a ação dos inimigos do povo. Significa negar o papel dos camponeses.<sup>88</sup>

A visão etapista da revolução socialista, sustentada pelo Comintern e pelos partidos comunistas, fundamenta-se nos postulados de Lênin sobre a revolução na Rússia. Com efeito, Lênin, ao analisar a revolução russa de 1905, considerava esta deveria desenvolver-se em duas etapas: a primeira, democrático-burguesa e a segunda, proletária e socialista. Ao analisar os acontecimentos de fevereiro de 1917 que culminaram na supressão do regime czarista e na instauração de uma república parlamentar, Lênin considera que a primeira etapa da revolução fora concluída e conclama os trabalhadores proletários e camponeses a se prepararem para a segunda etapa da revolução: a socialista.

A postulação de que o proletariado deveria ser a força dirigente da revolução, justificava-se em virtude do caráter conciliador e vacilante da burguesia nacional. Caso a burguesia dirigisse a revolução tenderia a implementar somente reformas que garantissem os direitos democráticos dos trabalhadores, algumas medidas econômicas nacionalistas, mas não confrontaria decididamente o imperialismo nem os setores monopolistas da burguesia.

Conforme o Comitê Central do P C do B existiam duas propostas de caminhos para a libertação da sociedade brasileira da dominação imperialista e a implementação de transformações democráticas: a revolucionária e a reformista. O reformismo era dirigido pela burguesia nacional-reformista que conseguira introduzir suas idéias no seio do

---

<sup>88</sup> Alguns problemas ideológicos da revolução na América Latina. In: Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000, 2000. P. 123.

proletariado, na intelectualidade progressista e em setores camponeses que lutavam pela reforma agrária. O representante típico do reformismo no movimento de esquerda era o PCB. O outro caminho, o revolucionário, era indicado pelo setor mais conseqüente do proletariado. Este setor disputava com a burguesia nacional-reformista a direção dos segmentos populares, a fim de conduzi-los no caminho da revolução ou das reformas parciais.

A burguesia nacional conseguiu criar um corpo doutrinário que continha forte apelo popular, representado pelo trabalhismo e pelo desenvolvimentismo. Apesar da importância desse corpo doutrinário, as forças revolucionárias mais conseqüentes deveriam combatê-lo, na medida em que essa doutrina encontrava-se muito mais disseminada no proletariado do que a da revolução.

Maurício Grabois e João Amazonas foram dois dos principais responsáveis pela formação do PC do B e pela manutenção da designação de Partido Comunista do Brasil que, segundo os comunistas que o fundaram, era o continuador legítimo do Partido Comunista fundado em 1922. Os dois escreveram um artigo em 1970, intitulado “A atualidade das idéias de Lênin”, no qual saudaram o legado leninista para movimento comunista internacional. Assinalaram neste artigo que diversas proposições leninistas foram nodais para consolidação desse movimento.

Dentre as contribuições mais relevantes destacaram as que versavam sobre: o partido revolucionário da classe operária, a luta ideológica, a violência revolucionária e o internacionalismo proletário. Segundo Grabois e Amazonas (2000), as contribuições leninistas foram fundamentais para que os comunistas revolucionários enfrentassem o revisionismo contemporâneo. Realçaram, também, a tenacidade com que Lênin se opôs à convivência entre revolucionários e oportunistas no âmbito de um mesmo partido. Conforme seus argumentos, os comunistas brasileiros eram tributários desse legado e, portanto, romperam com os revisionistas que teriam renegado o marxismo e tornado o proletariado brasileiro em caudatário da burguesia.

Apesar de ressaltar a validade do pensamento leninista, Grabois e Amazonas afirmam que ocorreram transformações econômicas, políticas e sociais relevantes no mundo contemporâneo. Portanto, elas traziam novas dimensões para a revolução proletária e que somente era possível descortiná-las interpretando-se com criatividade os novos fenômenos, fundando-se no marxismo-leninismo e no conhecimento adequado da realidade em que se vivia. Devo ressaltar que o Comitê Central do PCB fazia idêntica afirmação para justificar a sua linha política.

Grabois e Amazonas asseguram que a aplicação mecânica de outras experiências revolucionárias à realidade brasileira conduziria apenas à derrota da revolução. Contudo, criticam os designados revisionistas soviéticos e brasileiros que afirmam estarem fundamentados nas idéias leninistas ao propugnaem o caminho pacífico para a revolução. Assinalam que os revisionistas desmascarados por Lênin eram agentes da velha burguesia européia, enquanto os revisionistas soviéticos eram agentes da nova burguesia surgida na URSS.

Os escritos divulgados pelo Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, frequentemente, procuravam dar uma fundamentação teórica e ideológica às suas proposições. Afirma o Comitê Central desse partido que sempre buscara aplicar os postulados da teoria marxista-leninista à análise das conjunturas econômica, política e social brasileira. Ao contrário disso, os escritos do PCB, a que tive acesso, pareciam fazer alusões gerais ao marxismo-leninismo sem aparentar um esforço maior para fundamentar seus argumentos na teoria marxista. Dessa forma, sugiro que a validade das suas formulações parece ser buscada, sobretudo, no desenvolvimento histórico.

No que concerne à tese do caminho pacífico para a revolução, o PCB apontava que a derrota das guerrilhas urbana e rural no Brasil e o retorno de diversos militantes que o tinham abandonado, criticando-o por não aderir à luta armada, como a comprovação da validade da sua orientação política. O PC do B, além de se referir com freqüência à teoria marxista-leninista como a bússola para indicar o caminho correto para a revolução no Brasil, argumenta que a história comprovava a correção dos seus postulados políticos. Com se vê, o mesmo processo histórico era reivindicado para validar as duas proposições contrastantes sobre a revolução brasileira.

Um artigo de João Amazonas publicado no jornal A Classe Operária em 1976 com o título: “Conquistar a liberdade política e alcançar uma democracia popular”, parece paradigmático para o que venho argumentando. O objetivo principal do artigo é esclarecer o objetivo tático que o PC do B deve almejar, ou seja, a liberdade política.

Para isso, ele faz uma detalhada discussão sobre a situação sócio-econômica e política brasileira, sobre o papel da violência na história referindo-se fartamente a Marx, Engels e Lênin e esboça uma discussão teórica e histórica sobre o Estado como instrumento de dominação de classe. Assevera que o Estado burguês, embora seja uma ditadura de classe, pode assumir diversas configurações políticas que vão do Estado democrático de direito ao fascista. Afirma, numa assertiva que tangencia Bobbio, que o Estado de direito é constituído de regras tanto quanto o fascista. Entretanto, o que

diferencia o Estado democrático de direito do fascista é que: “O fundamento principal do Estado de Direito é a legitimidade do poder, mesmo com as ressalvas que se deve ter desse conceito no regime burguês.”<sup>89</sup>

Em 1983 foi realizado o VI Congresso do PC do B, o primeiro desse partido após a cisão de 1962 e a reivindicada reorganização do Partido Comunista do Brasil fundado em 1922. No informe político aprovado nesse Congresso afirma-se que o Brasil tivera, durante o regime militar, um acentuado crescimento econômico. No entanto, esse desenvolvimento é caracterizado como monopolista e dependente. Resultara disso, a subordinação crescente do país ao capital financeiro internacional. Ademais, ocasionara o empobrecimento da maioria da população brasileira, sobretudo, dos trabalhadores urbanos e dos camponeses.

Ocorrera, também, uma redefinição das classes sociais no Brasil e da relação populacional entre cidade e campo. Crescera numericamente o proletariado e a burguesia passara por um processo de diferenciação com o crescimento do setor monopolista e a redução da burguesia nacional. Esta se situava em alguns setores, especialmente, da pequena e média burguesia. Ressalta que o projeto dos militares de tornar o Brasil uma grande potência fracassara, resultando em crise inflacionária e no empobrecimento da população trabalhadora. Acentuara, também, a dependência do país em relação ao capital financeiro internacional.

Na arena política preponderara o aviltamento das instituições da democracia representativa e o desequilíbrio nas relações entre os poderes, com o fortalecimento do Executivo, o enfraquecimento do Legislativo e redução da autonomia do judiciário. No VI Congresso o PC do B define que o principal objetivo tático do partido é a luta em favor da liberdade e contra a subordinação do país ao capital estrangeiro.

O PC do B passou, assim como o PCB, por diversas crises internas. Destas, resultaram a expulsão de grupos e frações que se formaram no seu interior, outros grupos afastaram-se do partido criticando a sua suposta inatividade. Conforme Gorender (1999) no final dos anos 60, dois grupos desligaram-se do PC do B criticando-o de fazer propaganda da revolução e da luta armada e não tomar nenhuma medida concreta para efetivá-las. Esses grupos formarão o Partido Comunista do Brasil - Ala Vermelha, constituído por militantes do partido que retornaram de treinamento guerrilheiro na China e o Partido

---

<sup>89</sup> Conquistar a liberdade política e alcançar uma democracia popular. In: Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000, 2000. P. 253.

Comunista Revolucionário (PCR), constituído, sobretudo, por ex-militantes das ligas camponesas que aderiram ao PC do B após o golpe militar de 1964.

O PC do B refere-se inúmeras vezes à orientação política do PCB e parece interpretar que a batalha ideológica travada contra o designado revisionismo contemporâneo, assemelha-se à travada por Lênin contra o oportunismo dos partidos social-democratas, sobretudo, após a decisão desses partidos de apoiar os esforços de guerra dos seus respectivos países. Parece indicar que o combate ao suposto revisionismo contemporâneo antes do golpe militar de 1964, realizava-se apenas no campo teórico.

Após o golpe, entretanto, era possível demonstrar a correção da orientação política revolucionária no âmbito da prática política. O PCB parecia fazer apenas observações genéricas sobre o marxismo-leninismo, mas não o incorporava como cimento ideológico capaz de ligar suas partes componentes. O PC do B, ao contrário, parecia fazê-lo com denodo e obstinação e procurava justificar todas as suas atividades fundamentando-se nessa teoria. O PCB, parece que o utilizava apenas ao aplicar a disciplina hierárquica em suas fileiras. Talvez essas observações ajudem a elucidar como as cisões no Partido Comunista Brasileiro sempre pareceram mais traumáticas do que no PC do B.

#### 4.2 A CRISE INTERNA DO PCB NO INÍCIO DOS ANOS 1980

O Comitê Central do PCB exilou-se do País em 1975. A partir desse momento todas as resoluções políticas passam a ser elaboradas no exterior. Percebe-se nas diversas resoluções o processo de consolidação do postulado da democracia como um valor universal; não obstante mantenham as referências ao marxismo-leninismo e à ditadura do proletariado. Essas ambigüidades parecem permanecer nos escritos desse partido quando do retorno do seu Comitê Central ao Brasil em 1979.

Desse modo, assevera Carvalho (2007), as diretrizes do VI Congresso do PCB teriam sido abolidas pela Resolução Política de 1975. Todavia, a militância do PCB continuava atuando politicamente conforme o que preconizava a resolução do VI Congresso. Mantinha, assim, o foco na aliança ampla com os setores democráticos a fim de derrotar politicamente o regime militar. Observa, também, que no VII Congresso do PCB em 1982 aprova-se uma linha política que atribuía relevância singular à questão nacional em detrimento da questão democrática.

Em maio de 1981, o Comitê Central do PCB lança um documento intitulado “Teses para um debate nacional pela legalidade do PCB”. Estas teses parecem ser ecléticas

e trazerem certa confusão teórica e terminológica. Problemas resultantes, talvez, do debate de idéias que grassava o partido. De fato, três grupos disputavam a formulação da linha política do PCB e a conciliação entre essas tendências gerava resoluções e teses que tentavam contemplar as idéias expostas por cada um desses grupos, gerando, assim, ecletismo e confusão. O primeiro grupo, constituído da maioria do Comitê Central e dos militantes do partido, seguia a orientação de Giocondo dias e Salomão Malina. O segundo, alinhava-se com as posições de Prestes. O terceiro, cuja defesa da democracia representativa era mais coerente, tinha Armênio Guedes como seu membro mais prestigiado.

Nesse documento, o PCB prioriza o caminho pacífico para a revolução brasileira e o respeito às regras do jogo democrático, entretanto, ao contrário da tese oriunda do V Congresso de que a sociedade brasileira se democratiza ampliada e continuamente, ressalta que se reproduziram ampliadamente tendências antidemocráticas existentes na sociedade brasileira. Apesar dessa assertiva o Comitê Central do PCB sublinha que o caminho brasileiro para o socialismo pressupõe a mais completa democracia e a supressão dos obstáculos impeditivos do progresso no Brasil.

A concepção de democracia é semelhante, inclusive na terminologia, ao modelo de democracia propugnado pelos comunistas italianos. A partir do VII Congresso o partido incorpora a expressão “democracia de massas”, além da expressão “sociedade civil” que já aparecia nas resoluções elaboradas no exterior no final dos anos 70 no vocabulário político dos seus documentos. A utilização desses dois conceitos talvez reflita a influência do estudo das obras de Antonio Gramsci e dos teóricos eurocomunistas.

A confusão e o ecletismo parecem está presentes em várias passagens do texto das teses. No entanto, a dificuldade em definir com clareza o caminho para a consecução do objetivo estratégico do Partido e a profusão de termos utilizados inadequadamente juntos talvez seja um indicativo do embate que ocorria no âmbito do PCB. Ao se referir a Igreja Católica as teses assinalam que: “[...] ela pode desempenhar um papel igualmente positivo em todo o processo revolucionário democrático da luta contra o imperialismo, os monopólios e o latifúndio.”<sup>90</sup> O excesso de termos pode indicar a tentativa de conciliar interesses conflitantes no seio do partido. Pode ser considerado, também, emblemático para demonstrar a dificuldade do PCB em formular sua linha política.

---

<sup>90</sup> Teses para um debate nacional pela legalidade do P.C.B. (maio de 1981). In: Carone, v 03, 1982, 297.

As teses ressaltam a validade da orientação política formulada a partir da Declaração de março de 1958. Conforme as teses, essa orientação permitira ao partido superar o dogmatismo nas suas formulações e o revisionismo de direita na sua prática política. Asseveram que ao aplicar a orientação política originaram-se, conjuntamente com os acertos, desvios e distorções. Dentre os desvios e distorções mais graves citam o surgimento de uma direção paralela que incentivou a formação de centros decisórios diversos, o surgimento de grupos estruturados e a anarquia no terreno organizativo.

Nos debates que antecederam o VII Congresso do PCB os posicionamentos dos comunistas sobre a democracia representativa podem ser interpretados como mais consistentes. Assim, o Partido propõe que a luta pela democracia deve-se constituir no objetivo central do PCB, tendo em vista que é no âmbito da democracia que o proletariado poderia disputar e conquistar a hegemonia no conjunto da sociedade. O legado gramsciano dessa formulação parece evidente e talvez seja a principal contribuição da corrente renovadora, sobretudo do Comitê Regional de São Paulo, à formulação política do PCB em 1982. Com efeito, os comunistas reunidos na Conferência Municipal de São Paulo para discutir as teses sobre a legalidade do PCB, referendam a proposta das teses da via pacífica para a transição socialista no Brasil, reservando-se o uso da violência pelo proletariado apenas de forma defensiva.

A formulação acima parece conter um dilema de difícil solução, ou seja, o partido propõe o caminho pacífico para o socialismo, a fim de concretizar essa proposição teria que acreditar que todas as forças políticas e sociais respeitariam as regras do jogo democrático. Entretanto, se ele concebe que a violência pode ser usada, ainda que de forma defensiva, desconfia que as forças reacionárias não respeitarão as regras da democracia representativa e tentarão, de todas as formas, impedir que os comunistas assumam o poder, fazendo-se necessário, assim, o uso da violência. Desse modo, a fim de estarem preparados para utilizar-se da luta armada os comunistas teriam que se preparar antecipadamente para isso.

Desse modo, não acreditavam de fato que o caminho pacífico fosse realmente possível. Além disso, o argumento de Colletti (1983), de que a tese do caminho pacífico se choca com a regra democrática da alternância no poder parece plausível. De fato, Colletti questiona se, no caso dos comunistas assumirem o poder e implementarem políticas de viés socialista e na eleição seguinte fossem derrotados por forças conservadoras que desfizessem as medidas socializantes, os comunistas iriam aceitar passivamente tal desmonte ou iriam recorrer a métodos não democráticos para impedi-lo?

#### 4.2.1 A defesa da Revolução: a posição de Luís Carlos Prestes

Prestes divulga em março de 1980 a “Carta aos brasileiros”. Nesta, faz sérias críticas ao comportamento da direção nacional do PCB que, conforme assevera, estaria contribuindo para transformar o Partido num dócil instrumento de legitimação do regime militar. Explica-se, assim, que alguns dirigentes tivessem acesso às páginas da grande imprensa, acesso negado aos verdadeiros comunistas para que expusessem suas idéias. Sublinha, também, que o PCB há muito deixara de exercer um papel de vanguarda, envolvido que estava numa crise séria, aproveitada pelas forças reacionárias para minar o seu caráter revolucionário e transformá-lo num partido meramente reformista. Chama atenção para o descompasso entre as formulações do PCB e a realidade nacional. Este hiato estaria contribuindo para a passividade e falta de iniciativa política dos comunistas.

Conforme Prestes, a direção nacional do PCB o estaria levando ao fracasso em todos os terrenos, tergiversando com a pretensa unidade do Partido que inexistia há vários anos. Exemplo disso seria a atuação desencontrada do Comitê Central que permitia que seus membros prestassem declarações controversas e expusessem a fragilidade do Partido na grande imprensa burguesa. Denuncia que a direção nacional do partido tornara-se incapaz de orientar corretamente a militância comunista e apegava-se apenas ao *status quo* a fim de manter-se no poder. Para isso, tergiversava com a unidade do Partido e negava-se a fazer uma autocrítica pertinente, inclusive das suas resoluções políticas.

[...], incluindo as resoluções do último Congresso do P.C.B. Recusa-se a analisar com espírito crítico se são de todo acertadas as resoluções desse Congresso e pretende ainda agora apresenta-la como um dogma indiscutível para, com base nelas, exigir uma suposta unidade partidária, que lhe permita encobrir e conservar por mais algum tempo a atual situação do Partido e de sua direção.<sup>91</sup>

Prestes argumenta que a direção do PCB encara a luta pela democracia como um objetivo que se completa com a sua conquista. Esta visão, assevera, é incorreta na medida em que a luta pela democracia integra a luta pelo socialismo. Assinala que a democracia no Brasil sempre foi um direito das elites, com os trabalhadores sendo alijados dos mais elementares direitos democráticos. Desse modo, o Partido Comunista Brasileiro não deveria abdicar da luta revolucionária pelo socialismo em favor de uma democracia abstrata e pretensamente superposta à luta de classes.

---

<sup>91</sup> Luís Carlos Prestes. Carta aos brasileiros. In: Carone, v. 03, 1982, p. 321-322.

Assinala, também, que a proposta da direção nacional do PCB de evitar tensões, visando assegurar a coalizão com a burguesia, é equivocada. Ao contrário do que propunha o PCB, as lutas dos trabalhadores deveriam ser canalizadas a fim de confluir num amplo movimento popular pela democracia. A democracia deveria constituir-se numa conquista dos trabalhadores e não resultar de uma política de conciliação com setores burgueses. Observa, ainda, que a proposta que apresentara no intuito de se formar uma frente de esquerda não contrariava a política de alianças com amplos setores democráticos. Tal frente apenas contribuiria para que as forças de esquerda marchassem unidas na luta pela democracia e pelo socialismo.

A posição explicitada por Prestes em 1982 contraria frontalmente os postulados das teses para o VII Congresso do PCB, além de criticar as posições assumidas pelo Comitê Central do Partido, a quem Prestes credita a passividade dos comunistas no Brasil. Conforme Prestes, a concepção de atividade política dos membros do Comitê Central transformou-se em rotina, através da qual rejeitam o capitalismo em palavras, conciliam acriticamente noções ideológicas desprovidas de sentido com fórmulas oportunistas de atuação política.

Assinala que ele homenageia implicitamente o socialismo e a revolução a fim de mascarar a sua inação. Considera que a atividade política nos parlamentos é insuficiente para garantir os direitos dos trabalhadores, na medida em que a pressão oposicionista no parlamento apenas alcança resultados profícuos em defesa dos direitos dos explorados se estiver complementada por mobilizações populares de envergadura. Assegura que caberia aos trabalhadores defender e representar seus próprios interesses em mobilizações, cujo desfecho seria a conquista do socialismo. Critica, enfim, o que designa como passividade dos membros do Comitê Central que, segundo afirma, estão:

[...], entrincheirados em formulações genéricas de tipo determinista (como: ‘a experiência mostra que a verdade está do nosso lado...’ etc.), praticam o mais primário oportunismo, fazendo alianças com ‘pelegos’ e hipotecando solidariedade a quem possa obter mais votos, sem levar em conta os objetivos de classe dos elementos que apóiam.<sup>92</sup>

---

<sup>92</sup> Prestes, L. C. Propostas para discussão de um programa de soluções de emergência: contra a fome, a carestia e o desemprego. In: Carone, v. 03, 1982, p. 352.

#### 4.2.2 A Defesa da Democracia: a posição da corrente renovadora

O legado político do PCB no período posterior à Declaração política de 1958, ensejou que grupos no seu interior, ainda que, concordando com a primazia do caminho pacífico da revolução brasileira e da luta por meios legais para derrotar o regime militar, percebessem a ambigüidade que separava mecanicamente a orientação e a prática política do PCB. Este defendia o caminho pacífico para a revolução e meios legais de luta para derrotar a ditadura, mas parecia não avançar para uma defesa consistente da democracia representativa, nem aparentava clareza no que concerne ao modelo de democracia que propunha.

Também os métodos internos de direção permaneciam pautados no marxismo-leninismo, ou seja, no centralismo democrático, embora as resoluções políticas fizessem poucas referências ao marxismo-leninismo. Portanto, essas contradições permitiram que aqueles militantes mais engajados na defesa da democracia, pudessem defender os princípios que plasmavam o movimento comunista europeu, sobretudo, as teses sustentadas por Palmiro Togliatti e Santiago Carrilo.

Portanto, é possível observar que, não obstante as resoluções do Comitê Central façam referências explícitas à defesa da democracia como caminho para o socialismo, o PCB mantém, internamente, uma estrutura organizativa pautada no centralismo democrático, estrutura organizacional incompatível com o pluralismo democrático. Por isso, diversos militantes e dirigentes estaduais discordaram dessa forma de organização, argumentado que ela inibia o livre debate de idéias e, por conseguinte, dificultava o processo de renovação política dos comunistas.

O conceito de centralismo democrático foi desenvolvido, sobretudo, por Stalin ao explicitar o papel a ser desempenhado pelo partido comunista. Com efeito, para Stalin o partido é o instrumento que o proletariado necessita para a implantação e manutenção da sua ditadura. Como corolário dessa proposição, Stalin deduz que o partido comunista deve ser coeso e disciplinado. Tais coesão e disciplina, contudo, devem ser conquistadas através do debate de idéias e conflito de opiniões no interior do partido. Entretanto, após a aprovação de uma resolução, todos os dirigentes e militantes inclusive os que dissentiram da decisão tomada devem a ela submeter-se. Fica excluída, desse modo, a continuidade do debate e da exposição de idéias contrastantes com as decisões tomadas. Caso o debate de idéias persistisse, contribuiria para o surgimento de facções e o conseqüente

enfraquecimento da disciplina partidária. Conforma-se, assim, o princípio de organização dos partidos comunistas: o centralismo democrático.

Trotsky (1966) questiona a proposição de Stalin a respeito da impossibilidade da existência de facções no interior do partido comunista. Para ele, o partido bolchevique sempre conviveu com lutas entre facções, as quais ocorriam de forma acalorada ainda nos momentos críticos da Revolução de 1917. Afirma que somente após a revolta de Kronstadt em 1921, à qual aderira um número significativo de bolcheviques é que o Partido Comunista decidira no seu X Congresso proibir a existência de facções. Entretanto, assevera que essa era uma medida temporária que somente fora consolidada no período de Stalin no poder.

O processo de renovação aludido acima foi iniciado pela Comissão de Reorganização do PCB de São Paulo. Esta comissão fora formada no início de 1976, após a prisão e esfacelamento da direção do PCB em São Paulo em 1975. A comissão supracitada direcionou a atuação política do PCB para a implementação da política de frente democrática aprovada no V Congresso em 1960 e referendada no VI Congresso desse Partido em 1967. Nos escritos da Comissão de Reorganização do PCB em São Paulo, explicita-se sem ambigüidades a tese da democracia como via privilegiada para a conquista e construção da sociedade socialista. Esta proposição pode ser observada no artigo “A conquista da democracia e a legalidade do PCB”, no qual se afirma:

O Partido Comunista Brasileiro defende hoje, incisivamente, a luta pela democracia política, por seu aprofundamento e conservação, como parte integrante da luta pelo socialismo, pela democracia socialista. O PCB defende um regime de amplas liberdades democráticas, porque este é o terreno privilegiado onde se travam os combates de classe, e é neste confronto que nós comunistas, esperamos ganhar a maioria do nosso povo para as soluções que hoje propomos e para a caminhada na direção do socialismo.<sup>93</sup>

Com o retorno do Comitê Central do PCB em 1979, essa enfática defesa da democracia como via para o socialismo choca-se com as ambigüidades dos escritos do Comitê Central pecebista, tendo em vista que este tenta conciliar idéias e interesses contraditórios no interior dessa instância. Conforme Santos (1994), formaram-se entre 1979 e 1983, três alas no âmbito do Comitê Central do PCB. A primeira, organizada em torno de um antigo dirigente desse partido – Armênio Guedes – refletia naquela instância as proposições formuladas por um grupo de intelectuais pecebistas que travavam uma

---

<sup>93</sup> O PCB em São Paulo: documentos (1974-1981), 1981, p. 50.

“batalha de idéias” a fim de modificar, no PCB, as concepções sobre a conquista e a gestão do poder e sobre a natureza do partido. Esses intelectuais editaram, entre 1979 e 1983 o jornal Voz da Unidade, até serem afastados do PCB em 1983.

As idéias expostas por esse grupo encontraram pouco acolhimento pela maioria do Comitê Central pecebista. Esta maioria constituía a segunda ala, designada de pragmática por Santos. Contudo, apesar do acolhimento reticente das idéias renovadoras, as proposições desse grupo foram parcialmente incorporadas às teses e resoluções do partido, a despeito da oposição tenaz da terceira ala que formava o Comitê Central do PCB que Santos designa como ortodoxa.

A ação do grupo renovador ficou conhecida na literatura sobre o PCB de “segunda renovação pecebista”. Santos (1994) ressalta que as idéias desse grupo são tributárias das teses formuladas por um grupo mais antigo, também afastado do PCB, que, atuando em torno da liderança de Agildo Barata, editara em 1957 a revista Novos Tempos. Esse grupo lançou as idéias que constituíram o que Santos denomina de “primeira renovação pecebista”. Armênio Guedes, membro do Comitê Central nos anos 70 e 80, era o remanescente desse primeiro grupo.

Numa entrevista ao Jornal do Brasil em 1979, Armênio Guedes fez a defesa mais consistente da democracia representativa que um dirigente comunista histórico pudesse fazer. Assevera que o PCB durante longo período de sua história confundia liberdades democráticas com o poder da burguesia. Entretanto, os comunistas concluíram que a democracia era um legado político importante e permanente na construção do socialismo. Dessa forma, o objetivo principal do partido era estabelecer o vínculo entre a luta pela democracia e a luta pelo socialismo no Brasil. Enfatiza que a concepção de democracia da direção do PCB, pressupõe e supera os institutos da democracia representativa, na medida em que vincula a defesa da democracia com a luta pelo socialismo.

Esses postulados nos remetem à discussão de Norberto Bobbio sobre o vínculo entre democracia e socialismo. De fato, no que concerne ao tema da relação entre a democracia (enquanto conjunto de regras para escolher e autorizar governantes) e o socialismo. Bobbio observa que essa relação, apesar de parecer sólida, -tendo em vista que os socialistas sempre se apresentaram como defensores coerentes da democracia-, é apenas aparente. Esta proposição é pertinente, conforme Bobbio, porque se observou historicamente que os países que chegaram ao socialismo a partir de movimentos armados não se tornaram democráticos; por sua vez, nenhum país cujos partidos socialistas seguiram as regras do jogo democrático construiu o socialismo. Consoante Bobbio, não

existe um modelo alternativo ao Estado democrático representativo que consiga tornar factível o elo entre democracia e socialismo. O modelo que pode ser considerado uma alternativa ao Estado representativo moderno - o Estado socialista efetivamente construído -, não pode ser aceito como alternativa coerente ao Estado democrático representativo.

Ao se referir à democracia como método, Bobbio a designa como um conjunto de regras para se chegar a uma vontade coletiva e argumenta que em qualquer contexto o método democrático deve ser preferido – inclusive para se conquistar o socialismo - ao método autocrático. Pois considera que, a despeito dos limites da democracia representativa e dos obstáculos à realização dos ideais democráticos, há uma superioridade intrínseca ao método democrático em relação ao autocrático.

Bobbio indaga, também, se, além de preferível, a via democrática para o socialismo é possível, ou seja, problematiza a compatibilidade entre democracia e socialismo. Observa, por conseguinte, que a compatibilidade entre democracia e socialismo tem sido questionada por defensores e adversários desse. Porém, somente os que se posicionaram contra o liame entre democracia e socialismo tiveram idéias claras a respeito da relação entre ambos. Partindo do pressuposto de que a transição do capitalismo para o socialismo constitui um salto de qualidade, os defensores do socialismo argumentam que este não poderia ser construído democraticamente, pois a democracia permite apenas mudanças pontuais, e não transformações profundas na sociedade. Com efeito, observa Bobbio que: “[...] a história demonstrou, pelo menos até agora, que através da via das social-democracias o socialismo é impossível e através da via dos partidos leninistas é indesejável.”<sup>94</sup>

#### 4.3 CRISES E SOLUÇÃO DE CRISES: AS CISÕES NO PCB E PC DO B NO INÍCIO DOS ANOS 1980

O confronto entre parte do Comitê Central e os dirigentes paulistas do PCB, explicita-se em 1981 quando a então designada Comissão Estadual de Reorganização convoca uma Conferência Estadual, contrapondo-se à orientação da Comissão de Organização do Comitê Central. A comissão paulista de reorganização do PCB realiza tal Conferência a despeito da oposição desses setores e questiona os argumentos apresentados para o seu adiamento. Esse posicionamento fica expresso no informe de balanço

---

<sup>94</sup> Bobbio, 1995, p. 70.

apresentado na abertura da Conferência, no qual se ressalta o êxito de tal empreendimento, relativizando os argumentos contrários à sua realização.

Vislumbra-se nesse momento o confronto entre a Comissão de Reorganização do PCB em São Paulo e parte do Comitê Central. Tal confronto resultará no afastamento de onze integrantes dessa Comissão por aquele Comitê em 1983. Com o afastamento desses dirigentes, encerra-se o intenso debate interno vivido pelo Partido entre 1979 e 1983. Este debate girou em torno da linha política a ser adotada pelo PCB no processo de transição política no Brasil e sobre o papel da democracia na transição socialista, além das concepções sobre as políticas sindical e cultural do PCB. Os fundamentos desse debate foram, conforme Santos e Zaidan (1994): (1) as orientações adotadas nos V e VI Congressos do Partido em 1960 e 1967 respectivamente; (2) os impactos da modernização conservadora, impulsionada no Brasil durante o regime militar; e (3) as formulações gramscianas e eurocomunistas sobre socialismo e democracia.

As idéias apresentadas pelo grupo que constituía a “segunda renovação comunista”, apesar de encontrarem forte resistência de militantes e dirigentes do partido - os quais expressavam claramente essa oposição no próprio jornal *Voz da Unidade* -, encontravam, também, eco nas fileiras pecebistas (adesão expressa no folheto: “Para renovar a política dos comunistas”, publicado em 1983). Neste folheto, além da defesa dos integrantes do Coletivo de Dirigentes Comunistas de São Paulo afastados pelo Comitê Central do PCB, critica-se fortemente a política de organização desse Partido. Isso se verifica no manifesto assinado por diversos militantes comunistas do Rio de Janeiro, dentre eles Armênio Guedes, Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, no qual se afirma:

O chamado Coletivo Nacional dos Dirigentes Comunistas tornou-se ilegítimo: aceitá-lo significaria compactuar com o esclerosamento do movimento dos comunistas brasileiros. É necessário que, acima das suas divergências, os comunistas criem um novo espaço organizativo, um espaço no qual, através de um amplo e livre debate, eles possam encontrar o caminho que os ponha em sintonia com as exigências atuais da sociedade brasileira e, em particular com as aspirações da classe operária e das demais camadas trabalhadoras. Só dessa forma é que os comunistas podem contribuir para a conquista de uma sociedade democrática e socialista em nosso país.<sup>95</sup>

Antes do afastamento dos integrantes do Coletivo de dirigentes Comunistas de São Paulo, fora afastado o grupo liderado por Luís Carlos Prestes, cujas posições

---

<sup>95</sup> Para renovar a política dos comunistas, 1983.

consideradas esquerdistas ameaçavam a unidade do partido. A expulsão desse grupo, contudo, não eliminou as contradições nas teses e resoluções pecebistas, as quais permaneceram presentes e geraram o confronto que redundou no afastamento dos dirigentes paulistas. Essas contradições parecem explicar-se pela tentativa de acomodação de interesses e idéias contraditórios no âmbito do Comitê Central. No VII Congresso do PCB, realizado em 1982, vislumbram-se as dissidências que germinavam a longo prazo nesse partido e que levaram à divisão e ao enfraquecimento desse partido no início dos anos 90. Essas dissensões são expressas claramente em documentos do PCB reorganizado:

[...] o eurocomunismo havia construído sólidas bases no pensamento partidário. Embora não contassem com grande número de militantes e dirigentes que se assumissem como tal, as formulações centrais do eurocomunismo, que levavam o partido a uma política social-democrática, permeavam todas as teses congressuais. Por outro lado, o grupo liderado por Luiz Carlos Prestes, divergindo da orientação da maioria do Comitê Central, rompe com o Partido após inúmeros embates que vinham se acirrando desde o exílio.<sup>96</sup>

Reis (2007) argumenta que o colapso do PCB radica na derrota de março de 1964. Talvez essa proposição seja exagerada, na medida em que o partido que ressurgiu na cena política nacional no início dos anos 1980, parecia relativamente sólido e influente, malgrado, os debates internos que cindiam. A trajetória política do PCB nos anos 80 indica-o como um partido atuante no movimento sindical, embora o PT tivesse maior influência. Possuía, também, uma regular participação eleitoral, além de já se apresentar como um partido legalizado. O que parece mais relevante para a sua derrocada no início dos anos 90, foi o seu despreparo ideológico para enfrentar uma crise com as proporções assumidas pela derrota do socialismo na URSS e Leste europeu.

Com efeito, o PCB parecia apresentar-se como um partido ideologicamente multifacetado, isto é, não obstante, as referências freqüentes ao marxismo-leninismo não se encontra nos documentos congressuais do partido uma discussão que o colocasse inequivocamente como apologista dessa doutrina, ao contrário do seu congênere o PC do B.

O PC do B passou por uma séria crise em meados dos anos 1970. Esta crise originou-se das discussões sobre o desfecho do movimento guerrilheiro do Araguaia. Na principal reunião do Comitê Central para discutir o tema duas posições preponderaram: a primeira, postulada por Ângelo Arroio, único membro sobrevivente da comissão militar da

---

<sup>96</sup> História do PCB. Disponível em [http://www.pcb.org.br/historia\\_N.html](http://www.pcb.org.br/historia_N.html), acesso em 04/11/05, p.5.

guerrilha do Araguaia e pela maioria do Comitê Central, considerava a experiência guerrilheira “altamente positiva”. A segunda, apresentada por Pedro Pomar que, em sua análise sobre o movimento guerrilheiro, apontava vários pontos positivos dessa experiência, mas concluía que o Comitê Central deveria reconhecer os erros cometidos na consecução da luta armada pelo partido e o caráter político, militar e estratégico da derrota da guerrilha do Araguaia.

Tragicamente, os formuladores das análises contrapostas sobre a experiência do Araguaia foram mortos na “chacina da Lapa” em dezembro de 1976. Desse modo, o debate ficou inconcluso até a VII Conferência de 1978, quando a posição defendida pelo Comitê Central, não sem dissidências, foi referendada. Os dissidentes formaram o Partido Comunista Revolucionário (PCR) e atuaram como tendência do PT até meados dos anos 1980. O tema da guerrilha do Araguaia voltou à discussão no VI Congresso do PC do B em 1983, no qual foi aprovado um documento elaborado por Haroldo Lima e José Renato Rabelo, constituindo-se na versão oficial do partido sobre a guerrilha do Araguaia.

Entre o final dos anos 70 e início dos anos 80, os dois partidos engajam-se nas lutas políticas para pôr fim ao regime militar. Nesse sentido, participam da luta pela anistia, defendem a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e eleições diretas para a presidência da República. Em virtude da derrota do Projeto de Emenda Constitucional que propunha eleição direta para presidente, participam da campanha do candidato das oposições, Tancredo Neves. Apóiam, também, o governo Sarney empossado em 1985. A partir desse ano passam a ter uma inédita vida legal. Ambos são impactados pela derrota do socialismo, embora a reação dos dois a essa derrota tenha sido bastante diferenciada, como veremos no capítulo a seguir.

## CAPÍTULO – 5

### **5 O PCB E O PC DO B DIANTE DOS DESAFIOS IMPOSTOS PELA LEGALIDADE E PELA DERROTA DO SOCIALISMO**

Este capítulo abordará a singularidade dos anos 1980 e 1990 para os partidos comunistas no Brasil. Com efeito, durante dezenas de anos o PCB e o PC do B tiveram uma atuação política clandestina, ilegal ou semi-legal, a partir de 1985 iniciou um período duradouro de vida legal, inédito na história desses partidos. Simultaneamente, eles foram impactados pela derrota do socialismo na URSS e no Leste europeu, portanto, as suas ações enfrentaram novos desafios e tiveram que dar respostas criativas a fim de assegurar a sua inserção no movimento operário e popular e, sobretudo, re-apresentar uma proposta de socialismo que considerassem válida diante da avalanche midiática que dava o socialismo como ultrapassado.

A partir de 2003 tiveram que assumir uma postura clara frente a um governo de esquerda, encabeçado pelo PT, que mantinha uma relação de disputa por influência com aqueles partidos no movimento sindical e popular. Mais do que isso, tiveram que decidir se assumiam cargos no governo Lula, se apoiavam o governo sem aceitar cargos na administração federal ou se participavam dos diversos movimentos oposicionistas que se formaram ao longo dos dois mandatos do presidente Lula.

#### 5.1 OS PARTIDOS COMUNISTAS E A TRANSIÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

O Informe Político aprovado no VI Congresso do PC do B concentra-se na elaboração de uma nova linha tática para o Partido. Na formulação dessa linha tática o PC do B observa que, na sua elaboração, se deve considerar o objetivo estratégico do Partido. Este objetivo consistiria na luta revolucionária para derrotar o regime burguês aliado aos latifundiários e aos imperialistas. Os interesses destes setores estariam representados na configuração política do Estado no Brasil.

A principal forma de luta para a construção de um novo regime hegemônico pelo proletariado seria a revolucionária, sem descuidar das lutas por reformas parciais e as disputas eleitorais. Como se vê a luta armada parece permanecer como a principal forma de luta propugnada pelo PC do B, a fim de conquistar o seu objetivo estratégico.

O Informe observa que a conjuntura política brasileira no início dos anos 1980, era perpassada por fatores como a crise econômica e a sucessão presidencial de 1985. Estes dois fatores tinham importância na medida em que se conjugavam com a permanência do autoritarismo, não obstante a propalada abertura política do governo Figueiredo. Desse modo, a tática do Partido deveria centrar-se na derrota do regime militar, na conquista das liberdades democráticas e na luta contra a dominação estrangeira.

A fim de se tomar medidas capazes de debelar a crise e instaurar as mais amplas liberdades democráticas, dever-se-ia constituir um governo transitório formado pelas forças democráticas e com a participação dos setores populares, cuja meta imediata seria a convocação da Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana. No intuito de assegurar a consecução de sua tática o PC do B incentiva seus militantes a manterem estreitos laços com as entidades populares, orientando-as e aprendendo com a sua experiência. O PCB observa que a adoção dessa tática pelo PC do B e por todas as organizações que enveredaram pela luta armada durante os anos 60, como a comprovação empírica do acerto da tática aprovada por ele desde o VI Congresso de 1967.

Em março de 1986, a Direção Nacional do PC do B divulga um documento intitulado “O PC do B face ao governo e à situação do país”. Neste, explicita a sua posição frente ao governo Sarney. Interpreta a “Nova República” como o modelo político formulado pela Aliança Democrática, grupo heterogêneo de forças políticas que elegeu Tancredo Neves e José Sarney, respectivamente, como presidente e vice-presidente da República. Assinala que a “Nova República” constituía-se em um modelo político conservador, incapaz de atender as aspirações populares. Também, o governo Sarney, não obstante tenha adotado uma postura democrática constituía-se no representante das forças reacionárias e, por isso, dificilmente implementaria mudanças significativas na maneira de enfrentar os problemas que afligiam a nação.

O caráter conservador da “Nova República” consubstanciava-se na preservação de poderes autoritários, oriundos da Constituição outorgada em 1969, no âmbito do Poder Executivo que continuava superpondo-se aos demais poderes. Esse conservadorismo manifestava-se, também, no Poder Legislativo. Este, não assumia o poder de legislar e apenas homologava as decisões do Executivo. Os projetos de Lei, que propugnavam mudanças sociais e políticas mais significativas, tramitavam morosamente e eram objetos de modificações que os tornavam antidemocráticos.

O Poder Judiciário mantinha-se infenso às mudanças que o democratizasse e tendia a tomar decisões que atendiam a interesses poderosos e antidemocráticos e

contrariavam as reivindicações populares. Portanto, conclui o PC do B, no que tange à institucionalidade política do regime, pouco foi feito para superar a herança autoritária do regime militar. Por exemplo, nenhuma medida visando limitar ou suprimir a ingerência dos militares na vida política nacional foi tomada.

O PC do B analisa que o governo Sarney, resultara das contradições políticas que permearam a sociedade brasileira entre o final dos anos 70 e meados dos anos 80. Refletia, assim, o compromisso assumido por Tancredo Neves, pelo qual preconizava o atendimento das reivindicações dos setores populares por liberdade e democracia. Entretanto, assegurava, também, a manutenção dos privilégios políticos e econômicos dos grupos conservadores e monopolistas. A morte inesperada de Tancredo Neves e a ascensão de José Sarney à presidência da República pouco alterava esse quadro conciliatório. Com efeito, não obstante o governo Sarney propusesse uma reforma agrária relativamente avançada, cedia às pressões dos setores latifundiários o que inviabilizava a sua proposta.

O governo Sarney mantinha, assim, praticamente intocável os compromissos econômicos assumidos por Tancredo Neves, sobretudo, no que concerne ao pagamento da dívida externa. Tornava-se, assim, um governo contraditório, simultaneamente, dependente dos setores conservadores, mas que não podia prescindir do apoio popular. Explicava-se, desse modo, as vacilações e mudanças constantes de orientação política e econômica daquele governo. O documento da Direção Nacional do PC do B de março de 1986 reafirma que a decisão de apoiar politicamente o governo Sarney, aprovada em 1985, fora correta. Todavia, assinala que a partir daquele momento o Partido assumirá uma posição de maior independência, apoiando o que considera positivo nas decisões políticas e econômicas do governo e criticando severamente as decisões interpretadas como prejudiciais aos anseios populares.

O PC do B contrapõe-se à formação de uma frente de esquerda e à oposição sistemática ao governo Sarney. Propõe, ao contrário, a formação de uma frente ampla a fim de derrotar os setores conservadores que, segundo avaliava, se reorganizavam em esfera nacional, visando retomar o poder e empreender seu programa antidemocrático e anti-popular. Assevera que a frente ampla deveria constituir-se como uma frente pela base e não de cúpula, como seria propugnada pelos apologistas de uma frente de esquerda. Assinala que as reivindicações citadas a seguir deveriam constar do programa da frente ampla, democrática e popular:

[...]: suspensão do pagamento da dívida externa e dos respectivos juros, a aplicação imediata do plano de reforma agrária e sua ampliação, a defesa

da economia nacional, o combate à inflação sem penalizar o povo e uma Constituição democrática e progressista. É esta alternativa – uma frente do povo constituída pela base – que, a nosso entender, corresponde à realidade atual.<sup>97</sup>

O informe político aprovado no VII Congresso do PC do B em maio de 1988, avaliava que o Brasil passava por duas crises sérias. A primeira crise era econômica e social e consubstanciava-se no elevado endividamento interno e externo, o qual se agravava em virtude da estagnação econômica. A segunda crise era política, a qual assumia dois aspectos: um conjuntural e outro institucional.

O aspecto conjuntural decorria das opções políticas do governo Sarney que se voltava frequentemente para posições conservadoras e tentava superar a carência de legitimidade mediante os expedientes da corrupção e do fisiologismo. O aspecto institucional da crise política residia na permanência de instituições retrógradas, algumas criadas ainda no século dezenove quando o capitalismo brasileiro era débil. Estas instituições tornavam-se óbices ao desenvolvimento político, cultural e social da nação brasileira.

Assevera que os três poderes do Estado brasileiro precisavam urgentemente de mudanças, a fim de se tornarem adequados a uma sociedade com um relativo desenvolvimento capitalista. A forma de governo presidencialista permanecera praticamente com os mesmos problemas desde a sua implantação em 1891. O Executivo era um poder autocrático, que sofria freqüentes ingerências das forças militares. O Poder Judiciário ainda seguia o padrão cartorial das cortes portuguesas, cujos juízes, por não possuírem a necessária independência, decidiam, geralmente, em favor dos interesses dos setores reacionários. O Poder Legislativo não representava o conjunto da nação, em virtude da ausência quase absoluta de operários e camponeses no parlamento nacional. O conservadorismo do Legislativo brasileiro consubstanciava-se, ainda, na existência do Senado Federal. Desse modo, o Poder Legislativo tornava-se um órgão meramente homologador das decisões do Poder Executivo.

Assinala, ainda, que a crise referenciada se originava da estrutura econômica e social dependente e retrógrada vigente no país. Argumenta, também, que o ponto nodal da transição política iniciada com a derrota do regime militar era a Assembléia Nacional Constituinte. Todavia, esta estava aquém das expectativas dos setores populares e

---

<sup>97</sup> O PC do B face ao governo e à situação do país. Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil. Mimeo, março de 1986. P. 30.

progressistas. Algumas conquistas democráticas e progressistas tinham sido obtidas na Comissão de Sistematização, no entanto, a maioria dos constituintes organizada no bloco conservador designado de “centrão”, voltara-se contra elas e as derrotara em plenário.

Dessa forma, o projeto de Constituição a ser aprovado era essencialmente reacionário, malgrado a aprovação de alguns institutos democráticos. Uma relevante lição a ser aprendida pelo proletariado e segmentos populares dos trabalhos constituintes era a de que: “[...] as mudanças necessárias e profundas que o país reclama não advirão da via parlamentar, mas sim, através de poderoso movimento revolucionário das massas”<sup>98</sup>. Como se percebe o PC do B, embora atuando legalmente desde março de 1985, pouco confia nas instituições representativas.

O PC do B considerava, também, que no final dos anos 1980 surgiam condições objetivas que facilitavam a ascensão do movimento revolucionário. Todavia, as condições subjetivas não se apresentavam igualmente desenvolvidas, portanto, não se percebia o recrudescimento das ações revolucionárias no país. Apesar da maioria da população repudiar o governo Sarney, não ocorria um movimento de massas que se equiparasse ao da campanha por eleições diretas em 1984. Nesse sentido, o PC do B deveria adotar uma tática flexível e realista, capaz de unir as diversas forças progressistas e elevar a consciência política dos trabalhadores, a fim de contribuir para o avanço do movimento revolucionário.

A correlação de forças naquele momento desvelava-se na formação de dois blocos sócio-políticos. O primeiro era formado pelas forças reacionárias vinculadas ao imperialismo, socialmente organizado em torno da grande burguesia e dos latifundiários aburguesados; o segundo bloco era o das forças democráticas e progressistas, formado pelo proletariado, os camponeses pobres, as classes médias e demais setores populares. Entre estes blocos situavam-se as correntes de centro, as quais alternavam seus posicionamentos para a direita ou para esquerda, socialmente essas correntes eram formadas pela média burguesia e setores profissionais liberais.

Na conjuntura política do final dos anos 80 predominava o bloco das forças conservadoras. Após a caracterização da correlação de forças o PC do B elabora a sua tática política, da qual fazem parte como elementos relevantes: a defesa da liberdade e do regime democrático e a oposição firme ao governo Sarney. A despeito de defender a

---

<sup>98</sup> O Brasil numa encruzilhada histórica. In: A política revolucionária do PC do B, 1989, p. 24.

democracia o Partido demonstra a concepção meramente instrumental que possui acerca dos institutos da democracia representativa, ao afirmar:

Pugnar pela democracia não significa aperfeiçoar o regime político das classes dominadoras. Seria ilusão. A luta pela liberdade deve ser fator de desmascaramento das classes reacionárias que não têm condições de assegurar e respeitar os direitos dos cidadãos. Para que haja liberdade, essas classes precisam ser derrotadas e substituídas por correntes progressistas. A liberdade é componente indispensável da organização e da conscientização do povo, tendo em vista a solução revolucionária.<sup>99</sup>

A tática do Partido visava, assim, unir as forças democráticas e progressistas, neutralizar os setores vacilantes e derrotar o bloco reacionário. A partir dessa derrota o regime democrático sairia fortalecido e impulsionaria a estruturação de um novo regime político. Este regime deveria fundar-se na democracia popular e ser capaz de combater a dependência do país ao capital estrangeiro, o monopólio da propriedade fundiária e os monopólios burgueses aliados ao imperialismo.

Consoante o Informe Político do VII Congresso do PC do B, a orientação tática desse partido implicava na necessidade de alianças com diversos partidos políticos, em virtude disso o PC do B considera relevante a preparação ideológica dos seus militantes, visando compreender com maior acuidade o leque de forças que atuavam no movimento operário e popular. Em primeiro lugar o Partido discute o papel desempenhado pelas correntes designadas como social-democratas.

Afirma que dentre as forças políticas tendentes a incorporar-se no âmbito dessas correntes ideológicas, situavam-se principalmente o PT e o PSB, além de setores do PMDB e o PDT. O PC do B considerava pertinente realizar alianças com os setores social-democratas, desde que mantivesse a sua independência de classe e que não se distanciasse dos seus objetivos revolucionários. Afirma que desde o fim da Segunda Internacional a social-democracia transformou-se num instrumento de defesa do capitalismo, pregando a colaboração entre classes sociais antagônicas.

Assinala que o socialismo democrático constitui-se apenas numa variante do capitalismo. Concebe, por fim, que a social-democracia configura-se como uma corrente política contra-revolucionária, embora se apresente travestida de socialista e proclame-se representante do proletariado. Assevera que o PT, o principal representante da social-democracia no Brasil, adota posições políticas coincidentes com os interesses dos setores

---

<sup>99</sup> O Brasil numa encruzilhada histórica. In: A política revolucionária do PC do B, 1989, p. 29.

reacionários. Apesar das ressalvas anteriores o Partido Comunista do Brasil considera o PT como um partido heterogêneo. Portanto, os comunistas deveriam atuar em frente única com o Partido dos Trabalhadores tanto no movimento popular, quanto nas disputas eleitorais. Essa formulação do PC do B parece uma reorientação das suas alianças políticas que privilegiaram, até o ano de 1988, o PMDB como o principal aliado dos comunistas nas disputas eleitorais.

### 5.1.1 O PCB e a Nova Conjuntura Política

Comprometido, assim como o PC do B, com o governo oriundo das eleições presidenciais de janeiro de 1985, o PCB atuando como um partido legal aprova, em junho daquele ano, uma nova declaração política. Nesta declaração, estende o apelo da frente democrática de oposição ao regime militar para uma frente de apoio ao governo da “Nova República”. Conforme o PCB, a solidariedade à Aliança Democrática incorporaria tanto a defesa do governo contra ações desestabilizadoras dos setores conservadores, quanto das tentativas da esquerda de tumultuar aquele governo.

A declaração política de junho de 1985 assinala que a fim de alcançar o objetivo estratégico do PCB, ou seja, a construção do socialismo mediante a consolidação da democracia de massas, tornava-se imprescindível à estruturação de sólidas instituições de democracia representativa no país.

O PCB considera que as formulações do VII Congresso estavam sendo confirmadas diante da nova situação política do país. A democracia representativa aparentava consolidar-se cada vez mais. Desse modo, a construção da democracia de massas, o caminho viável para o socialismo, aproximava-se inexoravelmente. Dever-se-ia, portanto, combater qualquer ação desestabilizadora do governo da “Nova República”. O PCB interpretará a proposta de influentes lideranças partidárias como Leonel Brizola, de convocação de eleições diretas para 1986 em virtude da morte de Tancredo Neves, como tentativa golpista. No que tange ao movimento sindical, o PCB alertava para os perigos de radicalização e confrontação que poderiam se originar do movimento grevista de 1985, embora apoiasse tal movimento.

Santos e Segatto (2007) concebem que a moderação e a lucidez na política de esquerda atribuída ao PCB resultavam da tradição de luta em favor de uma frente única nos marcos da democracia representativa. Essa orientação frentista teria se consolidado no partido comunista, sobretudo, a partir do suicídio de Getúlio Vargas. Segundo os autores

referenciados, o PCB teria evoluído da condição de um partido da esquerda revolucionária, para a condição de um partido com vocação para a política. Esta tese, entretanto, parece desconsiderar a máxima de Clausewitz, de que a guerra seria a continuidade da política por outros meios. Parece que um partido revolucionário seja um partido político, embora a participação no parlamento não seja o ponto central de sua ação. Ainda assim, o parlamento permanece como um instrumento relevante de participação política dos comunistas. Conforme Lênin: ‘A guerra não é apenas uma continuação da política, é o epítome da política.’<sup>100</sup>

As cisões ocorridas no PCB parecem tê-lo tornado politicamente frágil e carente de inserção efetiva nos movimentos sociais. Luis Carlos Prestes e seus seguidores abandonaram o partido; os teóricos da corrente renovadora ingressaram no Partido dos Trabalhadores, diversos outros militantes aderiram ao Partido Democrático Trabalhista ou permaneceram no PMDB, a despeito da legalização do PCB em 1985. Os dirigentes partidários reconheciam essa fragilidade, entretanto, a atribuíam ao longo período de ilegalidade.

No âmbito dos partidos de esquerda o PT parecia incomodar mais os dirigentes pecebistas do que o seu congênere PC do B. Desse modo, o Partido dos Trabalhadores era considerado por um lado, como um amálgama de tendências esquerdistas retrogradamente apegadas à visão de ruptura revolucionária, em vez da revolução processual preconizada pelo PCB. Por outro lado, como um partido social-democrático incapaz de constituir-se em alternativa revolucionária e, tendendo, a tornar-se um mero administrador do capitalismo.

O VIII Congresso do PCB foi realizado em junho de 1987. Neste, não houve discussão sobre a estratégia do Partido, uma vez que a tese da consolidação da democracia representativa e da construção da democracia de massas como via para o socialismo, ou seja, o caráter processual da revolução democrática e nacional era interpretado como acertado. A Resolução Política aprovada no VIII Congresso afirmava que o grande desafio das forças que defendiam o socialismo seria estruturar um bloco histórico hegemônico pela classe operária, a fim de superar as injustiças econômicas e sociais que plasmavam a sociedade brasileira.

O VIII Congresso do PCB faz algumas observações, também, sobre o PC do B, pelas quais concebe que este partido alterou algumas de suas posições mais esquerdistas. Todavia, complementa que essa mudança ocorreu apenas parcialmente, na medida em que

---

<sup>100</sup>Lênin, apud. Kiernan, V. G. Guerra. In: Bottomore, 2001, p. 172.

ocorreu sem autocrítica das posições assumidas anteriormente. O PC do B era acusado, também, de aparelhar as instituições nas quais atuava e de manter concepções antiquadas sobre a revolução brasileira e a conjuntura política nacional. Mas, o PC do B era acusado, sobretudo, de confrontar a URSS e o movimento comunista internacional de maneira difamatória. Essa posição difamatória estendia-se, também, ao próprio PCB.

As dissensões no PCB não diminuíram ao longo dos anos 1980, ao contrário pareciam recrudescer. Diversos artigos no jornal oficial do Partido questionavam o apoio irrestrito ao governo Sarney e a postura do Comitê Central de desestimular ações de massas, consideradas como elementos desestabilizadores do governo da “Nova República”. Nessa direção, encaminhavam-se as críticas de militantes históricos como Paulo Cavalcanti. Estes afirmavam que ainda que a orientação do Comitê Central fosse acertada, era urgente demarcar a identidade do PCB como um partido classista e revolucionário.

Desse modo, o PCB deveria lutar por democracia com a participação dos setores populares a fim de construir a democracia de massas e, sobretudo, lutar por democracia com justiça social. Cavalcanti fazia inclusive um paralelo entre a postura do PCB frente ao governo Sarney com a orientação política de união nacional nos anos 1940. Assinala: “Os dias de hoje me parecem um pouco com os idos de 1945 e 46, em que criticar o governo Vargas era aceitar a provocação do inimigo.”<sup>101</sup>

No VIII Congresso o PCB, finalmente, fez uma autocrítica sobre o apoio irrestrito que dera ao governo Sarney até aquele momento. Nesse sentido, o Partido deveria combater todas as medidas antidemocráticas desse governo. Dentre essas medidas, destacavam-se: as injunções indevidas do Poder Executivo nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e a utilização do recurso à Lei de Segurança Nacional. Consoante a resolução aprovada no VIII Congresso, o PCB teria confundido o conjunto de forças que defendiam a democracia, consubstanciado na frente democrática, com a coligação de partidos que assegurou a vitória de Tancredo Neves e José Sarney no Colégio Eleitoral.

Teria ocorrido, assim, o atrelamento da frente democrática à aliança democrática. Parece que o PCB concebe como frente democrática o conjunto de partidos e entidades que fizeram a campanha das diretas, enquanto a aliança democrática incorporava setores conservadores que votaram contra o Projeto de Emenda Constitucional em favor de eleições diretas para a presidência da República, mas apoiaram a eleição de Tancredo

---

<sup>101</sup> Paulo Cavalcanti. In: Voz da Unidade, 01 a 07 de junho de 1986.

Neves. Conforme o documento emanado do VIII Congresso: “Subestimou-se a compreensão que a transição será garantida pela unidade das forças políticas, democráticas e sociais, tanto no plano da sua ação institucional, como nos movimentos sociais, de massas e na sociedade civil.”<sup>102</sup>

O PCB lança Roberto Freire como candidato à presidência da República em 1989. O partido parece querer apresentar-se como uma alternativa política aos demais partidos de esquerda como o PDT e o PT. A candidatura de Roberto Freire é justificada como a tentativa de estruturar-se: “[...] um novo bloco político democrático e progressista, para a construção de uma democracia moderna, pluralista e socialmente ampliada.”<sup>103</sup>

### 5.1.2 O Partido Comunista do Brasil Frente ao Governo Lula

A resolução Política aprovada no XI Congresso do PC do B em 2006 ressalta a singularidade da conjuntura política advinda da vitória e instalação do governo Lula em 2003. Este governo simbolizaria a vitória de setores políticos progressistas que nunca tinham assumido o governo no Brasil. O governo Lula, portanto, representaria o enfrentamento, em nível diferenciado, da avalanche neoliberal consolidada no Brasil durante o governo Fernando Henrique. Ao contrário do governo anterior, o governo Lula assumiria um caráter dual com um relevante setor desenvolvimentista, contrapondo-se a ortodoxia da equipe econômica claramente favorável ao mercado financeiro.

Todavia, faltava, aos setores progressistas do governo Lula, a formulação de um projeto nacional de desenvolvimento capaz de se contrapor aos postulados neoliberais vigentes na década de 1990 e ao esgotamento do nacional desenvolvimentismo durante os anos 70 e 80 do século passado. A dualidade na orientação do governo Lula significava, por um lado, a capacidade de se obter vitórias parciais contra a ofensiva neoliberal, simbolizada na exitosa política externa desse governo. Por outro lado, evidenciava a falta de convicção e de poder para superar o neoliberalismo.

A vitória e instalação do governo Lula significou para o PC do B a imperiosidade do apoio e participação no governo, em virtude das alianças estabelecidas com o PT desde as eleições presidenciais de 1989. Ressalta o informe político que a luta por acumulação de forças, a fim de iniciar a transição socialista no Brasil, constituía-se na justificativa

---

<sup>102</sup> Voz da Unidade, 24 a 30 de julho de 1987.

<sup>103</sup> Resoluções do XIII Congresso do PCB. In: <http://www.pcb.org.br/resolucao.html> p. 10 de 69, acesso em 21/08/2006.

plausível à participação do Partido Comunista do Brasil naquele governo. A acumulação de forças nesse período exigia que o partido desempenhasse três atividades que se entrelaçavam. O desempenho com êxito dessas atividades resultaria na retomada da ofensiva das forças democráticas e progressistas na luta pelo socialismo, quais sejam:

[...]: apoio e participação no governo Lula, ao lado do esforço para buscar uma nova alternativa de desenvolvimento nacional, contribuindo para forjar ampla coalizão política com esse objetivo; inserção junto ao pensamento crítico mais avançado na luta de idéias tendo em vista o convencimento e a viabilização de um novo projeto substitutivo do neoliberalismo e, sobretudo, intervenção persistente na organização e mobilização do movimento social, principalmente das camadas trabalhadoras a fim de que este ocupe o seu lugar de força-motriz fundamental para a concretização das mudanças de fundo.<sup>104</sup>

Consoante a Resolução Política do XI Congresso do PC do B a crise política desencadeada a partir de 2004, com o caso Waldomiro Diniz, e agudizada com as denúncias envolvendo o chefe da Casa Civil do governo federal José Dirceu, resultou de erros cometidos pelo principal partido da coalizão governamental, o PT. Todavia, o elemento primaz para o seu recrudescimento teria sido a postura revanchista das forças conservadoras objetivando retornar ao poder. Explicava-se, assim, a campanha inquisitória empreendida pelos partidos de oposição conservadora (PSDB e PFL), pelos setores de esquerda que se prestaram a auxiliar os conservadores nessa empreitada, pela poderosa máquina midiática e por setores significativos da elite econômica conservadora. A crise política teria revelado, também, os limites e erros do governo em efetivar uma coalizão política fundada numa plataforma política progressista e a dificuldade do PT em conduzir a transição no rumo de um novo projeto de mudanças.

Assevera a Resolução Política que o PC do B assumiu a posição política correta ao não corroborar a propaganda revanchista da direita, mantendo o apoio ao governo Lula. Ressalta a Resolução que o PC do B, apesar das divergências em relação à política macro-econômica do governo, foi clarividente ao não tomar atitude demissionista ou de força auxiliar da direita. Enfatiza, finalmente, que a história do Brasil está repleta de maquinações políticas dos setores conservadores para derrotar as forças progressistas que assumiram o poder.

Freitas (2006) apresenta um informe no XI Congresso do PC do B, no qual aborda a temática da participação dos comunistas no governo Lula a fim de justificar e legitimar

---

<sup>104</sup> Partido renovado, Brasil soberano e democrático, futuro socialista. Resolução política aprovada pelo 11º Congresso do PC do B, 2006, p. 85.

tal participação perante a militância comunista. Para isso, recorre às polêmicas geradas pela participação de militantes egressos dos movimentos socialistas em governos de democracia representativa. Ressalta as críticas de Karl Marx à participação de Albert e Louis Blanc no governo originado pela revolução de 1848 na França. Refere-se, também, à participação do socialista Millerand em um governo de coalizão burguesa na França em 1899, que gerou intensas polêmicas no seio da II Internacional.

Conforme Freitas o tema da participação dos socialistas em governos de democracia representativa, foi motivo de intensos debates entre mencheviques e bolcheviques. A obra de Lênin “Que fazer?” visava estabelecer os limites e possibilidades dessa participação. No seio do movimento comunista internacional, o tema da participação de partidos comunistas em governos de democracia representativa, assume relevância especial no relatório Dimitrov apresentado no VII Congresso da Internacional Comunista em 1935. Freitas enfatiza a participação de comunistas franceses e italianos nesses governos no final da Segunda Guerra Mundial, além da experiência eurocomunista na Itália e França. Freitas recorre, portanto, à história do movimento comunista internacional para legitimar a participação de comunistas do PC do B no governo Lula.

A participação do PC do B no governo Lula a partir de 2003 é fortuita, ao contrário, desde o IX Congresso desse partido em 1997 aventava-se a possibilidade dessa participação se as condições políticas fossem favoráveis. Reafirma que o PC do B é um partido marxista-leninista, liberto de dogmatismo e de voluntarismo e disposto a assumir responsabilidades tanto em esfera local como nacional. Por fim, o X Congresso do PC do B em 2001 aprova a tese de que a participação em governo que ajudou a eleger integra a ação política do PC do B. Justifica-se essa tese pela necessidade de se construir um novo rumo para o Brasil, mediante a associação entre a participação em governos e em outros movimentos democráticos e populares.

Como partido organizado conforme os princípios do centralismo democrático o PC do B tenta coordenar o voto dos seus parlamentares, cuja unidade dos seus deputados ao votar matérias polêmicas no Congresso Nacional sempre fora enfatizada como exemplo de coerência política. Entretanto, após assumir funções governamentais em esfera federal teve que conviver com votos de deputados federais que contrariavam a orientação do Comitê Central do Partido.

As contradições geradas pelo enfrentamento desse dilema resultaram na desfiliação do deputado Sérgio Miranda das fileiras partidárias em 2005. Os partidos comunistas da Itália e da França que assumiram papel relevante no parlamento,

enfrentaram problema semelhante, ou seja, tiveram dificuldades adicionais em controlar os votos dos parlamentares segundo as premissas do centralismo democrático.

Altamiro Borges, membro do Comitê Central do PC do B, ressalta a ambigüidade que caracterizou o governo Lula em seu primeiro mandato, ambigüidade que persistia no início do segundo mandato. Borges (2008) enfatiza, também, o aspecto contraditório do governo Lula. Observa que, por um lado as políticas sociais do governo beneficiam os setores mais excluídos da sociedade, ainda que esse governo não promova as reformas estruturais capazes de reduzir as desigualdades na distribuição de renda. Por outro lado, a política econômica assegura os privilégios de banqueiros e grandes empresários que auferem lucros recordes a cada ano.

Devido a esse caráter ambíguo e contraditório do governo Lula, far-se-ia necessário aos setores progressistas e populares pressionar o governo a fim de, sem fazer o jogo da elite e da mídia, viabilizar mudanças profundas. Estas mudanças teriam por finalidade retomar o desenvolvimento, valorizar o trabalho e realizar reformas estruturais capazes de reduzir as arraigadas desigualdades que permeiam a sociedade brasileira. Borges apresenta um conjunto de reformas democráticas propugnadas pelo PC do B, cuja implementação demandaria uma massiva mobilização popular semelhante à que galvanizou a sociedade brasileira durante o governo de João Goulart. Dentre as reformas mais urgentes o PC do B destaca:

[...]: a) reforma política, que aperfeiçoe o sistema eleitoral e o pluralismo partidário e garanta maior protagonismo aos setores populares; b) reforma agrária, que elimine de vez o latifúndio e garanta o acesso a terra de milhões de trabalhadores rurais; c) reforma urbana, que enfrente o drama dos centros urbanos e garanta acesso aos serviços públicos de qualidade; d) reforma tributária, que desonere os assalariados e os pequenos e médios proprietários e fixe a tributação progressiva sobre os detentores de riqueza e renda; e) reforma da educação, que garanta o acesso ao ensino completo para os filhos dos trabalhadores e permita, de fato, a igualdade de oportunidades; f) e democratização dos meios de comunicação, com o fim da ditadura midiático no país.<sup>105</sup>

O PC do B assume perante o governo Lula as posições que o PCB, assumiu ou poderia ter assumido em relação ao governo Goulart. Paradoxalmente, os egressos do PCB que formaram o PPS, talvez, na tentativa de galgar posições no campo da esquerda, alinham-se a oposição conservadora ao governo Lula. Por sua vez, os egressos do PCB que

---

<sup>105</sup> <http://www.vermelho.org.br/conteúdo/imprimir.asp?texto=30524> acesso em 03/01/2008.

tentam reorganizar o velho partidão, procuram alinhar-se com a oposição de esquerda ao governo Lula.

## 5.2 A DERROTA DO SOCIALISMO, O DEBATE IDEOLÓGICO E A RE-VISÃO DE IDEAIS

O Informe político aprovado no VII Congresso do PC do B, realizado em 1988, observava que existia uma campanha desenvolvida em esfera internacional, visando dividir e enfraquecer o proletariado. Esta campanha seria encetada pelas centrais sindicais européias e norte-americanas – AFL-CIO (organização surgida da junção que ocorreu em 1955 entre a Federação Americana do Trabalho e o Congresso das Organizações Industriais); FSM (Federação Sindical Mundial, fundada em Londres em 1945) e CMT (Confederação Mundial do Trabalho, organização de sindicatos católicos, fundada em 1920 e laicizada em 1968).

Estas centrais sindicais destinariam recursos financeiros aos sindicatos dos países periféricos no intuito de cooptar os setores combativos da classe operária, tornando-os refratários às idéias do socialismo revolucionário, transformando-os em apologistas do reformismo.

A campanha anticomunista incorporava diversos campos como o ideológico, o político e social. Tentava-se, desse modo: (1) apresentar Stálin como um líder sanguinário e dissoluto; (2) demonstrar que a teoria de Marx e Engels era inválida na nova situação de um capitalismo de bem-estar; (3) descaracterizar o papel revolucionário da classe operária em virtude da sua redução numérica em relação aos trabalhadores da área de serviços; e, (4) disseminar uma variante do capitalismo designada por “socialismo humano, cristão, renovador”, dentre outras designações enganosas.

O parágrafo acima é revelador da ligação íntima do PC do B com a tese de que a União Soviética sob a direção de Stalin construía o socialismo e que essa tarefa começara a ser abandonada por Krushev em 1956. Gorbachev, dirigente soviético nos anos 1980, estaria concluindo o retorno da URSS ao capitalismo. Conforme o Informe Político do VII Congresso do PC do B, ao contrário do que ocorria na URSS, o socialismo prosperava na Albânia, malgrado a campanha anticomunista que tentava incutir nas massas populares a tese da inviabilidade do socialismo.

A construção do socialismo na Albânia criava uma situação de estabilidade para os trabalhadores, desconhecida nos países capitalistas. Assim, os trabalhadores albaneses

estariam livres dos males que assolavam a classe operária nos países capitalistas como o desemprego, a fome, a inflação, dentre outros. A construção do socialismo na Albânia, portanto, era a única experiência que se fundava:

[...] na lei econômica fundamental do socialismo, assim expressa: ‘assegurar a máxima satisfação das necessidades materiais e culturais, em constante ascenso, de toda a sociedade, mediante o desenvolvimento e o aperfeiçoamento ininterrupto da produção socialista sobre a base da técnica mais elevada’..<sup>106</sup>

No Informe Político do VII Congresso do PC do B o debate ideológico assume destaque especial, sobremaneira o confronto de idéias entre o que o PC do B designa de revisionismo contemporâneo contra-revolucionário e o marxismo-leninismo. Este é interpretado como a teoria científica da classe operária, enquanto a expressão melhor elaborada do revisionismo era a política da glasnost e da perestroika de Mikhail Gorbatchev. O referido informe assinala que as idéias divulgadas por Gorbatchev constituíam-se num novo tipo de revisionismo. Este aderira completamente ao capitalismo e visava demonstrar que o socialismo fracassara.

Nesse sentido, a tarefa fundamental dos marxistas-leninistas era desmascarar as teses de Gorbatchev, como já o fizera com as teses de Krushev na década de 50 e com o maoísmo na década de 70. Argumenta o PC do B que, a tese central da perestroika era negar a luta de classes como o elemento fundamental das transformações históricas. Afirma: “Desse modo, desaparece aquilo que Marx, Engels, Lênin e Stálin indicavam como o motor do desenvolvimento da sociedade humana – a luta de classes.”<sup>107</sup>

Contudo, assevera o informe, não se conhece outra forma de conquista e construção de uma nova formação econômica e social que não seja a luta de classes e a violência revolucionária. Gorbatchev recomenda que se valorizem os princípios comuns à humanidade em geral, na medida em que o povo estaria cansado de tensões e confrontos. Portanto, caberia às nações a tarefa de abdicar de qualquer aspiração imperialista no âmbito das relações internacionais.

Assinala, ainda, que a humanidade não é composta apenas por homens e mulheres, mas, também, por pessoas que controlam os meios de produção e exploram as que estão excluídas da propriedade desses meios. Afirma, por fim, que o imperialismo é imanente ao capitalismo na sua fase monopolista. Nesse sentido, o capitalismo não poderia

---

<sup>106</sup> O Brasil numa encruzilhada histórica. In: A política revolucionária do PC do B, 1989, p. 16.

<sup>107</sup> O Brasil numa encruzilhada histórica. In: A política revolucionária do PC do B, 1989, p. 45.

subsistir sem a exploração das nações débeis pelas mais fortes e a conseqüente deflagração de guerras de maior ou menor magnitude.

Diante de uma análise que se mostrou acertada, o PC do B, malgrado a derrota do socialismo na Albânia – modelo ao qual estava umbilicalmente ligado -, poderia argumentar que, se não predissera a derrota do socialismo na União Soviética, interpretara corretamente que o revisionismo contemporâneo significava a adesão aberta ao capitalismo. Falta entender como o PC do B se vinculara inteiramente ao modelo albanês de socialismo, a ponto de às vésperas da derrota do socialismo nesse país a editora oficial do partido ter editado um livro de um membro do Comitê Central denominado “O bastião albanês”, no qual se afirma que o socialismo naquele país não seria derrotado. Falta explicar, também, como o PC do B conseguiu assimilar o impacto da derrota do socialismo na Albânia, mantendo-se relativamente unido em torno das idéias que propugnava.

O informe político aprovado no VIII Congresso do PC do B realizado em 1992 destaca que setores da esquerda social-democrata, defendem a falsa idéia de que a paz e a democracia se consolidavam no cenário político mundial em virtude do fim da guerra fria. Desse modo, postulam que categorias essenciais ao marxismo-leninismo tais como: luta de classes; revolução proletária e ditadura do proletariado expressavam formas antidemocráticas de conquista e manutenção do poder político e, conseqüentemente, estariam ultrapassadas.

Contudo, assevera o informe político, as instabilidades resultantes das guerras patrocinadas pelos Estados Unidos com o aval da ONU, demonstravam que a guerra continuava, ainda, um instrumento essencial à dominação capitalista em sua fase imperialista. Através da guerra o capitalismo tentava superar todas as suas contradições, sobretudo, a contradição entre o capital e o trabalho.

Considera equivocada, também, a tese da democracia como um valor universal que se consolidava continuamente. Argumenta que a história demonstrava que a democracia representativa possuía uma dupla utilidade, ou seja, tanto era útil às forças progressistas, quanto aos setores reacionários. Não obstante a democracia servisse, também, aos interesses conservadores a luta em defesa dos institutos da democracia representativa continuava relevante, na medida em que possibilitava o avanço das forças revolucionárias.

Como se percebe, ao contrário do Partido Comunista Brasileiro que no seu IX Congresso em 1991 interpreta a democracia representativa como um valor radical e

universal, o PC do B reafirma a sua antiga concepção de democracia, atribuindo a esta um caráter meramente instrumental.

Carlos Nelson Coutinho formulou no início dos anos 1980, a tese da democracia como um valor universal. Para esse teórico os partidos e grupos de esquerda no Brasil, não obstante reconhecessem a relevância das liberdades democráticas, associavam a democracia política à democracia burguesa, em virtude disso não conseguiam superar a visão estreita e instrumental da democracia. Apresenta dois postulados na sua obra fundamental. O primeiro, ressalta que o vínculo entre democracia e socialismo integra o patrimônio conceitual legado por Marx e Engels. O segundo, enfatiza que a renovação democrática da vida política nacional constituía-se no objetivo estratégico da atual etapa da revolução brasileira.

Os documentos oriundos do VIII Congresso do PC do B realizado em 1992, no ápice da derrota do socialismo que o atingira fortemente a partir da derrota do socialismo na Albânia no final de 1991, fornecem inúmeros indicadores do esforço desse partido para se adaptar a uma nova conjuntura política e ideológica. De fato se o PCB fora impactado mais fortemente e antes que o PC do B em virtude do seu vínculo com a URSS e os países do Leste europeu, o PC do B não o fora menos com a derrota do socialismo na Albânia.

Naquele Congresso algumas formulações ganham um destaque inédito em outros documentos do partido. Dentre estas, destacam-se: (1) a crítica à construção do socialismo no período de Stálin, período áureo do socialismo para o PC do B até aquele momento; (2) a proposição de que a etapa democrático-burguesa da revolução fora concluída e que o caráter da revolução no Brasil era socialista; (3) o redimensionamento da sua relação com os partidos comunistas em esfera internacional e com os países que, segundo afirmava, prosseguiram na construção do socialismo; (4) redimensionamento do centralismo democrático com a implantação de novos procedimentos nas relações entre os órgãos partidários e entre dirigentes e militantes.

O informe político do VIII Congresso do PC do B assinala que a estratégia dos Estados Unidos após a derrota do socialismo na URSS e no Leste europeu, seria configurar uma nova ordem essencialmente imperialista, cuja conseqüência seria elevar ao extremo o neo-colonialismo. O cerne da estratégia dos Estados Unidos seria transformar os países periféricos em satélites das potências imperialistas, cujos Estados não teriam qualquer função como instrumento da soberania nacional, assumindo apenas funções de administração dos serviços públicos, manutenção da ordem interna e cobrança de impostos. Cita como ápice do neo-colonialismo a proposta de McNamara de acabar com as

forças armadas dos países em desenvolvimento, substituindo-as por uma força supranacional de segurança sob a coordenação do Conselho de Segurança da ONU.

Afirma também, que o capitalismo nessa nova ordem está em decomposição e: “O socialismo é a bandeira libertadora que os povos terão de reerguer para tornar realidade a vitória dos ideais revolucionários dos explorados e oprimidos de todo o mundo.”<sup>108</sup> Nesse sentido, o Partido apresenta a tese de que a luta pelo socialismo constituía-se na sua estratégia política. Pela primeira vez na sua história o Partido Comunista do Brasil assinala que o socialismo pode ser construído por partidos que se fundamentem numa teoria revolucionária, ou seja, o marxismo. Concebe, assim, que pode ser viável no socialismo a manutenção de diversos partidos cujo propósito seja a estruturação da sociedade socialista.

Parte substancial do informe político aprovado no VIII Congresso refere-se à análise da construção do socialismo. Nesta análise o PC do B ressalta as diversas conquistas sociais, econômicas, políticas e culturais dos países que, desde 1917, construam o socialismo. O período considerado primaz dessa construção é o que se inicia com a Revolução Russa de 1917 e se encerra em meados dos anos 50 do século passado. A partir de 1956 a União Soviética teria trilhado o caminho de volta ao capitalismo, inicialmente de forma velada. Todavia, a transição de volta ao capitalismo se desvelara com o lançamento da perestroika de Gorbachev. Sob o revisionismo, a URSS e os países do Leste europeu enfrentaram sérias dificuldades econômicas, sociais e políticas, até a derrota completa no início dos anos 1990. Entretanto, a derrota dos regimes e governos revisionistas fora apresentada como a derrota do próprio ideal de socialismo. Portanto, os marxistas-leninistas deveriam tentar explicar as causas da derrota do socialismo na URSS a fim de reafirmar a atualidade desse ideal.

Pela primeira vez, desde a sua reivindicada reorganização em 1962, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) reconhece a existência de erros e equívocos na construção do socialismo na URSS sob a direção de Stálin. Um dos erros apontados pelo informe do PC do B refere-se ao esvaziamento dos soviets como centros do poder político na URSS. Desse modo, o Estado teria sofrido alterações relevantes que o converteram num órgão burocrático, afastado das massas e repressor. Os soviets, por sua vez, tornaram-se órgãos homologadores das decisões tomadas pela burocracia.

As repressões políticas, às vezes injustificáveis, atingiam os setores populares e criavam um ambiente de temor que inibia a crítica aos erros e deficiências existentes. O

---

<sup>108</sup> Informe político ao VIII Congresso. In: Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro – documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000, p. 420.

informe político acrescenta, ainda, que a fusão entre o partido e o Estado se tornou contraproducente na construção do socialismo. Pela primeira vez, também, o PC do B tece críticas ao papel desempenhado por Stálin. Assevera que Stálin, como principal dirigente do PCUS durante dezenas de anos, conduziu com êxito a construção do socialismo na URSS, entretanto:

Stálin revelou também deficiências, cometeu erros, alguns graves, equivocou-se em questões importantes da luta de classes. Particularmente no fim da vida, exagerou seu papel de dirigente máximo. Caiu no subjetivismo e, de certo modo, no voluntarismo. Permitiu o culto à sua personalidade que conduzia à subestimação do Partido enquanto organização de vanguarda.<sup>109</sup>

O PC do B reafirma no seu VIII Congresso, que o marxismo-leninismo continua atual como a doutrina que serve de referencial para a conquista e construção da sociedade socialista. Desse modo, enfatiza o caráter emancipador e revolucionário da classe operária. Ressalta que a luta de classes persiste como o elemento dinâmico das transformações sociais, com o proletariado ocupando o seu papel de detentor do interesse coletivo universal. O proletariado permanece, assim, como a única classe capaz de emancipar a sociedade humana. Reafirma a natureza revolucionária da transição socialista e caracteriza a proposição da via democrática ao socialismo como a subordinação às regras do jogo democrático-burguês e à perpetuação do capitalismo. Mantém a convicção de que todo Estado se constitui numa ditadura de classe, assim, o Estado socialista deveria constituir-se como um Estado de ditadura do proletariado.

Assevera também que tanto o partido comunista, quanto a sociedade socialista devem ser regidos pelo centralismo democrático. Sustenta a necessidade de se reestruturar o internacionalismo proletário de maneira que a cisão do movimento comunista internacional, oriunda do revisionismo soviético, seja superada. Assegura, finalmente, que apenas a união das forças verdadeiramente marxistas-leninistas seria capaz de confrontar a ofensiva anticomunista desencadeada em esfera mundial.

---

<sup>109</sup> Informe político ao VIII Congresso. In: Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro – documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000, p. 439.

### 5.2.1 O PC do B e a Tentativa de Elaboração de um Programa Socialista

O PC do B decidiu em seu VIII Congresso convocar uma nova Conferência Nacional a fim de reformular o seu programa, no intuito de adequá-lo à nova realidade mundial oriunda da derrota do socialismo. O programa socialista aprovado em 1995 caracteriza social, política e economicamente o capitalismo em sua nova fase e procede, também, um estudo sobre a sociedade brasileira no qual abandona a caracterização dessa sociedade como feudal, tese presente nas formulações do Partido ao longo de toda a sua história. Assinala, então, que o capitalismo surge embrionariamente no Brasil amalgamado com o escravismo. Esta formulação aproxima o pensamento do PC do B dos estudos de Caio Prado Junior sobre a formação sócio-econômica brasileira.

O referido programa observa que a transição do capitalismo ao comunismo no Brasil passará por três estágios. Com o primeiro, inicia-se a transição do capitalismo ao socialismo; com o segundo, verifica-se a socialização plena e; com o terceiro, completa-se a construção do socialismo e inicia-se a passagem ao comunismo. O programa aprovado em 1995 pelo PC do B refere-se às tarefas do partido para o primeiro estágio da transição do capitalismo ao comunismo.

O PC do B propõe a formação de uma frente incorporando o proletariado, o campesinato, as massas populares urbanas, as camadas médias e a intelectualidade progressista, a fim de implementar o seu programa socialista. Essa frente seria capaz de conquistar o poder e estruturar uma república dos trabalhadores e amplas massas populares.

A república dos trabalhadores deveria constituir-se como um Estado democrático, regido por leis elaboradas por órgãos eletivos. A estrutura de poder teria como órgão superior a Assembléia Nacional, cujos mandatários seriam eleitos em todo o país. Os poderes legislativo e executivo atuariam harmoniosamente, com o governo central sendo indicado pela Assembléia. Nessa formulação do PC do B desaparece a separação, típica das democracias representativas, entre os poderes Executivo e Legislativo. Os cargos do Poder Judiciário seriam preenchidos, também, mediante eleições.

As forças armadas constituir-se-iam de um corpo militar estável e suas bases seriam formadas pelos Comitês Populares de Defesa Civil. Os direitos civis seriam preservados e ampliados, bem como o direito de greve e o pluripartidarismo. Este último, no entanto, seria reservado aos partidos democráticos e progressistas que respeitassem a legalidade socialista.

O Programa desdobra-se em uma série de proposições que o PC do B considera plenamente viáveis. A discussão sobre a exequibilidade do programa socialista do PC do B encontra-se fora do escopo desse trabalho. Mais relevante, parece a indicação da resistência desse partido à ofensiva anticomunista decorrente da derrota do socialismo na URSS e Leste da Europa, no momento em que se expandia a divulgação de idéias proclamando o fim da história, a superação do marxismo, o fim da centralidade do mundo do trabalho, dentre outras. O PC do B percorrendo o contra-fluxo das idéias dominantes, inclusive em importantes segmentos da esquerda comunista e não-comunista, reafirma princípios e elabora, ineditamente na história desse partido, um programa socialista.

Gorender(1999) afirma que o PC do B muda sua orientação política sem fazer a auto-crítica da linha política anterior. A referência de Gorender parece ser a posição do PC do B frente ao governo Goulart no período anterior ao golpe militar de 1964. Entretanto, essa crítica pode ser relativizada na medida em que o Comitê Central do partido caracterizou a sua posição frente ao governo Goulart de esquerdista. Contudo, fica pouco compreensível a postura do PC do B frente ao Partido Comunista Chinês. Este fora apoiado desde a reorganização do partido em 1962 e, a partir de meados dos anos 1970, foi considerado revisionista. Paradoxalmente, voltou a ser apoiado após a derrota do socialismo na Albânia.

A Resolução Política do XI Congresso do PC do B, realizado em outubro de 2005 concebe que com a derrota do socialismo na União Soviética e no Leste europeu, configurou-se uma situação desfavorável à luta do proletariado e dos setores populares e progressistas pela emancipação nacional e pelo socialismo. Desse modo, a característica fundamental do período iniciado nos anos 1990 é a acumulação de forças, a fim de retomar em nível superior a luta pelo socialismo.

Assevera que esse período histórico de acumulação de forças não deve ser confundido com passividade e imobilismo, mas, de resistência, mediante uma tática ampla e flexível, uma correta política de alianças e a construção de um partido comunista sólido e renovado. Assinala, também, que o socialismo não se constitui num ideal que desapareceu das práticas políticas dos países com a derrota do socialismo na URSS e Leste europeu, ao contrário, reciclou-se e adaptou-se às imposições de uma sociedade globalizada. Desse modo, o socialismo não ficou fossilizado às formas antigas, ao contrário, adotou novas formas e conteúdos, que o permitiram sobreviver e renovar-se de forma surpreendente aos apologistas do fim do socialismo.

## 5.2.2 O PCB Diante da Crise do Socialismo

A partir do VII Congresso em 1984 o PCB esclarece a sua proposta de construção da democracia, definindo-a conforme os postulados de autores eurocomunistas como Pietro Ingrao e Umberto Cerroni. Com efeito, para o PCB a democracia de massas, mediante a transformação democrática do Estado, seria o caminho para o socialismo no Brasil. A transformação democrática do Estado dar-se-ia mantendo-se os institutos da democracia representativa, articulando-os com as diversas organizações sociais e políticas, a fim de ampliar os espaços do debate e construir as vias de superação do capitalismo e construção do socialismo.

O PCB interpreta que: “Através da democracia de massas, via para o socialismo no Brasil, pode-se construir solidamente uma alternativa democrática e nacional para a crise brasileira.”<sup>110</sup> Todavia, afirma o Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas, essa democracia de massas não seria conquistada, nem tampouco constituir-se-ia em caminho para o socialismo se não implicasse em transformações econômicas e sociais profundas de caráter anti-monopolistas e nacionalistas.

O PCB propõe em 1983, como agenda positiva para o país capaz de iniciar a conformação das bases para a transição democrática ao socialismo, um conjunto de medidas políticas, econômicas e de política externa. Este conjunto de medidas é propugnado com o objetivo de preparar o caminho para a transição socialista. O PCB parece vislumbrar desde 1983 que a transição socialista iniciava antes que o partido comunista conquistasse o poder, embora isto não fique explícito na sua proposta de programa.

O PC do B, ao contrário, assinala no seu VI Congresso em 1983 que a conquista do poder político pelo partido comunista é condição primaz para a transição socialista. Com efeito, somente em 1995 o PC do B explicita que a transição socialista inicia antes da ascensão do partido ao poder e propõe algo semelhante no seu programa socialista.

Conforme Salomão Malina (2000) no VIII Congresso do PCB realizado em setembro de 1987, aprofunda-se a visão de democracia que o partido vinha construindo desde a Declaração Política de março de 1958. Contudo, a discussão principal parece ter-se centrado nas questões organizativas, tendo em vista unificar, construir e preparar o partido para a nova fase de vida legal. No que tange à situação internacional o VIII Congresso do

---

<sup>110</sup> Projetos de manifesto, programa e estatutos do Partido Comunista Brasileiro. 1983, p. 10

PCB interpretou como um fato positivo a remodelação política e econômica da União Soviética, consubstanciadas na glasnost e na perestroika. Conforme Malina: “A política do novo núcleo dirigente, que tinha Mikhail Gorbachev à frente, apontava em suas linhas gerais justamente o que estávamos defendendo até então.”<sup>111</sup> Enquanto o PC do B criticava a glasnost e a perestroika como a introdução explícita do capitalismo na URSS o PCB, as concebia como algo positivo.

Gorbachev (1988), argumentando que a potência do socialismo ainda não tinha sido utilizada plenamente, lança a política da glasnost (transparência) e da perestroika (reestruturação). Hobsbawm (1995) explica que a reestruturação econômica preconizada na perestroika consistiu na introdução de mecanismos de mercado e no respeito ao direito de propriedade privada em vários ramos da economia, cujo objetivo central era retomar o crescimento econômico. O Estado permanecia, ainda, como o principal proprietário, contudo, permitia a propriedade privada na produção de bens de consumo, no comércio varejista e no setor de serviços considerados não-essenciais. Permitia-se, também, o arrendamento de terras estatais para produção em larga escala. A glasnost, consoante Hobsbawm implicava na:

[...] introdução ou reintrodução, de um Estado constitucional e democrático baseado no império da lei e no gozo das liberdades civis como comumente entendidos. Isso implicava a separação de partido e Estado, e (ao contrário de todo acontecimento desde a ascensão de Stálin) a mudança do *locus* de governo efetivo de partido para Estado. Isso, por sua vez, implicaria o fim do sistema unipartidário e do papel condutor do partido.<sup>112</sup>

Conforme Malina (2000) a despeito de decisões importantes no campo político como o refinamento da concepção de democracia do PCB, manteve-se a linha política anterior e não empreendeu-se uma discussão pertinente acerca do socialismo, tarefa incumbida ao IX Congresso do Partido. O VIII Congresso, portanto, tendo em vista a necessidade de fortalecer e unificar o partido que passava por momento de intensas dificuldades e fragilidades orgânicas, centrou-se nas questões organizativas. As discussões a respeito do socialismo foram impactadas pela sua derrota na URSS e Leste europeu e ganharam contornos que dificilmente poderiam ser pensados, sem o impacto daquela derrota.

---

<sup>111</sup> Malina, 2000, p. 19.

<sup>112</sup> Hobsbawm, 1995, p. 466.

O Comitê Central procurava estabelecer as características da democracia defendida pelo PCB desde a década de 1970. Desse modo, diferencia sua concepção de democracia da concepção dos demais setores de oposição ao regime militar. O PCB assume, no início dos anos 1980, a concepção de democracia dos teóricos eurocomunistas italianos. De fato, parece não haver diferença entre a concepção de democracia sustentada pela maioria dos dirigentes pecebistas e a de teóricos italianos como Pietro Ingrao e Umberto Cerroni.

O conceito de democracia de massas parece presente em toda a produção política do PCB desde o exílio de parte do Comitê Central nos anos 70 passando pelas proposições programáticas nos anos 80, até a Declaração Política do IX Congresso em 1991, quando finalmente ganha uma formulação melhor elaborada. Desse modo, parece ter ocorrido um acordo tácito entre as diversas tendências do PCB, acerca da relevância da manutenção dos institutos da democracia representativa, conjugados com elementos de democracia direta na transição socialista. A defesa desse modelo de democracia permanece distante da ênfase de Bobbio sobre a pertinência da manutenção dos institutos da democracia representativa no socialismo.

### 5.3. NORBERTO BOBBIO E A CONCEPÇÃO EUROCOMUNISTA DE DEMOCRACIA

Bobbio (1986) reconhece os limites inerentes ao sistema representativo presentes, sobretudo, em sociedades capitalistas, tanto aquelas com profundas desigualdades sociais, quanto as menos desiguais, cujas decisões econômicas são tomadas privadamente à revelia do conjunto dos cidadãos. Não obstante, considera essas sociedades democráticas, se atenderem a uma definição mínima de democracia, ou seja, o sistema de poder é democrático quando as decisões coletivas forem tomadas com a participação de todos os membros de uma determinada coletividade que estejam aptos a participar. Após essa definição de um sistema democrático, Bobbio argumenta que a principal tarefa a ser empreendida, é determinar quais são as regras que compõem o jogo político, isto é, definir antecipadamente como a vontade coletiva será construída. Essas regras, apesar de apresentadas em diversos textos, foram ordenadas pertinentemente num artigo sobre o futuro da democracia, no qual democracia é definida como método.

Não obstante Bobbio considere a democracia como um termo de muitos significados, ressalta que a definição mínima de democracia como um conjunto de regras

estabelecendo aqueles que devem tomar decisões coletivas e através de que procedimentos, tornou-se consensual entre os teóricos que confiam no método democrático como a forma precípua de escolher e autorizar governantes. Dessa forma, afirma Bobbio, a democracia caracteriza-se por atribuir o poder de tomar decisões a um número elevado de cidadãos, ou seja, o processo de democratização implica na ampliação do sufrágio, até o estabelecimento do sufrágio universal. Apesar do processo de decisão por maioria parecer hoje algo corriqueiro, nada é mais ilusório. Com efeito, a ampliação do direito de participar da vida política foi um processo lento, gradual e motivo de lutas, que envolveram inicialmente as nascentes classes médias, a burguesia, o proletariado e as mulheres. Esse processo completou-se em alguns países, como a Inglaterra, após a primeira guerra mundial e para outros apenas no final do século passado.

Para essa concepção mínima de democracia, a definição do número dos que têm direito ao voto, permite a caracterização de um país como democrático ou não-democrático. Na maioria dos países, a discussão em torno do número de indivíduos aptos a votar, envolveu as seguintes etapas: primeiro, votavam apenas os proprietários; segundo, votavam todos os cidadãos do sexo masculino a partir de certa idade e, por fim, votavam também as mulheres. Conforme Bobbio, no que concerne à modalidade de decisão, a regra fundamental da democracia é a regra da maioria. Todavia, não basta definir o número dos que estão aptos a votar e determinar que as decisões sejam tomadas mediante a regra do maior número. Necessita-se de uma outra condição: os que são chamados a decidir devem estar colocados diante de alternativas reais de poder, e em condições de escolher uma dentre todas as alternativas apresentadas. Para isso, devem usufruir dos direitos de liberdade, de opinião, de expressão, etc., ou seja, dos propalados direitos civis. De acordo com Bobbio (1986 e 1988), esses direitos são o fundamento para a formação do Estado liberal, e do que designa de Estado de direito no sentido forte, ou seja, o Estado que age respeitando a lei e os direitos individuais.

Informa Bobbio que a teoria democrática apresentava alguns ideais que não foram concretizados historicamente. Dentre estes, quatro parecem especialmente relevantes. O primeiro ideal refere-se ao cidadão soberano, para o qual a teoria democrática atribuía um papel fundamental na tomada de decisões políticas. O que se observou historicamente é que nas sociedades democráticas, os sujeitos políticos relevantes são os agrupamentos sócio-políticos como partidos e sindicatos e não o cidadão individualmente. O segundo ideal não realizado refere-se à representação política. Pelos postulados da teoria clássica deveria preponderar a representação dos interesses gerais da nação. Todavia, o que se

impôs nas sociedades democráticas contemporâneas foi a representação dos interesses particulares, a qual teve como ápice a experiência neo-corporativa.

A supressão do poder oligárquico é o terceiro ideal democrático que não foi realizado. Esse ideal pressupunha que, à medida que os indivíduos conquistassem a sua liberdade - entendida como autonomia, isto é, a capacidade de se auto-regularem - estariam mais aptos a tomar decisões coletivas por si próprios. Bobbio recorre a Schumpeter para enfatizar que o poder é exercido pelas chamadas elites dirigentes. Nesse sentido, a democracia corresponderia a uma competição interelites pelo voto dos eleitores e não pela participação efetiva desses.

Por fim, o ideal de que a ampliação da participação política possibilitaria o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos, capacitando-os, consoante Mill (1983), para a percepção de que assuntos políticos aparentemente distantes da sua realidade cotidiana podem influenciar as suas vidas, devendo posicionar-se sobre tais assuntos. A atribuição dos direitos da cidadania política promoveria, portanto, uma educação para a democracia. Entretanto, isso não ocorreu, pois o que se observa por um lado, é o domínio da apatia política, por outro lado, diminui-se o voto de opinião enquanto aumenta o voto de permuta. Desse modo, não se pode falar que a ampliação da participação política tornou os eleitores mais capacitados para a vida política democrática.

Bobbio destaca que nas sociedades contemporâneas surgiram vários obstáculos à realização dos ideais democráticos, argumentando que, na medida em que as sociedades tornaram-se mais complexas, aumentou, simultaneamente, a complexidade das decisões a serem tomadas pelo Estado. Portanto, é pouco provável que cidadãos voltados para os seus afazeres cotidianos, sejam capazes de tomarem decisões acertadas sobre a gama de assuntos a exigirem seus votos. Por isso, a burocratização do Estado e a especialização dos gestores públicos, tornaram-se as premissas para decisões acertadas sobre assuntos complexos, para os quais a opinião da maioria tornou-se contraproducente.

Portanto, o não cumprimento dessas promessas vincula-se, conforme Bobbio, não a uma falha inerente à democracia, mas, à complexidade das sociedades contemporâneas. Com efeito, as sociedades contemporâneas tornaram-se tão complexas que a gama de assuntos que fogem à compreensão dos cidadãos mais informados elevou-se significativamente. Nesse sentido, surgiram obstáculos não previstos pelos teóricos clássicos da democracia, que postulavam esses ideais para uma sociedade bem menos complexa do que a atual.

A despeito dessas observações, Bobbio apresenta uma visão positiva sobre o método democrático. Procura, assim, não restringi-lo, mas encontrar alternativas a fim de ampliá-lo sem dispensar as conquistas possibilitadas pela democracia, sobretudo, a prevalência das liberdades individuais e a igualdade de participação para todos os cidadãos aptos a tomar decisões coletivas. Desconfia, portanto, de todos aqueles que açodadamente criticam o método democrático, considerando-o ineficaz ou insuficiente, tentando demonstrar a sua inocuidade. Argumenta Bobbio que para os teóricos comunistas, a democracia seria apenas um meio que, ao não permitir a conquista de determinados fins, poderia ser facilmente descartada. Para Bobbio, as alternativas à democracia representativa propostas, inclusive pelos eurocomunistas, são inaceitáveis.

Colletti (1983) observa que a linha política elaborada por Berlinguer, cujo fundamento radicava no reconhecimento da democracia e do pluralismo, teria significativa relevância no plano ideológico. Todavia essa linha política encontrou, por um lado, escassa acolhida junto aos militantes partidários, que pareciam permanecer imunes às inovações teóricas dos dirigentes; por outro, os setores do partido com formação teórica mais consistente aderiram, em sua maioria, aos postulados de Pietro Ingrao sobre democracia e socialismo.

Conforme Colletti, Enrico Berlinguer da Itália, simultaneamente com Santiago Carrilo da Espanha e George Marchais da França, compreenderam corretamente que a democracia representativa era burguesa apenas por um acaso histórico, ou seja, começara a delinear-se com o domínio econômico e político da burguesia, mas não estaria indissolúvelmente ligada ao destino da burguesia, isto é, a democracia como um conjunto de procedimentos e dispositivos capazes de dirimir conflitos e instaurar um mínimo de consenso era imprescindível, inclusive, para a construção da sociedade socialista.

Ao contrário desses dirigentes comunistas, Pietro Ingrao postula um modelo de democracia designado de “democracia de massa”, que, se não exclui as instituições da democracia representativa as dilui em uma rede interminável de organismos representativos de base, como conselhos de fábrica e comitês de bairro. Tal modelo de democracia, afirma Colletti, além de carecer de qualquer base real que o torne factível, incorre no erro de deixar as minorias entregues à própria sorte, na medida em que as franquias das instituições liberal-democratas faltariam ao modelo de Ingrao.

Com efeito, entre os teóricos marxistas que aceitaram o desafio proposto por Norberto Bobbio e referendado por Colletti, Pietro Ingrao parece ter dado a resposta mais

consistente ao problema proposto, ou seja, o problema da difícil relação entre socialismo e democracia representativa. Ingrao (1980) observa que apenas a defesa dos procedimentos da democracia representativa é contraproducente para os comunistas. Estes devem avançar na defesa de procedimentos da democracia direta que ele designa de democracia de base.

Dentre os questionamentos argüidos por Bobbio, Ingrao remete-se ao da dificuldade de se controlar democraticamente o poder econômico, que toma privadamente decisões que podem influenciar a vida de milhares de pessoas. Questiona Ingrao se esse poder privado é um componente secundário ou central nas sociedades capitalistas. Caso o poder econômico seja considerado um componente central dessas sociedades, não se trata de uma limitação externa à democracia representativa e sim de uma limitação interna que a compromete seriamente. Desse modo, argumenta Ingrao:

O cidadão abstrato ao qual Bobbio se refere deverá esforçar-se muito para sentir-se participante da soberania, na medida em que a área das grandes decisões econômicas condiciona-o ao ponto de incidir sobre sua qualidade humana, sobre sua fisionomia de trabalhador e sobre sua própria possibilidade de trabalhar, na medida, em que, simultaneamente essa área fica fora do controle dos organismos que ele elege.<sup>113</sup>

Outro ponto de discordância de Ingrao em relação aos postulados de Bobbio, refere-se aos paradoxos que dificultam o exercício das práticas democráticas, sobretudo, a acomodação e a burocratização. Desse modo, esses dois paradoxos confluiriam para inibir o exercício da cidadania. A burocratização ampliou-se e tornou-se distante da compreensão do cidadão comum, enquanto este tornou-se politicamente pouco ativo. Ingrao observa que as burocracias dos séculos XVIII e XIX eram mais fechadas, o saber era mais restrito e a tradição tornava o conformismo maior do que no século XX.

Observa, também, que a burocracia moderna significou um fato de massas, com o surgimento de novas camadas médias e o alargamento da técnica. Tudo isto teria significado a crise da intelectualidade tradicional. Por fim, argumenta que a burocratização não se harmoniza, necessariamente, com os interesses dos detentores do poder econômico. Postula, portanto, que a democracia direta – a qual designa de democracia de base – deve complementar e não substituir a democracia representativa. Enfatiza Ingrao:

Vejo os organismos da democracia de base como um aspecto, uma componente condicionante da democracia representativa: como instrumento de uma recomposição do corpo social, de uma

---

<sup>113</sup> Ingrao, 1980, p. 140.

reestruturação orgânica sem as quais a unificação política central ou é obrigada a recorrer ao despotismo ou então se torna uma fatigante (e no final corruptora) mediação de poder entre necessidades que permanecem corporativas.<sup>114</sup>

#### 5.4. O IX CONGRESSO DO PCB E A TESE DA RADICALIDADE DEMOCRÁTICA

Assim, o PCB conclui no IX Congresso que a democracia mais do que o caminho para o socialismo, tornara-se o caminho do socialismo. A tese da radicalidade democrática vitoriosa no IX Congresso parece pouco inovadora na formulação pecebista, na medida em que a construção e assimilação daquele conceito passaram por um processo longo e acidentado na história desse partido. Contudo, o que parece realmente inovador é o abandono explícito de conceitos e práticas como centralismo democrático, ditadura do proletariado e internacionalismo proletário.

O documento oriundo do VII Congresso do PCB traz uma inovação no que tange a estratégia do partido, ou seja, a revolução brasileira deixa de ser caracterizada como nacional-democrática. Formulação que parece induzir a uma ênfase primaz no aspecto nacional em detrimento do democrático, tornando-a democrática e nacional, cuja ênfase no primeiro termo parece desvelar a concepção melhor elaborada do PCB sobre a democracia. Desse modo, ressalta-se precipuamente o caráter democrático da revolução brasileira. Segatto (1995) e Brandão (1997) afirmam que, na estratégia pecebista, o caráter nacional da revolução prevalecera sobre o democrático. A nova formulação significava também, conforme Malina (2000), o abandono da visão etapista da revolução brasileira, a qual assumiria um caráter processual e não de ruptura com a ordem política vigente. A orientação política oriunda do VI Congresso de 1967 de formação de uma frente ampla para derrotar o regime militar fora, também, reafirmada na Resolução do VII Congresso em 1984.

Em virtude da derrota de todas as ações armadas para enfrentar o regime militar a proposta da frente ampla democrática para derrotar a ditadura parece consubstanciada em grande lucidez política. Entretanto, a conjuntura política nacional e internacional tornava tal orientação contraproducente a qualquer agrupamento de esquerda. Numa conjuntura radicalizada como a dos anos 1960, cujos ecos da guerra fria ainda se faziam ouvir, a proposta de oposição democrática à ditadura militar soaria, inevitavelmente, como imobilismo. O PCB, portanto, malgrado a sua história, surgirá, inclusive para parcela

---

<sup>114</sup> Ingraio, p. 146-147.

considerável de seus militantes e dirigentes, como um partido incapaz de dirigir a luta revolucionária no Brasil. Tal estigma o marcará indelevelmente até a sua auto-dissolução em 1992.

O PCB parece ter incorporado definitivamente na sua orientação política a ênfase no valor da democracia representativa, conferida pela corrente renovadora, afastada desse partido no início dos anos 80. Todavia, não partilhava a crítica que os adeptos daquela corrente faziam ao socialismo real. Com efeito, malgrado a resolução do VII Congresso criticar aspectos secundários nos países do Leste europeu, como o burocratismo e o descompasso entre democracia social e democracia política, atribuía tais problemas às pressões exercidas pelos países imperialistas. Nesse sentido, embora:

[...] Reconhecendo os problemas existentes, não podemos aceitar que a experiência do socialismo esteja exaurida nem, muito menos, que se possa falar de ‘caducidade’, quer do marxismo-leninismo, quer do forte apelo das experiências socialistas em curso.<sup>115</sup>

A Declaração Política do IX Congresso do PCB enfatiza que dois fatores influenciaram no relacionamento entre as classes sociais e no surgimento de novos sujeitos políticos. Estes dois fatores foram: (1) o fim da bipolaridade e (2) as transformações na esfera da produção com a revolução tecnológica. Diante desse processo, teria aumentado a interdependência entre os países e evidenciara-se o caráter integrado do mundo contemporâneo com o surgimento de um mercado mundial. Apresentava-se superada, portanto, a concepção de um mundo dividido entre dois sistemas antagônicos. Implicara, finalmente, em modificações na transição do capitalismo ao socialismo, a qual deveria ocorrer mediante procedimentos democráticos e pacíficos.

A construção do socialismo, portanto, assumiria um caráter processual e democrático. A dicotomia entre reforma e revolução, além de inútil, estaria superada. As reformas democráticas no Brasil teriam um caráter duplamente revolucionário, isto é, tanto implicariam na superação do conservadorismo da modernização econômica e política nacional, como resultariam na reivindicação do socialismo mantendo-se as liberdades democráticas.

Dessa forma, o PCB assume, após uma longa e tumultuada trajetória histórica, a tese de Carlos Nelson Coutinho, da democracia como um valor universal. Para o PCB torna-se inconcebível superestimar o valor da democracia substantiva em detrimento da

---

<sup>115</sup> Uma alternativa democrática para a crise brasileira. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1984, p. 47.

democracia representativa. Parece que pela primeira vez na história do PCB, a sua concepção de democracia deixa de assumir um caráter instrumental, na medida em que durante os anos 1980 a defesa feita pelo PCB da democracia representativa, ainda atrelava-se à construção da democracia de massas.

O movimento pelo novo socialismo comportava, também, a primazia da sociedade civil sobre o Estado e o partido político. Estes não deveriam tutelar a sociedade, minando suas liberdade e criatividade. O partido, por sua vez, deveria mudar sua concepção de Estado. O Estado não poderia mais ser interpretado como um instrumento de dominação de classe. Conclui: “O Estado no mundo moderno é permeável à ação da sociedade civil e pode ser submetido ao seu controle, sendo passível de disputa no jogo democrático por forças sócio-políticas contraditórias.”<sup>116</sup>

A tese IV da Declaração Política do IX Congresso do PCB aborda a necessidade da formação de um novo partido, capaz de empreender as ações prementes na construção do novo socialismo. Esse novo partido deveria surgir da renovação do PCB e de um encontro nacional, do qual participassem os mais diversos segmentos defensores do novo socialismo. Essa tese parece antecipar claramente o desejo de parcela significativa da direção do PCB em fundar um novo partido, com a supressão de qualquer referência ao termo comunismo.

O PCB propõe-se participar, assim, de um encontro nacional com a participação de comunistas e socialistas que militassem ou não em partidos políticos, professassem ou não o marxismo, a fim de fundar o partido apto a lutar pelo novo socialismo. O PCB começava a trilhar, dessa maneira, a trajetória que o cindiria em dois partidos. O primeiro, o PPS (Partido Popular Socialista); o segundo, o PC (Partido Comunista) dirigido por Oscar Niemeyer.

Malina (2000) considera acertadas as alterações programáticas e a mudança de nome, de sigla e de símbolo do PCB. Todavia, interpreta que, com exceção da alteração programática, as demais foram feitas de forma apressada, resultando na defecção de militantes históricos como Paulo Cavalcanti, (escritor pernambucano e militante comunista desde os anos 40). Estes eram favoráveis à renovação programática do partido, com a manutenção do nome, símbolo e sigla do velho partidão. Entretanto, assevera que a maioria dentre os militantes que abandonaram o X Congresso do PCB em janeiro de 1992 para

---

<sup>116</sup> Declaração Política do IX Congresso do PCB, 1991. Mimeo, tese III.

fundar o Partido Comunista (PC), eram contrários tanto à renovação programática, quanto às demais alterações. Portanto, abandonariam as fileiras do novo partido inevitavelmente.

A Declaração Política do IX Congresso do PCB assinala que o objetivo dos setores que formaram a frente democrática e derrotaram a ditadura militar, seria construir um novo projeto de desenvolvimento nacional, democrático e progressista. Este projeto deveria ser capaz de viabilizar profundas transformações políticas e sociais e, portanto, de constituir-se na via pacífica e pluralista para estruturar uma sociedade socialista com liberdade e democracia no Brasil. Interpreta, ainda, que a sociedade brasileira vivenciava uma nova realidade política após concluir-se a transição que democratizara o Brasil.

Desse modo, a sociedade brasileira convivia com um período de avanço democrático ímpar em toda sua história. Todavia, para a consolidação e ampliação da democracia se tornava premente regulamentar os dispositivos constitucionais, empreender a reforma democrática do Estado e, sobretudo, ampliar a participação cidadã na política nacional.

A premência em reafirmar e consolidar os valores democráticos resultava da permanência de vícios do regime autoritário. Como exemplo, o PCB cita a supremacia do Executivo sobre o Poder Legislativo. Assevera, também, que existia um descompasso entre o avanço das liberdades políticas e a ausência de solução para os mais graves problemas sócio-econômicos do país. Ocorria, assim, a exclusão da maioria da população brasileira de direitos sociais básicos para o exercício da cidadania.

A solução para o descompasso entre o avanço das liberdades democráticas e a superação dos problemas sócio-econômicos que inibiam o desenvolvimento nacional, conforme o PCB, residia na realização de um pacto político nacional amplo. Este pacto não poderia ser confundido com um acordo de cúpula, mas como a concretização de um acordo incorporando os diversos setores políticos e sociais representativos da sociedade brasileira, tais como: empresários, trabalhadores, partidos políticos, a fim de, em atuação com os movimentos sociais, sustentar um projeto de mudanças com condição de viabilizar reformas estruturais capazes de ampliar a democracia e o exercício da cidadania. No âmbito desse bloco, o PCB concebia que uma esquerda moderna e pluralista deveria assumir o protagonismo político.

A esquerda moderna e pluralista deveria, também, ser capaz de emancipar a classe operária de um projeto meramente econômico-corporativo, a fim de torná-la apta a dirigir o país. A capacidade dessa esquerda de exercer a hegemonia política vinculava-se, portanto, à possibilidade da classe operária, através da esquerda moderna e pluralista: “[...] exercer

sua hegemonia política e cultural na sociedade civil mesmo antes de se tornar dirigente do Estado.”<sup>117</sup> A inspiração gramsciana dessa formulação parece muito clara e dispensa maiores comentários. Nesse momento, o PCB parece aderir completamente às proposições do teórico italiano. Esta adesão fora reivindicada pela corrente renovadora, excluída das fileiras pecebistas no início dos anos 1980.

Santos e Segatto (2007) remontam a influência dos textos de Gramsci na formulação da linha política do PCB desde meados da década de 1960 com a proposição de enfrentamento do regime militar, mediante a formação de uma frente democrática que resistisse, isolasse e, por fim, derrotasse a ditadura militar. Conforme esses autores o PCB exerceu, no enfrentamento ao regime militar, o papel de partido organizador sublinhado por Gramsci.

Por mais que se proclame que as mudanças implantadas no PCB obedeceram injunções de caráter nacional, parece incontestado o vínculo dessas mudanças com as ocorridas, em âmbito internacional, com o PCI. A assimilação das teses eurocomunistas pela maioria dos militantes e dirigentes do PCB demandou um período de mais de uma década. De fato, somente foram incorporadas ao programa do PCB em 1991 quando, a exemplo do que ocorreu com o PCI, o PCB estava se auto-dissolvendo. A mudança de forma, ao contrário, parece ter sido intempestiva, dada a rapidez com que foram implementadas as mudanças de sigla, símbolo e denominação daquele partido.

Freire (1991) observa que o IX Congresso do PCB se constituiu num marco histórico para a esquerda brasileira, na medida em que esse partido foi capaz, antes que qualquer outra organização de esquerda, de enfrentar os difíceis problemas resultantes da derrota do socialismo na URSS e Leste europeu. Dentre as contribuições apresentadas pelo PCB para a formação de uma esquerda moderna Freire destaca: a superação do centralismo democrático, como princípio organizador do partido, a concepção do Estado como instrumento de dominação de classe e a ditadura do proletariado. Teses que estariam, historicamente, ultrapassadas. Conclui:

[...] foi um grande passo do PCB e a esquerda brasileira vai ficar devendo mais este serviço ao Partidão – a coragem de discutir com clareza questões complexas e controversas livrando-se dos seus fantasmas, de seus dogmas.<sup>118</sup>

---

<sup>117</sup> Declaração Política do IX Congresso do PCB, 1991. Mimeo, tese I.

<sup>118</sup> Freire, 1991, p. 17.

Com efeito, somente a partir desse Congresso as teses eurocomunistas foram aprovadas integralmente pelo PCB. O eurocomunismo, cujas formulações também foram importantes para partidos comunistas fora da Europa, pode ser caracterizado consoante Pasquino (1992), a partir da superação de três premissas sobre a revolução, o Estado e o partido, oriundas da concepção leninista, quais sejam: a conquista do poder mediante a insurreição; a gestão do poder através da ditadura do proletariado e a natureza do partido fundada no centralismo democrático. Em relação à conquista do poder, os partidos eurocomunistas abandonaram a via insurrecional e propuseram, seguindo as formulações de Togliati, uma via parlamentar para o socialismo.

O segundo aspecto que caracteriza o eurocomunismo refere-se ao afastamento da concepção leninista da gestão do poder. Esta concepção repousa na categoria ditadura do proletariado. O primeiro partido comunista a afastar-se dessa formulação foi o italiano, influenciado, conforme Pasquino, pelo conceito gramsciano de hegemonia. Esta deveria ser construída mediante uma ação cultural anterior à conquista do poder. O conceito de ditadura do proletariado torna-se obsoleto na medida em que o proletariado deve obter a hegemonia na sociedade civil antes de conquistar o poder político. Desse modo, o poder político poderia ser exercido conforme as regras do jogo democrático.

O terceiro aspecto característico dos partidos eurocomunistas é o abandono do centralismo democrático. Este constitui-se no principal elemento de coesão, disciplina e subordinação dos militantes comunistas ao núcleo dirigente do partido. O primeiro problema na aplicação do centralismo democrático surge da tentativa de controlar os grupos parlamentares. Este controle torna-se mais difícil à medida que o partido obtém resultados eleitorais favoráveis.

Nesse sentido, a elevação do número de parlamentares comunistas cria custos adicionais para o seu controle por meio do núcleo dirigente. Por fim, os demais militantes e dirigentes que discordam das proposições políticas formuladas pelo núcleo dirigente, conquistam certo espaço para expor e discutir suas idéias sem correrem o risco de expulsão sumária do partido.

Outro aspecto caracterizador do eurocomunismo é o abandono da categoria internacionalismo proletário que, segundo Carrilo (1978), implicava num alinhamento automático com as diretrizes e ações do Partido Comunista da União Soviética. Tal apoio inibia o processo salutar de crítica e autocritica no movimento comunista internacional e a possibilidade de mudanças das orientações, caso fossem detectadas e questionadas as atitudes dos partidos comunistas no poder, consideradas incorretas.

Com efeito, caso se aceite a premissa de um seguidismo incontestável, qualquer crítica às ações do partido da pátria do socialismo era tida como traição e passível de retaliação por parte da União Soviética, a qual exigia a cabal condenação do partido ou personagem que transgredisse a regra de ouro das relações internacionais no âmbito do movimento comunista. Os eurocomunistas trocaram a expressão internacionalismo proletário, por uma menos carregada de simbologia: solidariedade internacional.

O Movimento Nacional em defesa do PCB, impedido de utilizar a sigla e o nome do Partido, registrou na Justiça Eleitoral, o Partido Comunista (PC) em 1992. O Manifesto aprovado na Conferência Extraordinária de Reorganização do PCB assinala que o Partido Comunista se orientava pelos postulados teóricos de Marx, Engels e Lênin. Afirmava, ainda, que o PC, ao longo da sua história, incorporara a experiência do movimento socialista nacional e internacional. Propunha-se a lutar pela utilização da sigla e do nome do partido comunista fundado em 1922 e por transformações profundas na situação econômica e social brasileira.

## 5.5 O NOVO PCB, O DEBATE DE IDÉIAS E A CONJUNTURA POLÍTICA NACIONAL

Os militantes do PCB que discordavam de todas aquelas teses e da auto-dissolução do Partido, decidiram abandonar o X Congresso do PCB e reorganizar este Partido. O novo PCB foi reorganizado, inicialmente, apenas como PC (Partido Comunista) em 1992 e obteve o direito de utilizar a sigla e a denominação antigas somente em 1995. Esse partido parece, desde a sua reorganização, dilacerado em um dilema de difícil solução. Esse dilema talvez seja bem representado por duas rupturas que o Partido tenta empreender. Primeiro, tenta se desvincular do legado de 1958, ao criticar a atuação política do PCB nos anos 80 como reformista, o qual é reivindicado pelo PPS. Segundo, reprova o período de atuação anterior a 1958, designando-o de stalinista. Este dilema talvez dificultasse a identificação dos militantes pecebistas com o legado histórico do partido fundado em 1922.

Entretanto, os comunistas do PCB reorganizado procuram identificar-se com o velho partidão, a partir da referência ao PCB de 1922. Talvez seja válido argumentar que essa auto-identificação torna-se pouco aceitável diante das duas rupturas que o novo PCB propugna em relação ao PCB dissolvido em 1992.

A declaração política do X Congresso do PCB reorganizado, aprovada no Encontro do Movimento Nacional em Defesa do PCB em janeiro de 1992, reafirma a tese

de que o PCB é o partido revolucionário da classe operária e que lutará pela conquista do socialismo e pela estruturação da sociedade comunista. Propugna a formação de um bloco de forças progressistas e de esquerda a fim de obter a hegemonia mediante um movimento nacional que conquiste o apoio político da sociedade brasileira. Nessa declaração o PCB reorganizado tenta afastar-se das formulações do velho partidão.

Nesse sentido, observa que a participação dos comunistas no parlamento, malgrado constitua-se numa das vias prováveis para a construção do socialismo, não deve ser considerada a única para a conquista e estruturação da sociedade socialista. As lutas sociais e a organização das massas populares serão os meios eficazes para a sua conquista.

O novo PCB afasta-se das formulações do velho PCB, também, no que concerne à concepção de democracia. Desconsidera, assim, o valor universal da democracia representativa, preconizado no IX Congresso do PCB. Retoma, portanto, o caráter instrumental da concepção de democracia comum aos partidos comunistas. Assinala que a democracia representativa expressa a configuração política do Estado burguês, não obstante tenha sido conquistada através da luta dos trabalhadores. Como a democracia representativa é fruto da luta dos trabalhadores assume um caráter estratégico tanto na luta contra o capitalismo, quanto na construção da sociedade socialista.

O centralismo democrático é reafirmado como princípio organizador do partido. Contudo, propõe-se a restauração da democracia interna fundada em valores éticos e a renovação contínua dos quadros dirigentes do Partido. O PCB reorganizado parece dilacerado entre o dilema de ser um partido de quadros ou de massas. Tenta organizar-se, assim, simultaneamente, como um partido de quadros e de massas. Deveria ser um partido de quadros a fim de fortalecer as organizações partidárias e impulsionar os movimentos populares, e constituir-se como partido de massas na medida em que aspira elevar constantemente o número de militantes e filiados.

A formulação estratégica do PCB reorganizado é outro aspecto que o afasta do velho PCB. Na sua formulação estratégica o novo PCB tenta superar tanto a natureza etapista da revolução brasileira, quanto a concepção da revolução processual esboçada pelo PCB nos anos 1980. A revolução socialista para o novo PCB resultaria da conquista da hegemonia pela classe operária e pelos camponeses. A partir da hegemonia política e ideológica desses setores seria possível o rompimento com o capitalismo e a estruturação do modo de produção socialista. O novo PCB tenta, dessa maneira, romper tanto com a concepção que atribui a primazia dos meios pacíficos para a transição socialista, quanto

com o esquerdismo que absolutiza a luta armada como único caminho para a conquista da sociedade socialista.

O PCB empreende na sua Conferência Política Nacional, realizada em 1995, uma extensa análise histórica sobre a construção, crise e derrota do socialismo na URSS. Nessa análise, tenta compreender os aspectos positivos da primeira experiência socialista, bem como os aspectos que a levaram à derrota, para a qual ressalta que contribuíram fatores externos e internos. O novo PCB reconhece, inclusive, que a glasnost e a perestroika se constituíram em elementos que facilitaram aquela derrota. O PCB critica os setores da esquerda que, perplexos diante da magnitude dos acontecimentos, professaram o fim da luta de classes e propugnam pela formação de um novo partido de esquerda, adequado à nova realidade sócio-econômica e política mundial.

Ressalta, também, o papel proeminente da burocracia soviética no período de Krushev, destacando que as transformações iniciadas por Krushev teriam sido regressivas, o que contribuiu para integrar a economia soviética à economia capitalista. Destaca, ainda, que a centralização excessiva do poder com o conseqüente afastamento dos trabalhadores dos órgãos de decisão política e de gestão do Estado, consolidou formas antidemocráticas de decisão política. A consolidação de um poder político antidemocrático teria ocorrido, sobretudo, após a ascensão de Brejnev. Além disso:

[...], a vida partidária era marcada pela rotina e a falta de criatividade na resolução dos problemas que surgiam, com a predominância das questões e de quadros administrativos e o aumento de uma burocracia que, crescentemente, controlava tudo.<sup>119</sup>

A Conferência Política Nacional do PCB reorganizado deveria elaborar, também, o programa desse partido. Na proposta de programa estabelece-se que a revolução brasileira assumia um caráter democrático e socialista e deveria resultar de um amplo movimento popular, cuja hegemonia política e ideológica deveria pertencer ao proletariado. Este movimento teria como objetivo primaz romper a dominação do capital sobre o trabalho. O novo Partido Comunista Brasileiro parece propor que a única maneira de se construir a sociedade socialista, seria mediante a ação organizada das massas exploradas no intuito de derrotar o capitalismo e não apenas reforma-lo. O programa afirma, entretanto que o PCB:

---

<sup>119</sup> Caminhos, descaminhos e perspectivas do socialismo (Tese para a Conferência Política Nacional do PCB).- 1995, p. 17. (mimeo)

[...] entende que a luta por reformas e por avanços específicos na resolução dos problemas do dia-a-dia das massas fazem parte do processo revolucionário como estágios subalternos indispensáveis à acumulação de forças, à organização e à conscientização dos trabalhadores.<sup>120</sup>

Os egressos do PCB que se propuseram a reorganizar o partido desconsideraram o X Congresso realizado em 1992, o qual originou o PPS, e realizaram um novo congresso em 1993, numerado também como o X Congresso do PCB. Neste Congresso, o PCB reorganizado aprova uma estratégia que pretensamente superaria as formulações eurocomunista pertinentes ao velho PCB, sobretudo, a partir dos anos 1980. Estas formulações que teriam se consolidado no PCB em 1991, foram caracterizadas pelos militantes e dirigentes que reorganizaram o partido, como social-democratas. Desse modo, o novo programa do PCB conforme o histórico das formulações estratégicas do PCB empreendido na Resolução do XIII Congresso desse partido assinala:

A estratégia do Partido visava conquistar o poder político por meio de um amplo movimento de massas, com hegemonia da classe operária e dos trabalhadores do campo, a fim de provocar a ruptura do sistema social vigente e abrir caminho para implantação do modo de produção socialista.<sup>121</sup>

A resolução do XIII Congresso do novo PCB parece acenar que a linha política adotada em 1958 pelo velho PCB fora, no essencial, acertada. Contudo, ao analisar o documento do VII Congresso desse partido designado, “Uma alternativa democrática para a crise brasileira”, afirma que: “Neste Congresso prevalecem as teses social-democratas que irão fazer parte das concepções partidárias ao longo da década de 80.”<sup>122</sup> Esta interpretação parece criar um dilema histórico para o PCB reorganizado, tendo em vista que a resolução do VII Congresso do velho PCB limitou-se a aprofundar a orientação política que o partido vinha esboçando desde 1958.

O PCB reorganizado empreende um estudo sobre a revolução socialista no Brasil. Neste estudo assegura que a revolução socialista se caracteriza, sobretudo, pela sua complexidade. Além disso, destaca que essa revolução está permeada por condições objetivas e subjetivas e se interliga com a conjuntura internacional. Assinala, ademais, que

---

<sup>120</sup> Programa (Tese à Conferência Política Nacional do PCB), 1995, p.2. (mimeo).

<sup>121</sup> Resoluções do XIII Congresso do PCB. In: <http://www.pcb.org.br/resolucao.html> p. 11 de 69, acesso em 21/08/2006.

<sup>122</sup> Resoluções do XIII Congresso do PCB. In: <http://www.pcb.org.br/resolucao.html> p. 09 de 69, acesso em 21/08/2006.

a revolução socialista constitui-se numa possibilidade histórica a ser construída mediante a luta dos trabalhadores e dos setores progressistas.

Nesse estudo o PCB caracteriza o socialismo a partir de alguns elementos essenciais, quais sejam: (1) a primazia da propriedade coletiva dos meios de produção; (2) o poder político encontra-se sob o controle das instituições representativas da classe operária; (3) predomina o planejamento econômico em substituição ao livre mercado; e (4) ocorre a provisão de políticas públicas tendo em vista eliminar as desigualdades sociais e garantir a emancipação dos trabalhadores.

Para o PCB reorganizado a revolução socialista ocorreria mediante a ruptura da ordem social, econômica e política vigente sob o capitalismo. Essa ruptura poderia assumir diversos matizes referenciados como segue. Primeiro, poderia originar-se pela conquista do poder político. Segundo, poderia acontecer mediante a primazia das organizações progressistas na definição de políticas públicas, independente da existência da propriedade coletiva dos meios de produção e, terceiro, quando as políticas públicas, o planejamento da produção e a ideologia dominante fossem socialistas.

Apesar do PCB reorganizado atribuir proeminência à ruptura na conquista do socialismo, a formulação apresentada acima parece indicar, também, para a tese da revolução processual. Esta interpretação parece plausível, na medida em que a predominância dos segmentos populares na definição de políticas públicas originar-se-ia da conquista da hegemonia pelo proletariado e demais segmentos populares.

O PCB reorganizado parece propugnar a ruptura revolucionária sem a tornar a única via exequível para a conquista do socialismo. Nesse sentido, formulação do PCB parece aproximar-se substancialmente da formulação do programa socialista do PC do B elaborado em 1995, embora o novo PCB refira-se ao Partido Comunista do Brasil como reformista.

O PCB critica a concepção de que existiriam duas etapas na revolução socialista. Desse modo, concebe que a concepção que interpreta que existe uma etapa nacional e democrática da revolução sob a égide da burguesia, resultaria na diluição dos partidos comunistas no âmbito do bloco de poder, tornando-os reformistas e apologistas das políticas burguesas. Destaca, portanto, que, na medida em que o capitalismo no Brasil estaria plenamente desenvolvido, a revolução assumiria um caráter socialista. Esta revolução deveria ocorrer mediante a conquista da hegemonia, a partir da difusão das idéias socialistas e por um amplo movimento de massas com o intuito de conquistar o

poder político. Esta conquista seria precedida pela formação de um bloco político composto pelos diversos segmentos dos trabalhadores e da pequena burguesia.

A atuação do PCB nesse bloco político visaria assegurar a hegemonia do proletariado urbano e rural a fim de impulsionar a construção da sociedade socialista. Nesse processo, dever-se-ia construir uma alternativa de poder popular à dominação burguesa, cujo programa fosse capaz de viabilizar a ruptura na ordem socialista. Assevera:

O poder popular será o instrumento da aliança de classes dos trabalhadores, do campesinato, dos trabalhadores urbanos não-produtivos, de grandes parcelas da pequena burguesia e das massas sem terra e sem trabalho. O PCB tem como tarefa unificar este bloco de classes rumo à tomada do poder do Estado.<sup>123</sup>

A resolução do XIII Congresso do novo PCB empreende uma análise sobre o Estado que se afasta diametralmente das formulações emanadas do IX Congresso do velho PCB. Nesse sentido, reafirma a concepção de que o Estado se constitui sempre como o representante das classes dominantes. O Estado burguês teria assumido diversas configurações políticas que iam da ditadura aberta à mais completa forma de democracia parlamentar.

Contudo, todas as configurações do Estado burguês servem, explícita ou implicitamente, aos interesses da burguesia. Situa-se nesse campo todo o aparato legal a fim preservar a propriedade privada. Considera, também, que o keynesianismo e o desenvolvimentismo constituíram-se em formas assumidas pelo Estado, sobretudo, após a consolidação do capitalismo monopolista e do avanço das reivindicações dos trabalhadores. Essas duas formas, que se consubstanciaram na intervenção do Estado na economia, acenam com o atendimento às reivindicações dos trabalhadores, ainda assim, visavam possibilitar o cumprimento do papel do Estado como representante da burguesia.

A Resolução do XIII Congresso do PCB discute, ademais, sobre as formas de atuação política do partido. Concebe, assim, que poderia ocorrer a participação de militantes comunistas em governos formados por uma coalizão de partidos de esquerda. O primeiro critério referenciado para justificar essa participação, seria a possibilidade do PCB contribuir para impulsionar a luta da classe operária, consolidar a democracia, elevar as condições de vida da população e assegurar a preservação dos direitos civis.

---

<sup>123</sup> Resoluções do XIII Congresso do PCB. In: <http://www.pcb.org.br/resolucao.html> p. 29 de 69, acesso em 21/08/2006.

A Resolução alerta, no entanto, para os riscos da participação de comunistas em governos, dentre estes destaca: (1) a possibilidade do desenvolvimento de práticas fisiológicas; e (2) a discrepância entre a atuação do militante no cargo e a orientação política do partido. A resolução destaca, também, a relevância da participação de comunistas no parlamento. Esta participação deveria servir para impulsionar as lutas populares. Apesar de considerar relevante tal participação o PCB ressalva:

Sob as condições em que se dão as eleições – com o predomínio do poder econômico e o monopólio da mídia burguesa – e a forma em que se organizam os poderes no Estado burguês, principalmente, nos países com menos tradição democrática, é difícil conceber-se um processo de formação de bancadas comunistas majoritárias. Por outro lado, não passa de ilusão de classe a idéia de transição para o socialismo através de maioria parlamentar.<sup>124</sup>

Fundamentado nas proposições anteriormente apresentadas o novo PCB empreende a formulação de sua orientação política na nova conjuntura nacional, descortinada com a eleição e o primeiro mandato do governo Lula. Propõe que se forme uma frente de esquerda, independente das disputas eleitorais, entre os partidos e organizações de oposição ao governo Lula, a fim de lutar pela implementação de políticas públicas que atendam às reivindicações populares por transformações econômicas, políticas e sociais.

O PCB interpreta o governo Lula como o continuador das políticas iniciadas, porém não complementadas, pelo governo FHC. Assevera que o sucateamento das instituições públicas, mediante a implementação de políticas neoliberais pelo governo FHC, aprofundou as desigualdades sociais e elevou a miséria e a violência na sociedade brasileira. Tal quadro contribuiu para a consolidação de um movimento de resistência que culminou na eleição de Lula em 2002.

Conforme a Resolução do XIII Congresso do PCB, desde os anos 1990 a direção do Partido dos Trabalhadores aproximara-se de segmentos da burguesia industrial brasileira. Estes segmentos teriam sido prejudicados pela abertura do mercado brasileiro à importação de bens de consumo leve e durável sem nenhum controle, o que afetara negativamente os interesses econômicos de setores ponderáveis da burguesia. Os acordos feitos entre a direção do PT e os representantes desses setores privilegiavam os interesses empresariais em detrimento dos trabalhadores e demais setores populares.

---

<sup>124</sup> Resoluções do XIII Congresso do PCB. In: <http://www.pcb.org.br/resolucao.html> p. 39 de 69, acesso em 21/08/2006.

O descontentamento social, por sua vez, contribuiu para a formação de uma aliança ampla que elegeu Lula à presidência da República. Essa aliança incorporava setores do movimento popular como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e grandes empresários industriais e financeiros. O PCB também participara da campanha vitoriosa de Lula em 2002, identificando nessa vitória a possibilidade da:

[...] mudança de eixo da política econômica e social e a colocação, na ordem do dia, de questões candentes como a reforma agrária, o desemprego, a soberania nacional, para com isso possibilitar o acúmulo de forças para o movimento operário e popular. Levava-se em conta o histórico e a base social do PT no movimento popular.<sup>125</sup>

A Resolução do PCB enfatiza que somente a mobilização dos setores populares garantiria a mudança da orientação da política econômica do governo Lula, além da implementação de reformas em benefício dos segmentos marginalizados da população. Esse governo, ao contrário das esperanças nele depositadas, estruturou uma coalizão governamental que implicou em maiores concessões aos interesses da grande burguesia em detrimento das aspirações populares.

A ascensão do PT ao governo, consoante a análise do PCB, significou a implantação de políticas social-democratas no Brasil. Por isso, o governo Lula não conseguiu ou não quis romper com as políticas neoliberais. Observa-se, assim, que diversas medidas desse governo atestavam o seu caráter conservador e sua incapacidade de implementar mudanças econômicas, sociais e políticas significativas. Conforme o PCB, dentre as medidas que desvelam o caráter conservador do governo Lula, destacam-se: a reforma da previdência, a implantação das PPP's (Parcerias Público-privadas) e o PROUNI. Ademais: "O presidente se tornou refém da bancada fisiológica do Congresso, e adotou a política de trocar votos por cargos e verbas. [...]. Lula trocou, em definitivo, o apoio popular pelo balcão de negócio da política tradicional."<sup>126</sup>

Desse modo, o governo Lula não passa de mero instrumento da burguesia brasileira a fim de desestruturar o precário sistema de garantia de direitos para os trabalhadores. A resolução do XIII Congresso resolve que o PCB deve fazer oposição ao governo, embora acene com o apoio às medidas que tragam benefícios efetivos para os trabalhadores e os segmentos populares.

---

<sup>125</sup> Resoluções do XIII Congresso do PCB. In: <http://www.pcb.org.br/resolucao.html> p. 61 de 69, acesso em 21/08/2006

<sup>126</sup> Resoluções do XIII Congresso do PCB. In: <http://www.pcb.org.br/resolucao.html> p. 64 de 69, acesso em 21/08/2006

Os partidos comunistas sofreram um choque avassalador com a derrota do socialismo. Desse choque nasceram reavaliações, re-acomodações e crises de identidade que transformaram radicalmente esses partidos. Alguns re-avaliaram posições, mas mantiveram a fidelidade ao socialismo de viés comunista, outros aderiram ao que designam de via intermediária entre o socialismo real e a social-democracia. O choque parece ter atingido, também, partidos que não possuíam filiação à matriz comunista mas esposavam idéias socialistas de algum viés. O principal, contudo, parece ser o fato de vários desses partidos terem superado a crise e retomado o percurso da luta pelo socialismo, o que talvez demonstre irretorquivelmente a força dessa idéia.

O que o PC do B propõe hoje se assemelha com a proposta de revolução processual que o PCB apresentava nos anos 1980. A partir do IX Congresso em 1991, o PCB parece abandonar a tese da revolução processual em nome da radicalidade democrática. A proposta da radicalidade democrática permanece como tese do PPS, embora esteja desfigurada pela prática política desse partido. O PCB reorganizado em 1992 parece ter abandonado a proposta de revolução processual, em nome da ruptura revolucionária, todavia a diferença da orientação política do novo PCB em relação ao PC do B parece residir no aspecto tático

Carvalho (2007) assinala que o PT foi a grande inovação política na história dos partidos políticos brasileiros, na medida em que não foi fundado por setores da elite econômica do país, por injunção do Poder Executivo ou por iniciativa de parlamentares. Parece que o PC do B, paradoxalmente, foi a grande inovação política dos anos 1990, na medida em que surgiu de uma cisão do PCB que era o maior partido da esquerda marxista no Brasil, respeitado interna e externamente. O PC do B sobreviveu às perseguições do regime militar e à derrota da guerrilha do Araguaia, sobreviveu às cisões que o acometeram, assim como ao PCB e, sobretudo, sobreviveu à derrota do socialismo e, além disso, conseguiu crescer e tornar-se politicamente influente, não obstante ainda seja muito pequeno em comparação com PT, por exemplo. Apesar de tudo, constitui-se hoje, conforme Reis (2007<sup>b</sup>) no maior partido da esquerda marxista-leninista no Brasil.

## 6 CONCLUSÃO

Nesta pesquisa destacou-se que Karl Marx e Friedrich Engels elaboraram, basicamente, duas teorias sobre o Estado. Uma delas concebe o Estado como mero instrumento da classe economicamente dominante; a outra, acena com a relativa autonomia do Estado frente às classes dominantes. A primeira versão foi desenvolvida e adotada pelos partidos comunistas como a única concepção válida sobre o Estado no âmbito do pensamento marxista. A segunda versão, possibilitou aos teóricos designados como neo-marxistas e aos pensadores eurocomunistas desenvolverem e renovarem a teoria marxista sobre o Estado e a democracia. Essa renovação ocorreu a partir do diálogo dos teóricos marxistas com os pensadores liberal-democratas. Ralph Milliband dialogou com o teórico Robert Dahl, enquanto os pensadores eurocomunistas dialogaram com Norberto Bobbio.

No que tange à democracia representativa, viu-se que Marx a considerava como ilusória e, além de denunciar o caráter ilusório dessa, argumentava que a democracia liberal poderia assegurar a liberdade política sem nunca garantir a emancipação humana, a qual somente seria construída com a estruturação da sociedade comunista em virtude da supressão das classes sociais e do Estado. Apesar disso, Marx e, sobretudo, Engels vislumbraram a possibilidade do sufrágio universal assegurar, para o proletariado, condições propícias a fim de melhorar sua situação econômica e obter conquistas que facilitassem a realização do seu objetivo primaz como classe detentora do interesse coletivo universal, ou seja, ser capaz de, mediante sua emancipação, emancipar toda a humanidade. Engels ressaltou, em especial, a possibilidade da classe operária vir a conquistar o poder político mediante o sufrágio, na medida em que conquistara o direito ao voto e constituía a maioria da população.

Os partidos operários europeus surgiram a partir de dois movimentos principais. O primeiro consistiu na adesão de líderes operários e intelectuais às diversas idéias socialistas que proliferavam na Europa do século XIX, até que a doutrina marxista tornou-se predominante como ideologia da maioria dos partidos socialistas. O segundo movimento consistiu no rompimento dos militantes dos partidos social-democratas capitaneados por Lênin. Estes denunciavam a deturpação das idéias marxistas pelos partidos social-democratas e fundaram os partidos comunistas.

Na América Latina, a difusão das idéias socialistas iniciou na segunda metade do século XIX. Entretanto os partidos operários surgiram, principalmente, a partir das

influências da Revolução Russa de 1917, e a conseqüente estruturação do primeiro Estado socialista da história. Desse modo, originou-se o Partido Comunista no Brasil em 1922.

Percebeu-se que os partidos comunistas têm dificuldade em defender a democracia representativa com a coerência exigida por Bobbio, talvez isso signifique para eles abdicar do fundamento teórico que os originou, o marxismo-leninismo. Observa-se, portanto, que a tensão sugerida por Bobbio entre socialismo e democracia representativa permanece a exigir resposta dos partidos comunistas. Desse modo, parece que a defesa da democracia representativa, ainda que para os partidos eurocomunistas, foi instrumental.

Com efeito, esses partidos defendiam a democracia representativa como elemento relevante de outro modelo de democracia, a democracia de massas. Modelo que incorporava os institutos da democracia representativa e, simultaneamente, os superava, ao incorporar formas de democracia direta. Nesse sentido, Bobbio parecia ter razão ao argumentar que os comunistas jamais defenderiam com o denodo de um democrata, como ele próprio, a democracia representativa, ou seja, tentariam sempre transcendê-la, tornando-a, assim, instrumental.

Não obstante a observação precedente, o PCB parece ter assumido com alguma coerência a defesa da democracia representativa em vários momentos de sua história, contudo, jamais deixou de realçar que, ainda nos momentos de democracia representativa relativamente consolidada - como ocorreu entre 1946 e 1964 - proibiu-se a participação continuada do Partido no jogo político eleitoral com nome e fisionomia próprios. Ao contrário, vários comunistas eleitos por outras legendas foram impedidos de assumir os cargos nas diversas esferas representativas. Deve-se observar, então, que a defesa de um regime democrático que continha entre suas regras a proibição do funcionamento legal do Partido, embora o funcionamento semi-legal fosse permitido, parecia contraproducente.

Percebeu-se que o PCB tinha clareza quanto a importância do funcionamento das instituições da democracia representativa para a sua própria consolidação. Mas, a defesa sem críticas ou restrições quando esta o excluía da participação eleitoral, talvez significasse a adesão a um projeto de democracia configurado a partir das injunções das forças conservadoras. Talvez resida nesse dilema a explicação para a primazia, nos programas do Partido, para a questão nacional em vez da democrática.

Subjacente à discussão sobre a tensa relação entre socialismo e democracia, situa-se um tema que sempre resultou em dilema para os partidos comunistas na América Latina. Esse tema refere-se à natureza da revolução. A relevância desse tema reside no fato de que ao se definir o caráter da revolução o partido situa o seu lugar no âmbito sócio-

político da sociedade, ou seja, o partido pode definir se participa da vida política democrática respeitando as regras do jogo da democracia representativa ou se postula o afastamento do jogo eleitoral e parlamentar. Deve-se salientar que nos países latino-americanos essa opção ficou em plano secundário, na medida em que a maioria dos partidos comunistas ficou ilegal por um período significativo da sua história. Esta situação parece criar dificuldades adicionais na definição de uma postura clara sobre a participação político-eleitoral. Os partidos comunistas recorriam ao expediente de lançar candidatos utilizando-se a legenda de partidos aliados.

O discurso em favor de uma etapa nacional e democrática da revolução brasileira parece plausível e coerente diante das condições econômicas e políticas vivenciadas pela sociedade brasileira ao longo da maior parte do século XX. Sociedade predominantemente agrária, atrasada e apegada às tradições, com uma classe operária diminuta embora em crescimento. Nesta etapa, seriam criadas as condições para que a sociedade brasileira se modernizasse, a fim de tornar-se mais permeável ao discurso socialista. Parece que o partido comunista concebia que a proposta de uma revolução socialista afastaria potenciais aliados da classe operária.

A prática política do PCB entre 1922 e 1958 apresentou diversas nuances que vão desde a tentativa de formar amplas frentes para atuar nos marcos da democracia representativa, até a tentativa de suprimi-la mediante movimento insurrecional como em 1935. O legado político das formulações partidárias, também, varia da denúncia do caráter ilusório da democracia “burguesa” até a proposição de que ela representa um avanço político significativo, devendo ser usada pelo partido do proletariado na sua luta pela construção da sociedade socialista.

As análises do PCB sobre as duas etapas da revolução brasileira, empreendidas desde os anos 1920, foram consideradas simples transplantações da experiência revolucionária soviética. Entretanto, pareciam, também, fundamentadas na experiência política brasileira, sobremaneira, nos levantes tenentistas. Após as duas revoltas de 1922 e 1924 adviria uma terceira revolta, na qual o proletariado participaria e teria como aliados, a pequena burguesia e a burguesia industrial. Esta revolta deveria completar a revolução burguesa no Brasil e preparar o terreno para a revolução proletária. Conforme a tese difundida pelo PCB, a pequena burguesia seria a força dirigente da terceira revolta, consignada nos documentos do partido comunista como revolução democrático-pequeno-burguesa.

Foi postulado, ao longo desse trabalho, que o PCB foi coerente ao decidir pela deflagração do movimento armado de 1935. A decisão, portanto, não deve ser considerada errada pelos resultados que real ou supostamente acelerou. Parece-me que o ponto crucial foram as decisões do início dos anos 1930. As quais limitaram o leque de alternativas e constituíram as contingências condicionantes da decisão política tomada pelo PCB em 1935. A decisão do Comitê Central do PCB de deflagrar a insurreição foi tomada, portanto, tendo por base os constrangimentos subjetivos e objetivos que o impulsionavam nessa direção, sobretudo a percepção de que existia uma crise revolucionária e de condições para deflagrá-la, além do recrudescimento da repressão política com o fechamento da ANL.

O argumento desenvolvido nessa tese indica que caso o Partido Comunista do Brasil tivesse adotado duas posições políticas, quais sejam: tivesse mantido o BOC e tivesse participado da revolução de 1930, o leque de possibilidades, inclusive o confronto com o integralismo, talvez fosse ampliado, permitindo ao partido avaliar com outras ferramentas a conjuntura nacional que fundamentou a decisão insurrecional.

Diante das decisões tomadas e da análise do surgimento de uma crise revolucionária na metade dos anos 30, o PCB parecia ter diante de si duas alternativas coerentes: tentar o levante armado ou considerar que não tinha forças para tal empreendimento. Desse modo, a alternativa democrática não poderia ser encarada como alternativa viável, na medida em que a análise feita, embora fosse um exercício de pensar com os desejos, era considerada correta. Desse modo, restava ao Partido tentar empreendê-la ou considerar-se inapto para a ação.

Deve-se considerar que a decisão do PCB em favor do desencadeamento da insurreição de 1935 parecia, também, coerente com a conjuntura política vivenciada na época. Com efeito, as décadas de 1920 e 1930 constituíram-se em um período convulsionado da história brasileira. Diversas rebeliões completaram o cenário político naqueles anos, tais como: as revoltas tenentistas, a revolução de 1930, a revolução constitucionalista de 1932. Diante desses acontecimentos que desvelavam a existência de uma duradoura efervescência insurrecional no país, tornava-se difícil ao PCB abster-se de uma ação armada, quando julgava que existiam condições objetivas e subjetivas que a justificavam.

Diferente dessa situação parecia ser a conjuntura política vivida pelo PCB nos anos 60, quando o Partido avaliava que o País vivia em plenas condições de um caminho democrático para o socialismo. Essa análise, juntamente com a decisão de participar do governo Jango parece ter dificultado para o Partido Comunista Brasileiro compreender que

o momento vivido exigia um posicionamento revolucionário, ou seja, de que deveria se preparar para dirigir a revolução ou enfrentar um golpe contra-revolucionário como o que ocorreu em 1964.

A ação política conforme Maquiavel deve desenvolver-se de tal forma que o ator político consiga se adaptar às contingências históricas. Portanto, a ação do PCB, no período da ditadura militar, talvez devesse levar em consideração esse conselho maquiaveliano. Entretanto, o PCB manteve quase imutável a sua linha política moderada, oriunda da Declaração Política de março de 1958. Propõe, assim, que o enfrentamento ao regime militar não se desdobrasse em ações armadas. A sensatez de tal ação talvez residisse na consideração do poder do inimigo, mas, deve-se problematizar que o ator político não pode enfrentar o adversário político super-dimensionando a sua força, isto é, agir politicamente pode significar, também, tomar decisões que parecem desafiar a sensatez. Deve-se considerar, também, que a posição moderada do PCB não o deixou livre da agressão das forças repressivas.

Isto pode gerar algumas interpretações sobre a ação política desse Partido tais como: (1) o PCB deixou de se preparar para enfrentar os ataques das forças repressivas, na medida em que não se propunha enfrentá-las em todos os campos, inclusive mediante as ações violentas; (2) o PCB, ao agir de forma desproporcionalmente moderada, levou desesperança aos seus militantes que, sem contar com o apoio da máquina partidária, partiram para ações armadas isoladas. Assim, foram mais facilmente derrotados pela repressão; (3) ao desconsiderar a possibilidade da luta armada o PCB deixou de discutir, também, qual a melhor forma para esse tipo de enfrentamento, desse modo, não permitiu que se discutisse de forma mais ampla qual a melhor atitude a ser tomada nesse tipo de enfrentamento, assim, parece ter limitado o leque de opções para aqueles que estavam dispostos a enfrentar a ditadura com o risco da sua própria vida.

O fato de vários dirigentes do Partido terem sido presos, torturados e mortos, apesar de não terem adentrado nas ações armadas parece indicar que o fato de ter decidido pela luta armada ou não, teve pouca repercussão na forma de agir do regime militar. A linha dura se instalou no poder antes do desencadeamento das ações da guerrilha urbana, ou seja, quando a oposição ao regime militar ocorria de forma moderada, mediante passeatas e manifestações de estudantes e trabalhadores contra a ditadura militar.

A ação moderada do PCB não livrou seus dirigentes e militantes da repressão. Pode-se argüir que o Comitê Central do Partido teria condições teóricas e políticas de pensar que as forças repressivas não iriam se deter diante ações moderadas ou radicais,

distinguindo a quem deveria destinar a perseguição. Por que moderados, ou não, todos eram considerados inimigos a serem derrotados numa guerra. Portanto, parece que a Doutrina de Segurança Nacional justificava a reação dura dos militares a qualquer tipo de oposição ao regime.

Deve-se considerar também, que as forças repressivas agiam à margem da própria Lei de Segurança Nacional. Portanto, moderados ou não, todos estariam na iminência de serem presos. Talvez seja válido argumentar que se o PCB tivesse decidido pelas ações ousadas e até mesmo pelo enfretamento armado, ainda que não as pusesse em prática, poderia ter ressurgido nos anos 1980 com maior autoridade e legitimidade políticas no campo da esquerda. Desse modo, o PCB não seguiu o conselho de Maquiavel de que o ator político deve agir de acordo com as circunstâncias, deixando de preparar o caminho para o seu retorno à cena política com força suficiente para se tornar um ator político relevante, no período da legalidade. Evidentemente, tais observações não passam de elucubrações, entretanto, o crescimento do PC do B e a auto-dissolução do PCB parecem validar argumentações desse tipo.

Após a cassação do registro eleitoral do PCB e dos representantes eleitos nas diversas esferas representativas, o Partido passa a ter uma atuação política que oscilava entre a ilegalidade, a semi-legalidade e a legalidade de fato. No período de ilegalidade e semi-legalidade, que perdurou entre 1948 e 1956, o PCB contou com um núcleo dirigente constituído por Diógenes Arruda, Maurício Grabois, João Amazonas Pedro Pomar e Carlos Marighella. Luís Carlos Prestes era, nominalmente, o secretário-geral, mas o dirigente de fato era Diógenes Arruda, enquanto Prestes permanecia por aproximadamente 10 anos em quase total isolamento, até retornar à cena política com a defesa da renovação da linha política do PCB, que resultou na Declaração de 1958. Segundo Prestes, tal isolamento fora imposto pelo núcleo dirigente do Partido,.

A relevância da Declaração Política de março de 1958 reflete-se nos desdobramentos políticos que envolveram o PCB a partir de então. Estes desdobramentos resultaram tanto na reavaliação política da estratégia e da tática do Partido, quanto na reação visando manter, com alterações pontuais, a orientação política oriunda dos debates políticos do IV Congresso do PCB em 1954. Veremos que o PCB lutou tenazmente, ao longo desse período, para constituir-se na vanguarda revolucionária do proletariado, ou seja, para constituir-se no partido cuja prática política o credenciasse a assumir a hegemonia do movimento proletário em favor do socialismo. Desse modo, apresentava

suas proposições como a síntese do pensamento político capaz de possibilitar a vitória da perspectiva socialista no Brasil.

Observou-se que os principais elementos geradores da crise que resultou na cisão e formação do PC do B em 1962 foram as divergências que recrudesceram no Partido Comunista do Brasil (PCB) durante os anos 1950 e início dos anos 60. Além disso, a disputa pela direção e orientação política desse partido contribuiu para aquela cisão. Dentre as divergências geradoras do novo partido pode-se citar as seguintes: (1) que amplitude deveriam alcançar as mudanças políticas exigidas pela crise decorrente do relatório Kruschew; (2) a análise diferenciada acerca da conjuntura política e sobre o conseqüente posicionamento do Partido frente aos governos Kubitschek e Goulart. Diante dessas divergências e da tradição dos partidos comunistas de não permitirem a convivência em seu seio de idéias divergentes da direção partidária a cisão tornara-se inevitável. Entretanto, o que diferenciou a cisão que originou o PC do B em relação às diversas soluções de crise mediante a exclusão dos dissidentes, foi que o partido originado da cisão tornou-se mais influente que a sua matriz.

O Partido Comunista do Brasil procurou demarcar ideologicamente o seu espaço no movimento comunista internacional aliando-se ao Partido Comunista Chinês e ao Partido do Trabalho da Albânia. Em esfera nacional procurou justificar teoricamente a luta armada e a etapa nacional e democrática da revolução brasileira. Isto significa que definiu antecipadamente o objetivo estratégico e a partir dele adotou a tática que considerava mais eficaz à consecução daquele objetivo.

O Partido Comunista Brasileiro também tinha definido claramente seu objetivo estratégico. Contudo, a partir de 1958 parece ter enfatizado precipuamente os aspectos táticos da luta pelas soluções positivas e, posteriormente, da luta contra o regime militar, sem fazer uma ligação entre esses objetivos táticos com o objetivo estratégico. Talvez por isso, Prestes tenha afirmado, no início dos anos 1980, que o PCB se limitava a fazer declarações gerais em defesa da revolução e do socialismo, as quais pareciam destituídas de qualquer sentido prático. Talvez transmitissem a idéia de que era um partido que se propunha revolucionário, embora não tentasse fazer a revolução.

O PC do B considera-se herdeiro legítimo do legado leninista e o utiliza para combater a tese do caminho pacífico para a revolução brasileira, assim, fundamenta-se nas teses contidas no livro “O Estado e a revolução” de Lênin para refutar aquela proposição. Assevera que o ponto nodal do debate ideológico entre os marxistas-leninistas e os revisionistas no Brasil foi Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1960. O

Partido Comunista Brasileiro considera-se, também, herdeiro legítimo do legado leninista e o verdadeiro partido do proletariado brasileiro. Como se vê, ambos se fundamentavam nas proposições leninistas para justificar suas orientações políticas e disputavam a condição de verdadeiro partido revolucionário da classe operária, embora suas formulações se distanciassem em aspectos essenciais como o caminho para a revolução brasileira.

O PCB parecia fazer, no início dos anos 1980, uma defesa consistente da democracia representativa tanto como configuração política do Estado sob o capitalismo, quanto para a transição socialista que resultaria na democracia de massas. Torna-se difícil explicar como os setores do partido, que faziam idêntica defesa, tensionaram as relações com o Comitê Central até serem expulsos do Partido.

A resposta talvez resida na disputa pela direção nacional do PCB. Com efeito, o Comitê Central denuncia que ao longo do tempo formou-se uma direção paralela que disputava com ele a orientação política dos seus militantes. Se a derrota do socialismo na União Soviética e Leste europeu foi o ponto nodal que disparou a crise interna que grassava o PCB, cindindo-o irremediavelmente, a trajetória política desse partido desde o final dos 70, já indicava que a sua solidez estava comprometida pelas dissensões ideológicas resolvidas à base da autoridade hierárquica.

O PCB parece oscilar entre a defesa da democracia representativa, que a tese do caminho pacífico pressupõe como imprescindível à conquista do socialismo e a aplicação de métodos de direção centralizados. Estes são interpretados como antidemocráticos por setores mais coerentemente apegados à defesa da democracia. Todavia, esse conflito permaneceu latente no seio do partido e somente aflorou em períodos cruciais de discussão sobre a orientação política do PCB, sobretudo, nos momentos de discussão que antecederam o VII Congresso em 1982 e no IX Congresso em 1991.

A partir do IX Congresso a crise que grassava o PCB se tornou incontornável, isto é, impossível de ser solucionada pelo clássico expediente da expulsão dos militantes refratários à decisão da maioria. No VIII Congresso o Comitê Central do PCB já ressaltara que, em virtude da atividade fracionista de membros desse órgão e de dirigentes estaduais, o Comitê Central foi obrigado a adotar medidas disciplinares e, assim, expulsar alguns de seus membros e intervir em alguns Comitês Estaduais.

Observou-se que o Partido Comunista do Brasil atua politicamente como um grupo político coeso, ou seja, não admite ações e opiniões contrárias às da Direção Central. A única oportunidade em que o dissenso é estimulado é por ocasião dos debates que antecedem a realização dos Congressos do Partido. Percebe-se, portanto, que essa maneira

de agir (comum a todos os partidos comunistas que assumiram o modelo de organização centralizado, pautado nos postulados leninistas) parece ter funcionado como uma couraça, protegendo-o contra os efeitos da derrota do socialismo, sobretudo, na Albânia, cujo modelo de socialismo fora sempre defendido como exemplar por esse Partido. O PC do B, portanto, enfrentou com poucos abalos, a derrota do socialismo na Albânia, o desmantelamento da URSS e a queda do socialismo no Leste Europeu. Manteve, assim, praticamente intacta a organização pautada no centralismo democrático, a defesa do socialismo e da ditadura do proletariado.

Observou-se, também, que o Partido Comunista Brasileiro apresentou uma trajetória política diversa. Desse modo, não obstante mantivesse nas suas resoluções as referências ao marxismo-leninismo, pareceu abandonar gradativamente essas teses. Abandonou, inicialmente, a tese da luta armada para a transição ao socialismo, dando, pois, preferência à via democrática.

Posteriormente, começou a modificar os conceitos do marxismo-leninismo até abandonar explicitamente o postulado da ditadura do proletariado como configuração do Estado no período de transição para o comunismo. Portanto, na ausência desse cimento ideológico, o impacto das transformações ocorridas no final do século passado foi mais intenso no PCB do que na organização congênere, o Partido Comunista do Brasil. Desse modo, a auto-dissolução que levou à organização do PPS o deixou politicamente pouco expressivo e o fez retomar a forma de organização tradicional dos partidos comunistas e os conceitos leninistas abandonados.

Desse modo, mais do que a derrota do socialismo a trajetória política errática do PCB, tornava-o suscetível às injunções de crises externas. Parecia visível desde o início dos anos 1980 a dificuldade desse Partido em acomodar tendências divergentes, na falta de um arcabouço ideológico que cimentasse as suas partes componentes. A falta desse arcabouço ideológico consubstanciava-se na dificuldade do PCB definir e legitimar uma doutrina, a partir de seu núcleo dirigente.

Destarte, nem o eurocomunismo, nem o marxismo-leninismo consolidava-se como a doutrina oficial do Partido capaz de legitimar o núcleo dirigente. Este, por um lado, adotou parte das proposições teóricas eurocomunistas, apesar de ter afastado os propugnadores dessas teses. Por outro lado, não conseguia desvincular-se do marxismo-leninismo sem risco de se deslegitimar perante significativo contingente de militantes partidários. Nesse sentido, parecia condenado a um trabalho sisífico que apenas adiava a

solução da crise. Esta, somente foi resolvida de forma traumática com a derrota do socialismo na URSS e no Leste europeu.

O PC do B, portanto, pareceu estar preparado ideologicamente para enfrentar as vicissitudes da derrota do socialismo na URSS e Leste Europeu. O PCB parecia ter como escudo apenas os sucessos do modelo soviético de socialismo, quando esse modelo foi derrotado o partido perdeu a sua única referência. Já se distanciara do marxismo-leninismo que poderia ser o cimento ideológico para manter unida sua estrutura já fracionada pelos embates internos e pelas tentativas de conciliar interesses que se mostraram inconciliáveis.

Observou-se, também, que o PC do B procurava construir uma fundamentação teórica e ideológica à sua proposição da luta armada como meio essencial para a consecução do seu objetivo estratégico. O PCB parecia recorrer a formulações genéricas de que a história confirmava a correção da sua linha política. Percebeu-se, assim, que o Partido Comunista do Brasil parecia melhor preparado do que o seu congêneres para enfrentar os desafios advindos da derrota do socialismo na URSS e no Leste Europeu.

O PCB enfrentou entre 1989 e o início dos anos 90 uma intensa luta interna. Formaram-se, nesse período, duas tendências principais. A primeira, liderada por Roberto Freire, propugnava a construção do socialismo com a manutenção das liberdades democráticas.

Dessa forma, alterava ou abandonava vários conceitos marxistas. O conceito de Estado sofreu modificações importantes: deixou de ser “o comitê executivo da burguesia” e tornou-se um aparelho permeável às pressões populares, submetido ao controle da sociedade civil e passível de conquista, mediante a disputa eleitoral, no âmbito das regras do jogo democrático. Dessa maneira, forças sócio-políticas contraditórias poderiam disputar e alternarem-se no controle político do Estado. Essa tendência foi vitoriosa no IX Congresso do PCB, realizado em 1991, tendo conquistado a maioria da Direção Nacional. Utilizou-se dessa maioria para convocar, em caráter extraordinário, o X Congresso do PCB, o qual, ineditamente, foi aberto à participação de personalidades políticas filiadas ou não ao Partido e que propugnassem ou não os princípios do marxismo. Nesse Congresso, realizado em 1992, surgiu o Partido Popular Socialista (PPS).

A segunda tendência, formada pelos militantes contrários à orientação da maioria da Direção Nacional do PCB, divide-se em duas facções. A primeira era dirigida por Juliano Siqueira, integrante da direção nacional desse Partido. Esta aderiu ao PC do B. A outra fundou o “Movimento Nacional em Defesa do PCB” e passou a denunciar as “manobras liquidacionistas” da maioria da direção nacional do partido. Retirou-se em

passada do X Congresso do PCB e realizou uma Conferência Extraordinária de Reorganização do PCB, a qual decidiu pela continuidade do partido com seu nome e sigla históricos, prosseguindo na luta pelo socialismo.

A partir de 1992 o PCB reorganizado e o PC do B, realizaram inúmeras discussões sobre o socialismo e o papel do partido diante do cenário político descortinado com a derrota do campo socialista. No bojo dessas discussões reafirmaram os conceitos fundamentais que estruturam um partido de matiz leninista, reafirmaram a defesa do socialismo, do centralismo democrático e da ditadura do proletariado, e reafirmaram os ataques às injustiças da exploração capitalista. Desse modo, parecem demonstrar que poucas mudanças significativas teriam surgido nas suas formulações sobre democracia e socialismo.

O PC do B reafirmou no VIII Congresso realizado em 1992 a defesa da construção de uma sociedade socialista no Brasil e publicou em 1995 um esboço de programa socialista. O PCB reorganizado, por sua vez, realizou dois Congressos entre 1993 e 1996. Nestes Congressos, afirma ter-se afastado de todas as formulações reformistas oriundas das proposições eurocomunistas presentes no partido antes da formação do PPS.

Nesse sentido, enfatizou o caráter revolucionário do Partido, fundamentado nos princípios do marxismo-leninismo e retomou conceitos abandonados em Congressos anteriores, tais como o centralismo democrático e a ditadura do proletariado. Apresentou, ainda, a partir do X Congresso, a proposta da unidade dos comunistas brasileiros, sobretudo, a reunificação com o PC do B. Ao mesmo tempo, procurou fazer uma análise crítica da experiência socialista, na qual reafirma que o ideal socialista permanece vivo.

O Partido Comunista do Brasil volta à legalidade em 1985. A partir do momento em que passa a ter uma atuação aberta, surgem novos problemas que exigem soluções diferenciadas do período de atuação ilegal. Os documentos do PC do B passam a enfatizar essa nova situação e sublinham que terá que assumir novas responsabilidades, tanto no âmbito dos movimentos populares (movimento estudantil, dos trabalhadores, de bairro, etc.), quanto na esfera institucional e no terreno teórico-ideológico. Algumas alterações no campo teórico-ideológico realmente ocorreram, sobretudo, no PC do B, elas significaram a retomada de conceitos antes, aparentemente, desconsiderados como a tese da revolução processual propugnada pelo PCB até o IX Congresso em 1991.

A tese da revolução no PCB reorganizado parece um tanto confusa, constituindo-se num amálgama entre revolução processual e ruptura. A diferença mais

evidente no PCB parece situar-se no aspecto tático, no qual também parece confusa, tendo em vista que o PCB apoiou a eleição do presidente Lula em 2002, rompeu ainda no primeiro mandato com esse, voltou a apoiá-lo na reeleição, para mais uma vez romper com o governo Lula.

O Comitê Central do PC do B argumenta que a atuação institucional do Partido o coloca diante de novos desafios. A atuação parlamentar exige do partido a defesa das regras do jogo democrático, enquanto o partido sempre criticou os limites da democracia representativa “burguesa”, em especial da democracia brasileira. Problema adicional surge com a participação de militantes do PC do B em órgãos executivos estaduais e municipais, interpretada como um instrumento para ampliar o campo de atuação política do partido, constituindo, por isso, importante elemento para a sua consolidação.

Os dois partidos comunistas no Brasil permanecem referindo-se a categorias consideradas teórica e politicamente ultrapassadas, tais como: ditadura do proletariado, luta de classes, marxismo-leninismo, vanguarda revolucionária da classe operária, dentre outras. Essas categorias são consideradas fundamentais numa futura organização de uma sociedade socialista. Entretanto, a utilização dessas categorias não parece demonstrar uma inflexibilidade em relação a possíveis mudanças comportamentais e teóricas, exigidas pelo novo panorama político -, descortinado com a redemocratização no Brasil e com a derrota do socialismo no Leste europeu, URSS e Albânia. Ao contrário, a despeito da permanência dessas categorias nos escritos dos partidos referenciados, ocorreram modificações conceituais que diferenciam a utilização desses conceitos no que concerne à utilização deles no período anterior àqueles acontecimentos.

Outra conclusão, relevante é que nos partidos comunistas as mudanças ocorrem com muitas dificuldades tanto no que se refere à sua orientação política, quanto no que diz respeito à sua estrutura organizacional. Com efeito, o PCB resistiu às críticas dos radicais e renovadores persistindo na validade da linha política traçada por seu núcleo dirigente, sobretudo, no que tange à concepção de revolução socialista. O PC do B, por sua vez, parecia mudar de orientação política sem aprofundar-se na autocrítica da orientação anterior.

Entretanto, sob o impacto da derrota do socialismo os dois partidos tiveram que fazer inflexões inimagináveis até então. Embora o velho PCB e, posteriormente o PPS, tentassem apresentar uma linha de continuidade entre sua orientação política anterior ao IX Congresso, com as posições assumidas nesse, a argumentação parece pouco plausível, na medida em que o PCB alterou substancialmente tanto a orientação política, quanto a

estrutura organizacional e a própria denominação, portanto, as mudanças foram muito mais amplas do que o partido admite.

O PC do B, por seu lado, aproximou-se das posições assumidas pelo PCB, antes tenazmente criticadas por ele. Enquanto o PCB reorganizado resiste em aderir às mudanças, sobretudo, no que se refere à flexibilidade da orientação tática, destarte, apresenta-se como oposição sistemática ao governo Lula, embora tenha contribuído para a sua eleição.

Pode-se concluir, portanto, que uma das instituições com maiores dificuldades de implementar mudanças são os partidos comunistas. Na maioria das vezes, em vez de mudanças efetivas, ocorreu a supressão do novo ousado ou do que era considerado retrógrado renitente pela maioria da direção partidária. Desse modo, o *status quo* permaneceu quase sempre irretocável, muito embora, elementos do considerado novo ou velho fossem assimilados às posições dominantes.

As mudanças nos partidos comunistas parecem obedecer, na maioria das vezes, influxos externos em vez de serem oriundas de uma reflexão aprofundada sobre as posições outrora assumidas por esses partidos. Essa conclusão parece válida quando se observa as alterações acarretadas pelo impacto da derrota do socialismo sobre os dois partidos estudados no Brasil. O PC do B, por exemplo, teceu críticas inéditas à construção do socialismo na URSS no período em que Stálin esteve à frente do Estado soviético.

Deve-se observar, entretanto, que os partidos comunistas tentam implementar mudanças que alcançam todos os aspectos sociais, implicando, pois, em inovações nos espaços de micro-poderes. O foco do poder para os partidos comunistas parece mais difuso que concentrado no poder estatal. A conquista deste seria o passo decisivo para influenciar mudanças em diversas esferas de poder, incluindo-se o próprio poder estatal. Os partidos comunistas querem transformar o poder e não apenas conquistá-lo, ainda que a idéia-limite de extinção do Estado seja inviável, com ela percebe-se que a própria noção de Estado para os partidos comunistas parece volátil.

## BIBLIOGRAFIA

AGOSTI, Aldo. As correntes constitutivas do movimento comunista internacional. In: HOBBSAWM, Eric J. et al. **História do marxismo II: o marxismo na época da Terceira Internacional: da Internacional comunista de 1919 às frentes populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p: 45-81.

\_\_\_\_\_. O mundo da Terceira Internacional: os “estados-maiores. In: HOBBSAWM, Eric J. et al. **História do marxismo II: o marxismo na época da Terceira Internacional: da Internacional comunista de 1919 às frentes populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p: 99-168.

ALMOND, Gabriel A. Political Science: The History of the Discipline. In. GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter. **A new Handbook of political science**. [S.l]: Oxford University Press, 2000. p: 50-96.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AMARAL, Roberto Marsila. Astrogildo Pereira e Octávio Brandão: os precursores do comunismo nacional. In: FERREIRA, Jorge.; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p: 249-272.

AMAZONAS, João. **O revisionismo chinês de Mao Tsetung**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1981.

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora**. São Paulo: Cortez; São Paulo: Ensaio, 1990.

ARBLASTER, Anthony. **Democracy**. 2. ed. Buckingham: Open University Press, 1994.

ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBBSAWM, Eric J. et al. **História do marxismo II: o marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p: 419-459.

BANDEIRA, Moniz. et al. **A revolução russa e seus reflexos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

\_\_\_\_\_. **Trabalhismo e socialismo no Brasil: a Internacional socialista e a América Latina**. São Paulo: Global, 1985.

BARATA, Agildo. Pela renovação e fortalecimento do partido. In: CARONE, Edgar. **A quarta República (1954-1964)**. São Paulo: Difel, 1980. p: 497-508.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República: de 1889 a 1930**. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

\_\_\_\_\_. **História Sincera da República: de 1961 a 1967**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

\_\_\_\_\_. **História Sincera da República: de 1930 a 1960**. 4. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1981.

BAUDRILLARD, Jean. **Partidos comunistas: os paraísos artificiais da política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

BERNSTEIN, Eduard. The case for reformism. In: MILLS, C. Wright. **The marxists**. New York: Dell Publishing Co., 1966. p: 177-189.

\_\_\_\_\_. **Socialismo evolucionário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Rio de Janeiro: Instituto Teotônio Vilela, 1997.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. **Qual socialismo?** Discussão de uma alternativa. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Política e cultura.** Turim: Giulio Einaudi Editore, 1955.

\_\_\_\_\_. **As ideologias e o poder em crise.** 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

\_\_\_\_\_. **Democracia e ditadura.** In: Vivência. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1983. p: 129-140.

BOTTOMORE, Tom. Social-democracia. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001. p: 337-338.

\_\_\_\_\_. Austromarxismo. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001. p: 21-23.

BRANDÃO, Octávio. **Agrarismo e industrialismo:** ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra das classes no Brasil (1924). 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

\_\_\_\_\_. O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa. In: ZAIDAN, Michel. **PCB (1922-1929):** na busca das origens de um marxismo nacional. São Paulo: Global, 1985. p: 121-132.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **A esquerda positiva:** as duas almas do Partido Comunista (1920-1964). São Paulo: Hucitec, 1997.

BRANDÃO, Francisco do Assis. **O conceito de democracia em Bobbio.** Tese de doutorado. Belo Horizonte, 2001. (mimeo).

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

CARVALHO, Maria Alice R. de. Breve história do comunismo democrático no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p: 261-281.

CARRILO, Santiago. **Eurocomunismo e Estado**. São Paulo: Difel, 1978.

CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. A Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p: 453-491.

CASTRO, Nils. As esquerdas latino-americanas: observações acerca de uma trajetória. In: FORTES, Alexandre (Org). **História e perspectivas da esquerda**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Chapecó: Argos, 2005. p: 69-112.

CERRONI, Umberto. **Teoria do partido político**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez; São Paulo: Brasiliense, 1994.

CLAUDIN, Fernando. **A crise do movimento comunista internacional: a crise da Internacional Comunista**. Vol. 1. São Paulo: Global, 1985.

\_\_\_\_\_. **A crise do movimento comunista internacional: o apogeu do stalinismo**. Vol. 2. São Paulo: Global, 1986.

CODATO, Adriano N.; PERISSINOTTO, Renato M. O Estado como instituição: uma leitura das “obras históricas” de Marx. **Crítica Marxista**. n. 13, out. 2001, p. 9-28.

COLLETI, Lucio. **Ultrapassando o marxismo e as ideologias**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal:** notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e política:** a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

DAHL, Robert A. **Poliarquia:** participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 1997.

\_\_\_\_\_. **Um prefácio à teoria democrática.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

DASSÚ, Marta. Frente única e frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista. In: HOBBSAWM, Eric J. et al. **História do marxismo II:** o marxismo na época da Terceira Internacional: da Internacional comunista de 1919 às frentes populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p: 293-336.

DELLA VOLPE, Galvano. Rousseau e Marx. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia.** São Paulo: Ática, 1980.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

EAGLETON, Terry. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ELEY, Geoff. **Forjando a democracia:** a história da esquerda na Europa, 1850-2000. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ENGELS, Frederick. Introduction to Karl Mar's The class struggles in France, 1848 to 1850 (1895) In: **Karl Marx, Frederick Engels:** collected works. Vol. 27 Engels 1890-95. New York: International Publishers, 1990. p: 506-524.

\_\_\_\_\_. The origin of the family, private property and the state, in the light of the researches by Lewis H. Morgan. In: **Karl Marx, Frederick Engels: collected works**. Vol. 26 Engels 1882-89. New York: International Publishers, 1990. p: 129-276.

\_\_\_\_\_. Anti-Düring. In: **Karl Marx, Frederick Engels: collected works**. Vol. 25 Frederick Engels: Anti-Düring; Dialectic of Nature. New York: International Publishers, 1990.

ENGELS, Friedrich. Carta de Engels a José Bloch, 21 – 22 de septiembre de 1890. In: **C. Marx e F. Engels: obras escogidas en tres tomos**. Tomo III. Moscú: Editorial Progreso, 1974. p: 514-516.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Global, 1989.

FERNANDES, Luis. **O enigma do socialismo real: um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais**. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

FETSCHER, Irving. Bernstein e o desafio à ortodoxia. In: HOBSBAWM, Eric J. et al. **História do marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional**. (1ª parte). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p: 257-298.

FREIRE, Roberto. **O que mudou no PCB**. Brasília: Edições WR, 1991.

GETZELER, Israel. Outubro de 1917: o debate marxista sobre a revolução na Rússia. In: HOBSBAWM, Eric J. et al. **História do marxismo V: o marxismo na época da Terceira Internacional: a revolução de outubro, o austromarxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p: 25-74.

\_\_\_\_\_. Martov e os mencheviques antes e depois da revolução. In: HOBSBAWM, Eric J. et al. **História do marxismo V: o marxismo na época da Terceira Internacional: a revolução de outubro, o austromarxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p: 197-225.

GORBATCHEV, Mikhail. **Perestroika**: novas idéias para o meu país e o mundo. São Paulo: 23. Ed.; São Paulo: Best Seller, 1988.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1999.

\_\_\_\_\_. O ciclo do PCB. In: FORTES, Alexandre (Org). **História e perspectivas da esquerda**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Chapecó: Argos, 2005. p: 163-172.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HÁJEK, Milos. O comunismo de esquerda. In: HOBSBAWM, Eric J. et al. **História do marxismo II**: o marxismo na época da Terceira Internacional: da Internacional comunista de 1919 às frentes populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p.: 83-97.

\_\_\_\_\_. A discussão sobre a frente única e a revolução abortada na Alemanha. In: HOBSBAWM, Eric J. et al. **História do marxismo II**: o marxismo na época da Terceira Internacional: da Internacional comunista de 1919 às frentes populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p: 169-195.

\_\_\_\_\_. A bolchevização dos partidos comunistas. In: HOBSBAWM, Eric J. et al. **História do marxismo II**: o marxismo na época da Terceira Internacional: da Internacional comunista de 1919 às frentes populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p: 197-218.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, 2003, p: 193-223.

HELD, David. **Models of democracy**. 2. ed. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 1999.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HOBBS, Eric. **A era dos extremos: breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **A era do capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. **A era dos impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HOXHA, Enver. O revisionismo contemporâneo no poder, nova arma da burguesia contra a revolução e o socialismo. In: AMAZONAS, João. et al. **30 anos de confronto ideológico: marxismo e revisionismo**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990. p: 153-164.

\_\_\_\_\_. O projeto de império. In: AMAZONAS, João. et al. **30 anos de confronto ideológico: marxismo e revisionismo**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990. p: 173-188.

INGRAO, Pietro. **As massas e o poder**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

JOFFILY, Bernardo. **O bastião albanês**. São Paulo: Alfa e Ômega, 1990.

JOHNSTONE, Monty. Internacionais. In: BOTTOMORE, Tom (edit). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001. p:195-199.

\_\_\_\_\_. Um instrumento político de novo tipo: o partido leninista de vanguarda. In: HOBBS, Eric J. et al. **História do marxismo II: o marxismo na época da Terceira Internacional: da Internacional comunista de 1919 às frentes populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p: 13-43.

\_\_\_\_\_. Lênin e a revolução. In: HOBBS, Eric J. et al. **História do marxismo V: o marxismo na época da Terceira Internacional: a revolução de outubro, o austromarxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p: 113-141.

KAUTSKY, Karl. What a Social Revolution Is. In: MILLS, C. Wright. **The marxists**, New York: Dell Publishing Co., 1966. p: 159-202.

\_\_\_\_\_. **As três fontes do marxismo**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2002.

KIERNAN, V. G. Guerra. In: BOTTOMORE, Tom (edit). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001. p: 169-173.

KIERNAN, V. G. Lassale, Ferdinand. . In: BOTTOMORE, Tom (edit). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001. p: 210-211.

KNEI-PAZ, Baruch. Trotski: revolução permanente e revolução do atraso. In: HOBSBAWM, Eric J. et al. **História do marxismo V: o marxismo na época da Terceira Internacional: a revolução de outubro, o austromarxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p: 159-196

LÊNIN, V. I. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_, V. I. **O que fazer**. São Paulo: Hucitec, 1979.

\_\_\_\_\_. Um passo adiante dois passos atrás: resposta de Lênin a Rosa Luxemburgo. In: **Partido de massa ou partido de vanguarda? Polêmica Rosa Lênin**. São Paulo: Ched Editorial, 1981. p: 41-57.

LÊNIN, Nikolai. Imperialism: a special stage of capitalism. In: MILLS, C. Wright. **The Marxists**. New York: Dell Publishing Co., 1966. p: 204-218.

\_\_\_\_\_. The state and its evolution. In: MILLS, C. Wright. **The Marxists**. New York: Dell Publishing Co., 1966. p: 218-231.

\_\_\_\_\_. On tactics in the 1917 revolution. In: MILLS, C. Wright. **The Marxists**. New York: Dell Publishing Co., 1966. p: 234-244.

\_\_\_\_\_. Prospects of revolution: in Russia and in Europe. In: MILLS, C. Wright. **The Marxists**. New York: Dell Publishing Co., 1966. p: 244-246.

\_\_\_\_\_. Workers' councils and the people's militia. In: MILLS, C. Wright. **The Marxists**. New York: Dell Publishing Co., 1966. p: 253-262.

LÊNIN, V. I. Dos taticas de la sociademocracia en la revolucion demcratica. In: \_\_\_\_\_. **Obras escogidas**. Tomo II. La primera Revolución Rusa 1905-1907. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1965. p: 21-145.

\_\_\_\_\_. Sobre la reorganización del partido. In: \_\_\_\_\_. **Obras escogidas**. Tomo II. La primera Revolución Rusa 1905-1907. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1965. p: 154-163.

\_\_\_\_\_. La bancarrota de la II Internacional. In: \_\_\_\_\_. **Obras escogidas**. Tomo III. Los años de la reacción y del nuevo auge revolucinario – 1910-1916. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1965. p: 221-276.

\_\_\_\_\_. El imperialismo, fase superior del capitalismo. Esbozo popular. In: \_\_\_\_\_. **Obras escogidas**. Tomo III. Los años de la reacción y del nuevo auge revolucinario – 1910-1916. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1965. p: 375-499.

\_\_\_\_\_. Sobre el infantilismo de la 'isquierda' y el espíritu pequeñoburgés. In : \_\_\_\_\_. **Obras escogidas**. Tomo V. La reconstrucción. La intervención (1918-1920). Buenos Aires: Editorial Cartago, 1965. p: 193-223.

\_\_\_\_\_. Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução (Teses de abril). In: ZIZEK, Slavoj. **Às portas da revolução: seleção de escritos de Lênin de fevereiro a outubro de 1917**. São Paulo: Boitempo, 2005.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. 5.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

LOSURDO, Domenico. **Fuga da história? A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

\_\_\_\_\_. **Marx, Hegel e a tradição liberal:** liberdade, igualdade e Estado. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

LÖWY, Michael. **O marxismo na América Latina:** uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

LUXEMBRUG, Rosa. Reform or revolution. In: MILLS, C. Wright. **The Marxists.** New York: Dell Publishing Co., 1966. p: 190-202.

\_\_\_\_\_. **Reforma, revisionismo e oportunismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

\_\_\_\_\_. Questões de organização da social-democracia russa. In. **Partido de massa ou partido de vanguarda?** Polêmica Rosa Lênin. São Paulo: Ched Editorial, 1981. p: 09-40.

\_\_\_\_\_. **A revolução russa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MALINA, Salomão. **A transição PCB-PPS:** balanço histórico e perspectiva política. Brasília: Secretariado Nacional do PPS, 2000.

MAQUIAVEL. Nicolau. **O príncipe.** 6. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

\_\_\_\_\_. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio:** “Discorsi”. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

MARX, Karl. **A questão judaica.** 4. ed. São Paulo: Centauro, 2002.

\_\_\_\_\_. **A guerra civil na França:** mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores. São Paulo: Global, 1986.

\_\_\_\_\_. **O 18 brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Abril Cultural, 1978. p: 322-404.

\_\_\_\_\_. Critica del Programa de Gotha. . In: C. Marx e F. Engels: **obras escogidas en tres tomos.** Tomo III. Moscú: Editorial Progreso, 1974. p: 05-27.

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p: 101-132.

\_\_\_\_\_. Critique of Hegel's philosophy of right. In: McLELLAN, David. **Karl Marx: selected writings**. New York: Oxford University Press, 1987. p: 26-35.

\_\_\_\_\_. On the jewish question. In: McLELLAN, David. **Karl Marx: selected writings**. New York: Oxford University Press, 1987. p: 39-62.

\_\_\_\_\_. Towards a critique of Hegel's philosophy of right: introduction. In: McLELLAN, David. **Karl Marx: selected writings**. New York: Oxford University Press, 1987. p: 63-74.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política: livro primeiro: o processo de produção do capital**. Volume 1. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política: livro primeiro: o processo de produção do capital**. Volume 2. 21. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. The communist manifest. In: McLELLAN, David. **Karl Marx: selected writings**. New York: Oxford University Press, 1987. p: 221-247.

MARRAMAIO, Giacomo. Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo. In: HOBSBAWM, Eric J. et al. **História do marxismo V: o marxismo na época da Terceira Internacional: a revolução de outubro, o austromarxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p: 277-343.

MCLELLAN, David. **O pensamento de Karl Marx**: uma introdução. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1974.

MEHRAV, Perez. Social-democracia e austromarxismo. In: HOBBSAWM, Eric J. et al. **História do marxismo V**: o marxismo na época da Terceira Internacional: a revolução de outubro, o austromarxismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p: 251-276.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MILIBAND, Ralph. Resposta a Nicos Poulantzas. In: BLACKBURN, Robin (Org). **Ideologia na ciência social**: ensaios críticos sobre a teoria social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p: 233-241.

\_\_\_\_\_. **O Estado na sociedade capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MILL, John Stuart. **O Governo Representativo**. São Paulo: Ibrasa, 1983.

MORENO, Nahuel. **A ditadura revolucionária do proletariado**. São Paulo: Sundermann, 2007.

NEGT, Negt. Rosa Luxemburg e a renovação do marxismo. In: HOBBSAWM, Eric. et al. **História do marxismo II**: o marxismo na época da Segunda Internacional, II parte. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p: 11-51.

NOVACK, George. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade**. [S.l.]: Rabisco Criação e Propaganda Ltda, 1988.

OLIVEIRA, Marcos Aurélio G. de. **O Comintern e a Aliança Nacional Libertadora**. Recife: Edições Bagaço, 1996.

OSTERGAARD, G. Anarquismo. In: BOTTOMORE, Tom (edit). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001. p: 11-12.

PASQUINO, Gianfranco. Eurocomunismo. In: BOBBIO, Norberto. et al. (Orgs.). 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992. p: 450-456.

PEREIRA, Astrogildo. **Formação do PCB (Partido Comunista Brasileiro) 1922/1928**. Lisboa: Prelo Editora, 1976.

PETERS, B. Guy. Political institutions, old and new. In, GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter. **A new Handbook of political science**. [S. l]: Oxford University Press, 2000. p: 205-220.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil 1922-1935**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PLEKHANOV, G. **A concepção materialista da história**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POULANTZAS, Nicos. O problema do Estado capitalista. In: BLACKBURN, Robin (Org). **Ideologia na ciência social: ensaios críticos sobre a teoria social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p: 219-233.

\_\_\_\_\_. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. **Poder político e classes sociais**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do partido comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In. RIDENTI, Marcelo.; REIS, Daniel Aarão (Orgs). **História do**

**Marxismo no Brasil:** partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Vol. 05. Campinas, SP: Unicamp, 2007. p: 73-108.

\_\_\_\_\_. Marxismo, sociedade e partidos políticos hoje. In. RIDENTI, Marcelo.; REIS, Daniel Aarão (Orgs). **História do Marxismo no Brasil:** partidos e movimentos após os anos 1960. Vol. 06. Campinas, SP: Unicamp, 2007b. p: 439-461.

ROIO, Marcos Del. Os comunistas, a luta social e o marxismo. In. RIDENTI, Marcelo.; REIS, Daniel Aarão (Orgs). **História do Marxismo no Brasil:** partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Vol. 05. Campinas, SP: Unicamp, 2007. p: 11-72.

\_\_\_\_\_. A gênese do partido comunista (1919-1929). In: FERREIRA, Jorge.; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil:** a formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p: 223-248.

ROSEMBERG, Arthur. **Democracia e socialismo:** história política dos últimos cento e cinquenta anos (1789-1937). São Paulo: Global, 1986.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato Social. In Rousseau. **Os pensadores.** 5.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

SALES, Jean Rodrigues. Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política. In. RIDENTI, Marcelo.; REIS, Daniel Aarão (Orgs). **História do Marxismo no Brasil:** partidos e movimentos após os anos 1960. Vol. 06. Campinas, SP: Unicamp, 2007a. p: 63-103.

\_\_\_\_\_. Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil (PC do B). In: FERREIRA, Jorge.; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil:** revolução e democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b. p: 163-182.

SALVADORI, Massimo L. Kautsky entre a ortodoxia e o revisionismo. In: HOBBSAWM, Eric J. et al. **História do marxismo II:** o marxismo na época da Segunda Internacional, I Parte. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p: 299-339.

SANTOS, Raimundo. **O pecebismo inconcluso**: escrito sobre idéias políticas. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade do Livro; Rio de Janeiro: Ed. Universidade Rural, 1994.

SANTOS, Raimundo.; ZAIDAN, Michel. As duas vertentes da renovação. In: SANTOS, Raimundo. **O pecebismo inconcluso**: escrito sobre idéias políticas. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade do Livro; Rio de Janeiro: Ed. Universidade Rural, 1994, p. 47-50.

SANTOS, Raimundo e SEGATTO, José Antonio. A valorização da política na trajetória pecebista: dos anos 1950 a 1991. In: RIDENTI, Marcelo.; REIS, Daniel Aarão (Orgs). **História do Marxismo no Brasil**: partidos e movimentos após os anos 1960. Vol. 06. Campinas, SP: Unicamp, 2007. p: 13-62.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

SCHMIDT, Benito Bisso. Os partidos socialistas na nascente República. In: FERREIRA, Jorge.; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil**: a formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p: 131-183.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo y democracia**. Madrid: Aguilar Ediciones, 1971.

SEGATTO, José Antonio. **Reforma e revolução**: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SILVA, Fernando Teixeira da. Breve história de erros e bodes expiatórios: PCB e trabalhadores (1945-1964). In: FORTES, Alexandre (Org). **História e perspectivas da esquerda**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Chapecó: Argos, 2005. p: 183-193.

SODRÉ, Nelson Wernewck. **Contribuição à história do PCB**. São Paulo: Global, 1984.

SILVA, Fernando T. Da.; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA,

Jorge.; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p: 101-140.

STACCONE, Giuseppe. **Gramsci – 100 anos: revolução e política**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

STALIN, Joseph. Foundations of leninism. In: MILLS, C. Wright. **The Marxists**. New York: Dell Publishing Co., 1966. p: 290-301.

STRADA, Vittorio. Lênin e Trótski. In: HOBBSAWM, Eric J. et al. **História do marxismo V: o marxismo na época da Terceira Internacional: a revolução de outubro, o austromarxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p: 143-158.

THÉRET, Bruno. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova**. n. 58, 2003. p: 225-254.

TOGLIATI, Palmiro. **Socialismo e democracia: escritos escolhidos do período 1944-1964**. Rio de Janeiro: Ilha, 1980.

TSEBELIS, George. **Jogos ocultos: a escolha racional no campo da política comparada**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

TROTSKY, Leon. The law of uneven and combined development in Russian. In: MILLS, C. Wright. **The Marxists**. New York: Dell Publishing Co., 1966. p: 264-268.

\_\_\_\_\_. Theory of permanent revolution. In: MILLS, C. Wright. **The Marxists**. New York: Dell Publishing Co., 1966. p: 275-284.

\_\_\_\_\_. The rise of soviet bureancracy. IN: MILLS, C. Wright. **The Marxists**. New York: Dell Publishing Co., 1966. p: 309-333.

VIANA, Marly de Almeida Gomes. O PCB (1929-1943). In: FERREIRA, Jorge.; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p: 331-363.

VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. O Partido Socialista Brasileiro e o marxismo (1947 e 1964). In. RIDENTI, Marcelo.; REIS, Daniel Aarão (Orgs). **História do Marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960**. Vol. 05. Campinas, SP: Unicamp, 2007. p: 167-196.

VINHAS, Moisés. **O partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)**. São Paulo: Hucitec, 1982.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1971.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

YOUNG, Marion Iris. Political theory: an overview. In, GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter. **A new Handbook of political science**. [S. L.]: Oxford University Press, 2000. p: 479-502.

ZAIDAN, Michel. **PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional**. São Paulo: Global, 1985.

\_\_\_\_\_. **O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)**. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1988.

\_\_\_\_\_. **Comunistas em céu aberto (1922-1930)**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

\_\_\_\_\_. O leste europeu e nós. In: SANTOS, Raimundo. et al. (Orgs.). **Contemporaneidade e política**. Rio de Janeiro: Sociedade do Livro; Rio de Janeiro: Instituto Astrogildo Pereira, 1994, p: 119-127.

## **Documento do PCB anteriores à Declaração Política de março de 1958**

CARONE, Edgar. A fundação do P.C.B.: o I Congresso. In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 - 1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p 19-29.

\_\_\_\_\_. A crise de 1923. In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 30-37.

\_\_\_\_\_. O II Congresso do P.C.B. In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 37-43.

\_\_\_\_\_. A política brasileira e a atual situação do Partido (1928). IN: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 44-55.

\_\_\_\_\_. A cisão de 1928. In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 56-64.

\_\_\_\_\_. Bloco Operário e Camponês. In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 64-70.

\_\_\_\_\_. O III Congresso (dezembro de 1928 - janeiro de 1929). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 70-77.

\_\_\_\_\_. O III Pleno do C.C. (outubro de 1929). IN: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982., p: 78-83.

\_\_\_\_\_. A luta contra o prestígio. In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 83-96.

\_\_\_\_\_. A crise do P.C.B.: Resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira. In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 96-102.

\_\_\_\_\_. A questão da sucessão presidencial. In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 102-111.

\_\_\_\_\_. Os últimos acontecimentos no Brasil e as perspectivas de novas lutas (janeiro de 1931). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 111-119.

\_\_\_\_\_. O Partido Comunista do Brasil frente aos próximos combates (janeiro-fevereiro de 1931). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 120-130.

\_\_\_\_\_. O trotskismo: aos camaradas do Partido e a todos os trabalhadores conscientes (julho de 1930). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 130-131.

\_\_\_\_\_. Contra a Constituinte dos ricos (dezembro de 1931). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 131-132.

\_\_\_\_\_. Brasil: campo de grandes lutas armadas (dezembro de 1932). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 132-143.

\_\_\_\_\_. A posição do P.C.B. frente às eleições (agosto de 1934). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 143-159.

\_\_\_\_\_. 1ª Conferência Nacional do P.C.B. (julho de 1934). \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 159-171.

\_\_\_\_\_. Resposta à “Lei Monstro” (março de 1935). \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)** vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 171-172.

\_\_\_\_\_. Aliança Nacional Libertadora. In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 172-197.

\_\_\_\_\_. As condições de um verdadeiro programa democrático no Brasil (1937). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 197-200.

\_\_\_\_\_. O perigo fascista e as eleições presidenciais no Brasil (1937). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 202-208.

\_\_\_\_\_. O golpe de estado fascista no Brasil é um golpe contra a paz e democracia mundiais (1937). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 208-211.

\_\_\_\_\_. No Brasil, o “estado novo” de Getúlio Vargas permanece instável (1938). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 211-212.

\_\_\_\_\_. O putsch fascista-integralista e a situação atual no Brasil (1938). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 212-215.

\_\_\_\_\_. Carta de Prestes a Severo Fournier (1938). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 215-218.

\_\_\_\_\_. Por uma frente única democrática brasileira (1938). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 218-220.

\_\_\_\_\_. A U.R.R.S. e o momento internacional (setembro de 1939). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 220-222.

\_\_\_\_\_. Ao povo e especialmente ao Exército e à Marinha (outubro de 1939). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 222-225.

\_\_\_\_\_. Ao povo brasileiro (abril de 1940). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 225-227.

\_\_\_\_\_. A reorganização do P.C.B. (1941-1942). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 227-233.

\_\_\_\_\_. A Conferência da Mantiqueira (agosto 1943). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1922 -1943)**. Vol.1. São Paulo: Difel, 1982. p: 234-241.

\_\_\_\_\_. A posição da CNOP. In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 13-20.

\_\_\_\_\_. Luís Carlos Prestes e a situação no Brasil e no mundo (23.05.1944). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 21-25.

\_\_\_\_\_. União nacional para a democracia e o progresso (23.05.1945). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 25-40.

\_\_\_\_\_. Os comunistas na luta pela democracia (07.08.1945). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 40-57.

\_\_\_\_\_. A queda de Getúlio Vargas (1945). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 59-63.

\_\_\_\_\_. O governo Linhares (10.11.1945). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 63-65.

\_\_\_\_\_. III Conferência Nacional do P.C.B. (15.07.1946). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 65-71.

\_\_\_\_\_. Manifesto de Janeiro (janeiro de 1948). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 72-89.

\_\_\_\_\_. Informe político (maio de 1949). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 89-108.

\_\_\_\_\_. Frente Democrática de Libertação Nacional (1950). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 108-112.

\_\_\_\_\_. O acordo militar Brasil x Estados Unidos (16.08.1952). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 112-114.

\_\_\_\_\_. Projeto de programa (dezembro de 1953). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 114-120.

\_\_\_\_\_. Manifesto do Comitê Central: a ditadura Café Filho (01.09.1954). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 120-123.

\_\_\_\_\_. A aliança com o P.T.B. (02.10.1954). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 123-126.

\_\_\_\_\_. Iv Congresso do P.C.B. (dezembro de 1954 a fevereiro de 1955). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 126-136.

\_\_\_\_\_. Manifesto eleitoral do P.C.B. (agosto de 1955). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 136-139.

\_\_\_\_\_. O golpe de estado de Carlos Luz (14.11.1955). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 140-141.

\_\_\_\_\_. A queda de Café Filho (24.11.1955). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 141-143.

\_\_\_\_\_. O XX Congresso do P.C. da U.R.R.S. In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 143-175.

\_\_\_\_\_. Declaração sobre a política do P.C.B. (março de 1958). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 176-202.

DECLARAÇÃO sobre a política do Partido Comunista Brasileiro: março de 1958. In: **PCB: vinte anos de política (1958-1979)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p: 3-27.

## **Documentos do PCB após a Declaração Política de março de 1958**

A CONQUISTA da democracia e a legalidade do PCB. In: \_\_\_\_\_. **O PCB em São Paulo: documentos (1974-1981)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. p: 47-50.

CARRONE, Edgar. Os comunistas e a sucessão presidencial (04.09.1959). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 202-209.

\_\_\_\_\_. Resolução Política da Convenção Nacional dos comunistas (agosto de 1960). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 209-227.

\_\_\_\_\_. O V Congresso do P.C.B. (1960). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 227-234.

\_\_\_\_\_. Os comunistas e o governo de Jânio Quadros (10.03.1961). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 234-244.

\_\_\_\_\_. Nenhuma conciliação com o golpismo! Posse imediata ao presidente Goulart (01.09.1961). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 244-246.

\_\_\_\_\_. Posse de Jango é vitória do povo! (04.09.1961). In: : \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 246-250.

\_\_\_\_\_. Resolução política dos comunistas (dezembro de 1962). In: : \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 250-256.

\_\_\_\_\_. Os comunistas e a situação política nacional (12.07.1963). In: : \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 256-261.

\_\_\_\_\_. Por um novo governo capaz de adotar soluções imediatas em favor do povo (outubro de 1963). In: : \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 261-264.

\_\_\_\_\_. Os comunistas e a recomposição do governo (13.12.1963). In: : \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 264-265.

\_\_\_\_\_. Por um governo que faça as reformas de base (06.03.1964). In: : \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 266-271.

\_\_\_\_\_. Resolução Política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro. In: : \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1943 -1964)**. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p: 15-27.

\_\_\_\_\_. Causas da derrocada de 1º de abril de 1964 (julho de 1966). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 27-49.

\_\_\_\_\_. VI Congresso do P.C.B. (dezembro de 1967). In: : \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 49-80.

\_\_\_\_\_. Entrevista de Prestes (setembro de 1968). In: : \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 80-85.

\_\_\_\_\_. Resolução política do C.E. da Guanabara (março de 1970). In: : \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 85-102.

\_\_\_\_\_. A luta contra o imperialismo é inseparável da luta contra o oportunismo (setembro de 1970). In: : \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 103-108.

\_\_\_\_\_. Aspectos da luta contra o subjetivismo no 49º aniversário do P.C.B. (março de 1971). In: : \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 108-120.

\_\_\_\_\_. O trabalho de direção do Comitê Central (julho de 1971). In: : \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 121-125.

\_\_\_\_\_. A luta revolucionária dos comunistas brasileiros (maio de 1972). In: : \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 125-134.

\_\_\_\_\_. Esquema de discussão política (março de 1973). In: : \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 134-141.

\_\_\_\_\_. Sucessão presidencial (junho de 1973). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 141-144.

\_\_\_\_\_. Por uma frente patriótica contra o fascismo (dezembro de 1973). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 144-149.

\_\_\_\_\_. O P.C.B. e as eleições de novembro (maio de 1974). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 149-152.

\_\_\_\_\_. Apertar o cerco (dezembro de 1974). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 152-155.

\_\_\_\_\_. A luta pela democracia e nossas principais tarefas (abril de 1975). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 155-163.

\_\_\_\_\_. Resolução Política do CC do P.C.B. (dezembro de 1975). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 164-172.

\_\_\_\_\_. Resolução de organização do CC do P.C.B. (dezembro de 1975). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 173-178.

\_\_\_\_\_. Manifesto do P.C.B. ao povo brasileiro (junho de 1976). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 178-180.

\_\_\_\_\_. Declaração do Comissão Executiva do P.C.B. (fevereiro de 1977). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 181-186.

\_\_\_\_\_. Pleno do Comitê Central do P.C.B. (março de 1977). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 186-198.

\_\_\_\_\_. Nota da Comissão Executiva do P.C.B. (junho de 1977). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 198-204.

\_\_\_\_\_. Comunistas e cristãos no Brasil, um mesmo combate pela democracia e o progresso com justiça social (junho de 1977). In: : \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 204-207.

\_\_\_\_\_. Carta de Prestes ao Partido (agosto de 1977). In: : \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 207-211.

\_\_\_\_\_. 1968-1978: dez anos depois o “esquerdismo” serve à reação (abril de 1978). In: : \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 211-215.

\_\_\_\_\_. Nota da Comissão Executiva a propósito da Campanha Eleitoral (maio de 1978). In: : \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 215-221.

\_\_\_\_\_. Desenvolver nas eleições a ação política das massas (agosto de 1978). In: : \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 221-227.

\_\_\_\_\_. Unidade da oposição antes, durante e após as eleições (outubro de 1978). In: : \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 228-230.

\_\_\_\_\_. Resolução Política (novembro de 1978). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 230-242.

\_\_\_\_\_. Resolução Política do CC (maio de 1979). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 242-253.

\_\_\_\_\_. O Projeto de anistia do governo (julho de 1979). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 253-255.

\_\_\_\_\_. A crise do P.C.B. (1979-1981) . In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 255-334.

\_\_\_\_\_. Na véspera do VII Congresso (1982). In: \_\_\_\_\_. **O P. C. B. (1964-1982)**. Vol.3. São Paulo: Difel, 1982. p: 334-352.

DECLARAÇÃO Política do IX Congresso do PCB, 1991. (mimeo).

INFORME de balanço da CER à Conferência Estadual do PCB em São Paulo (1981). In: \_\_\_\_\_. **O PCB em São Paulo: documentos (1974-1981)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. p: 159-164.

O PCB vive e atua. In: NOGUEIRA, Marco Aurélio. et al. (Orgs.). **O PCB em São Paulo: documentos (1974-1981)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. p: 19-23.

O VII Congresso do PCB. In: \_\_\_\_\_. **O PCB em São Paulo: documentos (1974-1981)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. p: 37-38.

PCB/SP: dez anos de política o futuro imediato. In: \_\_\_\_\_. **O PCB em São Paulo: documentos (1974-1981)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. p: 169-177.

**PROJETOS de Manifesto, programa e estatutos do Partido Comunista Brasileiro:** Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas. Brasília, 1983.

VI CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO: informe de balanço do Comitê Central (dezembro de 1967). In: **PCB: vinte anos de política (1958-1979)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. p:71-152.

RESOLUÇÃO política do Comitê Central do PCB – 1975. In: **PCB: vinte anos de política (1958-1979)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. p: 231-241.

RESOLUÇÃO política do Comitê Central do PCB: março de 1977. In: **PCB: vinte anos de política (1958-1979)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. p. 251- 257.

RESOLUÇÃO política do VI Congresso do PCB – 1967. In: **PCB: vinte anos de política (1958-1979)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. p: 153-190.

RESOLUÇÃO política do Comitê Central do PCB: dezembro de 1977. In: **PCB: vinte anos de política (1958-1979)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p. 259- 276.

RESOLUÇÃO política do Comitê Central do PCB: maio de 1978. In: PCB: vinte anos de política (1958-1979). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. p: 277-284.

RESOLUÇÃO política do Comitê Central do PCB: novembro de 1978. In: PCB: vinte anos de política (1958-1979). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. p: 285-299.

RESOLUÇÃO política do Comitê Central do PCB: 1979. In: PCB: vinte anos de política (1958-1979). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. p: 315-327.

UNIDADE do movimento democrático: condição para a conquista da democracia. In: \_\_\_\_\_. **O PCB em São Paulo: documentos (1974-1981)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. p: 51-54.

**UMA ALTERNATIVA democrática para a crise brasileira**. São Paulo: Novos Rumos, 1984.

**VOZ da Unidade**, 24 a 30 de julho de 1987.

## **Outros Documentos do PCB**

CAVALCANTI, Paulo. In: **Voz da Unidade**, 01 a 07 de junho de 1986.

CELESTE, M. Doutrinarismo: mal a combater na luta por um partido de massas. In: NOGUEIRA, Marco Aurélio. et al. (Orgs.). **O PCB em São Paulo:— documentos (1974-1981)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. p: 159-164.

GORENDER, Jacob. O V Congresso dos comunistas brasileiros. **Estudos Sociais**. v. 3, n. 9, 1960. p: 3-11.

KONDER, Leandro. et al. **Para renovar a política dos comunistas**. Rio de Janeiro, 1983. (mimeo).

MORO, Marco. A nova política salarial e a mobilização dos trabalhadores. In: NOGUEIRA, Marco Aurélio et al. (Orgs.). **O PCB em São Paulo: documentos (1974-1981)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. p: 249-250.

PRESTES, Luiz Carlos. São indispensáveis a crítica e a autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política. In: **PCB: vinte anos de política (1958-1979)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. p: 29-36.

SALLES, Nemésio. Questões para discussão. In: NOGUEIRA, Marco Aurélio. et al. (Orgs.). **O PCB em São Paulo: documentos (1974-1981)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. p: 235-239.

VIANA, Luiz Wernwck. O que está acontecendo agora. In: NOGUEIRA, Marco Aurélio. et al. (Orgs.). **O PCB em São Paulo: documentos (1974-1981)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. p: 241-248.

## **DOCUMENTOS DO PC do B**

ALGUNS problemas ideológicos da revolução na América Latina. In: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. (Aprovado em 1968).

A CAMPANHA eleitoral é uma das tarefas principais dos comunistas. Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, 1982

A POLÍTICA revolucionária do PC do B: informes ao VII Congresso realizado em maio de 1988. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.

CONQUISTAR a liberdade política e alcançar uma democracia popular. In: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. (Aprovado em 1976)

CONSTITUINTE: propostas do PC do B. São Paulo: Anita Garibaldi, 1986.

CONSTRUINDO o futuro do Brasil: documento da VIII Conferência Nacional do PC do B (1995). São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.

EM DEFESA do Partido: carta dos 1000. In: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. (Publicada no jornal A Classe Operária em 1961).

INFORME político ao VI Congresso do PC do B. In: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. (Aprovado em 1983).

INFORME de organização aprovado na assembléia final do Congresso do PC do Brasil (6°).

INFORME Político. In: **O socialismo vive**: documentos e resoluções do 8° Congresso do Partido Comunista do Brasil (PC DO B). São Paulo: Anita Garibaldi, 1992.

MANIFESTO - PROGRAMA. In: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro:** documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

MANIFESTO - PROGRAMA. Mimeo. (Aprovado em 1962).

O BRASIL numa encruzilhada histórica. In: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro:** documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. (Aprovado no VII Congresso de 1988).

O PARTIDO: instrumento fundamental da transformação revolucionária. In: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro:** documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. (Aprovado no IX Congresso do Partido em 1997).

O PC do B face ao governo e à situação do país. A Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil. Brasília, 1986. (mimeo)

PARTIDO Comunista do Brasil: a revolução nacional-democrática. In: LÖWI, Michel. (Org.). **O marxismo na América Latina:** uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PARTIDO Comunista do Brasil: a guerra popular. In: LÖWI, Michel. (Org.). **O marxismo na América Latina:** uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PARTIDO Renovado, Brasil soberano, futuro socialista: resolução política, estatuto e documentos do XI Congresso do PC do B (realizado em outubro de 2005). São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

PROGRAMA socialista. In: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro:** documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. (Aprovado na VIII Conferência do Partido em 1995).

RESOLUÇÃO política do V Congresso do PCB – 1960. In: **PCB: vinte anos de política (1958-1979)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. p: 39-69.

RESOLUÇÕES da VII Conferência do PC do B. In: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. (Aprovadas em 1978).

UNIÃO do povo contra o neoliberalismo: documentos e resoluções do IX Congresso do PC do B. São Paulo: Anita Garibaldi, 1998.

UM NOVO rumo para o Brasil: documentos e resoluções do X Congresso do Partido Comunista do Brasil realizado em dezembro de 2001. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

## **Outros Documentos do PC do B**

AMAZONAS, João. **As transformações sociais na época da revolução e do imperialismo:** exame crítico da crise do socialismo. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.

FERNANDES, Luis. A atualidade dos conceitos marxistas de democracia e ditadura do proletariado. In: **O socialismo vive:** documentos e resoluções do 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PC DO B). São Paulo: Anita Garibaldi, 1992.

GRABOIS, Maurício. Duas concepções, duas orientações políticas. In: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro:** documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. (Divulgado em 1960).

\_\_\_\_\_. Duas concepções, duas orientações políticas. In: BERTOLINO, Oswaldo. **Maurício Grabois:** uma vida de combates: da batalha de idéias ao comando da Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Anita Garibaldi; São Paulo: Instituto Maurício Grabois, 2004.

GRABOIS, Maurício; AMAZONAS, João. A atualidade das idéias de Lênin. In: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro:** documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

\_\_\_\_\_. Cinquenta anos de luta. In: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro:** documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

LIMA, Haroldo. A experiência dos comunistas na Constituinte de 1987/88. In: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro:** documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

LUSTOSA, Rogério. Socialismo: tarefa que se impõe. In: **O socialismo vive:** documentos e resoluções do 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PC DO B). São Paulo: Anita Garibaldi, 1992.

\_\_\_\_\_. **PC do B, “PCB”:** dois caminhos opostos. São Paulo: Anita Garibaldi, s.d.

POMAR, Pedro. Análise marxista ou apologia do capitalismo? In: CARVALHO, Luís Maklouf. **Brasil memória:** Pedro Pomar. São Paulo: Brasil Debates, 1980. p: 114-118.

\_\_\_\_\_. Ainda sobre a apologia do capitalismo. In: CARVALHO, Luís Maklouf. **Brasil memória:** Pedro Pomar. São Paulo: Brasil Debates, 1980. p: 119-123.

\_\_\_\_\_. Ainda sobre a apologia do capitalismo (conclusão). In: CARVALHO, Luís Maklouf. **Brasil memória:** Pedro Pomar. São Paulo: Brasil Debates, 1980. p: 125-129.

\_\_\_\_\_. O Partido: uma necessidade história. In: CARVALHO, Luís Maklouf. **Brasil memória:** Pedro Pomar. São Paulo: Brasil Debates, 1980. p: 130-134.

\_\_\_\_\_. A gloriosa bandeira de 1935. In: CARVALHO, Luís Maklouf. **Brasil memória:** Pedro Pomar. São Paulo: Brasil Debates, 1980. p: 135-153.

\_\_\_\_\_. Sobre o Araguaia: intervenção no debate no Comitê Central julho de 1976. In: CARVALHO, Luís Maklouf. **Brasil memória:** Pedro Pomar. São Paulo: Brasil Debates, 1980. p: 194-207.

**Documentos do PCB reorganizado.**

**CAMINHOS, descaminhos e perspectivas do socialismo** (Tese para a Conferência Política Nacional do PCB). 1995. (Mimeo).

**PROGRAMA** (Tese à Conferência Política Nacional do PCB), 1995. (Mimeo).

## Documentos pesquisados em meio eletrônico

BORGES, Altamiro. **Os dilemas do presidente Lula**. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/conteúdo/imprimir.asp?texto=30524>> Acesso em: 03 jan. 2008.

HISTÓRIA do PCB. Disponível em: <[http://www.pcb.org.br/historia\\_N.html](http://www.pcb.org.br/historia_N.html)> Acesso em: 04 nov. 2005. p.4.

HISTÓRIA do PCB/PPS. Disponível em: <<http://www.pps.org.br/index.asp?opcao=historia&porta>> Acesso: em 18 mar. 2006.

NOTA política: O rei está nú (sic). Disponível em: <[http://www.pcb.org.br/boletim\\_novo.html](http://www.pcb.org.br/boletim_novo.html)> Acesso em: 21 ago. 2006.

NOTA política do PCB Conjuntura Nacional: Governo Lula. Disponível em: <<http://www.pcb.org.br/nota%20conjuntura%20nacional.html>> Acesso em: 21 ago. 2006.

NOTA do Comitê Central do PCB acerca da conjuntura nacional. Disponível em: <<http://www.pcb.org.br/boltimnovo%2011.html>> Acesso em: 21 ago. 2006.

NOTÍCIA: Partido defende plebiscito revogatório. Disponível em: <<http://www.pcb.org.br/boletimnovo%203.html>> Acesso em: 21 ago. 2006.

RESOLUÇÕES do XIII Congresso do PCB. Disponível em: <<http://www.pcb.org.br/resolucao.html> p. 10 de 69> Acesso em: 21 ago. 2006.

RESOLUÇÃO do Comitê Central do PCB sobre as eleições de 2006. Disponível em: <<http://www.pcb.org.br/boletimnovo2014.html>> Acesso em: 21 ago. 2006.

## **Documentos da Internacional Comunista**

LOS CUATRO primeros congresos de la internacional comunista. Primera parte. **Cuadernos de pasado y presente.** México: Siglo XXI Editores, 1977.

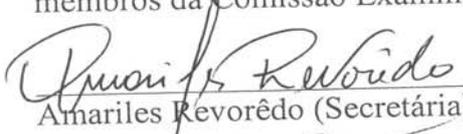
LOS CUATRO primeros congresos de la internacional comunista. Segunda parte. **Cuadernos de pasado y presente.** México: Siglo XXI Editores, 1977.

V CONGRESO de la internacional comunista. Primera parte. **Cuadernos de pasado y presente.** Córdoba: Siglo XXI Argentina Editores, 1975.

V CONGRESO de la internacional comunista. Segunda parte. **Cuadernos de pasado y presente.** Córdoba: Siglo XXI Argentina Editores, 1975.

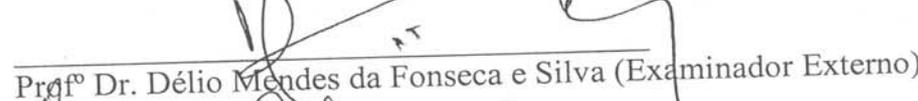
Ata da Reunião da Comissão Examinadora para julgar a Tese do aluno **JOSÉ RUBENS PEREIRA DA COSTA**, intitulada “Estado, Democracia e Socialismo no Pensamento Comunista Brasileiro: O Caso dos Partidos Comunistas (PCB e PC do B) para obtenção do grau de Doutor em Ciência Política.

Aos 27 dias do mês de fevereiro de 2009, às 09:00 horas, no auditório da Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, reuniram-se os membros da Comissão Examinadora para defesa de Tese intitulada “Estado, Democracia e Socialismo no Pensamento Comunista Brasileiro: O Caso dos Partidos Comunistas (PCB e PC do B)” composta pelos professores: Michel Zaidan Filho (Orientador), Antônio Paulo de Moraes Rezende (Examinador Externo), Délio Mendes da Fonseca e Silva (Examinador Externo), Marcos Ferreira da Costa Lima (Examinador Interno) e Joanildo Albuquerque Burity (Examinador Externo). Sob a presidência do primeiro, realizou-se a argüição do candidato **José Rubens Pereira da Costa**. Cumpridas todas as disposições regulamentares, a Comissão Examinadora considera a Tese **APROVADA**. Nada mais havendo a tratar, eu, Amariles Revorêdo, secretária do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, lavrei a presente ata que dato e assino com os membros da Comissão Examinadora. Recife, 27 de fevereiro de 2009.

  
Amariles Revorêdo (Secretária)

  
Profº Dr. Michel Zaidan Filho (Orientador)

  
Profº Dr. Antônio Paulo de Moraes Rezende (Examinador Externo)

  
Profº Dr. Délio Mendes da Fonseca e Silva (Examinador Externo)

  
Profº Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima (Examinador Interno)

  
Profº Dr. Joanildo Albuquerque Burity (Examinador Externo)

  
José Rubens Pereira da Costa